

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM
SAÚDE

Flavia Maia Cerqueira Rodrigues

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E NAS FORMAS DE
SOFRIMENTOS: UM NOVO SUJEITO SOCIAL DOCENTE NO BRASIL?

Rio de Janeiro

2023

Flavia Maia Cerqueira Rodrigues

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E NAS FORMAS DE
SOFRIMENTO: UM NOVO SUJEITO SOCIAL DOCENTE NO BRASIL?

Dissertação de mestrado apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fiocruz, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Educação Profissional em Saúde.

Orientadora: Carla Macedo Martins

Rio de Janeiro

2023

Catálogo na Fonte

Fundação Oswaldo Cruz

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Biblioteca Emília Bustamante

Marluce Antelo CRB-7 5234

Renata Azeredo CRB-7 5207

R696t Rodrigues, Flavia Maia Cerqueira
 Transformações no mundo do trabalho e nas
 formas de sofrimentos: um novo sujeito social
 docente no Brasil? / Flavia Maia Cerqueira
 Rodrigues. - Rio de Janeiro, 2023.
 197 f.

 Orientadora: Carla Macedo Martins.
 Dissertação (Mestrado Profissional em Educação
 Profissional em Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz,
 Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio,
 2023.

 1. Saúde Pública. 2. Docentes. 3. Trabalho.
 4. Precarização do Trabalho. 5. COVID-19.
 I. Martins, Carla Macedo. II. Título.

CDD 362.1

Flávia Maia Cerqueira Rodrigues

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E NAS FORMAS DE
SOFRIMENTO: UM NOVO SUJEITO SOCIAL DOCENTE NO BRASIL?

Dissertação de mestrado apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio-Fiocruz como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Educação Profissional em Saúde.

Aprovada em 29/09/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Carla Macedo Martins – FIOCRUZ/EPSJV - Orientadora

Prof.^a Dra. Marcela Alejandra Pronko - FIOCRUZ/EPSJV - Titular

Prof.^a Dra. Amanda Moreira da Silva – CAP UERJ/UFRRJ Titular

*Dedico este trabalho às trabalhadoras
e trabalhadores militantes, especialmente da Educação Pública.*

AGRADECIMENTOS

À força ancestral (pais, avós, bisavós, tios, tias...) que me(nos) orienta a cada dia.

À minha mãe biológica (in memoriam) por ser o portal da minha existência para o mundo e por me inspirar como mulher negra.

Ao meu filho Ian por me trazer força e ao meu companheiro Ginho, pelo amor.

À minha mãe Denise pelo amor incondicional. À minha irmã Tatianne, irmão Fábio e cunhada Kelly, por sempre estarem na torcida. Ao meu sobrinho Matheus, pela alegria de viver.

À amiga-irmã Giselle, a Gi, por ser a minha pessoa.

À minha orientadora Carla Macedo Martins, pela compreensão e (con)vivência acadêmica.

Às professoras Amanda Moreira e Marcela Pronko, pela potência das contribuições na banca.

À amiga Claudia Cerqueira pelo apoio durante o mestrado, e por ser um presente para a vida.

À Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, ao corpo docente e discente, meu agradecimento pela oportunidade e aprendizagens.

Aos (às) estudantes do PEJA, que me ensinam a ser professora da educação básica, na rede pública, todos os dias.

Ao NAPAVE, em especial à psicóloga Janne Calhau, pela acolhida, tratamento e ampliação da leitura coletiva, crítica e consciente do mundo.

Às (aos) colegas do FÓRUM-EJA/Rio, do Grupo de Pesquisa EJA TRAB/ UFF, do Projeto de Extensão Universidade e Escola: troca de saberes e práticas/UFRJ e do Grupo de Estudos PHC-EA/UERJ, por possibilitarem uma formação continuada e crítica e demais grupos que tive a oportunidade de participar.

À professora Ana Carolina Alves, professora Jaqueline Ventura e professor Roberto Brandão, por me incentivarem antes do ingresso à Poli.

Às professoras(es) críticos (as) e demais trabalhadores(as) da Educação, que encontrei no percurso, por auxiliarem na minha formação humana e docente, sobretudo do CEJA-MARÉ, pelos momentos de parceria.

Aos amigos e amigas que registram os belos momentos vividos, em especial Anderson Freitas.

Às pessoas militantes combativas do SEPE-RJ, especialmente da Chapa 23, pela indignação coletiva nas lutas sociais, e principalmente por entenderem que sem luta não há mudança na vida. E, por fim e não menos importante, às amigas e aos amigos, que direta ou indiretamente, estiveram na minha caminhada, apoiando e suportando as ausências. Mesmo não contemplando individualmente, com certeza contribuíram para a minha trajetória humana e política. Queria abraçar cada pessoa que se fez fundamental para esse processo tão coletivo e ao mesmo tempo tão solitário.

*Ao reivindicar nossa diferença
enquanto mulheres negras, enquanto
amefricanas, sabemos bem o quanto trazemos
em nós as marcas da exploração econômica e
da subordinação racial e sexual. Por isso
mesmo, trazemos conosco a marca da
libertação de todos e todas. Portanto, nosso
lema deve ser: organização já! Lélia Gonzalez
(1988)*

*Não tem sido fácil para mim, fazer o trabalho
que faço e me situar na academia (ultimamente
sinto que se tornou quase impossível), mas a
gente se inspira a perseverar vendo o exemplo
dos outros."
(bell hooks, 2017, p.79-80)*

RESUMO

A dissertação analisa o sujeito docente contemporâneo diante das transformações do mundo do trabalho, considerando seus sofrimentos e suas formas de luta e resistência, inclusive no período de pandemia de Covid-19, a partir da produção acadêmica sobre a precarização do trabalho de professoras e professores. Para tal, tomamos como base conceitual as teorias críticas à conformação do sujeito social contemporâneo, tendo o neoliberalismo econômico e político como referência. A dissertação se organiza em três capítulos. No primeiro, discutimos a precarização e as transformações do trabalho contemporâneo, dando ênfase à constituição da classe trabalhadora brasileira hoje, inclusive considerando a heterogeneidade de sua composição; ainda neste capítulo, debatemos as lutas e resistências em curso, além de pontuar as especificidades colocadas, nestas problemáticas, pela pandemia de Covid-19. No segundo, discorremos sobre os sofrimentos da classe trabalhadora no contexto da precarização e neoliberalismo, conceituando e relacionando tais sofrimentos com a construção do sujeito social. Por fim, no terceiro capítulo, analisamos os artigos científicos selecionados para o *corpus*. Este capítulo abre com o itinerário metodológico percorrido no desenvolvimento da pesquisa e apresenta um mapeamento das dimensões da precarização e nas formas de sofrimento e luta da classe trabalhadora docente. A pesquisa nos indica, como conclusão, que a categoria docente sofre com altos níveis de exploração, visto que o sujeito social docente tem sofrido transformações na função social, além da desidentificação/despersonalização, da ampliação do controle de sua subjetividade e da intensificação da sua vulnerabilidade através de distintas violências. Também como conclusão, indicamos que, para continuar lutando por um trabalho educacional humanizado e emancipador, é necessário, sobretudo, nos mantermos em organização coletiva. Em última instância, a dissertação almeja contribuir para pautar a potência dos conceitos de precarização, sofrimento e luta na leitura das expressões do que denominamos, na pesquisa, de “novo sujeito social docente “no Brasil.

Palavras-chave: neoliberalismo; precarização; trabalho docente; sofrimentos; sujeito social

ABSTRACT

The dissertation analyzes the contemporary teaching subject in the face of the transformations in the world of work, considering their sufferings and their forms of struggle and resistance, including in the period of the Covid-19 pandemic, from the academic production on the precariousness of the work of teachers. For this, we take as a conceptual basis the theories critical to the conformation of the contemporary social subject, having economic and political neoliberalism as a reference. The dissertation is organized in three chapters. In the first, we discuss the precariousness and transformations of contemporary work, emphasizing the constitution of the Brazilian working class today, including considering the heterogeneity of its composition; also in this chapter, we discuss the ongoing struggles and resistance, in addition to pointing out the specificities posed, in these problems, by the Covid-19 pandemic. In the second, we discuss the sufferings of the working class in the context of precariousness and neoliberalism, conceptualizing and relating such sufferings with the construction of the social subject. Finally, in the third chapter, we analyze the scientific articles selected for the corpus. This chapter opens with the methodological itinerary covered in the development of the research and presents a mapping of the dimensions of precariousness and the forms of suffering and struggle of the teaching working class. The research indicates, as a conclusion, that the teaching category suffers from high levels of exploitation, since the teaching social subject has undergone transformations in the social function, in addition to disidentification/depersonalization, the expansion of control of their subjectivity and the intensification of their vulnerability through different forms of violence. Also as a conclusion, we indicate that, in order to continue fighting for a humanized and emancipating educational work, it is necessary, above all, to remain in collective organization. Ultimately, the dissertation aims to contribute to guide the power of the concepts of precariousness, suffering and struggle in the reading of the expressions of what we call, in the research, the “new teaching social subject” in Brazil.

Keywords: neoliberalismo; precariousness; teaching work; suffering; social subject

RESUMEN

La disertación analiza el sujeto docente contemporáneo ante las transformaciones en el mundo del trabajo, considerando sus sufrimientos y sus formas de lucha y resistencia, incluso en el período de la pandemia Covid-19, a partir de la producción académica sobre la precariedad de la trabajo de los docentes. Para ello, tomamos como base conceptual las teorías críticas para la conformación del sujeto social contemporáneo, teniendo como referente el neoliberalismo económico y político. La disertación está organizada en tres capítulos. En el primero, discutimos la precariedad y las transformaciones del trabajo contemporáneo, enfatizando la constitución de la clase trabajadora brasileña hoy, considerando incluso la heterogeneidad de su composición; También en este capítulo discutimos las luchas y resistencias en curso, además de señalar las especificidades que plantea, en estos problemas, la pandemia de Covid-19. En el segundo, discutimos los sufrimientos de la clase trabajadora en el contexto de la precariedad y el neoliberalismo, conceptualizando y relacionando dichos sufrimientos con la construcción del sujeto social. Finalmente, en el tercer capítulo analizamos los artículos científicos seleccionados para el corpus. Este capítulo se abre con el itinerario metodológico recorrido en el desarrollo de la investigación y presenta un mapeo de las dimensiones de la precariedad y las formas de sufrimiento y lucha de la clase trabajadora docente. La investigación señala, como conclusión, que la categoría docente sufre altos niveles de explotación, ya que el sujeto social docente ha sufrido transformaciones en la función social, además de la desidentificación/despersonalización, la ampliación del control de su subjetividad y la intensificación de su vulnerabilidad a través de diferentes formas de violencia. También como conclusión indicamos que, para seguir luchando por una labor educativa humanizada y emancipadora, es necesario, ante todo, permanecer en la organización colectiva. En definitiva, la disertación pretende contribuir a orientar la potencia de los conceptos de precariedad, sufrimiento y lucha en la lectura de las expresiones de lo que llamamos, en la investigación, el “nuevo sujeto social docente” en Brasil.

Palabras clave: neoliberalismo; precariedad; trabajo docente; sufrimientosujeto social

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Artigos em diferentes bases de dados sobre a relação entre trabalho docente e sofrimento/precarização/luta.....	138
Tabela 2	Número e percentual de artigos sobre neoliberalismo e trabalho docente no Brasil (2018-2022).....	144
Tabela 3	Número e percentual de artigos sobre materialismo histórico-dialético Brasil (2018-2022).....	146
Tabela 4	Número de artigos por dimensão da precarização do trabalho docente no Brasil (2018-2022).....	148
Tabela 5	Número de artigos por tipo de abordagem sobre precarização do trabalho docente no Brasil (2018-2022).....	153
Tabela 6	Tipos de resistência ao sofrimento docente, a partir da literatura (2018-2022).....	170
Tabela 7	Mutações do sujeito social docente contemporâneo na literatura da área no Brasil (2018-2022).....	175

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Grupos de cruzamento no levantamento bibliográfico.....	137
Quadro 2	Título, autoria, ano, periódico e resumo dos artigos selecionados.....	139
Quadro 3	Expressões específicas da precarização do trabalho docente no Brasil (2018-2022).....	155

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Boletim do SEPE/RJ resgata a greve da educação/2013.....	19
Figura 2	Greve da Educação 2014.....	20
Figura 3	Cartaz colado nos murais das escolas pela autora	21
Figura 4	Cartaz contra Assédio Moral e Perseguição Política- SEPE- RJ.....	22
Figura 5	Manifestação de estudantes do PEJA.....	22
Figura 6	Ato-manifestação do Sindicato (SEPE-RJ) contra toda e qualquer perseguição política e/ou assédio moral.....	23
Figura 7	Etapas da pesquisa de revisão narrativa de literatura.....	135
Figura 8	Critérios de inclusão e exclusão dos materiais.....	136
Figura 9	Pares de busca.....	136
Figura 10	Perguntas de análise para revisão narrativa.....	138
Figura 11	Efeitos e tipos de sofrimento da precarização do trabalho docente no Brasil (2018-2022).....	161

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Apps	Aplicativos
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNN	Cable News Network, que em português significa Rede de Notícias a Cabo
COVID-19	Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV- 2
DSM-III	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EJA TRAB/UFF	de Pesquisa EJA Trabalhadores- Universidade Federal Fluminense
FMI	Fundo Monetário Internacional
G1	Portal de notícias brasileiro mantido pelo Grupo Globo e sob orientação da Central Globo de Jornalismo.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS-	Instituto Nacional do Seguro Social
IP	Instituto de Psicologia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
GAFAM	acrônimo de gigantes da Web (Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft)
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 9394/96
LGBTQIAPN+	abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais demais expressões de gênero e sexualidade
MP	Medida Provisória
NAPAVE	Núcleo de Atenção Psicossocial a Afetados pela Violência do Estado
OMS	Organização Mundial da Saúde
NEM	Novo Ensino Médio
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PEJA	Programa de Educação de Jovens e Adultos (município do Rio de Janeiro)
PHC-EA/UERJ	Pedagogia Histórico Crítica- Educação Ambiental- Universidade Estadual do Rio de Janeiro
PHEIC	Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional

PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPP	Projeto Político Pedagógico
PT	Partido dos Trabalhadores
RS	Rio Grande do Sul
SEOP	Secretaria de Ordem Pública
SEPE-RJ	Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro
SME-RJ	Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
Udesc	Universidade do Estado de Santa Catarina
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. CAPÍTULO 1: PRECARIZAÇÃO: MUTAÇÕES DO TRABALHO E DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL.....	27
2.1 Formação da classe trabalhadora atual no Brasil	27
2.2 Transformações do trabalho no Brasil.....	34
2.2.1 <i>Precarização</i>	35
2.2.2 <i>Flexibilização</i>	46
2.2.3 <i>Terceirização</i>	48
2.2.4 <i>Informalização</i>	52
2.2.5 <i>Plataformização</i>	59
2.2.6 <i>Uberização</i>	65
2.2.7 <i>Empreendedorismo</i>	69
2.3 Lutas, resistências e transformações do trabalho.....	73
2.4 Pandemia de Covid-19	81
3. CAPÍTULO 2: SOFRIMENTOS DA CLASSE TRABALHADORA E SUJEITO SOCIAL.....	87
3.1 Neoliberalismo e sujeito social.....	87
3.2. Precarização e sofrimento	102
3.3 Sofrimento e sujeito neoliberal.....	110
4. CAPÍTULO 3: ANÁLISE DA LITERATURA SOBRE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: UM NOVO SUJEITO SOCIAL NO BRASIL?	134
4.1 Percurso metodológico	134
4.2 Análise dos artigos acadêmicos sobre a relação do sofrimento, precarização e resistência no trabalho docente.....	147
4.2.1 <i>Dimensões da precarização do trabalho docente</i>	148
4.2.2 <i>Trabalho docente e sofrimento</i>	160
4.2.3 <i>Lutas e resistências docentes</i>	170
4.2.4. <i>Novo sujeito social docente?</i>	175
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
6. REFERÊNCIAS	187

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo analisar o sujeito docente contemporâneo diante das transformações do mundo do trabalho, considerando seus sofrimentos e suas formas de luta e resistências, inclusive no período de pandemia de Covid-19, a partir da produção acadêmica sobre a precarização do trabalho de professores e professoras. Destacamos que, para compreender como se constitui o sujeito social no cenário de intensa precarização do trabalho, é fundamental considerarmos o conceito de neoliberalismo, não só como elemento crucial de estruturação econômica e política, mas também como um modelador comportamental. Por essa razão, a pesquisa considera como central a discussão dos sofrimentos no âmbito do sujeito social docente, que busca novas lutas e resistências para superar este cenário desastroso e sofrido. Assim, pretende-se explorar a nova constituição do sujeito social docente a partir da literatura selecionada, sustentando-se nas teorias marxianas e psicanalíticas e dando especial atenção à pandemia de Covid-19.

Baseando-se em Gramsci, Mattos (2019, p. 47) explicita que a natureza do sujeito (social) é definida a partir das relações histórico-sociais. Sua construção é, portanto, contraditória e contínua, de modo que sua constituição não se apresenta como uma forma estável e homogênea para todas as pessoas em distintos momentos históricos.

A consciência de que pertencço à classe trabalhadora contribuiu para a motivação da produção desta pesquisa e escrita desta dissertação. Considero necessário ampliar a discussão sobre a precarização do trabalho docente sobre suas manifestações enquanto condições de saúde da classe trabalhadora. Tais objetos se sustentam social e existencialmente em minha experiência como professora e na minha atuação como militante em movimentos de resistência (sociais e sindical). Ênfase para as leitoras e leitores aqui, logo no início do trabalho, que a pesquisa pressupõe que os processos capitalistas de transformação do mundo do trabalho suscitam intrinsecamente lutas e resistências também de caráter novo.

Como ponto de análise, pontuo que, a partir das crises capitalistas das últimas décadas, no Brasil, a estrutura do trabalho se reconfigurou, ocasionando um conjunto de transformações que acentuou os múltiplos processos de flexibilização e precarização. Tais processos vêm contribuindo para a intensificação das formas de exploração e para o aprofundamento dos sofrimentos da classe trabalhadora.

A teoria marxista busca compreender o trabalho como ação humana voltada para a criação de riqueza social e da própria instituição do ser humano. Nessa perspectiva, o trabalho cria e sustenta a vida social humana, ou seja, produz a existência social. Como tal, é sempre o

lugar para “investir”, seja afetivo, produtivo ou financeiro. Exatamente por esta razão, o trabalho é espaço de construção do sujeito social, sendo este submetido, portanto, pela forma como a história humana se desenvolveu, à exploração, à desigualdade e ao poder de uma parcela ínfima da humanidade. No capitalismo, esta produção de sujeitos ganha tintas específicas, constituindo nosso problema central nesta pesquisa.

Ao tomarmos a parte significativa da tradição marxista, é comum notar, contudo, uma estranheza por parte de pesquisadores (as) e militantes revolucionários sobre a relação existente entre marxismo e subjetividades; o marxismo economicista, muitas vezes, domina o cenário das discussões sobre a constituição da classe trabalhadora. Porém, nessa pesquisa resgataremos a abordagem sobre as subjetividades coletivas em sua dupla dimensão, combinada com a prática, associada à consciência de classe, e não de forma separada, a classe como sujeito histórico-social (Mattos, 2019).

Mattos (2019) interpreta que a precarização do trabalho é um fenômeno, concentrado historicamente durante a trajetória da classe trabalhadora, desde os tempos dos estudos pioneiros de Marx. O autor afirma que as possibilidades de redução dos efeitos sobre a experiência de trabalhadores e trabalhadoras estarão sujeitas às condições históricas específicas e à luta de classes, o que reitera a necessidade de estudarmos também as formas de lutas e resistências.

A flexibilização e a precarização do trabalho - concretizadas na relação salarial, no aumento da jornada de trabalho e na concentração de atividades laborais, entre outros fatores (Antunes, 2020a) - vão estruturando modos de produção da vida, podendo construir novas configurações do sujeito social. Refletir sobre esta temática exige uma compreensão da totalidade do capitalismo, inclusive considerando necessariamente a heterogeneidade da classe trabalhadora (Mattos, 2019). Vale ressaltar que professores e professoras são parte crucial da classe trabalhadora, e, portanto, são fundamentais, como categoria, para a compreensão da estruturação do trabalho e do sujeito social contemporâneo, sofrendo com a precarização docente (Piccinini; Magalhães; Moreira, 2021).

É nesse contexto de precarização do trabalho que me incluo como trabalhadora docente, vivenciando esta prática há 27 anos em sala de aula na Educação Básica. Tal experiência se deu na atuação no primeiro e segundo segmentos e na Educação de Jovens e Adultos (EJA), na Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro (SME-RJ), há 20 anos, e na rede privada de ensino (8 anos). Atuando com duas matrículas na mesma rede pública de ensino e atualmente na EJA, observo e sofro com um processo contínuo de transformações na profissão, sustentadas por políticas do Estado brasileiro, em suas diferentes esferas, que acabam

por alterar o fluxo da escola e da minha prática docente em si. Em particular, a formação, a despeito de ser prevista pelos planos e leis educacionais, tais como a própria Lei de Diretrizes e Bases- 9.394 (Brasil, 1996), não é garantida, na prática, para o conjunto da categoria docente.

Dentre alguns destaques dados à minha experiência como professora da Educação Básica, observo que a maioria das escolas em que trabalhei esteve cercada do autoritarismo inerente às políticas neoliberais e da crescente ênfase na diferenciação dos objetivos e níveis de ensino – reforçando mundos inteiramente voltados para o progresso material, empresarial e individual, além de pautados no autoritarismo. Pude notar o quanto é necessário nos organizarmos politicamente para atuarmos pedagogicamente. Ao mesmo tempo, é um desafio colocar em prática essa organização nos chãos das escolas.

Em 2013, participei de uma greve histórica da educação, junto à categoria da rede municipal/SEPE-RJ (Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação). A greve continha uma extensa pauta de reivindicações e, desde então, minha atuação sindical e comprometimento ético-político com a classe trabalhadora se intensificaram. Foram cerca de noventa dias de mobilização, resistência e organização para garantirmos direitos para profissionais da educação. Participei da ocupação da Câmara Municipal, no dia em que haveria a votação de nosso plano de carreira, mas, sofrendo a categoria duros golpes, tal votação foi adiada. Alguns itens da pauta foram conquistados, como reajuste e aumento salariais, direito à origem na unidade escolar e climatização das salas de aula. Entretanto, outros pontos não foram atendidos. Então, no ano seguinte, participamos de outra greve, com baixa adesão, mas com várias ações combativas e significativas para o campo educacional.

Figura 1- Boletim do SEPE/RJ resgata a greve da educação/2013



Fonte: Foto da página do SEPE/RJ no Facebook, 2023¹

¹ SEPE/RJ. Boletim do Sepe resgata greve da educação/2013. Disponível em: [https:seperj.org.br/boletim-dosepe-resgata-a-greve-de-2013-com-conteudos-para-o-dia-d-da-rede-municipal-sepe \(sepe/rj\)](https:seperj.org.br/boletim-dosepe-resgata-a-greve-de-2013-com-conteudos-para-o-dia-d-da-rede-municipal-sepe (sepe/rj)). Acesso em 16 de nov.2023.

No ano da copa do mundo (2014), realizamos atos no Corcovado, no aeroporto (no dia da chegada da seleção brasileira ao Rio de Janeiro), fizemos manifestações artísticas no CCBB (Centro Cultura do Banco do Brasil) do Rio de Janeiro, em frente ao TJ (Tribunal de Justiça) do Rio de Janeiro e denunciemos o desmonte da educação pública, inclusive, internacionalmente. Foi uma greve unificada das redes estadual e municipal do Rio de Janeiro, que infelizmente culminou em salários cortados.

Nesse mesmo ano, ingressei numa escola no subúrbio do Rio, trabalhando com quatro turmas de Educação de Jovens e Adultos e passei a frequentar ativamente o Fórum EJA-Rio como educadora-militante-pesquisadora da EJA. Trabalhar com essa modalidade de ensino, que recebe a classe trabalhadora que teve seus direitos negados anteriormente, é instigante. Durante todo o percurso relatado, ressalto que participei das ações e assembleias do sindicato e manifestações nas ruas.

Figura 2: Greve da educação 2014



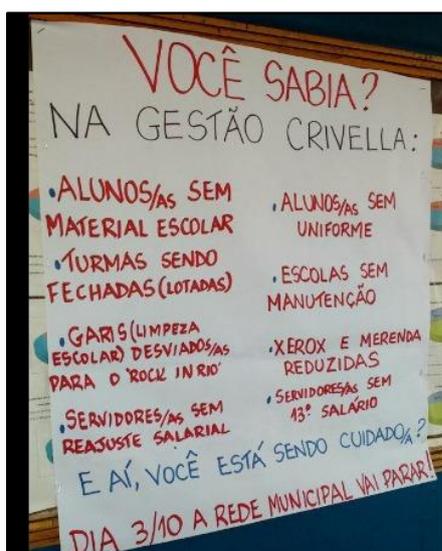
Fonte: Foto de Anderson Freitas, arquivo da autora, 2014.

Cabe observar aqui que o objetivo em relatar estes momentos de luta não tem como pretensão historicizar estes movimentos, uma vez que não é este o objeto de minha pesquisa; meu objetivo é dar sentido - inclusive do ponto de vista teórico - a esta experiência enquanto trabalhadora da educação e trabalhadora em luta. Os dois exemplos de luta expressiva de classes demonstram, em primeiro lugar, o processo de construção que a classe trabalhadora se encontra, em decorrência, sobretudo, de sua constituição enquanto explorada. Significa também, em segundo lugar, reconhecer os sujeitos da classe trabalhadora como históricos, com potencial revolucionário, capazes de organizar, atuar e transformar a realidade que se determina no sistema capitalista (Mattos, 2019).

Em 2017, passei por uma experiência desgastante no cotidiano de trabalho, articulada por diversas forças, incluindo chefias e pares. Depois de eu ter escrito e colocado um cartaz no

mural externo da escola, que continha parte da pauta sindical de nossa categoria, fui expulsa das escolas nas quais trabalhava e respondi a inquérito administrativo, culminando em uma suspensão de cinco dias de afastamento e perda salarial². Depois desse episódio, adquiri inúmeros adoecimentos, sobretudo relacionados à saúde mental, ficando afastada das atividades laborais por seis meses, com diagnóstico de depressão e síndrome do pânico, consequências de estresse pós-traumático.

Figura 3- Cartaz colado no mural das escolas pela autora



Fonte: Foto retirada de página do Facebook- setembro 2017³

Depois de muita luta da categoria, tanto autônoma, quanto sindical e de participar da CPI na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, intitulada “Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar e apurar as responsabilidades pela prática de assédio moral, a partir de denúncias recentes com fortes indícios dessa prática no âmbito da Secretaria Municipal de Educação - SME⁴”, fui realocada na escola em que trabalho atualmente com o PEJA (Programa de Educação de Jovens e Adultos)⁵. Até hoje lido com resquícios e com sofrimentos oriundos dessa circunstância, além de vivenciar episódios constantes, que sugerem assédio moral e dificultam a minha trajetória laboral. Perda de carga horária, conseqüentemente redução

² <https://extra.globo.com/noticias/rio/professora-do-municipio-do-rio-punida-por-exibir-em-escola-cartaz-com-mazelas-da-rede-21889676.htm>

³ Disponível em: [Facebook](#). Acesso em 16 de nov. 2023

⁴ Link do Relatório final da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar e apurar as responsabilidades pela prática de assédio moral, a partir de denúncias recentes com fortes indícios dessa prática no âmbito da Secretaria Municipal de Educação - SME): <https://urx1.com/ql4Ei>

⁵ Link do informe do sindicato: <https://seperj.org.br/vitoria-na-luta-contr-a-perseguiçao-da-sme-a-professora-flavia-rodrigues-2/>

salarial, necessidade de trabalhar em três escolas, por precisar fazer hora extra, são outras expressões que experimento cotidianamente.

Figura 4 - Foto do cartaz do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE/RJ)



Fonte Acervo SEPE/RJ - 2018⁶

Figura 5 - Manifestação de estudantes do PEJA.



Fonte: Disponível em vídeo do Youtube. (out 2017).⁷

⁶ SEPE/RJ. Foto do cartaz do Sindicato Estadual dos profissionais de Educação (SEPE/RJ).2018. Acervo SEPE/RJ. Disponível em: [Facebook](#). Acesso em: 16 de nov. 2023.

⁷ Disponível em: [SOMOS TODOS FLAVINHA - YouTube](#). Acesso em 16 de nov. 2023.

Figura: 6 - Ato-manifestação do Sindicato (SEPE/RJ)
Contra toda e qualquer perseguição política e/ou assédio moral



Fonte: Foto de página do Facebook: autor desconhecido, out, 2017.⁸

As fotos acima revelam dois movimentos coletivos, sendo o primeiro autônomo, organizado pelos(as) estudantes das turmas do PEJA, nas quais lecionava na ocasião da expulsão das escolas. O segundo feito pelo sindicato, organizado na porta da Prefeitura do Rio de Janeiro, numa demonstração solidária de apoio coletivo e jurídico.

Foi um cartaz com a pauta da categoria.
Foram cinco dias de afastamento, como punição por lutar pela Educação.
Foram meses de perseguição!
Ainda acontece!
Foram meses de desgaste emocional! [...]
Foram meses de difamação e assédio moral. [...]
Foi uma análise subjetiva do meu jeito combativo de Ser!
Foram pessoas solidárias e parceiras.
Foram mudanças em todos os setores da vida! [...]
Foram apoios de movimentos sociais distintos!
Foram incansáveis parceiras/os, lado a lado. [...]
Ele não era meu!
Era da categoria! [...]
Sempre estive!
É uma vida de luta!
Lutar não é crime!
Se precisei ser punida por lutar, por estar do lado certo, só me resta...
Seguir em frente!
Vida e luta se entrelaçam!
(Rodrigues, 2020, p. 24)

⁸ Ato-manifestação do Sindicato (SEPE/RJ) contra toda e qualquer perseguição política e/ou assédio moral. 2017. Facebook. Autor desconhecido. Disponível em: [Facebook](#). Fotografia. Acesso em 16 de nov. 2023.

Esse trecho do poema, de minha autoria, expressa o compromisso ético político pedagógico que tenho com a Educação, sobretudo na EJA. Demonstra a necessidade da organização coletiva, seja por meio do sindicato, seja em movimentos autônomos. Trabalhar na escola e ainda atuar na luta de classes exige um esforço muito grande, porém demonstra o grau de insatisfação com a realidade. Talvez, seja por enxergar que a exploração e a opressão não vão mudar sozinhas, que consideramos que é preciso agir continuamente. Estar no meio de tudo isso traz sofrimentos, como angústia, ansiedade e medo de não dar conta das atividades. Na verdade, não damos conta, mas seguimos, insistindo no agir e no pensar.

A mais recente experiência nesse sentido, foi a dificuldade que encontrei em conciliar o trabalho docente, o trabalho doméstico, a maternidade, a militância e os sofrimentos com a elaboração da pesquisa do Mestrado na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Ainda que as atividades de militância tenham sido reduzidas para que eu pudesse priorizar o decorrer acadêmico, a demanda laboral exige muita energia física e mental.

Concomitante ao processo de trabalho precarizado e sofrimentos, sobretudo depois de 2017, e exacerbado durante o trágico momento pandêmico (2020), venho me mantendo estudando e na luta. Participo do grupo de pesquisa *EJA TRAB/UFF*, que estuda a EJA na perspectiva marxista; atuo no Colegiado do *Fórum-EJA RJ*, sou parceira do *Projeto de Extensão Universidade e Escola: troca de saberes e práticas/UFRJ* e faço parte da coordenação do *Grupo de Estudos PHC-EA/UERJ*. Além disso, participo das assembleias do sindicato da minha categoria (SEPE-RJ), compondo o coletivo Chapa 23, pois compreendo que, como professora atuante, frente à luta por uma nova ordem social, o trabalho docente tem, como objetivos, não só socializar conhecimentos acumulados historicamente, que sejam de interesse da classe trabalhadora, apontando suas contradições, como também se pensar como sujeito social e na construção das relações de resistências coletivas. Conto com o suporte do NAPAVE (Núcleo de Atenção Psicossocial a Afetados pela Violência do Estado), em sessões terapêuticas.

A vontade de realizar esta pesquisa surgiu, portanto, na reflexão da ação militante docente na qual estou imersa. Ainda que, inicialmente, a proposta fosse relacionar a pesquisa especificamente com a EJA, o caminho foi se desenhando para outros objetivos, de acordo com a necessidade de estudar tal objeto. Entretanto, não se trata de vivências e lutas estritamente “individuais”. Conforme já mencionamos, realizar essa pesquisa significou levantar e revisar a literatura sobre trabalho docente, do período de 2017 a 2022, para mapear as novas formas de precarização, de sofrimento e de luta do (a) trabalhador (a) docente.

Para tanto, o trabalho pretendeu discutir as teorias críticas à conformação do sujeito social contemporâneo, sobretudo as marxianas e psicanalíticas, considerando ainda o

neoliberalismo econômico e político como referência. Para compreender como se constitui o sujeito social no cenário de intensa precarização do trabalho, é fundamental considerarmos o conceito de neoliberalismo, não só como elemento crucial de estruturação econômica e política, mas também como um modelador comportamental. Para Safatle, Junior e Dunker (2021), este modelo se apresenta como manifestação social, na qual ocorrem situações existenciais conflituosas, instituindo pessoas e configurando as relações humanas.

Neste cenário, reiteramos, se insere a questão do sofrimento da trabalhadora e do trabalhador como central para a compreensão do sujeito social contemporâneo, em especial do (a) docente. Em outras palavras, as relações sociais conflituosas, determinadas pela sociabilidade do capital, são a própria expressão dos sofrimentos e definem a dimensão existencial. A constituição do sujeito e o sofrimento não são externos um ao outro. Contudo, não podemos deixar de marcar que, conforme vão se processando as recentes configurações do trabalho e dos sofrimentos, a classe trabalhadora vai desenvolvendo, ao mesmo tempo, formas de resistência e organização e que tais processos de luta, portanto, devem ser objeto também de análise na configuração do sujeito social e suas mutações.

Diante do exposto, esta pesquisa pretendeu analisar a conformação do sujeito social docente contemporâneo, se ancorando nas teorias críticas, em particular as de tradição materialista-histórico-dialética e psicanalítica. A dissertação toma como referência a relação entre trabalho e a formação da classe trabalhadora, considerando as transformações do trabalho em termos de precarização no Brasil. É foco, na constituição deste sujeito, as formas de sofrimentos, considerando, em específico, o contexto neoliberal.

Para realizar este objetivo, nossa metodologia se sustentou em uma revisão da literatura sobre a relação entre precarização e sofrimento docente, sem deixar de apontar as formas atualizadas de lutas e resistências desta categoria. Como a proposta do trabalho dialoga com a atualidade, inevitavelmente discorreremos sobre o período da pandemia de Covid-19, pois ela acirrou as contradições das transformações do trabalho e influenciou na precarização do trabalho docente, podendo, assim, incidir na constituição do sujeito social.

Hoje percebo o quanto nós, trabalhadoras e trabalhadores da educação, perdemos direitos à saúde ao longo do tempo, ficando ainda mais adoecidas (os) com tamanha exploração, o que nos coloca diversas barreiras sociais e determina como essas relações vão nos constituindo pouco a pouco. Portanto, é preciso ter uma posição política diante do mundo, pois “odeio os indiferentes” (Gramsci, 2020). Escolho o lado dos (as) trabalhadores (as), escolho permanecer buscando formação, para construção, como aprendiz, compreendendo que é nas relações que vamos coletivamente contribuindo para a luta de classes (Arroyo, 2017). Sendo

professora da Educação Básica e atuando na EJA, não faria sentido, de um lado, ser pertencente à classe trabalhadora, trabalhar com a classe trabalhadora e, de outro lado, não ser consciente do poder revolucionário da nossa classe. Isto é, segundo Mattos (2019, p. 43), compreender uma dupla dimensão entre a subjetividade combinada com a prática.

Essa dissertação se estruturou em três capítulos. No primeiro, discutimos a precarização e as transformações do trabalho contemporâneo, dando ênfase à constituição da classe trabalhadora brasileira hoje, inclusive considerando a heterogeneidade de sua composição. Ainda neste capítulo, debatemos as lutas e resistências em curso, além de pontuar as especificidades colocadas, nestas problemáticas, pela pandemia de Covid-19. No segundo, discorreremos sobre os sofrimentos da classe trabalhadora no contexto da precarização e neoliberalismo, conceituando e relacionando tais sofrimentos com a construção do sujeito social. Por fim, no terceiro capítulo, analisamos os artigos científicos selecionados para o corpus. Este capítulo abre o itinerário metodológico percorrido no desenvolvimento da pesquisa e apresenta um mapeamento das dimensões da precarização e das formas de sofrimento e luta da classe trabalhadora docente. Em suma, a pesquisa parte da hipótese de que o sistema capitalista, para garantir a extração da força de trabalho, valorização do capital e de todo o processo de precarização determina novas formas de trabalhar, de sofrer, de lutar e de viver, interferindo no sujeito social docente. Portanto, a dissertação visa refletir sobre a questão: as transformações contemporâneas do mundo do trabalho e nas formas de sofrimento estão construindo um novo sujeito social docente no Brasil?

2 CAPÍTULO 1 - PRECARIZAÇÃO: MUTAÇÕES DO TRABALHO E DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL

Tendo em vista o objeto da presente dissertação, consideramos importante, neste capítulo, discutir as mutações e transformações do trabalho contemporâneo, ponderando sobre a configuração da classe trabalhadora atual e apresentando as principais expressões da precariedade laboral, além de tratar das lutas e resistências da classe trabalhadora. Também abordamos como tais mutações e lutas se expressaram, em particular, durante a pandemia de Covid-19.

Para compreender o trabalho docente da atualidade no Brasil (inclusive durante o período da pandemia da Covid-19), é preciso reconhecer a necessidade do trabalho humano diante das determinações capitalistas, como afirma Antunes (2022a). O autor reitera que o trabalho humano precisa ser destrutivo para que o capital se expanda globalmente, determinação que explica a intensificação dos processos de precarização tratados neste capítulo.

Assim sendo, existe uma significativa literatura que tem nos mostrado que a sociedade contemporânea vivenciou fortes transformações em termos de sua organização política e de seu regime produtivo. O sistema capitalista com sua reestruturação produtiva da era da acumulação flexível trouxe, dentre outras consequências, a precarização crescente do trabalho humano.

Para tratar dessas temáticas, o presente capítulo se organiza em quatro itens. No primeiro, discutimos a formação da classe trabalhadora brasileira atual, considerando a perspectiva marxista. No segundo, apresentamos as transformações do trabalho hoje, a partir das noções de precarização, flexibilização, terceirização, informalização, plataformização, uberização e empreendedorismo. No terceiro, exploramos as lutas e resistências da classe trabalhadora à luz da realidade laboral descrita. Por fim, no quarto, fizemos uma breve explanação de como esses processos se apresentaram na pandemia de Covid-19.

2.1 Formação da classe trabalhadora atual no Brasil

Importante destacar que, apesar da classe trabalhadora, atual no Brasil, possuir o seu desenho histórico específico, vale abrir a discussão ressaltando o modo de produção na qual ela está inserida, o capitalismo. Logo, é a partir dele que se dá a relação entre duas classes, através da dominação, sendo a classe trabalhadora constituída pelas pessoas dominadas e a burguesia (capitalistas) pelo conjunto de dominantes. Neste tópico, elaboramos, assim, de saída, uma

abordagem sobre o conceito de classes sociais desenvolvido por Marx, como o caminho escolhido para iniciar essa discussão.

Justificamos esta opção pela compreensão de que o processo de exploração do modo de produção capitalista instituído pela classe burguesa é a gênese das relações sociais. Como relações sociais determinadas pelo trabalho, deve-se considerar, embora não seja o objeto central da dissertação, também o gênero, a raça e a etnia⁹. Pois, “diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral” (Marx, 1978, p. 246, *apud* Mattos, 2019, p. 62).

Em se tratando das mutações na organização do trabalho e suas formas de resistência, esta pesquisa se embasou na conceituação de classe social da tradição marxista como categoria de análise. Para tal, nos referimos a Mattos (2019), Druck (2018), Antunes (2020a) e Assunção (2020), uma vez que as autoras e os autores trazem importantes contribuições para a reflexão acerca da questão da classe, considerando as opressões, relacionadas às transformações do mundo do trabalho, baseada em uma análise histórica, concreta e atual, considerando o contexto brasileiro.

Mattos (2019) contribui à nossa trajetória teórica aqui quando explicita o termo “classe” e suas definições, fundamentadas nos fenômenos relacionados ao consumo, renda e mercado, mostrando que o vocábulo fora empregado, especialmente, para definir os termos da transformação operada pela burguesia nas sociedades modernas (Mattos, 2019, p.25). O autor discute as situações concretas do trabalho e de sua formação, definindo de forma ampla a classe trabalhadora, como um conjunto de pessoas que vivem da sua força de trabalho, por meio do assalariamento (Marx, 1884, *apud* Mattos, 2019, p.26). Ainda afirma que quanto maior for a riqueza social, o funcionamento do capital, o volume do seu crescimento, a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva do seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva, isto é, a força de trabalho disponível (Marx, 2013, p.719, *apud* Mattos, 2019, p.114). Ou seja, o desenvolvimento capitalista inevitavelmente redundará na miséria e degradação das

⁹ Ou seja, a opressão de gênero - existente antes do capitalismo - tem sua especificidade moral, principalmente em relação à importância do trabalho reprodutivo, essencial para a reprodução da mercadoria que garante a valorização do capital. A classe trabalhadora é constituída não apenas por pessoas assalariadas ou ocasionalmente desempregadas, mas também por mulheres que se dedicam ao trabalho doméstico e que se constituem como força de trabalho total. Em relação à opressão étnica e racial, diferentemente da opressão de gênero, assume uma referência histórica e moral justificada pelo capitalismo, diretamente legitimada com a ideologia da escravidão. Em outras palavras, as opressões de raça e etnia se fortalecem particularmente durante a industrialização capitalista. Concomitantemente, os movimentos abolicionistas internacionais surgem questionando a continuidade da escravidão. Antes desse período, tais opressões estavam ligadas aos fatores religiosos e culturais, depois passaram a ser fundamentais para a reprodução das relações sociais capitalistas (Mattos, 2019).

condições de vida da classe trabalhadora, concretizadas nos processos delineados no item a seguir.

Mattos (2019) parte do pressuposto da necessidade de existência da força de trabalho para que ocorra o processo de acumulação capitalista. Aparentemente, isso geraria melhores salários para trabalhadoras e trabalhadores, porém, isso não acontece. Logo, o cerne desse sistema econômico é a exploração dessas pessoas pela burguesia, isto é, uma exploração de uma classe por outra.

Ainda que a teoria marxista não tenha fundamentado uma sistematização sobre estratificação social, ela tampouco se limitou a tratar a classe como um fenômeno econômico. Também não considerou uma sociedade emancipada pelo trabalho, já que arriscou na capacidade revolucionária da classe de, historicamente, transformar as suas próprias condições. Como não ofereceu definições estáticas, a teoria marxista ponderou o processo histórico-dialético, determinado por inúmeras relações sociais (Mattos, 2019).

As crises estruturais do capitalismo, segundo Mattos (2019), trouxeram um conjunto de mudanças no interior do sistema, dispendo a precarização do trabalho como primordial para a acumulação capitalista nos tempos atuais. Assim, o conjunto da classe trabalhadora permanece em condição permanentemente rebaixada, aceitando, de forma crescente, menores salários e se sentindo impotente diante dos altos índices de desemprego.

Para esta compreensão, é importante superar uma perspectiva economicista de classe, conforme já ponderamos acima, ou seja, considerar o nosso tempo histórico e a realidade concreta junto à complexidade das múltiplas determinações da sociedade capitalista, destacando ainda as especificidades do capitalismo dependente, no qual o Brasil está inserido de forma subalternizada (Mattos, 2019).

As relações sociais, segundo o autor, condicionam a nova morfologia da classe trabalhadora, levando em consideração a heterogeneidade, explicitada pelo contingente de trabalhadoras e trabalhadores, atravessados (as) pelas relações de opressões de gênero e raça (Mattos, 2019). Ao dissertar sobre a heterogeneidade da classe trabalhadora atual em um país como o Brasil, de economia periférica e capitalismo dependente, não podemos deixar de ressaltar o seu processo histórico que teve marcas de exacerbação das opressões de gênero e raça nessa relação.

Em relação às formas patriarcais de opressões de gênero, segundo Mattos (2019), elas antecedem o capitalismo, porém sobrevivem nas relações sociais do modo de produção capitalista de um modo característico. Quanto à raça, o Brasil, no contexto mundial, foi o último

a agenciar a libertação das pessoas escravizadas nas Américas. Portanto, isso nos permite refletir que as opressões justificadas ideologicamente por critérios raciais emergem do capitalismo, já que antes à fase de acumulação do capital os fatores eram tidos como religiosos e/ou culturais (Mattos.2019).

Compreendemos que, com a manutenção das opressões e com o aumento da produtividade do trabalho, cada vez mais um conjunto menor de força de trabalho é necessário para operar o exigido pelo capitalismo contemporâneo. Assim, cria-se um conjunto referido como "exército industrial de reserva" ou superpopulação relativa, de acordo com a teoria marxista. Esta superpopulação desempenha papel crucial na exploração do trabalho e na sustentação da reprodução do capital.

Neste sentido da construção de uma discussão pautada na teoria criada por Marx, avaliamos que ela continua atual e não podemos deixar de considerar as relações de forças favoráveis à classe burguesa, dominadora da classe trabalhadora, conferindo retirada dos direitos sociais e dos direitos trabalhistas, e agindo em prol da manutenção das opressões¹⁰.

À vista da sociedade construída através das relações de classes, a história comprova que sempre que houve movimentação da classe dominada com enfrentamento à classe burguesa, o rumo da organização social tomou novos sentidos. Por isso, Assunção (2020) afirma que a luta de classes é o motor da história, porque só por meio dela que aparecem as contradições das classes, ainda que ela seja em singelas frações cotidianas, como exemplifica a autora: greves por melhores salários ou condições de trabalho, paralisações por alguma reivindicação trabalhista, movimentos de luta contra as opressões às mulheres, pessoas negras, LGBTQIAPN+ e povos originários. Posto isso, é importante considerar que a classe trabalhadora vai se constituindo historicamente concomitantemente à luta de classes, inerente ao processo histórico. Portanto, compreender a (nova) morfologia da classe trabalhadora é também analisar as formas contemporâneas de luta que a constituem, objeto do subcapítulo 2.3.

Por isso, é preciso considerar a complexidade da configuração da classe trabalhadora no contexto histórico para inferirmos sobre essas relações. Compreendemos que as características sociais do Brasil possuem como estrutura o exercício do poder da classe dominante. No entanto, não se trata de um domínio estático, cabendo ao grupo que exerce o domínio assegurar a sua organização para manutenção do poder. E ao grupo de dominados (as) pensar formas de resistência.

¹⁰ Aqui retomamos a observação sobre as opressões de raça e gênero. Assunção (2020) aponta o elemento da opressão de gênero como primordial na exploração social capitalista. Dessa forma, o salário é rebaixado e as profissões tidas como extensoras do lar são as oferecidas para as mulheres.

Ainda nesse sentido, o que o sistema capitalista vem tentando fazer para superar as crises históricas é encontrar formas novas de explorar o trabalho e produzir mais-valor. Para compreendermos essa categoria, Assunção (2020) nos oferece um exemplo ilustrativo sustentado na análise marxista:

Suponhamos uma jornada de oito horas diárias. Em duas horas de trabalho, se produz o suficiente para cobrir as despesas com maquinaria, produtos de limpeza, alimentação e o salário do Dia do Trabalhador e da trabalhadora. O que acontece com o que é arrecadado nas outras seis horas de trabalho? Fica com o capitalista, o patrão, a burguesia. Esse trabalho que sobra, que chamamos *excedente* e que se torna puro lucro para os capitalistas, é o que chamamos de mais-valia. É o trabalho que o capitalista rouba dos trabalhadores (Assunção, 2020, p.204).

Partindo da citação da autora, vale ressaltar que a lei da mais-valia é um elemento que se sobressai no modo de produção capitalista, ou seja, o (a) capitalista precisa que o seu capital seja valorizado e acumulado, portanto, a base da relação passa a ser a parcela que nada custe para ele (a) na produção da mercadoria. Assim se constitui o processo de exploração do trabalho, a partir da produção de mercadorias e extorsão para a apropriação do trabalho excedente na produção de produtos com valor de troca.

A complexidade da composição da classe trabalhadora atual no Brasil, que vem se modificando historicamente, se dá a partir de sua nova morfologia, termo utilizado por Druck (2018). Segundo a autora, esta é uma relação social constituída entre as pessoas por meio das formas de produção e apropriação do trabalho. Há um movimento dialético em curso no sistema capitalista, pelo qual ao mesmo tempo em que as relações de trabalho permitem maior exploração, existe um aumento do conjunto de pessoas de fora do processo trabalhista formal. A intenção do capital em ambas as situações é acumular cada vez mais riquezas. Este processo também contribui para gerar uma heterogeneidade da classe trabalhadora, isto é, ela se encontra incluída numa totalidade dinâmica e contraditória da vida social que mantém uma unidade, porém apresenta especificidades em seu interior.

Para Druck (2018), baseada na obra de Marx e Engels, a heterogeneidade da classe trabalhadora não é elemento decisivo de fragilização da classe (composta por operários, operárias, desempregados e desempregadas, operários e operárias industriais, mulheres, homens, crianças, estrangeiros, proletariado rural, dentre outras), e sim, é elemento de perversa relação de concorrência que se dá no interior dela, além de carência de associações que a aglutinem e organizem no enfrentamento aos capitalistas.

A autora sistematizou quatro elementos que resumem a nova morfologia da classe trabalhadora, considerando o contexto histórico atual e as diferentes formas de reprodução do capital. O primeiro deles é *a apropriação privada do trabalho*, onde acontece a transformação em mercadoria, criação do assalariamento como a principal relação social. O segundo elemento diz respeito ao lugar da concorrência inter e intraclasses, potencializada desde o capitalismo industrial, constituindo um modo de vida social. O terceiro se dá na relação classista do Estado, expressa pelas políticas neoliberais, desequilibrando os mercados, dando total liberdade ao capital, além da aprovação das contrarreformas trabalhistas. O quarto, e último elemento, diz respeito à heterogeneidade na composição da classe trabalhadora, diferente do processo histórico de homogeneização ocorrido durante o percurso do capitalismo. Todos esses elementos estão presentes no trabalho desde sempre, porém, no percorrer da história, acontecem novas conjunturas e conseqüentemente novas interconexões e reconfigurações das classes sociais.

Ainda no que tange à heterogeneidade, entende-se por opressões de gênero aquelas que interferem nas relações sociais de mulheres e de pessoas LGBTQIAPN+, sendo o valor diferenciado que o capital atribui para cada grupo de pessoas, ampliando sua extração de mais-valia, a única diferença para o capitalista, de acordo com Druck (2018). Para compor a nova morfologia, segundo a autora, as condições materiais e históricas do período são responsáveis por determinar a disposição dos meios de produção e daquelas pessoas que não dispõem desses meios.

A discussão proposta pela autora em relação à classe trabalhadora atual no Brasil, fundamentada em Alves (2021), afirma que, a partir dos anos 90, se formou um novo e precário mundo do trabalho, a partir de políticas trazidas pelo neoliberalismo e pela reestruturação produtiva, apontando para novas expressões da precarização. Além disso, a crise estrutural do capitalismo global produz uma nova formação do sujeito histórico de classe, sobre a qual trataremos no próximo capítulo. Ou seja, esse novo sujeito histórico de classe se encontra em condições proletárias e subalternizadas, estando submetido ao metabolismo do capital.

Druck (2018) complementa que a grande burguesia industrial está hoje financeirizada e subordinada à hegemonia da lógica financeira no Brasil. Isso também acontece, segundo a autora, com os grandes grupos comerciais, fazendo com que reduzissem as contradições da classe burguesa, dificultando assim a identificação das parcelas desta classe e contribuindo para o seu processo de homogeneização.

Desse modo, é preciso relacionar como o modo de produção capitalista (entre as classes) determina a configuração da classe trabalhadora atual no Brasil e toda a sua complexidade. A

expansão global capitalista alterou e ainda altera a expropriação de parcelas crescentes da população e a formação da classe trabalhadora em todas as áreas regionais ou nacionais. Entretanto, esse desenvolvimento capitalista é desigual e está em crise.

Assim como a acumulação de capital se aproveita de relações de trabalho mais longínquas, sempre que as considere funcionais, a sua busca por mais-valor, a cada nova configuração da classe trabalhadora acomete em si as particularidades dos seus processos de formação historicamente construídos (Antunes, 2020a). Ainda que aparentemente algumas teorias apontem para o fim do proletariado industrial oriundo do fordismo e taylorismo (como força de trabalho assalariada), há contraditoriamente um aumento de pessoas trabalhadoras no setor de serviços, indústria e agroindústria. Constata-se que Antunes (2020a) contradiz essas teses que apontam para o fim da classe trabalhadora. Devido ao processo industrial que mudou as configurações do trabalho, o autor pondera que o capitalismo não sobrevive sem o trabalho humano.

Nesse sentido, as contribuições de Antunes (2020a), sobre a configuração da classe trabalhadora atual no Brasil são fundamentais no sentido de compreendermos a totalidade desse processo. Para o autor, o desenho da classe trabalhadora atual se dá enquanto o conjunto de pessoas que vende sua força de trabalho em troca de salário, em diferentes setores, integradas nas cadeias produtivas globais e que são pagas com capital-dinheiro, seja realizando atividades regularizadas ou não, participando assim do processo de valorização do capital. Portanto, para pensarmos na classe trabalhadora atual, decerto se faz necessário resgatar como ela se constituía nos séculos XIX e XX, destacando o período taylorista/fordista. Antunes (2020a) afirma que, de fato, a classe trabalhadora também não era homogênea nessa época, existindo múltiplas fragmentações, inclusive a terceirização.

Logo, esta contextualização exige o resgate histórico da composição social da classe trabalhadora urbana que se formava no Brasil a partir de meados do século XIX, composta por pessoas artesãs livres que se viram forçadas ao assalariamento, como no caso europeu, mas também por pessoas ex-escravizadas e por migrantes europeus (quase sempre camponeses(as) expropriados(as) em seus países de origens.

No entanto, para os fins da presente dissertação, centraremos no contemporâneo, observando que a classe trabalhadora hoje é mais extensa, complexa, heterogênea e, também, mais fragmentada do que o proletariado industrial do passado (Antunes, 2020a). Nesta conjuntura, identificamos importante ressaltar a combinação complexa de trabalho rural e urbano, trabalho produtivo e improdutivo, nas formas mais modernas ou arcaicas às quais as pessoas se submetem, em troca de salário. Trabalhadores e trabalhadoras são desprovidos (as)

dos meios de produção, com exceção dos gestores do capital, que são aquelas pessoas que vivem de juros e da especulação, conforme Antunes (2020a) nos orienta.

Posto isto, as pesquisas de Antunes (2020a) discutem a problemática "quem é a classe trabalhadora hoje?" e a crise estrutural do capitalismo, diante das transformações do trabalho ocorridas nos anos 1970 e 1980. O autor afirma que não vivemos uma amortização completa do trabalho vivo diante do maquinário digital, mas sim o crescimento do novo contingente de trabalhadores (as), cujo trabalhos são intermitentes e ganham novas modalidades. Desde os anos 1990, com a vitória do neoliberalismo (a qual explicaremos mais adiante) no Brasil, o processo de reestruturação produtiva se intensificou, a partir das mudanças feitas nos padrões organizativos e tecnológicos (Antunes, 2020a). Desse modo, a reestruturação tem o objetivo de recuperar o ciclo reprodutivo perdido na crise e recompor o seu projeto hegemônico, tão confrontado pelas forças sociais (Antunes, 2020a).

Em obra posterior, o autor elucida que o sistema capitalista hoje só se reproduz devido ao seu caráter destrutivo da força humana de trabalho, da natureza, de forma irreversível, e da humanidade. Além de ser destrutivo, o capitalismo apresenta um metabolismo antissocial, e na fase pandêmica, vem sendo denominado capitalismo virótico, aquele que encontra como limite a letalidade (Antunes, 2021). Na visão do autor, a classe trabalhadora emerge simultaneamente da luta de classes e da lógica interna do capitalismo global. Isto é, a configuração da classe trabalhadora atual é mais ampla e fragmentada que a da classe trabalhadora em meados do século passado (no auge do sistema taylorista-fordista).

No percurso deste tópico buscamos apresentar, de forma panorâmica, alguns pressupostos e elementos gerais para a compreensão da formação e da dinâmica das lutas da classe trabalhadora brasileira à luz do materialismo histórico-dialético, constatando que ela é ampla, heterogênea, diversa, plural, complexa e fragmentada. Apontamos também, diante da nova morfologia do trabalho, processos destrutivos com diferentes formas de precarização. No próximo subcapítulo, trataremos precisamente sobre os processos de transformações do trabalho hoje no Brasil.

2.2 Transformações do trabalho no Brasil

Para compreendermos se o sujeito social docente no Brasil pode ser afetado pelas mudanças estruturais contemporâneas do trabalho, é fundamental focar na natureza desse movimento para que possamos analisar os traços contraditórios que o constituem e reconhecer a dialética de suas expressões.

Ao longo dos processos históricos, o capitalismo se utilizou das formas mais bárbaras das relações de trabalho. Tais relações apresentam, em particular, intensas mudanças no país, inclusive suscitadas pelo seu papel na divisão internacional do trabalho, desde 1970, afetando o Brasil, mais intensamente, a partir de 1990. Essas mudanças podem ser percebidas no aumento do número de pessoas que vendem sua força de trabalho nos setores de serviços.

Diante de sua permanente crise estrutural, o capital vem efetuando manobras para manter o seu caráter. Assim, o capitalismo segue buscando superar as dificuldades de valorização do valor, causando cada vez mais crises sociais que afetam o conjunto da classe trabalhadora (Antunes, 2020a).

Conforme já afirmamos, estas mudanças estruturais vêm se decompondo em seu processo civilizatório desde a década de 1970, culminando na implementação do projeto neoliberal em 1990, que apresenta inúmeras contradições. Uma delas, no Brasil, embora não a tratemos aqui, é a ilusão neodesenvolvimentista, que supõe a emergência de um novo projeto de desenvolvimento econômico e social, mas que, de fato, implica em alianças entre governos “progressistas” e neoliberais (Alves, 2020).

Portanto, pretende-se neste tópico, sistematizar algumas das expressões do trabalho contemporâneo, compreendendo que os conceitos que as traduzem são interligados e se originam de um processo mais amplo, aquele relativo às crises estruturais do capitalismo. Assim como no item anterior, voltaremos nosso olhar para as especificidades destas expressões no Brasil, discorrendo, assim, sobre os conceitos de precarização, terceirização, flexibilização, informalização, plataformização, uberização e empreendedorismo.

2.2.1 Precarização

Uma questão relevante na literatura sobre precarização diz respeito ao seu marco inicial e temporal, assim como suas novas formas sob o capital. Também constitui um tema proeminente nos estudos o caráter específico da precarização na periferia dependente do capitalismo. Reconhecemos a precarização como uma categoria complexa, sendo resultado da construção social e histórica de sujeitos centrados em suas relações sociais. Consistindo em uma construção coletiva, tal categoria, portanto, pode implicar diversas maneiras de defini-la e de relacioná-la com outras dimensões da vida em sociedade, assim como pode apontar para determinadas permanências ou, o inverso, mutações no trabalho sob o capital.

Antunes (2020a) sinaliza que devemos ter um olhar atento para a história recente, que revela a precarização do trabalho em uma dinâmica mais intensa, como uma expressão da

reestruturação produtiva, marcada pela superexploração do trabalho aliada ao processo de extração de mais-valia. Os novos padrões de organização geraram altas taxas de acumulação, com a introdução de métodos participativos, seguindo as exigências das empresas transnacionais. Dessa forma, os capitalistas do Brasil precisaram implementar técnicas toyotistas e novas formas flexíveis de acumulação para se acomodarem aos padrões de competitividade exigidos pelo capital.

Ainda que não seja um processo totalmente novo, a precarização do trabalho, de acordo com Antunes (2020a), se constitui como um fenômeno com dinâmica notadamente marcante só a partir da década de 1970, em resposta à crise estrutural do capital. Para o autor, a primeira expressão da precarização é a ausência de contratação de trabalhadoras e trabalhadores nas mais distintas atividades, alavancando a flexibilização e a informalidade.

O autor pondera que, mais recentemente, as tecnologias da informação e comunicação se configuram num componente central, ampliando o trabalho precário, já que estimulam ainda mais a competitividade com o objetivo de aumentar a produtividade, intensificando, assim, o ritmo de trabalho, flexibilizando-o e informalizando as relações laborais. Além disso, reduz a possibilidade da existência das atividades organizativas e reivindicatórias que exigem a identificação e solidariedade entre trabalhadores (as) e tende a diminuir seus salários, já que, para os empregadores, a “máquina” pode realizar parte do serviço. O autor complementa, afirmando que

A introdução do trabalho online, que cresce intensamente desde os primórdios da reestruturação produtiva na década de 1970, com o seu instrumental tecnológico-informacional-digital, fez deslanchar essa processualidade, que se tornou incessante, convertendo a reestruturação produtiva em um processo permanente, da qual a denominada *Indústria 4.0* é a mais nova etapa (Antunes, 2020a, p. 50).

Segundo as afirmações de Antunes (2020a), compreendemos que os processos de reestruturação produtiva, de globalização e hegemonia liberal, na verdade, constituem-se como artefatos estruturais do modo de produção capitalista, uma vez que coadunam elementos econômicos, sociais, políticos e jurídicos que aumentam a taxa de exploração do trabalho. Tais artefatos permanecem constantes na configuração atual dos mundos do trabalho e constituem as dimensões da precarização do trabalho aqui tratada. A citação ainda destaca o caráter insistente do formato digital de trabalho, garantindo que a reestruturação produtiva se torne permanente. Ou seja, atualmente, a tendência é cada vez aumentar o processo de exploração do trabalho humano por meio das tecnologias, garantindo, assim, mais lucros para os capitalistas e intensificando a precarização.

Um outro ponto que merece destaque na literatura é a especificidade da precarização no Brasil, como um país periférico. Tal particularidade se compôs também a partir da divisão internacional do trabalho, pela qual particularidades e singularidades capitalistas nas periferias diferem daquelas dos países de capitalismo central. Se pensarmos nos processos históricos brasileiros, é inescapável considerar o escravismo colonial na dinâmica da constituição histórica da classe trabalhadora brasileira.

Antunes (2020a) afirma que, a partir da abolição do trabalho escravo, esta fração da classe trabalhadora se originou já de maneira “precarizada”, e permaneceu dessa forma, comprovando que é preciso ponderar as particularidades e singularidades da classe trabalhadora brasileira, sobretudo nas periferias. Entretanto, sinaliza que a precarização não é uma fatalidade inelutável, mesmo na periferia,

mas um modo de ser intrínseco ao capitalismo, um processo que pode tanto se ampliar como se reduzir, dependendo diretamente da capacidade de resistência, organização e confrontação da classe trabalhadora. Trata-se de uma tendência que nasce, conforme Marx demonstrou em *O Capital*, com a própria criação do trabalho assalariado no capitalismo. Como a classe trabalhadora vende sua força de trabalho e só recebe parte de sua produção, o excedente que é produzido e apropriado pelo capital tende a se ampliar por meio de vários mecanismos intrínsecos à sua lógica (Antunes, 2020a, p. 61)

O partilhado na citação situa a inerência da luta de classes no processo de precarização do trabalho analisada pelo autor. Diante da lógica da estrutura capitalista, a classe dominante sempre busca alcançar margens exorbitantes de mais-valor e, para isso, se organiza para limitar a existência da classe trabalhadora ao mínimo possível, inclusive tornando parcelas significativas descartáveis.

Antunes (2022a) organizou dados sobre a precarização do trabalho, a partir da fonte (IBGE/Pnad), demonstrando números alarmantes referentes ao primeiro trimestre de 2020. Ainda que os considere invisíveis e com índices bem limitados, o autor afirma que

São 12,85 milhões de desempregados, sendo que a informalidade também aumentou e chegou a 40,7%, abarcando outras 38,3 milhões de trabalhadores e trabalhadoras [...] Se adicionarmos o “desemprego por desalento” (talvez fosse melhor designá-lo “desalento pelo desemprego”), também bastante mascarado pela pandemia, o volume seria bem maior. [...] poucas semanas depois da divulgação desses índices, eles já estarão bastante superados pela concretude da tragédia cotidiana do mundo do trabalho. Em 2021, após um aumento acentuado do desemprego, que atingiu no primeiro trimestre a marca de 14,6%, observamos uma tendência de queda: 13,7% no segundo trimestre, seguido de 12,1% no terceiro trimestre. O recuo, entretanto, ocorreu acompanhado de pelo menos dois movimentos relevantes: por um lado, a persistência e ampliação da informalidade, por outro, a queda no rendimento médio

dos trabalhadores e trabalhadoras, 11,1% inferior ao observado em 2020, considerando o mesmo trimestre (Antunes, 2022a, p. 24).

Os números apontados na citação são alarmantes, porém o autor demonstra que os índices de desemprego nem sempre conseguem expressar a realidade concreta, pois ela se confunde com a informalidade. Os índices sobre informalidade comprovam o processo de precarização do trabalho em curso, de forma avassaladora.

Dessa maneira, Antunes (2022a) comprova a fragilidade das formas de inclusão no mercado de trabalho e as expressões das desigualdades sociais (gênero e etnia), principalmente nas periferias. As novas formas de gestão pautadas na imposição de metas inalcançáveis, alargamento da jornada de trabalho e polivalência, se sustentam através de políticas discriminatórias empregadas pela terceirização e políticas do medo de que se expressam nas formas de abuso de poder, pelo meio do assédio moral. Essas situações vêm sendo denunciadas em processos na Justiça do Trabalho e no Ministério Público do Trabalho.

Uma matéria que comprova a situação descrita, foi amplamente divulgada em 26 de janeiro de 2023, intitulada “*Idosa receberá pensão de um salário-mínimo após 72 anos em condição análoga à escravidão*”. De acordo com Barreira (2023), esse é o caso de exploração mais longo registrado no Brasil, segundo dados do Ministério do Trabalho e Previdência, desde o início do registro histórico em 1995. A idosa passou a vida inteira trabalhando para a mesma família, durante várias gerações, sem receber salário ou qualquer benefício, em condições análogas à escravidão. Ela foi resgatada em março de 2022 após uma denúncia anônima. De acordo com a fonte, “a Justiça do Trabalho expediu liminar determinando o pagamento de pensão mensal no valor de um salário-mínimo para a trabalhadora.”

Com efeito, essas formas de gestão são gerenciadas pela lógica da acumulação financeira que, no âmbito do processo de trabalho, impõe total flexibilidade em todos os níveis, instituindo um novo tipo de precarização que passa a dirigir a relação entre capital e trabalho em todas as suas dimensões. Uma de suas expressões é a redução do trabalho vivo, substituído pelas ferramentas automatizadas, empurrando a classe trabalhadora para os trabalhos manuais, ao mesmo tempo em que aumenta o contingente do exército sobrance da força de trabalho (Antunes, 2020a)

Assim como Antunes (2020a), Druck (2011) afirma que a precarização social do trabalho “[...] é um novo e um velho fenômeno, porque é diferente e igual, porque é passado e presente e porque é um fenômeno de caráter macro e microsocial [...]” (Druck, 2011, p. 38). A autora reconhece que há uma recente reestruturação da produção e do trabalho, indicando

que há novidades nas atuais formas de precarização. Para a autora, a precarização social do trabalho é um novo e um velho fenômeno, porque apresenta uma complexidade intrínseca. Nas suas palavras,

As contradições histórico-sociais do trabalho não permitem conclusões apressadas ou definitivas sobre rupturas e novas formas de trabalho ou de relações sociais, pois, ao lado de novas condições e situações sociais de trabalho, velhas formas e modalidades se reproduzem e se reconfiguram, num claro processo de metamorfose social (Druck, 2011, p.37).

Esse movimento complexo, que é a precarização, pode obter recuos e avanços ao longo de seu curso, em concordância com o movimento de resistência e luta das trabalhadoras e trabalhadores. Num processo de metamorfose social, a autora explica que, ainda que uma de suas características seja oferecer baixos salários para esse conjunto de pessoas que vende sua força de trabalho, dependendo de seu movimento, a tendência de baixar ainda mais o salário pode ser maior ou menor. Ou seja, a precarização não é algo estático, e sim uma relação social em processo constante de mudança.

A autora afirma que, quando se reduz o custo da força de trabalho, extraem-se direitos, vínculos e salários, e, conseqüentemente, a precarização do trabalho se expande. O capital continua processando o trabalho para convertê-lo em mais-valor, em escala global, constituindo relações de trabalho determinantes para a precarização estrutural. Isso se expressa tanto no setor público quanto no setor privado.

Cabe destacar os tipos de precarização organizados por Druck (2011), que geraram a construção de um conjunto de Indicadores de Precarização do Trabalho e de Resistências, permitindo ajustar informações distintas e complementares, a partir das bases de dados realizadas por instituições oficiais do Estado.

O primeiro tipo de precarização se dá a partir da vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais. Embora com dados menos recentes, é pertinente apresentar este estudo de Druck publicado em 2011. Importante atentarmos que, já naquele momento, o quadro traçado pela autora era dramático: nos anos 2000, apesar da redução da taxa de desemprego e um aumento do número de pessoas empregadas com carteira, o cenário foi atravessado pela crise mundial de 2008. Entre seis meses dos anos de 2008 e 2009, segundo dados do IBGE/Pnad, os desocupados cresceram 19%, além de ter se ampliado uma significativa desigualdade étnica e de gênero, que apontou desemprego das mulheres em 11,1% e de homens 8,3%, sendo maior entre jovens negros (18,8%) e jovens brancos (16,5%). Ainda se nota uma

brutal diferença geracional, desfavorecendo as pessoas mais jovens (em 2009, quando a taxa total de desemprego era de 8,3%, os jovens desempregados entre 15 e 24 anos correspondiam a 18%). Para piorar o quadro dramático, existiam 2,1 milhões de jovens entre 15 e 24 anos que não estudavam nem trabalhavam (Druck, 2011, p.47).

O segundo tipo de precarização trazido pela autora diz respeito à intensificação do trabalho e à terceirização. Ambos os fenômenos são nitidamente identificados nos novos padrões de organização e gestão do trabalho, trazendo condições precárias. A intensificação do trabalho se expressa na exigência de cumprimento de metas inatingíveis, em jornadas de trabalho extensas, e na polivalência, entre outros aspectos. Em relação à terceirização, ela foi utilizada como forma de gestão das empresas para que elas resistissem ao processo de reestruturação produtiva. A terceirização, da qual trataremos no item 2.2.3, exige flexibilidade em todos os níveis trabalhistas, passando a comandar a relação entre capital e trabalho em todas as suas dimensões. Nesse novo tipo de precarização notam-se desastrosas formas de abuso de poder, através do assédio moral, redução dos custos e pelas formas instáveis de inserção e de contratos de trabalho (Druck, 2011).

O terceiro tipo de precarização, explicitado por Druck (2011) diz respeito à insegurança e falta de saúde no trabalho, que também são consequências das novas formas de gestão e são causadas pela produtividade a qualquer custo, inclusive de vidas humanas. Um dos indicadores sobre esse novo tipo é o crescente número de acidentes de trabalho e mortes no trabalho. Ainda que as estatísticas sejam subnotificadas, a autora sinaliza que as pesquisas apontam que o contingente de trabalhadoras e trabalhadores terceirizados(as) sofre mais acidentes e mortes do que demais trabalhadores (as).

Druck (2011) considera que o quarto tipo de precarização social corresponde à perda das identidades individual e coletiva. As condições da nova gestão fazem com que as pessoas que trabalham se sintam inúteis, além de impor que elas sejam as únicas responsáveis pela sua empregabilidade, seu fracasso ou sucesso.

O quinto tipo de precarização pode ser explicado a partir das dificuldades da organização sindical e das formas de luta e representação da classe trabalhadora. Ambas são efeitos da concorrência perversa no interior da própria classe trabalhadora, relacionada à sua heterogeneidade e fragmentação, sugerindo aspersion sindical, aumentada, sobretudo, pela terceirização.

O sexto tipo de precarização social do trabalho se desenha diante da condenação e do descarte do Direito do Trabalho e se manifesta no acometimento dos artifícios de

regulamentação do Estado, na sua forma mais violenta de destruir as leis trabalhistas e sociais, pautada nos ditames liberais da flexibilização (Druck, 2011).

Druck (2018) apresenta uma chave diversa de Antunes (2020a), quando evidencia que a precarização se propagou para todos as frações da classe trabalhadora (considerando sua complexidade), no centro e na periferia, em ambos os setores (rural e urbano), e em todas as atividades (serviços públicos e privados, indústria e comércio). Ou seja, ainda que se apresentem particularidades, todos os setores foram afetados pela precarização do trabalho.

A autora afirma que as condições objetivas do Estado Neoliberal são determinantes para valorizar a precarização do trabalho, alterando, inclusive, a subjetividade dos trabalhadores (as), que acabam buscando legitimidade nessas novas relações de trabalho, relevadas pela construção do “sujeito empreendedor”. Druck (2021) demonstra este argumento no seguinte trecho:

O Estado neoliberal vai se configurando sob as transformações trazidas pelo capitalismo flexível, financeirizado e globalizado, resposta à crise do padrão fordista de acumulação a partir dos anos 1970, os países do centro, e dos anos 1990, no caso brasileiro. Um novo padrão de acumulação, em que a esfera financeira passou a determinar todos os demais empreendimentos do capital, subordinando a esfera produtiva e contaminando os modos de gestão do trabalho, imposta como estratégia central pelo capital. Assim, esta hegemonia da “lógica financeira” impregna todos os âmbitos da vida social, instituindo um novo modo de trabalho e de vida, marcados pela volatilidade, efemeridade e descartabilidade que conformam a flexibilização/precarização do trabalho (Druck, 2021, p. 826).

E continua:

O Estado cumpre um papel central nessa nova estratégia de valorizar e propagar uma concorrência sem limites, e, como responsável para responder à crise, busca criar novas e melhores condições fiscais e sociais para a valorização do capital. São escolhas políticas que se consubstanciam na aplicação de contrarreformas cujo eixo é a redução do custo da força de trabalho, seja através da subtração de direitos, seja através das “reformas” trabalhistas e previdenciárias para o setor privado, seja através das “reformas administrativas” do Estado, que visam reduzir salários, direitos e vínculos estáveis dos servidores públicos (Druck, 2021, p. 827).

Seguindo o raciocínio das citações da autora, podemos compreender que a conjuntura econômica financeirizada e a continuidade da reestruturação produtiva são amparadas por um projeto político e econômico, cuja estrutura ideológica é primordial para garantir o pleno desenvolvimento desse padrão de acumulação. Tal projeto político e econômico é entendido como neoliberalismo, e impõe uma formação subjetiva central para seu sucesso. Trataremos sobre esse tema no próximo capítulo.

Nesse sentido, segundo Druck (2021), as escolhas políticas que favorecem a manutenção da precarização do trabalho se manifestam na redução do custo da força de trabalho, através das “reformas” trabalhistas e previdenciárias e das “reformas administrativas” do Estado neoliberal. Em suma, essas medidas visam reduzir salários, direitos e vínculos estáveis, estabelecendo a precarização do trabalho como regra, atribuindo a cada indivíduo a responsabilidade por esta nova realidade, determinada pela sociedade capitalista.

Desta forma, considerando o exposto até o momento, podemos afirmar que Alves (2021) estabelece um marco distinto ao de Antunes (2020a) e Druck (2011), afirmando que a precarização do trabalho assume novas dimensões, não a partir propriamente dos anos 1970, mas sim, sobretudo, a partir dos anos 2000, com o surgimento do capitalismo de plataformas (Snicker, 2016 *apud* Alves, 2021, p. 213). O autor, ao tratar sobre a crise estrutural do capitalismo, afirma que o trabalho vivo tem sido substituído, de forma acelerada, pelo trabalho morto, acrescendo assim a taxa de lucro do capital global.

Nesse sentido, a precarização do trabalho vivo tomou outras formas a partir da década de 2000. A nova precariedade do capital assumiu como elementos a regulação salarial, adotando a tecnologia como base informacional e modificando paulatinamente a subjetivação e a conscientização da classe trabalhadora. O capital, ancorado pela classe dominante, atua com destreza, transformando os locais de trabalho, substituindo trabalhadoras e trabalhadores por robôs, e fazendo com que elementos de coerção fiquem mais fortalecidos, diante da ameaça à ordem social advinda da reação da classe trabalhadora (Alves, 2021).

Assim, também devemos considerar a questão do desemprego estrutural, da degradação do estatuto salarial da força de trabalho e do aumento da produtividade do trabalho nos setores de produção de valor. Todo esse processo pode ser explicitado através das estratégias utilizadas pelo sistema capitalista, através da extensão das jornadas de trabalho, ignorando a legislação trabalhista, ou de subcontratação de grupos em condições diferenciadas de acesso a direitos.

O autor reitera que, apesar da precarização estrutural do trabalho assumir nova configuração, a necessidade de rebaixamento do valor da força de trabalho é constante, juntamente com o aumento da exploração do trabalho. Ambos são identificados como tendência particular do desenvolvimento capitalista (Alves, 2021).

De forma semelhante ao apontado pelos outros autores, para Alves (2021), a partir do processo de precarização do trabalho como componente do capital, novas subjetividades da classe trabalhadora se manifestam, tanto quanto sua objetividade social. Tal exposição arruma o cenário atual da crise histórica desse novo tipo. Com o neoliberalismo, um processo, que o autor denomina de “dessubjetivação de classe” vem se acentuando, desgastando a luta coletiva.

Ou seja, a perspectiva coletivista perde espaço para as atitudes que estimulam o individualismo e a competitividade.

Em relação aos tipos de precarização, o pesquisador marca que duas novas dimensões são determinantes no modo de produção da sociedade capitalista no século XXI. A primeira trata da remuneração, denominada pelo autor de “precarização salarial”, que se apresenta como uma maneira do capital recompor e exploração do trabalho vivo em situação de crise da lucratividade global. Dessa forma, modificam-se as condições de regulamentação do estatuto salarial, assim como a organização total do trabalho com a inserção da gestão toyotista e de novidades tecnológicas informatizadas (Alves, 2021). A segunda consiste na “precarização das condições de existência social do trabalho vivo”, que deriva do modo de vida just-in-time, incitando o que o autor denomina de “vida reduzida”. O autor caracteriza como a “precarização da pessoa que trabalha” aquela que se revela por meio dos adoecimentos físicos e psicológicos dos sujeitos da classe trabalhadora (Alves, 2021).

Desse modo, Alves (2021) delinea a sua análise considerando o Brasil como país periférico. Aponta que há uma exigência do capital global em reformular a precarização do trabalho para que o Brasil se integre na mundialização exigida pelo capital globalizado. O processo de reformulação da precarização vem alterando o novo ecossistema do trabalho nas organizações privadas e públicas.

Na mesma direção de Alves (2021), Fontes (2017) afirma que, quanto mais o capitalismo se amplia, mais o trabalho obtém diversas configurações, revestidas por aparências contraditórias e enfatizadas pela propaganda e ação empresarial e estatal. A autora destaca que duas aparências tomam espaço na atualidade: a primeira refere-se à redução de emprego ao trabalho, sendo superável e a segunda, a eliminação do trabalho na vida social.

Contradizendo as aparências sinalizadas pela autora, o trabalho continua sendo extremamente necessário na base social, mascarando condições de existência através do salário. O mesmo é valorizado socialmente quando se transforma em emprego, assegurado por um contrato. Porém, desde o século XIX, diferentes e gigantes lutas sociais atribuíram limites aos capitalistas, transformando as formas de pagamento “por peças” em uma vasta multiplicidade de direitos, como férias, salário adicional, aposentadoria, entre outros.

Logo, a consequência foi o aumento do desemprego estrutural, sendo ele a maior ameaça para a classe trabalhadora. Junto com ele, caminha a precarização do trabalho, uma vez que, à medida em que ele se expande, piores condições de trabalho são oferecidas às pessoas que tentam burlá-lo para sobreviver. A pesquisadora expõe que isso se tornou uma maneira de comandar extensas massas de seres sociais e que deriva de dois processos principais: “a

permanência de expropriações, produzindo mais seres necessitados de vender força de trabalho em concorrência com os empregados, e a introdução de maquinaria e tecnologia, que dispensa força de trabalho” (Fontes, 2017, p.48).

À vista disso, Fontes (2017) destaca que a internacionalização da circulação de capital contribuiu para a submissão dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, ampliando as expropriações primárias nas periferias e campesinatos, e as secundárias, nas áreas urbanas. Ambas contribuíram para intensificar o processo de precarização do trabalho. Dessa forma, ocorreu uma disponibilidade gradativa de trabalhadores (as) em postos laborais distantes, o que leva à inserção de tecnologias voltadas para a interconexão e o transporte.

A expansão do capitalismo ocorreu, segundo a autora, concomitantemente com a produção de mais trabalhadores (as) e com mais formas secundárias de subordinação já existentes que passaram a ganhar destaque. O trabalho por peças, o trabalho em domicílio, os estágios (período complementar à formação educativa) e as empresas terceirizadas. Forneceram, dessa maneira, um molde para a subordinação das pessoas que vendem sua força de trabalho e acumulação do capital para além do emprego, deixando-as, assim, expostas à intensa precarização do trabalho (Fontes, 2017, p.52).

Considerando os apontamentos da autora, as expropriações de direitos da classe trabalhadora se acentuaram, ampliando ainda mais a precarização no Brasil, com a aprovação das (contra) reformas: a regularização da Emenda Constitucional nº. 95, de 15 de dezembro de 2016, que legalizou a compressão de investimentos públicos em saúde, educação, saneamento, entre outros setores. As Reformas Trabalhista (Lei nº 13.429/2017) e da Previdência Social (Emenda Constitucional nº 103/2019) também apontam o retrocesso, que ocorre em concomitância, no Brasil, com o avanço de novas formas de trabalho, como a *flexibilização* e *uberização*, das quais trataremos posteriormente, além da incerteza do direito à aposentadoria. Já a Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que reformou a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), permitiu a flexibilização dos contratos de trabalho, regularizando assim os denominados popularmente como “bicos”.

Para analisarmos a precarização, também vale ressaltar os apontamentos de Praun (2020), quando trata da temática na mesma direção dos autores anteriores, confirmando que a precarização do trabalho sempre fez parte da estrutura do mercado de trabalho, tão caracterizada pela informalização e baixa remuneração. A autora afirma que a precarização foi adquirindo, historicamente, suas particularidades, favorecendo a desigualdade de acesso aos poucos direitos conquistados pela própria classe trabalhadora.

A autora sinaliza que o marco temporal das fragilidades estruturais do sistema, que possibilitam uma maior precarização do trabalho, se deu nas últimas décadas do século XX. As fragilidades estruturais do sistema capitalista interferem nas relações de trabalho, carregando um conjunto de mudanças mundiais sob a ordem neoliberal, trazendo consequências lastimáveis para o Brasil. Praun (2020) aponta um aprofundamento dos desmontes dos serviços públicos, aumentando a “hiperflexibilização” do trabalho (disseminada pelo campo das tecnologias avançadas) e confirmando, assim, a intensificação da precarização do trabalho.

Outra questão trazida pela autora é a expressão acentuada da precarização nas periferias. Para tanto, ela traz como exemplo, para confirmar a questão, o caso da empregada doméstica, que trabalhava em um prédio de classe média alta do Recife, em meio às medidas de isolamento social durante a pandemia de Covid-19. Além de não ter o seu direito ao isolamento garantido, a trabalhadora vivenciou situações traumáticas quando precisou levar seu filho para o ambiente laboral e acabou o perdendo em uma queda de nove andares. A morte do filho da trabalhadora, que era um menino negro, demonstra a marca da desigualdade social no país, tão transversalizada pelas opressões de raça e gênero, que findam numa hierarquização da vida social e, também, do mercado de trabalho (Praun, 2020).

Seguindo o raciocínio de Praun em relação às reformas, de fato, Silva (2020b) também reitera que elas trouxeram resultados catastróficos para a classe trabalhadora, e acabaram por institucionalizar a precarização do trabalho. Esta se dá, segundo a autora, através do processo de exploração do trabalho e tem como objetivo principal a acumulação flexível do capital, se apresentando de maneira constante e primordial à reprodução do sistema capitalista. Todavia, a autora destaca que a precarização assume múltiplas formas desde o início do século XXI, na linha enfatizada por Alves (2021), já discutido aqui.

A autora pondera que a classe trabalhadora sofre influências do mundo do trabalho e da produção capitalista, e acaba formando um (a) trabalhador (a) que se adeque ao padrão exigido. É com essa análise que Silva (2020b) compreende que a precarização do trabalho se materializa no processo de expropriação, atividade bem antiga, mas que assume novos formatos. Nas palavras da autora,

A expropriação é a separação da mercadoria força de trabalho dos meios de produção. Nela repousa a base social da dominação capitalista que permite a exploração e, sob o domínio do capital, enrijece-se como condição natural da existência humana. A violência primordial do capital é permanente e constitutiva: a produção em massa da expropriação de formas variadas (Silva, 2020b, p. 74).

Diante da citação, percebemos a preocupação da autora em salientar a relação atual da precarização do trabalho com o processo de expropriação encadeado historicamente. Sobre as formas variadas citadas, a autora se refere às relações sociais que afetam a existência humana, através, por exemplo, da terceirização, privatização, flexibilização, levando a classe trabalhadora a vivenciar um alto grau de precarização. As expropriações contemporâneas, segundo Silva (2020b), são oriundas do processo de reestruturação produtiva.

Logo, o processo de reestruturação produtiva vem alterando significativamente os modos organizacionais do trabalho, causando mudanças laborais contemporâneas. Também vem acumulando novos comportamentos de organização e tecnologia, programas de trabalho integral, métodos “colaborativos”, seguindo as exigências de empresas transnacionais e das formas flexíveis de acumulação capitalista. É uma combinação de baixos salários com intensas jornadas de trabalho, competitividade e crescimento do grupo de pessoas desempregadas. A autora afirma que as periferias, entre as quais se incluem o Brasil, sofrem de forma mais latente essa intensa agressividade do capital, afetadas ainda mais pela perda de direitos sociais e trabalhistas (Silva, 2020b).

Para aprofundar a discussão sobre as expressões do processo de precarização do trabalho, suas expressões e mecanismos, daremos continuidade às reflexões acerca das transformações laborais, discorrendo, no tópico a seguir, sobre flexibilização.

2.2.2 Flexibilização

Antunes (2021, p.100) discute o termo “flexível como um eufemismo para corroer, devastar e precarizar ainda mais o enorme contingente de homens e mulheres ávidos por emprego”. O trabalho flexível é disseminado a partir da organização do labor capitalista, sendo uma das características, inclusive, da precarização. A natureza do trabalho flexível vem sendo discutida pela sociologia do trabalho e surge em meados dos anos 80, período esse de aprofundamento do capitalismo neoliberal.

Segundo outro texto do autor, Antunes (2020a), a reestruturação produtiva possibilitou a desregulamentação das relações de trabalho, extinguindo a classe trabalhadora que laborava sob a lógica do taylorismo/fordismo. Porém, houve a ampliação do trabalho flexível caracterizado pela perda dos direitos trabalhistas, o aumento do trabalho feminino e a exclusão de jovens do mundo do trabalho, priorizando as trabalhadoras e os trabalhadores “polivalentes e multifuncionais” da era toyotista.

Para compreendermos o termo “flexível”, Alves (2021) aponta que:

A utilização do termo “flexível” tem uma carga ideológica. [...] e representa o contrário do dito trabalho “rígido” que caracterizava o processo de trabalho fordista-taylorista, segundo Harvey (1993). O trabalho “rígido” ou trabalho fordista-keynesiano representou um modo de regulação-padrão para o núcleo mais dinâmico sindicalmente organizados os trabalhadores assalariados (contrato salarial por tempo indeterminado regulando a jornada de trabalho; salário indexado à inflação e ganhos da produtividade; e direitos sociais e previdenciários). Tal caracterização do trabalho “rígido” ou o trabalho com direitos trabalhistas que permitiam aquilo que a OIT denomina “trabalho decente”, diz respeito não apenas aos trabalhadores das organizações privadas, mas também das organizações públicas (Alves, 2021, p. 222).

Diante do exposto pelo autor, compreendemos como “trabalho flexível” aquele no qual trabalhadoras e trabalhadores perdem seus direitos sociais e trabalhistas, impedindo que essas pessoas tenham a possibilidade de obter um emprego de qualidade e trazendo, assim, uma nova forma material do trabalho no capitalismo global (Alves, 2021). Tal expropriação prejudica principalmente as periferias, como o Brasil.

Abílio (2021a) interpreta a flexibilização do trabalho como uma gradativa indeterminação do que é ou não tempo de trabalho, com a perda das regulações públicas sobre o ambiente de trabalho e implementação de novas formas de remuneração, como o banco de horas e as bonificações, por exemplo. A flexibilização tem por objetivo controlar a produtividade e eliminar cada vez mais os direitos de trabalhadoras e trabalhadores.

Atualmente, a lógica das novas modalidades do trabalho incorporou a flexibilização como parte fundamental, destituindo os direitos de organização sindical, já que trabalhadoras e trabalhadores pouco se encontram nos ambientes laborais, não possuem atividades planejadas e estão submetidos (as) ao sistema meritocrático, também flexibilizado. Dessa forma, as grandes corporações permanecem lucrando e prosperando, enquanto a classe trabalhadora é pauperizada.

O processo de flexibilização é mais um artefato da estrutura do capital para garantir a acumulação e garantir o invólucro de garantia de vagas laborais. Sabe-se que o trabalho flexível não é um fenômeno à parte dos demais, visto que os fenômenos aqui em tese convergem para superar a crise estrutural capitalista. No próximo tópico, trataremos sobre a terceirização do trabalho, que toma mais força em conjunto com a flexibilização.

2.2.3 Terceirização

De acordo com Oliveira e Druck (2021), a terceirização se apresenta como um fenômeno de natureza multidisciplinar e multidimensional, estudada pelos campos econômico, sociológico e jurídico, tendo sua origem nos primórdios do capitalismo industrial. Nessa perspectiva, avaliamos que a permanência da terceirização – expressa, atualmente, no âmbito do processo de trabalho, dos direitos do trabalho e de sua regulação – afeta diretamente a organização coletiva da classe trabalhadora e sua saúde.

Nesse sentido, as autoras, embasadas em Braverman, apontam que a terceirização teve sua origem no início do capitalismo industrial. Já naquela época, com a industrialização iniciada, o (a) capitalista, com objetivo de não mais gerenciar a força de trabalho e atingi-la da mesma maneira que adquiria as matérias-primas, desvalorizava a força de trabalho, excluindo o trabalho alcançado com ela. O desenho desse contexto se dava com o sistema de subcontratação, a partir da ocupação domiciliar para atuar nos setores industriais. Inclusive, nas minas também existiam contratação de trabalhadores (as) por um segundo empregador, que interpolava a relação de trabalho com o (a) capitalista primário.

Por conseguinte, para Oliveira e Druck (2021), os sistemas de subcontratação (terceirização) de trabalhadores e trabalhadoras fizeram parte de um período transitório, quando o (a) capitalista não controlava todo o processo de trabalho, no período do capitalismo industrial. Portanto, já nesse período, os sistemas de subcontratação dificultavam esse controle de trabalho, prejudicando, assim, a produtividade e sendo um impedimento ao desenvolvimento do processo capitalista de produção. As autoras afirmam, então, que a terceirização se constitui em um processo velho e novo, pois permanece até os dias atuais, mas também já foi um elemento de transição para a concentração espacial e contratual do trabalho fabril-industrial.

Na sua dimensão de novidade, a terceirização toma um lugar primordial nas novas práticas de gestão e organização do trabalho, sendo peça chave do modelo toyotista, para garantir a flexibilidade imposta pelo capitalismo contemporâneo e pelas políticas neoliberais. Então, a terceirização se torna um método de controle e de condicionamento de trabalhadores e trabalhadoras por parte do capitalista, que os divide e os fragmenta, deixando-os (as) à parte dos direitos garantidos aos demais grupos inseridos nos trabalhos formais e fazendo com que se sintam de outra classe, além de promover uma maior exploração. Esta exploração se manifesta na redução de custos, salários, aumento da jornada de trabalho e contratação privada das condições de trabalho (Oliveira e Druck, 2021).

Dando continuidade às diferentes modalidades da terceirização, Oliveira e Druck (2021) discorrem sobre o tipo de relação que se constitui entre a unidade contratante e o (a) trabalhador (a), não estando vinculada ao direito do trabalho, considerando que as pessoas que trabalham são apenas “prestadoras de serviços”. Outra modalidade diz respeito à ausência de responsabilização por parte das instituições contratantes, deixando as unidades contratadas com essa função. Dessa forma, todas as questões que envolvem o assalariamento são sonegadas por um “terceiro”. Outra característica que merece destaque é que a terceirização propende a diminuir a resistência e organização coletiva do conjunto de pessoas que vendem sua força de trabalho, amortecendo a regulamentação do trabalho e reduzindo custos. Importante destacar que a terceirização pode levar a uma negação por parte de quem a usa, confundindo-se com trabalho formal ou simulado.

Portanto, as autoras sinalizam que é preciso considerar a manifestação jurídica do fenômeno da terceirização, logo está no cerne do seu processo a negação do direito ao trabalho estruturado na sociedade. Esta negação se expressa de forma mais contundente no momento em que trabalhadoras e trabalhadores precisam se organizar e desenvolver mecanismos de resistência. Assim, o elemento de negação ao direito estimula as empresas a utilizarem o modelo da terceirização como forma de gestão da produção e do trabalho (Oliveira e Druck, 2021).

Aqui no Brasil, a terceirização teve sua origem no trabalho rural, através do sistema de “gato”, onde pessoas eram e ainda são subordinadas para o trabalho em um determinado período. Vale ressaltar também que a contratação por parte de empresas agenciadoras de trabalhadoras e trabalhadores migrantes da Europa eram contratadas pelo governo, no período pós-abolição. Isto comprova a expressão do processo de terceirização daquela época histórica. Posteriormente notamos que o fenômeno da terceirização se expandiu para os setores privados e públicos urbanos (Oliveira e Druck, 2021).

O entendimento sobre as características da terceirização, considerando sua complexidade, também se dá a partir de Oliveira e Druck (2021) no que diz respeito aos ataques à classe trabalhadora. As autoras apontam exemplos como a maximização do tempo e da produtividade como exigências das empresas contratantes, redução dos custos do trabalho, disciplinamento das trabalhadoras e trabalhadores, e ampliação dos mecanismos de controle e subordinação direta, impossibilitando negociações e organizações coletivas, inclusive sindicais, novas formas de contratos que impedem a relação empregador-empregado e, por fim, desmonte da regulamentação da relação de trabalho.

Diante desse cenário, é possível observar sujeitos desprotegidos, adoecidos e sem direitos trabalhistas, mas que precisam se render ao sistema, para garantir a sua (sub)

sobrevivência. Ainda, segundo Oliveira e Druck (2021), atualmente a expansão da terceirização tomou rumos desmedidos e está segura por novas formas jurídicas, a exemplo das cooperativas de trabalhos, algumas novas formas de trabalho em domicílio (teletrabalho) e as chamadas “empresas do eu sozinho”, considerada como pejotização do trabalho.

No contexto do debate sobre terceirização, é importante ressaltar que ela é uma das manifestações primordiais no processo de precarização do trabalho. A terceirização está presente em todas as expressões da precarização. Está nos formatos de gestão e organização do trabalho, na intensificação do trabalho, nas formas de abuso de poder através do assédio moral, nos padrões de mercantilização da força de trabalho, nas condições inseguras de trabalho e saúde, no isolamento da pessoa que trabalha, na destruição da organização sindical e, por fim, na negação ao direito do trabalho (Oliveira e Druck, 2021).

Seguindo o mesmo raciocínio, Fontes (2017) menciona que há diversas expressões de terceirização (em bancos, indústrias, música, entre outros), que interferem diretamente na contratação de trabalhadoras e trabalhadores, determinando uma apartação entre empregador (a) direto (a) e o (a) proprietário (a) dos meios de produção. Uma das especificidades da terceirização é composta pela agência que contrata as empresas que contratam trabalhadores (as). A autora ainda reitera que o crescente número de entidades sem fins lucrativos, a partir da década de 1980, em diversos setores, tem uma relação direta com o processo de terceirização, além de sinalizar que as ações voltadas para motivar jovens pretendendo reduzir os sofrimentos das pessoas mais vulneráveis se constituem como um elemento típico do processo de terceirização.

A autora também menciona as privatizações e parcerias público-privadas, principalmente na educação e saúde, financiadas pelo empresariado, tornando-se instituições profissionalizadas que intervêm diretamente nas políticas públicas e dilacerando a área de gestão. E, por fim, vale ressaltar a consideração de Fontes (2017) em relação à conseqüente fragmentação da classe trabalhadora, causada pela terceirização, que mantém um enorme contingente de pessoas sem direitos e defesas frente ao sistema capitalista, tendo que dispor do seu tempo de trabalho direto e indiretamente e perder totalmente a perspectiva de aposentadoria.

Ainda sobre o caso brasileiro, a terceirização toma uma proporção tão significativa de desmonte dos conteúdos sociais que passa a ser regulamentada pelo Estado através de (contra) regras trabalhistas, tais como a Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017 (Brasil, 2017), que permite a terceirização indefinida, integral, sem qualquer regulamentação. Portanto, todas as estratégias de dilaceramento dos direitos da classe trabalhadora passam a ser regulamentadas,

e tornam-se instrumentos de controle das pessoas que trabalham e da ordem social, como dispositivos do capital.

Evidenciamos a expressão da terceirização através do exposto por Assunção (2020), que nos mostra alguns números desse processo, ainda que limitadamente. A autora se baseou na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, do IBGE, de outubro de 2019, que apontou que, depois da aprovação da Lei nº 13.429 (Brasil, 2017), mais de 13 milhões de pessoas estavam inseridas no processo de terceirização, apesar de insistirem que se estimulava a geração de empregos, porém sem direitos e com condições de trabalho enormemente precárias. Estima-se que essa conjuntura, no Governo Bolsonaro (2018-2022), se agravou, atingindo a marca histórica de 41,4% de pessoas nessa situação, gerando um número de 38 milhões de pessoas.

Assunção (2020) sinaliza que setores que contratam os serviços terceirizados não se responsabilizam por qualquer questão relacionada à trabalhadora e ao trabalhador, tais como: falta por licença médica, gravidez, acidente de trabalho, refeição, transporte, custos de admissão, impostos trabalhistas, treinamento, custos de demissão. Ainda promove uma ameaça constante de perda do emprego, inibindo assim qualquer possibilidade de organização coletiva. A autora reitera que “a maioria dos trabalhadores (as) terceirizados (as) vive em favelas, o que demonstra que, combinada à precarização do trabalho, há também a precarização da vida” (Assunção, 2020, p. 39).

Um exemplo de risco da terceirização foi apresentado em uma matéria do Portal G1, do dia 04 de janeiro de 2023, intitulada: “*Funcionário de terceirizada que morreu em elevador da Honda em Sumaré, SP, foi prensado contra coluna, diz SSP; polícia investiga*”. Segundo Carvalho (2023), o trabalhador foi prensado contra o pilar enquanto fazia a manutenção do elevador. De fato, esta é a situação de milhares de pessoas, que trabalham de forma terceirizada, recebendo menos que os (as) trabalhadores formais, além de não terem acesso aos equipamentos de segurança individuais, ficando excluídos dos protocolos de trabalho adequados, com o objetivo de baratear ainda mais o custo para a empresa. Dessa forma, realizam trabalhos essenciais cada vez mais precários e instáveis.

No âmbito do debate sobre terceirização, Antunes (2020^a) aponta indagações a respeito da privatização como parte do processo de valorização do capital. Assim, empresas terceirizadas, oriundas do processo de privatização, seguem em busca de novas modalidades de lucro e mais-valor, adensando os exemplos destrutivos do trabalho.

Com salários menores, jornadas de trabalho prolongadas, vicissitudes cotidianas que decorrem da burla da legislação social protetora do trabalho, a terceirização assume cada vez mais relevo, tanto no processo de corrosão do trabalho e de seus direitos como no incremento e na expansão de novas formas de trabalho produtivo geradoras de valor. Essas novas modalidades de trabalho vêm assumindo um destaque crescente não só no mundo da produção material, mas na circulação do capital e agilização das informações, esferas que são com frequência realizadas por atividades também imateriais, que ganham cada vez mais importância na reprodução ampliada do capital financeirizado, informacional e digital (Antunes, 2020^a, p. 34).

Na mesma linha de raciocínio da citação, é importante destacar a complexidade do fenômeno da terceirização, ressaltando que as relações entre capital e trabalho ocupam espaço determinante no processo de precarização da classe trabalhadora. Segundo Antunes (2020^a) o processo o da terceirização, assim como os demais que precarizam a classe trabalhadora, poderá ser alterado ou não a depender do fluxo da luta de classes, ainda que o entendamos como fomentador da fragmentação da classe trabalhadora. Para isso, os sindicatos precisam se reorganizar de maneira classista, de forma que unifique as lutas dessas trabalhadoras e trabalhadores com as das demais que ainda possuem alguns direitos trabalhistas. Voltaremos a esta questão no tópico 3.

O exposto pelas autoras e autores até aqui nos mostra que há uma dificuldade em mapear dados da terceirização, visto que ela encobre diversas conexões de trabalho, inclusive com interfaces negadas no campo jurídico do trabalho. Cria-se, assim, uma cortina de invisibilidade dessa fração da classe trabalhadora, que sofre desmedidamente com essas relações.

Dando continuidade às expressões da transformação do trabalho contemporâneo no Brasil, a informalização complementa os processos de flexibilização e terceirização. Sobre ela, trataremos no próximo tópico.

2.2.4 Informalização

Como dito, as transformações do trabalho se engendram entre si, porém, nesta seção, trataremos, em específico, sobre algumas características do trabalho informal, denominado aqui como informalização. Para Antunes (2020a), o fenômeno da informalização ocorre quando há um rompimento entre os traços formais de regulamentação e o contrato da força de trabalho, sendo ele um dos elementos impulsionadores do processo de precarização. Simplificando, o (a) trabalhador (a) pode aceitar qualquer trabalho ou atividade sem vínculo empregatício, regulações ou direitos, apenas para sair da condição de desempregado (a).

Uma das propriedades da informalização é a incerteza do trabalho. Um dia o sujeito pode trabalhar por horas, no dia seguinte não mais. Por conseguinte, os empregadores se enriquecem na mesma medida em que trabalhadoras e trabalhadores intermitentes se empobrecem. Abílio et al. (2021) explicitam alguns elementos da informalização:

Os elementos que se generalizam podem ser compreendidos como parte de um processo de informalização (Abílio, 2020a) que se refere não apenas à constituição de contingentes gigantescos de trabalhadores informais controlados por algumas poucas empresas. A informalização expressa a perda de formas estáveis, contratualmente estabelecidas, socialmente acordadas sobre as regras que regem o trabalho (Abílio, 2020a). Expressa a crescente perda de formas estáveis do que é trabalho, do que é e não é tempo de trabalho, do que é a remuneração pelo trabalho, do que é o local de trabalho (Abílio *et al.*, 2021, p. 30)

Segundo a citação, podemos observar que a informalização expressa a perda das formas estáveis, contratualmente pactuadas, regras socialmente que regem o trabalho. Além disso, permite dificultar a compreensão do que é trabalho e do que não é; e o que é a remuneração e local do trabalho.

Ainda neste sentido, segundo Abílio *et al.* (2021), a informalização se refere a métodos eficientes e racionalizados do uso da força de trabalho no tempo e no espaço, que são cada vez mais difíceis de reconhecer e fixar. A informalização se remete a uma nova compreensão da informalidade, que expressa as relações sociais dos (as) trabalhadores e trabalhadoras que foram invisibilizados (as) ao longo da história. Dessa forma, podemos notar que tais elementos estruturalmente estão associados à periferia e permanecem difundidos nas relações de trabalho. Os autores ainda reiteram que o processo de informalização do trabalho se modifica. Inclusive, o próprio trabalho informal pode ser abarcado como um passo da flexibilização do trabalho, pois, além de usurpar as atividades econômicas, centraliza o controle sobre o trabalho.

Segundo Alves (2021), a informalização se universalizou a partir da precarização do trabalho, principalmente no âmbito das empresas privadas, nas organizações públicas e no mercado de trabalho do capitalismo global, visto que as instituições que tinham por objetivo negociar coletivamente os direitos trabalhistas, como o sindicalismo, seguem perdendo força diante das mudanças estruturais e exaltando as relações individualizadas. É essa uma das finalidades de tal fenômeno de novo tipo: individualizar as relações sociais. O autor afirma que as relações individualizadas sustentam o trabalho informal e acabam por alavancar o trabalho abstrato, de modo que, na nova morfologia do trabalho, ele alcança uma precisão a partir das intensas jornadas de trabalho e da nova maneira de assalariamento. Assim, fica nítida a

marginalização social, que tem relação direta com a precarização estrutural do trabalho, como afirma Alves (2021):

A nova precariedade salarial não representa a regressão do trabalho, ou a “a volta ao passado” da marginalidade social do trabalho. Pelo contrário, o trabalho “informalizados” que corrói a precariedade salarial fordista-keynesiana, representa o movimento da moderna acumulação de capital nas condições da crise estrutural de lucratividade. Não se trata de situação transitória (ou politicamente contingencial) capaz de ser revertida com novo ciclo de acumulação capitalista nos moldes históricos do desenvolvimento do século XX. A causalidade estrutural da (re) posição do trabalho “informal”; ou do trabalho precário no âmago do capitalismo pós-moderno é a crise estrutural de lucratividade que impulsiona como movimento contratendencial, a precarização estrutural do trabalho (Alves, 2021, p. 240).

Portanto, o autor traz, na citação, as mudanças qualitativas nesse processo social, encadeadas há décadas, e afirma que elas estão diretamente ligadas aos determinantes históricos do mercado de trabalho. O fenômeno da informalização invisibiliza a fração da classe trabalhadora que precisa se submeter a este tipo de condição laboral.

Antunes (2022a), na mesma direção de Alves (2021), nos mostra dados alarmantes em relação à informalização no Brasil como país periférico. Ao fim de 2019, mais de 40% das pessoas que vendem sua força de trabalho estavam na informalidade (Antunes, 2022a, p. 15). Posteriormente, no primeiro trimestre de 2021, ancorado pelos dados do IBGE, o autor analisou que houve um aumento do desemprego. Porém, percebeu-se que no segundo trimestre de 2021, houve uma queda da taxa de desemprego, pois a informalidade persistiu e se acentuou (Antunes, 2022a, p. 24).

De acordo com Souza e Trovão (2022), a literatura não apresenta consenso em relação à definição de informalidade. Porém, os autores apresentam algumas formas de entendimento sobre o conceito do fenômeno da informalidade e sinalizam que podem ser apresentadas distintas metodologias sobre o mesmo.

Para tanto, Souza e Trovão (2022) apontam que a informalidade se baseia no descumprimento das leis trabalhistas, ou seja, na ausência de registros da carteira de trabalho e seguro social. A carência das regulamentações trabalhistas impacta negativamente os trabalhadores e trabalhadoras, deixando-os(as) vulneráveis e carentes de proteção social no emprego. O grau de instabilidade da situação econômica e social significa menor produtividade e maior insegurança do trabalhador e da trabalhadora sobre seu poder de consumo. Da mesma forma, pode significar maior precarização do trabalho.

Os autores assinalam que existem diferentes critérios, que podem estar associados ou não para medir o grau de informalidade. São eles:

1) registro na carteira de trabalho; 2) inclusão do estabelecimento no cadastro jurídico; 3) contribuição para a previdência social; 4) qualificação profissional do trabalhador; 5) posição ocupacional, como trabalhadores autônomos, empregados domésticos ou familiares; 6) ausência de remuneração do trabalhador; 7) características da empresa e condições de trabalho; entre outros (Souza e Trovão, 2022, p. 5)

Diante da citação, compreendemos que é preciso considerar a heterogeneidade social e econômica tão presentes no mercado de trabalho, para analisar o fenômeno da informalidade como um processo bem complexo. Assim, um mesmo grupo, em uma mesma situação trabalhista, pode apresentar atributos bastantes distintos. Desse modo, nem todos os indivíduos descobertos pela legislação trabalhista, como é o caso dos trabalhadores e trabalhadoras sem registro e que atuam por conta própria, estarão em condições econômicas e sociais semelhantes a outros (as) em situações similares (Souza e Trovão 2022).

Logo, os autores pesquisaram dados comparativos da informalidade entre o Brasil e Argentina, no período de 2012 a 2019, logo, historicamente, os países vêm apresentando problemas econômicos e sociais, elevada concentração de renda e regulamentações trabalhistas que prejudicaram a garantia de direitos mínimos à classe trabalhadora. Neste trabalho, daremos destaque às análises e conclusões feitas pelos autores referentes ao Brasil. A base de dados utilizada foi a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

Souza e Trovão (2022) definiram como indicador principal para a estimação dos dados o que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) denomina de Grau de Informalidade I. O indicador foi selecionado, uma vez que sugere uma nova configuração do mercado de trabalho, em que políticas modificaram as respectivas legislações trabalhistas através de regras, que acabaram expandindo significativamente a flexibilização das relações de trabalho.

Dessa forma, os autores apontaram esse cenário como crítico em que as condições macroeconômicas, sociais e institucionais do Brasil favoreceram a ascensão da flexibilização das relações laborais e o aumento de atividades relacionadas à informalidade, se constituindo em um fenômeno estrutural e desafiador para a sociedade. Tais políticas neoliberais vêm sendo implementadas sob a justificativa aparente de favorecer o crescimento econômico do país. A Reforma Trabalhista, sob a lei n. 13.467/2017, é um dos exemplos de política neoliberal que possibilitou mudanças na legislação relativas à maior flexibilização das relações de trabalho, favorecendo a intensificação do processo de informalidade (Souza e Trovão, 2022).

Em relação à taxa de desocupação, os autores analisaram que, mesmo com a recessão econômica, houve uma constante elevação no período de 2015 a 2017. A taxa passou de 7,9% da força de trabalho no primeiro trimestre de 2015 para 13,7% no primeiro trimestre de 2017. A partir de 2017, observaram que a lentidão da recuperação econômica retrocedeu com o aumento da taxa de desocupação, levando à redução do indicador, entretanto, manteve-se numa crescente até o último trimestre de 2019. Souza e Trovão (2022) afirmam que esse único indicador pode mascarar um aumento do desemprego, como o desalento e subocupação.

Nesse sentido, o desalento e a subocupação, marcas expressas nas economias capitalistas, principalmente nos países dependentes, podem ser compreendidas por insuficiência de horas trabalhadas. No Brasil, os indicadores do desalento e subocupação apresentaram um percurso de crescimento constante entre o primeiro trimestre de 2015 e o primeiro trimestre de 2017. E, mesmo após a aprovação da Reforma Trabalhista, os dados não sofreram alterações. No primeiro trimestre de 2019, alcançou seu maior patamar em toda a série, momento em que 19,1% da força de trabalho encontrava-se subocupada ou desocupada (Souza e Trovão, 2022). Os dados analisados apontam que o grau de informalidade se manteve elevado em todo o período pós Reforma Trabalhista para os trabalhadores e trabalhadoras na maioria dos setores.

Em suma, os dados apresentados anteriormente são relevantes para compreendermos o indicador recente da informalidade. Ao analisar esses dados, os autores destacam algumas considerações importantes. Uma delas é que na primeira década do século XXI, tanto as políticas econômicas impostas, quanto a elevação do crescimento econômico possibilitaram mudanças significativas no contexto do mercado de trabalho no Brasil, em termos do aumento do emprego, redução da taxa de desemprego e da informalidade, que passou a contar com a redução do emprego assalariado não registrado. Contudo, tais mudanças não foram satisfatórias para superar os diversos problemas trabalhistas, gerando um quadro de agravamento da desestruturação do mercado de trabalho provocada por um aumento dos graus de informalidade, de 48% para 58%, entre os anos 2017 e 2019. Assim, os dados indicam que a Reforma Trabalhista não alcançou o seu principal objetivo que era diminuir o peso do emprego informal (Souza e Trovão, 2022, p.10-11).

Souza e Trovão (2022) ainda sinalizam que as atividades primárias, pessoais, culturais, de entretenimento e recreativas, e outras ocupações, expressam altos índices de informalidade no Brasil. Os índices referentes às atividades citadas se mantiveram ao longo de todos os trimestres. Outro destaque feito pelos autores é de que, quando o país obteve taxas de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto/IBGE), a taxa de informalidade sofreu redução,

sugerindo que o fenômeno se mostrou em uma relação inversa aos índices do desenvolvimento econômico. Por coerência, quando a taxa do PIB sofreu queda entre 2015 e 2016, constatou-se que houve um aumento do grau de informalidade, entre os primeiros trimestres de 2014 e 2015, nas atividades relacionadas à construção, transporte, armazenagem e correios, informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias e profissionais. Porém, surpreendentemente, observou-se uma redução nos índices dos subsetores administração pública, defesa e seguridade social e nos serviços domésticos.

Outro ponto relevante é o grau de informalidade muito elevado nos serviços domésticos no Brasil. Os autores destacaram a ampliação do grau de informalidade entre o segundo trimestre de 2016 e o último trimestre de 2019, com reduções apenas em três trimestres nesse intervalo.

Durante junho de 2015, mais precisamente em 1º de junho de 2015, foi aprovada a Lei Complementar n. 150, alterando a legislação trabalhista referente aos trabalhadores e trabalhadoras domésticos(as), anteriormente não inseridos (as) nos termos que garantiam direitos trabalhistas às demais categorias (Souza e Trovão, 2022). Os autores explicam:

Verifica-se que, nos quatro primeiros trimestres após a vigência da lei, houve uma redução no grau de informalidade, atingindo os menores índices de todo o período analisado, mas, posteriormente, o indicador voltou a subir. Ainda assim, mesmo com a vigência da lei, a informalidade nesse subsetor manteve-se elevada. Esse é um quadro preocupante, uma vez que essa categoria de trabalho é em sua maioria composta por mulheres negras, com baixo nível de escolaridade e que fazem parte dos estratos mais pobres da população (Pinheiro et al. , 2019), representando aqueles que mais precisam de garantias de direitos e proteção por parte da legislação trabalhista (SOUZA e TROVÃO, 2022, p.14).

Fica notório, de acordo com a citação, que contraditoriamente, os indicadores da informalidade oscilaram, ainda que houvesse a aprovação da Lei Complementar n. 150. Tal lei assegurou às trabalhadoras domésticas, o salário-família, indenização compensatória em casos de dispensa involuntária, adicional noturno e de horas extras, intervalo para refeição e descanso, seguro contra acidente do trabalho, obrigatoriedade do recolhimento do FGTS por parte do empregador, seguro-desemprego, entre outros benefícios já conquistados por diferentes categorias profissionais (Brasil, 2015).

Em relação à faixa salarial, ainda no período pós-reforma, os autores apontam para uma elevação do grau de informalidade para as três menores faixas salariais (menos de 1 salário-mínimo, de 1 até 2 salários-mínimos, acima de 2 até 3 salários-mínimos); e, também, na faixa salarial mais alta (mais de 3 salários-mínimos). De modo geral, conferiu-se que o grau de informalidade foi maior para as faixas mais baixas. Entretanto, o ritmo mais acelerado do

aumento da informalidade nas faixas de maiores rendimentos adverte para um processo de tendência que expande o contexto de vulnerabilidade da classe trabalhadora, inclusive para aquela fração de cima da estrutura de remuneração (Souza e Trovão, 2022).

Por fim, os autores concluíram que os dados sobre a informalidade se apresentaram bem diversos no que se refere à atividade econômica e aos salários dos (as) trabalhadores (as). Dessa forma, afirmam que a flexibilização, existente nas relações trabalhistas brasileiras, apresenta distintas modalidades de empregos atípicos e formas laborais precárias, defendidas como necessárias para o crescimento econômico, principalmente através da Reforma Trabalhista. Porém, na realidade, o que percebemos foi que a intensificação da heterogeneidade do processo de informalização, comprovando o argumento dos autores em relação à necessidade de implementação de políticas sociais e econômicas mais inclusivas, exigem uma dinâmica social de distribuição de renda mais justa e uma maior estabilização nas relações trabalhistas bem remuneradas, com proteção social para a classe trabalhadora (Souza e Trovão, 2022).

Uma reportagem do Estadão, de setembro de 2022, intitulada: “*Brasil tem recorde de 39,3 milhões de trabalhadores informais no trimestre, aponta IBGE*” apresentou dados recentes sobre a informalização no país. Segundo Amorim (2022), o Brasil registrou uma taxa de informalidade de 39,7% até agosto de 2022, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em um trimestre, mais 179 mil pessoas passaram a atuar como trabalhadores e trabalhadoras informais. A alta na informalidade em um trimestre foi de 0,5%. Em relação a um ano antes, o contingente de pessoas atuando na informalidade cresceu 5,6%, contabilizando 2,1 milhões de pessoas a mais atuando nessa condição.

Concluimos, a partir do exemplo citado, que a informalidade traz implicações negativas para as condições de vida e para a saúde e segurança das trabalhadoras e trabalhadores. A supressão dos direitos de registro trabalhista suscita inúmeros agravos em relação às condições de trabalho, ausência do direito à licença em caso de acidentes ou doenças e aumento dos riscos nas atividades laborais de maior insegurança. A informalização ainda permite jornadas de trabalho ilimitadas, causando prejuízos à saúde psicológica e física do trabalhador e da trabalhadora. Uma das dimensões da informalização é expressa na plataformização, processo este que trataremos no tópico_a seguir.

2.2.5 Plataformização

A plataformização, segundo Abílio *et.al.* (2021), se origina dos estudos sobre plataformas, que são consideradas como empresas, concomitantemente, como softwares e como estruturas digitais, com utilização de algoritmos e dados, e ainda constituídas por distintas formas de governança e relações de propriedade. Abílio *et.al.* (2021) destacam que a plataformização se caracteriza pelo aumento das estruturas de plataformas em diversos setores da vida. Em outras palavras, a plataformização pode ser compreendida como o processo de introdução das plataformas digitais nas relações determinadas pelo sistema capitalista, causando mudanças nos aspectos sociais e culturais da sociedade.

Ainda sobre a conceituação de plataformização, considerando um contexto mais amplo no Brasil, observamos que ela se apresenta como o resultado e radicalização de processos históricos presentes na sociedade brasileira. Um deles se relaciona à assimilação do trabalho informal e à exacerbação da flexibilização do trabalho. As consequências do fenômeno da plataformização são diversas, dentre elas a extração de dados como forma de capital, a financeirização, as distintas maneiras de vigilância, o gerenciamento algorítmico, as estratégias organizacionais, o autogerenciamento subordinado, entre outras (Abílio *et.al.*, 2021).

A transferência de parte da gestão do trabalho para o (a) próprio (a) trabalhador (a), é definida por Abílio *et.al.* (2021), como autogerenciamento subordinado. Este processo se refere ao reconhecimento de meios exitosos de transferência de riscos e custos para os trabalhadores e trabalhadoras, bem como se apresenta como um elemento central no reconhecimento da exploração e dominação do trabalho. Segundo a autora, o autogerenciamento subordinado precede as plataformas. Ele está no centro das políticas neoliberais, mas também faz parte do arcabouço dos modos de vida das periferias.

As novas transformações do trabalho transferem os riscos e todos os custos para os trabalhadores e as trabalhadoras, mantendo-os(as) invisíveis e desconhecidos(as) para a sociedade. Além disso, a ausência de jornada de trabalho fixa, as novas formas de controle, a flexibilização do ambiente laboral e as reformulações das regulações no trabalho estão sendo consolidadas, deixando trabalhadores (as) expostos (as) sem direitos e ao mesmo tempo idealizados (as) como vitoriosos (as), por terem uma ocupação laboral, em meio aos números crescentes de desemprego e desalento.

Abílio *et.al.* (2021) consideram que a plataformização se apresenta em diversas dimensões. Uma delas significa aquela forma em que as pessoas trabalham por meio de plataformas digitais em suas residências ou nas ruas. Outra delas se refere àquelas pessoas que

trabalham em atividades diversas, utilizando as plataformas digitais para concretizá-las (muitas vezes pelo uso de aplicativos). E ainda existe a plataformização do trabalho remoto, que mantém trabalhadores e trabalhadoras dependentes das plataformas para realização de reuniões por vídeo, garantindo sempre a vigilância através dos algoritmos, mecanismo esse que vem sendo utilizado por um extenso conglomerado empresarial.

Portanto, para compreender o processo de dependência de plataformas digitais para execução de atividades trabalhistas, é necessário relacioná-lo com os mecanismos de extração de valor, as alterações nas maneiras de controlar e organizar o trabalho, o papel de materialidades e infraestruturas das plataformas e as plataformas de vigilância atuantes sobre as pessoas que vendem a sua força de trabalho. Trata-se, sobretudo, considerar as condições de trabalho subordinadas por meio da plataformização como um novo método, mas que considera a flexibilização como um fenômeno antigo e aprimorado historicamente.

Dito isso, segundo Abílio *et.al.* (2021), o que está no cerne da questão da plataformização é uma geopolítica do conhecimento. Os autores explicitam que o processo de plataformização interfere nas periferias de maneira desigual, e que os conceitos não são produzidos e difundidos de forma universal, mas de forma territorializada e transversalizada por diferentes relações de poder, produção e circulação.

Dando continuidade às condições trabalhistas expressas na plataformização, observa-se que as pessoas submetidas à modalidade não são contratadas e nem passam por processos seletivos; existem somente cadastros, sendo o contrato de trabalho por adesão. Mesmo assim, as grandes empresas vêm conseguindo manter um enorme contingente de pessoas subordinadas às plataformas digitais e tentam, continuamente, se legalizar como instituições intermediárias. Ademais, organizam a gestão do trabalho de forma a se manter no poder, utilizando meios de punição, excluindo das plataformas aqueles (as) trabalhadores e trabalhadoras que não cumprirem suas regras estabelecidas, regras essas que envolvem bonificações e categorização por ranqueamento.

Dessa forma, as pessoas que trabalham por meio de plataformas atuam nas suas relações com o trabalho, de forma a encontrar os saberes exigidos, procurando subterfúgios para se adaptar às pressões impostas. Assim, o trabalho por meio das plataformas unifica os fenômenos contemporâneos de exploração do trabalho nas formas mais recentes da acumulação capitalista, como explicam Abílio *et.al.* (2021):

As plataformas digitais, pensadas nesse sentido forte, atualmente se firmam como um dos vetores mundiais das formas contemporâneas de centralização de capitais e dispersão controlada do trabalho, na medida em que informalizam o trabalho [...]

catalisam novas formas de terceirização e de transferência de riscos e custos, têm papel importante na consolidação da condição de trabalhadores como trabalhadores just-in-time (Abílio, 2020b), e operam por meios técnico-políticos que possibilitam novas combinações entre informação e informalidade, no que pode ser definido como gerenciamento algorítmico do trabalho (Abílio et al., 2021, p. 33).

De acordo com a citação, os autores nos orientam em relação ao gerenciamento algorítmico como um conjunto de regras mecanizadas e confusas, que ajustam diversas formas de processar os dados em escalas exorbitantes. Tais regras abarcam não só a organização do trabalho, mas também as práticas de consumo. Hoje, pessoas se veem obrigadas a utilizar plataformas para adquirir determinados serviços. Logo, ressalta-se que a plataformização não é apenas uma forma técnica; ela é usada, inclusive, para inserir controle de dados, organizado por algoritmos e manipular as formas de viver.

Ainda que os autores afirmem que o processo aponta novas possibilidades de trabalho desumanizado, Abílio et.al. (2021) destacam que há uma dificuldade de definir o processo e como ele se manifesta nas diferentes frações da classe trabalhadora. Os pesquisadores problematizam se cabe definir a relação de trabalho plataformizado, na mesma medida, de professores (as), entregadores (as), advogados (as) e demais categorias.

Nessa mesma direção, Grohmann (2020) confirma que as tecnologias são oriundas da força de trabalho humano e que a expansão tecnológica está diretamente ligada às relações de produção. O autor sinaliza que elas agem não só nas relações de produção, como também na circulação e na comunicação, abarcando as formas de viver em sociedade. O processo de plataformização é a concretização da acumulação e extração de valor, a partir dos mecanismos de dados e das mediações algorítmicas. Também mostra sua face mais visível, ao infiltrar-se nas práticas sociais com a promessa de oferecer serviços personalizados, ao mesmo tempo em que causa dependência às suas infraestruturas digitais em diversos setores da sociedade.

Dessa forma, o pesquisador apresenta que a plataformização é algo complexo e dialético, que intervém na relação tecnologia-trabalho, cultura e sociedade. Ainda que a nomenclatura “plataforma” seja utilizada antes mesmo da chegada das tecnologias digitais, as pesquisas atuais, de acordo com Grohmann (2020), confirmam um entrelaçamento multifacetado de estudos das áreas de software, administração, economia política e culturais. Além disso, o autor afirma que a plataformização está longe de ser um processo único, por isso a dificuldade de generalizar o conceito, pois ele apresenta diferentes perfis, mecanismos e atividades de trabalho, com faces diferentes e desiguais aparições de raça, gênero, classe, sexualidade, localização, entre outros. Além de sua complexidade em relação à conceituação, a

plataformização ainda atrapalha a organização de trabalhadores e trabalhadoras, quando estes (as) buscam opções de atravancá-la.

Nesse sentido, as plataformas não atuam de forma independente, dependem de todo um conjunto operante de algoritmos e dados, ligados à financeirização e à lógica neoliberal. Os algoritmos são instrumentos utilizados para controlar o contingente de trabalhadoras e trabalhadores que atuam e/ou utilizam essas plataformas. Segundo Grohmann (2020), nenhum artigo ou livro é satisfatório para envolver, de forma aprofundada, todas as diferentes dimensões da plataformização do trabalho.

Assim, na mesma direção de Abílio *et.al.* (2021), Grohmann (2020) sintetiza que a plataformização se expressa como tarefas realizadas por trabalhadoras e trabalhadores que produzem valor para as plataformas, a partir do cumprimento de contratos, nem sempre transparentes. Essas tarefas são assinaladas para a dependência tecnológica, tanto de quem trabalha, quanto de quem consome o serviço. Não é um processo neutro, interferindo nas temporalidades e nos espaços, intervém nas relações de classe, gênero e raça. Essa ausência de neutralidade se expressa na política dos algoritmos, que tem por objetivo se inserir no cenário cultural, ideológico e financeiro por meio do controle e vigilância. E, portanto, não pode ser resumido apenas ao fenômeno da uberização, do qual trataremos a seguir.

Portanto, entende-se que, ainda segundo Grohmann (2020), as formas de plataformização do trabalho em geral envolvem a lógica neoliberal de empreendedorismo (trataremos mais à frente), mantendo a redução da autonomia do trabalhador e da trabalhadora, garantindo assim a flexibilização para a empresa contratante. Dessa maneira, falsas sensações de autonomia e independência no trabalho são ativadas, quando, na verdade, o sistema é aquele se apresenta como chefe do (a) trabalhador (a) e não uma pessoa, além de manter uma gestão de desempenho, com lógicas perversas de avaliação. Entretanto, o autor aponta para a necessidade de amortecer os ataques à classe trabalhadora e sinaliza como possibilidade novas formas de resistência de organização coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras, a partir do cooperativismo de plataformas (Grohmann, 2020), o que suscita condicionantes da luta de classes ainda a serem investigados, conforme trataremos no item a seguir.

Para Alves (2021), a precarização do trabalho alcançou atuais extensões, tendo como base a informação a partir do capitalismo de plataformas, desde a década de 2000. Segundo o autor, a nova morfologia laboral teve como centralidade a plataformização, onde a presença de novas máquinas informacionais em ambientes laborais e domiciliares desempenha papel importante na recente paisagem da vida cotidiana de trabalhadores e trabalhadoras. Tal morfologia acabou por alterar as habilidades operativas da força de trabalho, quando modificou

a base da informação a partir da plataformização, fazendo com que o capital corporativo necessitasse de plataformas mais complexas e de pessoas disponíveis à flexibilização imposta pela plataformização.

Diferentemente de Abílio *et al.* (2021) e Grohmann (2020), Alves (2021) indica que uberização e plataformização constituem um mesmo processo de informalização do trabalho, conforme se verifica no seguinte trecho:

O trabalho “informal” adquiriu na década de 2010, sua forma plena com a dita “uberização” (ou plataformização) do trabalho. Não se trata apenas de novas formas de contrato precário, mas da nova materialidade tecnológica do trabalho subalterno à lógica do capital. Por exemplo, por meio do teletrabalho, a informacionalização *desterritorializou* o espaço do labor, “implodindo”, ao mesmo tempo, jornada de trabalho e a forma-salário (Alves, 2021, p.239).

Apesar do autor tratar plataformização e uberização como fenômenos similares, em relação à jornada de trabalho e destruição salarial, Alves (2021) vai na mesma direção da avaliação de Abílio *et al.* (2021) e Grohmann (2020). A nova materialidade tecnológica assume proporções desmedidas, provocando, inclusive, mudanças nas condições salariais. Alves (2021, p. 239) enfatiza que a ideia de implosão não quer dizer extinção, mas sim uma “metamorfose orgânica” devido à nova forma de produção do capital.

A menção, na citação, à implosão do tempo não é de fato uma eliminação total e sim se refere a mudanças orgânicas na forma de o capitalista o manipular. Ancorado em Marx, Alves (2021) reitera que o tempo de trabalho confundido com o tempo de vida, na ausência de uma jornada de trabalho regular, traz efeitos cruéis para as pessoas que vendem sua força de trabalho. Sinaliza, ainda, sobre a informalização ser uma regra no processo do capitalismo de plataformas.

Na perspectiva de Antunes (2020a), tentando burlar o desemprego estrutural, a força humana de trabalho se submete ao ideário das plataformas, mesmo vivendo frequentemente sob condições precárias e instáveis. Entretanto, o autor discorre que o processo não se resume a isso, visto que parte do saber intelectual é demandado às plataformas, que se tornam mais capazes de realizar parte das atividades humanas. Mesmo assim, como as máquinas informatizadas não podem eliminar o (a) trabalhador (a), é necessária uma maior interação entre ambas, pois “sem trabalho, é impossível a geração de coágulos de valor e de riqueza social” (Antunes, 2022a, p. 27). O autor complementa:

A individualização, a invisibilização e a eliminação completa dos direitos do trabalho enfeixar o sonho dourado do capital agora que o mundo digital, on-line, robotizado e automatizado pode conviver com o trabalho aviltado, desvertebrado, desorganizado, isolado, fragmentado e fraturado (Antunes, 2002a, p, 27).

Segundo a citação, o capital desenvolveu maneiras de enfrentar esta situação, que lhe é vital. Dessa forma, as relações subjetivas ficam prejudicadas ao longo do cotidiano laboral, trazendo uma alteração profunda nas relações de trabalho, em que trabalhadoras e trabalhadores se tornam autônomos (as) e as empresas contratantes (plataformas) são apoiadas pelas legislações e pelos governos, assegurando assim altas rendas e altos lucros (Antunes, 2022a).

Para Praun (2020), a plataformização do trabalho expõe as pessoas destituídas de direitos e as ‘sobrantes’, contingente este que já não alcança o retorno ao mercado de trabalho. Este processo renova as formas de transformar os trabalhadores (as) em descartáveis sob o capitalismo. Com o objetivo de explicar como ocorre tal processo, a autora assegura que

A tecnologia, apresentada como promessa de uma vida com mais tempo livre e com mais horas em casa, para muitos é tida como possibilidade de livrar-se do controle imposto pelas relações de trabalho tradicionais e, enfim, poder ser patrão de si-próprio. Insinua-se como um sopro de novas possibilidades criativas em um mundo do trabalho cada vez mais desumanizado. Mas, na verdade, o que impele milhares de homens e mulheres, sobretudo os mais jovens, a aderir ao trabalho mediado por tecnologias digitais, hiperflexibilizado, muitas vezes disfarçado de ‘autônomo’, é a imposição da necessidade de sobreviver (Praun, 2020, p. 5).

Diante da citação da autora, percebe-se que existe uma aparência exposta no processo de plataformização, no que tange às relações trabalhistas, muitas vezes mascaradas para garantir o convencimento dos (as) trabalhadores (as). O processo insinua a desumanização do trabalho, apresentando “chances” de trabalho plataformizado, disfarçadas de oportunidades dignas, sobretudo às pessoas mais jovens, diante da necessidade de sobrevivência.

A nosso ver, a expressão complexa “plataformização do trabalho” ainda necessita de aprofundamento nas pesquisas, porém compreendemos que o processo difere do cenário do trabalho digital uberizado. Apesar de ser considerado sinônimo por alguns intelectuais, como Antunes (2020a) e Alves (2021), por exemplo, entende-se que compará-los não dá conta de compreender totalmente a complexidade de ambos os processos. Portanto, se faz necessário discorrermos sobre o fenômeno da uberização em separado, objeto do tópico a seguir.

2.2.6 Uberização

Antunes (2020a) orienta que o termo “uberização” deriva do nome da plataforma de transportes Uber, e se apresenta como um processo de generalização da forma de gerir o trabalho, com características estruturantes da vida de trabalhadores e trabalhadoras da periferia, que se deslocam entre a instabilidade e ausência de identidade profissional, sendo atravessados(as) pela insegurança. O autor explicita a uberização como um processo no qual as relações de trabalho vão progressivamente ficando mais individualizadas e dissimuladas, sendo o assalariamento e a exploração cada vez mais disfarçados.

O conceito de uberização é apresentado como um processo oriundo da plataformização, onde há um alargamento das relações de trabalho digitais, que se caracteriza pelo trabalho inconstante, intermitente, e que se utiliza de diversas formas de tecnologia para se conectar ao trabalho. Além de não ter contrato, trabalhadoras e trabalhadores vivenciam, na uberização, relações trabalhistas individualizadas, que destroem o assalariamento e ocasionam a intensificação da exploração do trabalho (Antunes, 2020c). Esta modalidade está contida em um processo, denominado pelo autor de escravidão digital.

Apesar de se originar do processo de plataformização, a uberização tem suas especificidades. Uma delas é a concretização e o gerenciamento de um extenso conjunto de trabalhadores e trabalhadoras no sistema “just-in-time, isto é, produção no menor tempo possível” (Antunes, 2020a, p.159), e que são controlados(as) por um conglomerado empresarial que funciona por meio de plataformas digitais.

Ainda segundo Antunes (2020c), esse menosprezo em relação ao trabalho não aponta para uma boa perspectiva de futuro, visto que, atualmente, a crescente expansão digital (online/remota) vem arruinando o afastamento entre o tempo de vida no trabalho e o tempo de vida fora dele. Como já foi citado, o autor denomina esse processo como escravidão digital. Logo, há uma tendência destrutiva encadeada nas transformações do trabalho, que é incapaz de garantir vida digna à classe trabalhadora, onde a pessoa se considera uma gerenciadora do seu próprio trabalho, sendo na verdade a gestora de sua exploração pelo capitalista. Essa tendência tende a aumentar, caso não seja freada pela luta organizada dos trabalhadores e trabalhadoras, permitindo de maneira crescente os processos de terceirização, informalização e flexibilização do trabalho (Antunes, 2020c).

Essa proposta de uberização surgiu na Alemanha em 2011, pretendendo alcançar um salto tecnológico no mundo produtivo, organizado a partir das tecnologias da informação e comunicação (TIC). Os processos produtivos se tornam robotizados e se espalham por toda a

cadeia produtiva, de modo que a gestão empresarial passa a ser controlada de forma digital. Logo esse processo se expande globalmente, atingindo o Brasil (Antunes, 2020c).

O autor ainda afirma que esse processo digital possivelmente será cada vez mais ampliado, logo ele exime o capitalista de manter uma intensa força de trabalho, fazendo com que ela sobre, causando assim imenso desemprego, adoecimentos, ausência de seguridade social e nenhuma perspectiva de futuro no trabalho. Diante dessa estrutura da uberização, aparelhos como smartphones e tablets se tornaram imprescindíveis para o trabalho e servirão como máquinas controladoras no decorrer do século XXI.

Castro (2021) afirma que diversas propriedades do trabalho uberizado já se apresentaram anteriormente em trabalhos precários, nas décadas de 70 e 80, em atividades como as de motoboys e mototaxistas, nas quais trabalhadores (as) eram responsáveis pelo instrumento de trabalho, trabalhavam por viagens realizadas, enfrentavam longas jornadas de trabalho e longos intervalos de espera, e tomaram para si todos os dispêndios envolvidos no trabalho. Com a expansão da uberização no tempo presente, essas características permanecem fortalecidas.

Nesse sentido, os trabalhadores e as trabalhadoras sofrem com a culpabilização do fracasso no trabalho, uma vez que o controle é feito parte pelas empresas-aplicativo e parte pelas pessoas que utilizam os serviços destas empresas. Segundo Castro (2021), a atual organização do trabalho, a uberização, compreende que a culpabilização produz sofrimento humano e/ou desgaste mental a esses(as) trabalhadores(as). A ausência de falta de diálogo entre os atores do processo de trabalho, a dificuldade de organização coletiva dessa fração da classe trabalhadora e a ausência de leis protetoras do trabalho são problemas gerados pela uberização que acabam adoecendo as pessoas que precisam se submeter à modalidade.

É importante sinalizar que a tecnologia, utilizada no processo de uberização, é obra do trabalho coletivo da classe trabalhadora. O capital se utiliza desse trabalho coletivo a favor da maior lucratividade. Portanto, a tecnologia torna-se uma coação, permitindo que haja um contingente sobrando da força de trabalho na vida social, e suprimindo o trabalho humano pelo uso de tais métodos. Então, o aumento do desemprego, exatamente devido a esse processo, permite que o capitalista das tecnologias promova maior extração de valor quando se aproveita do (a) trabalhador (a), que precisa vender sua força de trabalho, excluindo a humanização desse trabalho. Nas palavras de Fontes (2017),

Todos sabem que a tecnologia é fruto do trabalho humano coletivo, cristalizado em máquinas de inúmeros tipos (mecânicas, eletrônicas, digitais) e processos. Se resulta da atividade de trabalhadores, seu direcionamento provém do capital em prol de maior lucratividade. No entanto, a tecnologia costuma ser apresentada como algo “externo” à humanidade e indiferente à sua sorte. Ela torna-se uma ameaça, brandida

regularmente, como maneira específica de eliminar trabalho (isto é, emprego) na vida social, substituindo os seres concretos em funções, que doravante, serão eliminadas pelo uso de tal ou qual método ou tecnologia (Fontes, 2017, p.50).

Seguindo o raciocínio da autora na citação, ela conclui que a tecnologia permite que o trabalho seja disfarçado, como algo externo ao humano. Então, torna-se, sobretudo, uma ameaça para a pessoa que precisa trabalhar, além de se apresentar como uma forma de eliminação da força de trabalho.

Ainda segundo a autora, as plataformas tecnológicas derivam das relações trabalhistas não-empregatícias, permitindo extração de mais-valor através do trabalho humano, controlando rigorosamente o agenciamento dessas relações, unindo meios de produção com força de trabalho. A empresa se une com outras empresas e toma assim a propriedade dos recursos de produção (Fontes, 2017).

Neste sentido, o fenômeno da uberização opera sobre dados, matérias primas transformadas em mercadorias, com a presença de algoritmos, otimizando tal processo e rendendo descomunais fontes de rendas tecnológicas (Alves, 2021). Para o autor, a uberização é o estágio superior ao processo de precarização do trabalho.

O capital flexibiliza não apenas a contratação salarial com as modalidades de contratação precária; ou a forma de gestão de cariz toyotista, e ainda, a base tecnológica informacional desenvolvida pela plataformização; mas flexibiliza o lugar da laboralidade, invadindo espaços vitais das pessoas que trabalham. O empreendimento da exploração capitalista torna-se efetivamente flexível, fluido e difuso (BIHR,1996). Fecha-se o cerco do controle social da força de trabalho (Alves, 2021, p.219).

Em vista disso, o conjunto dos fenômenos da terceirização, informalidade e flexibilização compõem o processo de uberização. Uma das vertentes é ter a aparência de prestação de serviços. A uberização, portanto, se denomina, segundo Abílio, et.al. (2021), como um processo em curso há décadas, mas que também se apresenta como uma nova maneira de gestão e controle da força de trabalho, que tem a intenção de se expandir, de forma generalizada das relações de trabalho no futuro. É oriunda das formas contemporâneas de extinção de direitos, responsabilização dos custos e cuidados transferidos para os trabalhadores e trabalhadoras, além de proporcionar novos formatos da produção (por exemplo, por peça).

Para Abílio (2020), a uberização se apresenta como uma tendência global em sucessão, que envolve diferentes setores, diferentes condições trabalhistas, vários tipos de ocupação, níveis de qualificação e rendimentos. Todos os custos pelos instrumentos e riscos do trabalho

são de responsabilidade de quem vende sua força de trabalho. A pessoa fica exposta à ausência de direitos ligados à previdência e saúde, além de estar completamente isolada no ato de trabalhar.

Apesar do processo de uberização obter esse nome devido à empresa Uber, ela não é a única e nem origina a modalidade de trabalho. Empresas brasileiras ligadas a cosméticos já exerciam esse papel, segundo Abílio (2020), o que também evidencia sua distinção da plataformização tratada no subtópico anterior:

Fenômeno não se inicia com a corporação estadunidense. Revendedoras Natura/Avon já amargavam distopia capitalista de trabalho sob demanda e “gestão corporativa” da precarização. Plataforma só inovou no despotismo algorítmico. O trabalho informal é central ao desenvolvimento capitalista – e a uberização representa uma tendência a uma nova fase de controle, gerenciamento e organização do trabalho de um exército de desocupados. Todos, portanto, passam a ser *possíveis uberizáveis* (Abílio, 2021b, p.1).

Podemos considerar, a partir da citação da autora, que a uberização traz uma nova aparência de informalidade, que é elemento fundamental na sociedade capitalista. Por sua vez, a plataformização inserida no processo de uberização atualizou a precarização do trabalho em curso. Ainda segundo Abílio *et.al.* (2021, p.1) a uberização se apresenta como “um novo tipo de gestão e controle da força de trabalho com a consolidação do trabalho sob demanda, e a plataformização como dependência de plataformas digitais para executar atividades de trabalho”.

Ou seja, a uberização, para os autores, pode ser considerada um processo mais extenso em relação às plataformas digitais, inclusive historicamente. A uberização contribui para o desenvolvimento da informalização, a partir da consolidação do trabalhador e da trabalhadora sob demanda.

A uberização corrobora com o capitalismo de vigilância, de acordo com Abílio (2020), quando afirma que o agenciamento centralizado por parte das empresas-aplicativo atua entre controle, gerenciamento e vigilância das relações estabelecidas. O processamento de dados alcança dimensões enormes, possibilitando o mapeamento total do processo produtivo. Dessa forma, conseqüentemente, vai alterando a vida cotidiana de trabalhadoras (es) e consumidoras (es).

Abílio (2020) aponta exemplos sobre este agenciamento a partir dos resultados de sua pesquisa com empresas brasileiras, como a Natura, nas quais a informalidade se apresenta como característica estruturante. Diversas mulheres de distintos perfis socioeconômicos atuam em

várias relações com as revendas, sem sequer ter essa relação reconhecida como trabalho, estando embaraçada com consumo. Dessa forma, assim como o trabalho uberizado, as mulheres se tornam apenas números cadastrados, e aparentemente trabalham quando “querem e podem”. Porém, as estruturas informais que administram a atividade excitam o engajamento das trabalhadoras com a empresa, conduzindo uma concorrência para que elas sobrevivam em meio a essas estratégias descritas.

Considera-se que o processo de uberização transforma a pessoa que trabalha em autônoma (aparentemente), mas essencialmente exige total disponibilidade ao trabalho, amortizando esta submissão permanente a um aparente autogerenciamento subordinado. Trabalhadoras e trabalhadores ficam desguarnecidos (as) de qualquer direito ou proteção trabalhista, de garantia de salário e de limite de tempo de trabalho. Todas as interações entre a pessoa que vende sua força de trabalho e a empresa se dão pelo meio digital, permitindo assim novas formas de subordinação e controle trabalhistas (Abílio, 2020).

A autora aponta que a uberização contribui para o aumento de trabalhadores e trabalhadoras disponíveis, expondo-os à lógica de terceirização das empresas contratantes. Essas empresas passam a fiscalizar e certificar o trabalho, excluindo a responsabilidade anterior que era do Estado, e transferem para as pessoas consumidoras dos serviços parte desse gerenciamento e controle, subordinado pelas empresas-aplicativo. O amadorismo do trabalho torna-se regra, resvalando a identidade trabalhista do (a) profissional, que atua num trabalho que não é trabalho, e apontando, assim, para um novo tipo de informalização (Abílio, 2020).

Esse autogerenciamento, responsável pela própria sobrevivência e permanência no trabalho uberizado não-garantido, acontece na essência da reprodução social dos trabalhadores e trabalhadoras, uma vez que têm o trabalho utilizado e remunerado na medida da sua demanda. O modo de vida é alterado por todas essas determinações da uberização.

Por fim, observamos que a lógica da uberização pode ser confundida com um novo conjunto de transformações da gestão do trabalho, que trataremos no próximo tópico, como fenômeno do empreendedorismo. Aquela pessoa que hoje é designada como empreendedora é de fato o (a) trabalhador (a) solitário (a) encarregado (a) de sua própria reprodução social (Abílio, 2020).

2.2.7 Empreendedorismo

Conforme já discutimos nos subtópicos anteriores, um conjunto de mutações vem ocorrendo desde os anos 1970 e alterando a lógica capitalista, que passa a ser pautada pelo

mundo informacional. Atualmente, com a explosão das tecnologias informacionais e digitais somaram-se a esse movimento diversos fenômenos e processos, dentre eles o empreendedorismo (Antunes, 2020c).

Para Druck (2021), o empreendedorismo se apresenta como um processo de intensificação da acumulação flexível em suas diversas manifestações, instaurando movimentos históricos diferentes e transformações dos padrões de organização do trabalho a partir das tecnologias, fundamentalmente a partir dos anos 1980.

O empreendedorismo abarca outros fenômenos com novas configurações, de acordo com a autora, como a informalização, a uberização e a plataformização, ampliando o processo de individualização da classe trabalhadora e a fragmentação de suas coletividades. Diante do cenário catastrófico de crescente desemprego, empreender passa a ser a única alternativa de trabalho, com aparência de liberdade de controle e como conquista de autonomia no trabalho.

De acordo com Druck (2021), a concorrência entre empresas, pessoas e instituições públicas é imperativa como qualidade no empreendedorismo. A ideia é reduzir custos, ampliar a produtividade e burlar qualquer obstáculo burocrático de legalização trabalhista. Os países periféricos, como o Brasil, sofrem diretamente com esse processo de globalização do capital, através da mais livre mobilidade.

Alves (2021) sinaliza sobre o aumento da produtividade do trabalho que se configura no processo de empreendedorismo, assim como no processo de flexibilização do trabalho. Para garantir a produtividade exigida pelo (a) capitalista, reduz-se o tempo de descanso e acrescenta-se o tempo de trabalho excedente. Dessa forma, o próprio tempo de trabalho em excesso se embarça com o período de trabalho. Assim, os processos citados operam de forma a diminuir o tempo de vida, transformando-o em tempo do trabalho (Alves, 2021), processo que ocorre de forma mais dramática na periferia do capital. Nas palavras do autor,

[..] a mais-valia relativa cai numa contradição insana: com o aumento da produtividade do trabalho, “suprime-se” o tempo de não-trabalho (o tempo de trabalho necessário); e aumenta-se demasiadamente (ou desmedidamente) o tempo de trabalho excedente, que se confunde com a própria “jornada de trabalho”. O que, a rigor, deixou de existir. Nesse caso, todo o tempo de trabalho é- virtualmente- tempo de produção. É isso que explica - de imediato- por que a nova precariedade salarial opera reduzindo tempo de vida a tempo de trabalho. (Alves, 2021, p. 243).

Logo, ao analisar a citação, percebemos que toda a essência empreendedora se dá por dentro do capital, impedindo que o (a) trabalhador (a) receba pelo tempo disponibilizado para o trabalho que não é remunerado, facilitando assim a acumulação capitalista. Toda a força de trabalho é demasiadamente explorada, tanto nos momentos de alta produção, quanto nos

momentos de “folgas”, uma vez que estar disponível é requisito para ser empreendedor (a). Assim, ainda segundo Alves (2021), o tempo de vida é “colonizado” pelo tempo de trabalho ou tempo de produção do capital. Este movimento ocorre nas esferas privadas e nas instituições públicas do Estado neoliberal.

Abílio (2019) discorre sobre como o conceito de empreendedorismo vem tomando novas significações. Diante do movimento do trabalho flexível, a figura do (a) trabalhador (a) passa a ser confundida com a do (a) empresário (a) inovador (a), necessitando de criatividade, ousadia, novas ideias e disposição para arriscar. Mesclam-se os atributos da figura da pessoa trabalhadora com a pessoa que é empresária. O empreendedorismo adota múltiplos usos que se referem aos processos de informalização do trabalho e extremos riscos para a pessoa que trabalha. A pessoa segue subordinada como trabalhadora, mas passa a ser denominada empreendedora. Nas palavras da autora,

O empreendedorismo torna-se genericamente sinônimo de assumir riscos da própria atividade. Opera aí um importante deslocamento do desemprego enquanto questão social para uma atribuição ao indivíduo da responsabilização por sua sobrevivência em um contexto de incerteza e precariedade. No que concerne à uberização, vê-se que tal discurso empreendedor é veículo para o obscurecimento das relações entre capital e trabalho, na medida em que trabalhadores aparecem como “chefes de si mesmos”, ou seja, desaparece a relação de subordinação, aparece uma multidão de empreendedores de si próprios (Abílio, 2019, p.4).

A explanação da autora aponta que, além das relações trabalhistas determinadas pela configuração da modalidade, as regulações do trabalho estão assinalando a consolidação de trabalhadores e trabalhadoras sob demanda e o Estado está regularizando e agenciando tal condição. Trata-se, segundo a autora, de uma proposta de uma figura do (a) trabalhador (a) ‘empreendedor de si’ e do (a) trabalhador (a) ‘gerente de si subordinado’. Há novos modos de subjetivação relacionados a estas formas de subordinação e gerenciamento do trabalho, o que será objeto do nosso próximo capítulo.

Ainda segundo Abílio (2019) o arranjo para o autogerenciamento subordinado se manifesta também na terceirização, deixando que parte dele como uma responsabilidade do (a) próprio (a) trabalhador (a). É a pessoa que vende a sua força de trabalho que vai criar suas próprias estratégias de sobrevivência, custear seus recursos de trabalho e conduzir o tempo de trabalho, bases lógicas do empreendedorismo. Todos esses requisitos farão parte do cumprimento de seu trabalho e de sua produtividade.

Antunes (2021) faz um alerta sobre os riscos do empreendedorismo, que mascara o trabalhador (a) como um personagem modificado (a) na estrutura do trabalho, que sonha com

autonomia, mas que, na prática, esbarra com adoecimentos, com a ausência de amparo de seguro-saúde, a falta de perspectiva de aposentadoria, os baixos salários, a ausência de direitos, os acidentes de trabalho, as mortes, dentre outros. Isto posto, nota-se que os sujeitos “empreendedores” sentem o mito da “liberdade sem patrão” se esvaír cotidianamente, diminuindo sua renda e aumentando a cada dia os riscos. Nas palavras do autor,

Transfigurados e convertidos em “empreendedores”, os entregadores ainda arcam com os custos dos instrumentos de trabalho (carros, motos, bicicletas, mochilas, celulares, etc.). Sua condição “autônoma”, então, é puro falseamento. Quem define a admissão? Quem determina a atividade, preço e tempo das entregas? Quem pressiona, através de incentivos, para a ampliação do tempo de trabalho? Quem pode bloquear e dispensar sumariamente sem qualquer explicação? Por certo, não é o “autônomo”. Assim, esta condição se desvanece, aflorando a subordinação e assalariamento. E exigir direitos é princípio basilar da dignidade mínima do trabalho. As plataformas dirão: mas são os entregadores que as procuram. É verdade, mas seria bom acrescentar que essa é a única alternativa hoje existente contra o desemprego. Aqui reside a base do regozijo das plataformas. Como entender, então, contemporaneamente, o trabalho digital, o trabalho virtual? (Antunes, 2021, p.101).

O exemplo dado pelo autor apresenta os riscos que mencionamos anteriormente. Vale ressaltar que o empreendedorismo atinge diversos tipos de serviços, tais como: limpeza, alimentação, beleza, entre outros. As formas assumidas pelo trabalho são procedimentos de transformações mais amplas, em curso, desencadeadas pelo movimento do capital na sua busca por irromper os empecilhos que o impedem de eternizar-se. Uma busca ilimitada, mas com marcante poder destrutivo e capaz de derrubar um enorme contingente da classe-que-vive-do-trabalho de “suas próprias condições de sobrevivência ultra precárias” (Antunes, 2020a).

Na tentativa de sobrevivência, os trabalhadores e as trabalhadoras assumem o papel de empreendedores (as) e se concebem patrões e patroas de si mesmo, num estilo “quase-burguês”, mas que repetidamente se torna auto explorador (a) do próprio trabalho. Em contrapartida, a teoria de Antunes desvela que esse fenômeno destrutivo que é o sistema capitalista a cada dia se intensifica, tornando a força de trabalho cada vez mais descartável e excessiva.

O autor comprova a teoria, apresentando dados de 2019, que assinala que mais de 40% da classe trabalhadora no Brasil se encontra no trabalho informal (Antunes, 2020c). Esses dados sugerem uma tendência ao empreendedorismo, como uma das poucas alternativas de ocupação, no contexto atual do país.

O empreendedorismo é oriundo das políticas neoliberais, portanto, está inserido nas novas relações de poder entre as classes sociais. Vem se expressando a partir da lógica hegemônica da classe burguesa, demonstrando completo desinteresse pela classe trabalhadora

e instituindo a precarização do trabalho como regra, além de remeter a responsabilidade da nova realidade da sociedade capitalista ao indivíduo trabalhador (Druck, 2021).

Ainda segundo Druck (2021), o empreendedorismo se reestrutura continuamente, com foco na concorrência, e tem o gerencialismo como característica primordial. O fenômeno vem se adaptando às novas demandas sociais, se inserindo, inclusive, nos serviços públicos. A intenção é de produzir uma nova forma de gestão, voltada para empresa privada, exigindo constante inovação, autorrealização e espírito empreendedor. Todos esses elementos corroboram para a construção de novas relações trabalhistas, transformando as condições objetivas e as subjetividades dos sujeitos que trabalham.

Porém, compreendida como um processo contraditório, os processos que abarcam a nova morfologia do trabalho, incluindo os tratados neste item, aguçam resistência por parte dos trabalhadores e trabalhadoras (Antunes, 2020a). É esta capacidade de resistência da classe trabalhadora, concomitante à autorreprodução do sistema capitalista, que trataremos no próximo tópico deste capítulo.

2.3 Lutas, resistências e transformações do trabalho no Brasil

Iniciamos este subcapítulo retomando os estudos de Mattos (2019) no que tange à conformação da classe trabalhadora, para relacionarmos com o movimento de lutas e resistências, diante das transformações do trabalho no Brasil. Mattos (2019) recupera os estudos de Marx sobre o potencial revolucionário de tal classe. Somente a própria será capaz de encontrar a sua libertação, por meio da luta. O revolucionário alemão considerou toda a influência da dinâmica histórica e suas dimensões da objetividade e da subjetividade.

O conceito de classe social, sob o ponto de vista da teoria marxista, se constitui como artefato para as contribuições de Marx sobre a estrutura econômica das sociedades modernas; por coerência, o seu desenvolvimento se dá, também, através das lutas de classes. De acordo com as palavras de Marx e Engels (2009, p. 23), "A história de toda sociedade existente até hoje tem sido a história das lutas de classes". Assim, Marx traz os fundamentos para se entender o conceito de classe em seu sentido pleno, retratando as relações no capitalismo de sua época:

Na medida em que milhões de famílias vivem sob condições econômicas de existência que separam seu modo de vida, seus interesses e a sua cultura daqueles das outras classes e as colocam em oposição hostil a essas outras classes, elas formam uma classe. Na medida em que há apenas uma interconexão local entre esses camponeses, de pequenas propriedades, e a identidade de seus interesses não gera

nenhuma comunidade, nenhum elo nacional e nenhuma organização política entre eles, tais pessoas formam uma classe. (Marx, *apud* Bottomore, 2012, p. 107).

A estrutura de classes foi inaugurada com o surgimento da propriedade privada. Nos modelos de sociedade pré-capitalistas, o trabalho se fazia presente de diversas formas: primeiro, numa fase subdesenvolvida da produção quando a subsistência dependia da caça e da pesca, havendo também a necessidade de cultivar plantas. Depois o (a) trabalhador(a) passou a se apropriar de lotes de terra, dando origem à propriedade privada e, conseqüentemente, às desigualdades sociais. As classes sociais são o resultado de diversas mudanças que causaram alterações nas relações existentes entre trabalhadores e trabalhadoras no processo de produção e apropriação da riqueza, quando os atores se diferenciam por seus papéis neste processo, formando dois grupos: os donos dos meios de produção (burguesia) e não-proprietários, que nada possuem além de sua força de trabalho (proletariado). Se as classes sociais são o produto dessa desigualdade conferida pelo capitalismo, tendo seu surgimento através de um viés econômico, a sociedade se encontra dividida em dois grandes campos distintos que se afrontam diretamente: a classe dominante (burguesia) e a classe dominada (proletariado). A partir dessas divergências entre as classes é que pode emergir uma consciência social, pela qual há um descontentamento do proletariado, levando-o à luta de classes.

De tal modo, a classe trabalhadora não fica à parte das transformações do trabalho, do sofrimento neoliberal e de seus adoecimentos. Entretanto, os movimentos de lutas e resistências podem se apresentar juntamente com este contexto devastador, corroborando com a dialética histórica das relações sociais. Historicamente, a luta de classes se apresentou de forma contínua e permanente. Considerando a luta de classes atual, vale ressaltar que os capitalistas se organizaram historicamente de forma contundente para combater as mobilizações e greves da classe trabalhadora, inclusive convergiram, muitas vezes, com os sindicatos, que deveriam ter como princípio básico organizar a classe trabalhadora.

Em suma, para Mattos (2019), a luta de classes se apresenta como um elemento fundamental para a existência da relação do modo de produção capitalista. Segundo o autor, as dimensões subjetivas e coletivas foram pensadas estruturalmente por Marx para compreendermos a potência dessa dupla dimensão, combinada na prática social. Sendo a classe trabalhadora um sujeito histórico-social (chamamos atenção para este fato, pois neste trabalho será usada a expressão sujeito social), ela apresenta a capacidade de transformar e conduzir os rumos da história.

A partir da análise sobre precarização do trabalho, tema já tratado em subitem anterior do presente capítulo, Mattos (2019) explicita que há possibilidades de reduzir ou não o impacto sobre a classe trabalhadora, subordinada às condições históricas, diante da dinâmica desigual e combinada da expansão do capital. Dito isso, o autor reitera a relevância da luta de classes, conforme já apontamos.

A discussão sobre lutas e resistências precisa considerar o que Mattos (2019) sinaliza, recorrendo a Gramsci, como a construção da consciência de classe e sua relação com a correlação de forças. De fato, as relações de força vão se construindo a partir da hegemonia de um grupo social que domina outros grupos subjugados. Para tanto, destaca-se a consciência de classe como elemento primordial nessa relação de força, estando diretamente conexa com a estrutura econômica e social.

Portanto, é importante ressaltar o antagonismo entre as classes, inerente ao modo de produção capitalista, de forma que elas vão se delineando enquanto tal e se fazendo independentes. Porém, a independência do elemento subjetividade é determinada social e historicamente, a partir da realidade social. Ou seja, segundo Mattos (2019), para Marx o modo de produção da vida material influencia o desenvolvimento da vida social. Sendo assim, os sujeitos sociais têm a possibilidade de superar esse antagonismo, a partir da tomada de consciência de classe e superação do senso comum de uma determinada época.

Enquanto a classe trabalhadora tenta superar os limites da sociedade capitalista, Mattos (2019) se remete a Gramsci novamente quando o intelectual afirma que só existe uma forma dos sujeitos superarem tais dificuldades de manutenção da própria existência: derrubar a propriedade privada e as formas de exploração do trabalho, através da práxis. Nas palavras de Mattos (2019),

Marx defende a posição de que a classe trabalhadora possui, no capitalismo, um potencial revolucionário. Seu “objetivo último”, para usar os termos da carta a Bolte, é a conquista do poder político. Esse potencial não se explicita direta e imediatamente na luta econômica e, mesmo ao definir a consciência “madura” da classe, como naquela carta, o exemplo escolhido por Marx para falar numa consciência política de classe é o de uma luta nos marcos da legalidade posta: a luta por uma lei de redução da jornada de trabalho. Assim, podemos deduzir que nem toda consciência de classe, mesmo que política, portanto madura, aponta imediatamente para o “objetivo último” revolucionário (Mattos, 2019, p.52)

A partir da citação de Mattos (2019), destacamos o potencial revolucionário da classe trabalhadora apontado por toda uma tradição marxiana, relacionando o movimento econômico com o movimento político e consciente até o momento revolucionário de fato. Pode-se considerar que o processo de formação de consciência de classe se dá nas relações de força

concretas e materiais do momento histórico e seu potencial revolucionário como sujeito da transformação social é de emancipar as classes trabalhadoras pelas mãos e mentes.

Em vista disso, podemos avaliar o impacto dos processos de vulnerabilização da classe descritos no item anterior em termos das lutas e resistências. Assim, Druck (2011) aponta que uma das expressões da precarização do trabalho é a fragilização da organização da classe trabalhadora, identificada nas dificuldades da organização sindical e das formas de luta e representação. Tais complexidades são decorrentes da violenta concorrência no interior da própria classe trabalhadora, em função também da sua heterogeneidade, implicando um enfraquecimento dos sindicatos, criado, principalmente, pela terceirização.

A autora também chama a atenção para as formas de isolamento e para a perda da identidade coletiva. A autora afirma que, mesmo neste cenário desmobilizante, há uma perspectiva de resistência, ainda que fragmentada. Druck (2011) ainda acrescenta que boa parte das direções sindicais brasileiras também sofre com a influência neoliberal, justificando sua atuação nos limites e no interior do jogo político da classe dominante.

Contestando este cenário, a autora sinaliza sobre os movimentos grevistas de trabalhadores e trabalhadoras terceirizados(as) que ocorrem no país, reivindicando direitos básicos que não são cumpridos pelas empresas, tais como décimo terceiro e férias. Apesar desses movimentos não estarem disponíveis em estatísticas oficiais, Druck (2011) indica que eles são noticiados em jornais da grande imprensa e sites de buscas. E, por esta razão, a autora problematiza a questão nos seguintes termos:

Há indicadores de resistência? Sim, uma resistência de tipo dispersa, fragmentada ou adaptada. A literatura sobre os sindicatos e o movimento dos trabalhadores dos últimos anos tem problematizado sobre a crise dos sindicatos na era da globalização e da reestruturação sob a direção do neoliberalismo em âmbito mundial. Uma das principais justificativas apontadas por Hayek (1944) na defesa da doutrina neoliberal foi a responsabilização dos sindicatos pela crise dos anos 1970, devido a seu excessivo e nefasto poder, influenciando o movimento dos trabalhadores em suas lutas por aumentos salariais e por políticas de bem-estar, que culminaram na deterioração das bases de acumulação do capital e da insustentabilidade de um Estado de altos gastos sociais (Anderson, 1995). Essa justificativa foi, aos poucos, conquistando adesões de governos, lideranças políticas e dirigentes sindicais, naqueles países em que a experiência social-democrata foi mais marcante. É como se houvesse uma mea culpa por parte dos sindicatos, que passaram a reconhecer os limites ou mesmo o fim daquela “era dos 30 anos gloriosos” e que, perplexos diante da ofensiva do capital – nos planos material e ideológico –, não conseguem reagir e oferecer alternativas ao novo padrão de desenvolvimento capitalista que se globaliza (Druck, 2011, p.50).

De acordo com a citação da autora, as transformações do trabalho confirmam a essência do capitalismo, que converteram o trabalho em mercadoria, porém, trazem outra intensidade a

essa relação social, ao amortecer a capacidade de resistência e de questionamento às novas condições conferidas pelo capital. Essas condições chegam aos sindicatos, que precisam encontrar novas estratégias de luta e reação.

Compreendemos que também há uma nítida tendência de complacência por parte da classe trabalhadora, que acaba interferindo, inclusive, na capacidade de aversão diante das injustiças sociais, do indeferimento dos direitos e da perda de proteção social. Geralmente essa tendência à resiliência explica, segundo Druck (2011), que os problemas impostos pelo capital sejam vistos como uma “fatalidade econômica”.

Dando continuidade ao debate proposto pela autora, ainda que as formas de luta estejam engendradas com as novas transformações do trabalho, os movimentos de resistência acontecem, mesmo nas condições tormentosas empregadas pelo capitalismo. A autora exemplifica com o movimento dos entregadores de aplicativo, que pleiteava melhores condições de trabalho, de proteção e remuneração, demonstrando a condição objetiva que acaba por impulsionar a reação coletiva. Esse movimento solidário e combativo, expresso por greves e manifestações de rua, irrompem a lógica empreendedora (Druck, 2011).

O que podemos avaliar é que, contraditoriamente, na medida em que o capital avança com suas estratégias para explorar, precarizar e expropriar a classe trabalhadora, essa vai encontrando meios de resistir, ainda que não seja de forma tão simples. Vale refletir sobre os dados estudados por Druck (2021), extraídos do Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG), do DIEESE, que apontou 52% de greves no setor público nos anos 2016-2019, sendo elas 68% municipais, 29% estaduais e 3% federais, trazendo pautas defensivas e destacando reajuste e atraso salariais. Ou seja, apesar da crescente fragmentação da classe trabalhadora, desmonte dos coletivos e substituição de servidores(as) por pessoas terceirizadas, conforme aponta a autora ao discutir os efeitos da PEC 32¹¹ (Proposta de Emenda à Constituição), é nítida a permanência da luta classista.

Nesse sentido, segundo Alves (2021), o capital esbarra nos limites físicos, históricos e morais para exploração do trabalho, se contrapondo à própria tendência de expansão. E a luta de classes, como descrita pelo autor, é uma expressão desses limites que o capital encontra no processo de civilização, e ela segue operando como uma barreira contra a autopreservação do sistema capitalista.

Nesta perspectiva, podemos analisar algumas questões feitas por ele sobre os limites da luta de classes, na mesma linha já apontada por Druck (2011). Damos ênfase a uma delas, que

¹¹ Tal Proposta de Emenda à Constituição tem a intenção de alterar disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

diz respeito à cultura neoliberal e se insere nas lutas de classes, mesmo quando trabalhadoras e trabalhadores se revoltam contra os seus ditames. Outra questão digna de destaque aos valores coletivos de caráter ideológico-político, que tanto marcaram as lutas passadas, e que já não aparecem com tanto rigor nas lutas atuais. Ele conclui que isso aconteceu, pois os processos coletivos foram substituídos por processos de subjetivação difundidos pelo capitalismo, mesmo quando o capital se chocou nos limites físicos, históricos e morais para explorar a força de trabalho. Entretanto, na sua “fuga para frente”, o capital promete provocar, além de tudo, as dificuldades de valorização do valor, contribuindo para uma crise social da sociedade do trabalho ainda mais brutal. (Alves, 2021).

Abílio (2021b) afirma que, ainda assim, com todos os limites expressos pela organização da classe trabalhadora, nos últimos anos, houve lutas envolvendo o conjunto de trabalhadores (as) uberizados (as), mais precisamente de entregadores (as) de aplicativos, como a autora explicita:

[...] elas ainda estão sendo tecidas, se iniciando, mas não foi pouca coisa o que aconteceu em julho [de 2020], com o breque nos apps. Uma multidão de trabalhadores informais, sob demanda, estão se organizando. Um breque nessa forma de exploração. E foi uma novidade: uma multidão começa, horizontalmente, a se reconhecer, com diversas caras e a partir de focos de organização (Abílio, 2021b, p. 2).

A citação da autora reitera que esse movimento denominado de “breque dos entregadores” se apresentou como uma disposição superhorizontalizada, com diversos focos de organização, sendo parte da nova estrutura de controle do trabalho. O Estado e os meios técnicos e políticos legitimam esse método, porém, a resistência segue buscando caminhos nesse cenário de derrota para a classe trabalhadora, com inúmeros desafios apontados. Por exemplo, garantiram visibilidade e materialidade às ruas como o espaço do conflito entre capital e trabalho, proporcionando uma trava provisória na exploração.

Assim, os desdobramentos e avanços para trabalhadores e trabalhadoras ainda não estão nítidos, mas fica explícito que novas formas de resistência estão se formando. Dois exemplos atuais da expressão da luta de classes foram publicados no jornal GT Tijuca e Portal G1, respectivamente. As matérias são intituladas: “Terceirizados do DETRAN/RJ protestam pelo atraso de salários no Centro do Rio” e “Camelôs se acorrentam na porta da Câmara contra truculência da fiscalização”.

De acordo com Pimenta (2023), um grupo de trabalhadores (as) terceirizados (as) do Rio de Janeiro que estavam, na ocasião, com salários atrasados desde dezembro de 2022, se mantiveram no movimento de greve. O coletivo contou com o apoio do sindicato para

realizarem um ato, que teve como finalidade reivindicar direitos do Acordo Coletivo de Trabalho feito com a empresa responsável pela contratação das pessoas terceirizadas. O segundo episódio ocorreu também no Rio de Janeiro, onde trabalhadores (as) informais organizados (as) realizaram uma manifestação nas ruas da cidade exigindo melhores condições de trabalho, sendo tratados (as) de forma violenta pelo Estado. (Vieira, 2023).

De certa forma, os dois exemplos mencionados se contrapõem a uma tendência apontada pela literatura especializada. Segundo Antunes (2020c), as lutas sociais contemporâneas deixaram de ter a expressão da coletividade, erguida nos tempos do sindicalismo aguerrido, e foram se tornando cada vez mais individualizadas. Todos os fenômenos que abarcam a nova morfologia do trabalho apontam para a individualização e dificultam qualquer organização coletiva. Entretanto, ainda que os movimentos de resistência, rebeldia e recusa sejam invisibilizados nas pesquisas e repelidos pelo conjunto de gestores ou conciliados com os capitalistas, eles ainda existem.

Quanto à perspectiva de organização sindical, conforme já foi apontado, alguns desafios essenciais precisam ser assinalados. Um deles é o fortalecimento dos sindicatos, tão necessário para a luta da classe trabalhadora. Outro é a necessidade da organização sindical se ampliar e romper com o obstáculo social que divide trabalhadoras e trabalhadores instáveis e estáveis. E, por fim, a necessidade de incorporação daquelas trabalhadoras e trabalhadores que atuam nos serviços, tais como telemarketing, hotelaria, dentre outros, às organizações de trabalhadores (as) estáveis, visto que a maioria não tem experiência de organização sindical (Antunes, 2020a).

Diante do exposto, é possível afirmar, em suma, que a perspectiva sindical deve estar atenta à heterogeneidade da classe trabalhadora, considerando as dimensões de gênero, geração, raça e etnia, referidas no início deste capítulo. Deve haver uma anulação de vestígios de corporativismo, individualismo, burocratização e verticalização que permitem certos privilégios para algumas categorias, abandonando os princípios classistas. O objetivo deve ser de solidariedade, coletividade e de preservação da natureza e da humanidade. A aproximação com movimentos sociais autônomos carece ser uma premissa do sindicalismo. O sentido de pertencimento de classe precisa ser absorvido novamente nos ambientes coletivos dos sindicatos, assim como a expressão da sua totalidade, de forma que produzam novas formas de confrontos. E, por último, e não menos importante, o autor sinaliza para a fusão entre as ações reivindicativas e parlamentares, num viés mais autônomo e abrangente (Antunes, 2020a).

Portanto, identificamos que a exclusão da pauta política das lutas e resistência das trabalhadoras e dos trabalhadores é uma forma ardilosa dos dominantes burlarem a dimensão dos conflitos, e tem como função um ocultamento ideológico das bases determinantes do/no

modo de produção capitalista, para que elas permaneçam intactas. Isso atenta, por conseguinte, sérios impedimentos para o movimento dialético de superação das diferentes formas da consciência da classe trabalhadora.

A discussão apresentada por Antunes (2022a) reconhece a necessidade da luta de classes, mas reitera seu caráter árduo. A auto-organização das periferias, comunidades populares e indígenas é posta em xeque na medida em que a devastação social avança. No caso do Brasil, especificamente, o contexto do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro (2019-2022) aprofundou este desafio. Outra questão provocadora apontada pelo autor é a devastação da previdência social, ajustada ao capitalismo excludente e brutal da era contemporânea. Além desses pontos, Antunes (2022a) reitera que as esquerdas sociais e políticas não poderão mais seguir sua rota clássica. Sua problemática está em burlar a tradição e se inserir na vida cotidiana da classe trabalhadora, para então pensar em fazer avançar um projeto efetivamente humano de sociedade, para além do que o autor chama de “sistema de metabolismo antissocial do capital” (Antunes, 2022a, p.45).

O autor marca a posição de esgotamento desse sistema e a necessidade desse reconhecimento pelas organizações coletivas revolucionárias em pensar uma sociedade mais humana e menos letal. É como se trabalhadores (as) estivessem num cabo de guerra, onde, para que a corda não arrebente cada vez mais para seu lado, é preciso manter a corda resistente com uma considerável organização coletiva.

Em suma, o método de cooptação das pautas da classe trabalhadora por parte da burguesia vem provocando uma desmobilização das lutas (Safatle, 2021). A ideia de retirar o caráter político das lutas e o fortalecimento da lógica do “empresariamento de si” (Antunes, 2022a), acaba por elevar a alienação e o estranhamento da sociabilidade do capital ao estimular uma “auto exploração”. Uma adaptabilidade a um meio naturalmente adverso é uma exemplificação de tal cooptação e um culto acentuado à individualização (Dardot; Laval, 2016). No entanto, segundo Antunes (2022a, p.44) “a auto-organização popular talvez seja o principal elemento deste período tão trágico e tão destrutivo”.

O objetivo do presente não tópico foi enumerar e analisar exhaustivamente as formas de lutas e resistências, e sim pontuar que a precarização do trabalho e toda expressão de transformação do trabalho, utilizada pelo capital para a sua manutenção, busca esvaziar as formas de organização coletiva, mas sua intensidade vai depender da trajetória e organização histórica da própria classe trabalhadora. Assim, as condições específicas podem piorar ou regredir dependendo da luta de classes, sendo ela extremamente significativa (Mattos, 2019).

2.4 Pandemia de Covid-19

Como se não bastasse todo esse sistema devastador afetar a classe trabalhadora ao longo da história, ressalta-se que o período da pandemia de Covid-19, iniciado em 2020, trouxe consequências perversas e uma precarização ilimitada para esses sujeitos. Segundo as pesquisas realizadas por Antunes (2022b), ao fim de 2019, um ano antes do ano pandêmico, mais de 40% da classe trabalhadora brasileira encontrava-se na informalidade. O que o autor observa é que no ano de 2022 (após dois anos do início da pandemia) existia um cenário social ainda mais desolador, uma vez que a precarização se expressava deixando um extenso conjunto de pessoas trabalhadoras cada vez mais subutilizado em praticamente todos os espaços de trabalho.

Na mesma direção, aponta Praun (2020):

A pandemia de Covid-19, assim como as medidas de isolamento e distanciamento social, jogou luz sobre nossas contradições e desigualdades já pré-existentes. A legião de trabalhadores informais ganhou visibilidade com os 107 milhões de pedidos de auxílio emergencial (Máximo, 2020). O espraiamento da contaminação, do adoecimento e dos óbitos rumo às periferias dos grandes centros urbanos (Stevanim, 2020) demonstrou a ineficácia da exigência de isolamento social diante da ausência de políticas públicas efetivas que garantissem a urgência da sobrevivência imediata (Praun, 2020, p. 2).

Diante dos apontamentos de Praun (2020), podemos afirmar que as consequências avassaladoras que a classe trabalhadora sofre desde 2020 se agravaram durante a pandemia, evidenciando a massa de pessoas submetidas à informalidade, cuja condição as obrigou à exposição a condições de risco, agravando a disseminação da doença. A autora sinaliza que as (contra) reformas (trabalhista e previdenciária) mantiveram-se em consenso com a ascensão da mundialização neoliberal, corroborando com o arrasamento dos serviços públicos e com a elevação da hiperflexibilização do trabalho.

Praun (2020) faz um destaque à regulamentação, a partir da MP 927, do trabalho remoto, flexibilizando as férias e diminuindo o alcance sindical em diversos setores trabalhistas, além da dubiedade no texto da MP em relação à consideração da contaminação por coronavírus como doença do trabalho, traduzindo mais um brutal ataque às trabalhadoras e aos trabalhadores. Ademais, a regulamentação do trabalho remoto trouxe uma aparência, durante a pandemia, de que esta modalidade de trabalho seria duradoura e efetiva. No entanto, para uma parte significativa da classe trabalhadora o trabalho remoto consolida um modo de contratação precário. Dessa forma, a classe trabalhadora foi incorporando este meio como forma de sobrevivência, permanecendo sem direitos fundamentais.

Quanto à perspectiva da crescente ausência de direitos trabalhistas no período pandêmico, Antunes (2022a) considera que a divisão sociosexual do trabalho em sua nova morfologia é um fator essencial para ser discutido. O coronavírus se apresenta como um elemento destrutivo de classe, que alcança mais as mulheres assalariadas, negras e imigrantes. As relações trabalhistas que envolvem gênero e raça são ainda mais avassaladoras.

Trabalhadoras negras são ainda mais penalizadas que as brancas (veja-se o exemplo das trabalhadoras domésticas no Brasil, que totalizam 6,2 milhões, das quais 68% são negras). Recentemente, tivemos no Rio de Janeiro, o brutal caso da morte de uma trabalhadora doméstica que se contaminou ao cuidar de sua patroa, que lhe escondeu estar infectada pela covid-19. A patroa se curou e a trabalhadora faleceu (Antunes, 2022a, p. 22).

Ainda há de se considerar, na mesma linha, conforme mencionado na citação, que as opressões de classe, gênero e raça se aguçaram nesse período, até mesmo no que diz respeito às trabalhadoras e trabalhadores indígenas, imigrantes e refugiados(as), sendo essas as pessoas, portanto, mais afetadas pelas mutações do trabalho.

Guimarães (2020), em matéria jornalística sobre essa questão, aponta dados significativos para compreendermos o que aconteceu com a classe trabalhadora a partir de 2020. A relação social das pessoas que trabalham está diretamente relacionada com suas condições de vida. O isolamento não foi um direito garantido para uma significativa fração da classe trabalhadora, que precisou ocupar os postos de trabalho predominantemente na informalidade e se arriscar à contaminação do novo coronavírus. Para quem mora em locais sem saneamento básico, em residências pequenas e com aglomeração e até mesmo não tem moradia, o isolamento não foi uma alternativa. Há de se ressaltar que a maioria das pessoas que se encontra nessa situação são negras, de acordo com dados do IBGE (2019). Na tentativa da sobrevivência, elas tiveram que buscar novas opções de trabalho, reiterando a flexibilização (Guimarães, 2020).

Dá-se, neste contexto, ainda segundo a autora, que pessoas negras são a maioria das desempregadas, das que ocupam os postos de trabalho mais precários e daquelas que trabalham por conta própria. Assim, o empreendedorismo se fortaleceu, na medida em que trabalhadores (as) precisam gerar a sua própria demanda de trabalho, já que esta era a principal modalidade oferecida pelo mercado de trabalho. Nas palavras de Antunes (2022a),

Vimos que a pandemia não está desconectada do sistema de metabolismo antissocial vigente, não se tratando, portanto, de um fenômeno exclusivamente “natural”. Vimos também que o modus operandi do capital só pode se desenvolver como destruição,

tanto da força humana de trabalho, quanto da natureza, e por consequência, da própria humanidade (o que se evidencia na eclosão das guerras). Essa processualidade, em si e por si soturna e tenebrosa, vem se agravando no contexto da pandemia de coronavírus, que é uma de suas tantas criaturas. Dito de outro modo: a pandemia é o enfeixamento de um sistema letal ao trabalho, à natureza, à “liberdade substantiva” de todos os gêneros, raças e etnias, à plena liberdade sexual, dentre tantas outras dimensões do ser em busca de sua autoemancipação humana e social (Antunes, 2022a, p.26).

Resumindo, pode-se dizer que a pandemia de coronavírus se constitui como um efeito do capital e uma coleção de sistemas projetados para destruir a todos nós. Inclusive, como não pode haver valorização do capital sem trabalho humano, a classe dominante pressionou continuamente para acabar com o isolamento, aumentar a produtividade e dinamizar as formas mais privadas de trabalho.

Diante do exposto, pode-se dizer, em síntese, que a pandemia da uberização se manifesta como uma tendência que já se disseminava antes do surto de covid-19 e que encontrou forma de se amplificar dentro dele. O uso massivo de tecnologias de informação e comunicação (TICS) e a disponibilidade de um grande excedente de força humana de trabalho, disposta a fazer qualquer tipo de trabalho, recebendo alguma remuneração, facilita a exigência de que os trabalhadores e trabalhadoras se tornem prestadores de serviços independentes e empreendedores (as). Assim, tal fração da classe trabalhadora fica excluída de qualquer proteção trabalhista e social. O que resta às pessoas que vendem a força de trabalho é se submeter às plataformas digitais da Amazon, Google, Uber, Ifood e outros grandes conglomerados (Antunes, 2022a).

Ainda nessa perspectiva, o autor expõe que os processos de transformações do trabalho, que se completa com a precarização, desemprego e subemprego, corroboram para o aumento da pauperização e miséria em dilatadas frações da classe trabalhadora. Nas palavras do autor,

Assim, essa nova morfologia compreende não só o operariado industrial, mas também os novos proletários dos serviços, da agroindústria, do comércio, do *fast-food*, dos hipermercados, etc. São trabalhadores e trabalhadoras que frequentemente oscilam entre a *heterogeneidade* de gênero, etnia, geração, qualificação, nacionalidade, etc., e a *homogeneidade* que resulta de sua crescente condição de precariedade (Antunes, 2022a, p. 99).

Seguindo o raciocínio da citação, nota-se que as diversas transversalidades da classe trabalhadora, necessitavam de uma concepção ampliada de trabalho durante o período pandêmico. Essa concepção ampliada deve contemplar a nova divisão sociossexual do trabalho, pois, segundo o autor, as novas conexões existentes entre o trabalho e geração de riqueza

moldam uma nova configuração do trabalho, e conseqüentemente, nova estrutura das lutas entre as classes sociais.

Desse modo, todo esse cenário não surge na pandemia, ele só fica mais explícito nela. A imprevista pandemia do capital vem confirmando que as pessoas que trabalham de forma flexível, uberizada, informalizada, plataformizada e empreendedora estão perdendo seus postos laborais, estão vendo seus salários serem amortizados, e estão vivenciando a farsa da liberdade patronal de si mesmas. Cabe observar ainda que trabalhadoras e trabalhadores estáveis também sentem as características da precarização do trabalho.

Uma contradição desse cenário pandêmico destrutivo para a classe trabalhadora foi o aumento da riqueza no Brasil durante o mesmo período em que a pobreza alcançou dados alarmantes. Uma reportagem do Brasil de Fato, de 24 de dezembro de 2021, intitulada “*O de cima subiu: 1% mais rico surfa na crise da covid e já acumula metade da riqueza do Brasil*”, aponta dados sobre a parcela de riqueza social no país que alcançou números exorbitantes. Em 2019, 10% da parcela mais rica da sociedade detinha 58,6% da renda nacional, já em 2021 essa concentração passou a ser 59%. Considerando a inflação brasileira e as políticas neoliberais, o texto apresenta uma tendência de alta fortalecida na taxa de juros, ou seja, que permite que capitalistas alcancem rendimentos acoplados a essas taxas de juros e recebam muito dinheiro, ao passo que pessoas que vendem sua força de trabalho permaneçam com baixos salários e vivam situações laborais cada vez piores. A matéria sinaliza ainda que “O índice de miséria” no Brasil atingiu 23,47 pontos em maio, dado mais recente, no maior valor desde o início da série histórica, em março de 2012. O recorde negativo foi puxado por aceleração da inflação, aumento do desemprego e do custo de vida e queda da renda” (Oliveira, 2021).

Druck (2021) apresenta mais uma contradição do capital na pandemia, que é a Emenda Constitucional (PEC 32), datada em 3 de novembro de 2020, chamada de “Reforma Administrativa”, considerada pela autora como uma contrarreforma avassaladora para o serviço público brasileiro. Na intenção de modificar as relações de servidores (as), a PEC 32 tende a consolidar a diminuição do custo da força de trabalho, a redução de direitos e a submissão dos bens públicos à lógica mercantil do trabalho, regulamentando assim a precarização do trabalho no serviço público. Essa emenda foi encaminhada em plena pandemia de Covid-19, desconsiderando os princípios dos serviços públicos, principalmente no que tange à sua continuidade, regularidade e qualidade, de atendimento ao povo brasileiro, tão necessários em cenário de crise na saúde.

Ainda no contexto das contradições, no ano de 2022, com a pandemia já controlada, mas não findada, após as campanhas de vacinação, a fome ainda assola o Brasil. A CNN (Cable

News Network, que em português significa Rede de Notícias a Cabo) elaborou uma reportagem, publicada em junho de 2022, baseada em estudos do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, intitulada: “*Agravada pela pandemia, fome avança no Brasil e atinge 33 milhões de pessoas*”. Andrade e Resende (2022) apresentam dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a fome no Brasil:

O estudo revela que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com algum tipo de insegurança alimentar em grau leve, moderado ou grave (de fome total). Em números absolutos, são 125,2 milhões de brasileiros nessas condições, aumento de 7,2% em relação a 2020, início da pandemia de Covid-19 (Andrade e Resende, 2022, p.2).

Esses dados podem ser confrontados com as informações de Saconi (2022), que divulgam a alta demanda no setor de aviação executiva do Brasil, fazendo com que as pessoas mais ricas esperem meses pela chegada de novas aeronaves. Dependendo do modelo, o tempo de espera pode chegar a vários anos. O mercado de compartilhamento de aviões está crescendo à medida que os preços dos carros usados sobem. Empresários e artistas de alta renda compõem o perfil dos (as) clientes.

Constata-se, diante dos fatos trazidos pela matéria citada, que na mesma proporção em que uma extensa parcela da classe trabalhadora se encontra com dificuldades de garantir meios para sua sobrevivência, uma ínfima parcela usufrui de sua riqueza, principalmente durante a pandemia. Esta enriquece em detrimento da exploração, e conseqüente expropriação daquela. Expropriação essa, de direitos, de meios dignos para sobreviver e da própria vida, expressa significativamente durante a pandemia.

Pronko (2020) faz um destaque para o período pandêmico em relação à classe trabalhadora brasileira, que confirmou as condições da vida social de forma surpreendente, chegando a índices apavorantes de mortes e taxas de expansão. Em meio a tantas contradições, a pesquisadora destaca um ponto importante, que é o exercício da solidariedade de classe, a experiência de formas de organização e resistência, o movimento de aprender a pensar em conjunto, mesmo em distanciamento, como a construção de um aprendizado. Então, a capacidade de transformar essas experiências em organização e estruturação de novas vivências sociais, inclusive de profundo sofrimento, apontará se este aprendizado foi realmente efetivo.

Para Alves (2021), seguindo a mesma direção de Antunes (2022b), o capital se apropriou, durante a pandemia, dos espaços laborais, incluindo os domicílios de trabalhadoras e trabalhadores, além de apressar o procedimento de reestruturação desses espaços. Todo o

trabalho anteriormente precário, no período pandêmico, se infiltrou nos ambientes da vida, embaraçando-se com as subjetividades da classe trabalhadora.

As subjetividades são determinadas pelos fatores determinantes do capitalismo, já que o capital vai se expondo diante de sua incapacidade de garantir vida digna e plena de sentido para as pessoas desprovidas dos meios de produção, obrigadas a vender sua força de trabalho. O autor acredita que as modificações do mundo do trabalho estão vinculadas à conformação do sujeito social.

Alves (2021) ainda reitera que a pandemia do novo coronavírus serviu de laboratório para experimentar novas práticas de trabalho, utilizando a nova base tecnológica informacional, que pode permanecer após a situação pandêmica. Por exemplo, o trabalho remoto deve se tornar um novo recurso usado pelas empresas para reduzir custos, especialmente em organizações públicas.

Aqui cabe destacar uma metáfora: Antunes (2020b) aponta a pragmática do capital de expropriação, de sua capacidade destrutiva e da sua evidente hegemonia do *capital-dinheiro*, que se movimenta para alcançar novas riquezas de um favorecido conglomerado de setores. O autor denomina este movimento atual de capitalismo pandêmico, como um manancial que excita, sem cessar, a classe trabalhadora, a fadigando, a adoecendo de todas as formas, além de a matar, assim como faz com as relações de trabalho e com a natureza.

Ainda nesse sentido, não há intenção alguma do capital de facilitar o modo de vida da classe que trabalha. Pelo contrário, há um interesse em expandir as novas transformações do trabalho de modo que esses mecanismos continuem culpabilizando trabalhadoras e trabalhadores pelas restrições de sua crise. E são essas pessoas as menos culpadas pela tragédia anunciada na pandemia, sendo elas as que mais sofrem.

Dito isso, no próximo capítulo, debateremos acerca da lógica do sujeito social contemporâneo, relacionando-a com as transformações do trabalho aqui discutidas e com os sofrimentos da classe trabalhadora no contexto capitalista atual, registrado sob o rótulo “neoliberalismo”.

3 CAPÍTULO 2 - SOFRIMENTOS DA CLASSE TRABALHADORA E SUJEITO SOCIAL

Este capítulo discute a instituição da forma de ser social contemporâneo à luz das relações entre neoliberalismo, precarização e sofrimentos. Consideramos que o neoliberalismo é uma força que une ideais, desejos, visões de mundo, linguagem e modo de vida.

A dimensão político-histórica da ascensão do neoliberalismo, após a crise liberal, aponta para novas práticas de organização do trabalho. Tal formato constrói uma lógica adaptativa de um sujeito a um novo tipo de vida, formatado pelo papel central do mercado. Uma nova compreensão dos mercados é criada como um truque, empregando motivações psicológicas e competências específicas para fornecer novas dinâmicas autoeducativas, nas quais os agentes econômicos se treinam e aprendem a se administrar.

O conceito de sofrimento também será debatido, neste capítulo, à luz da perspectiva neoliberal, pois o desconforto e seus conflitos existenciais podem provocar sofrimentos. Para isso, será preciso analisar qual é de fato a questão política que o neoliberalismo nos coloca.

Para tanto, organizamos este capítulo em três tópicos. Discutimos inicialmente a relação entre o neoliberalismo e sujeito social (3.1), avançamos traçando um panorama entre precarização e sofrimento (3.2) e apontamos, por fim, as relações entre sofrimento e sujeito neoliberal (3.3).

3.1 Neoliberalismo e sujeito social

No presente subcapítulo, trataremos do neoliberalismo como forma de sociabilidade corrente na constituição do sujeito social. A produção acadêmica sobre neoliberalismo é muito prolífera, portanto, a obra de Dardot e Laval (2016 e 2019) foi escolhida como base para discutirmos a temática. Também apresentaremos as contribuições de Andrade (2019) no que diz respeito às distintas definições de neoliberalismo.

Dardot e Laval (2016) tomam como referência a obra de Foucault. As distinções epistemológicas e ontológicas entre a matriz marxista e foucaultiana extrapolam o objetivo da dissertação. No entanto, apesar da tarefa estar fora de nossos propósitos aqui, cabe traçar inicialmente, em linhas gerais, as distinções, em relação a Marx, apontadas pelos próprios Dardot e Laval, para então passarmos à análise do sujeito neoliberal proposta pelos autores na obra. Grosso modo, esta distinção se situa na importância de compreender as mutações, não só econômicas e políticas, mas também subjetivas trazidas pelo neoliberalismo em suas

singularidades, preocupação que torna a obra incontornável para os estudos sobre a configuração e as mutações do sujeito social contemporâneo.

Por isso, os autores, ao mesmo tempo que não se contentam com os ensinamentos marxistas sobre neoliberalismo (Dardot e Laval, 2016, p. 21), afirmam ser possível compreendê-lo de forma diferenciada e mais ampliada, considerando, assim, o próprio materialismo histórico-dialético para utilizá-la. Algumas teorias apontam que o neoliberalismo apresentou suas primeiras expressões, a partir das mais criminosas violências no Chile, escorados nos países capitalistas (Antunes, 2022b). Dardot e Laval (2016) concordam com essa crítica, ancorados no ensinamento de Marx: “na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, ao assassínio para roubar, em suma, a violência” (Marx, 2013, p. 786, *apud* Dardot e Laval, 2016, p. 20).

Entretanto, de acordo com Dardot e Laval (2016), é necessário complementar as ideias marxistas, pois consideram que elas são insuficientes para contemplar toda a complexidade do neoliberalismo. Ao mesmo tempo em que se baseiam na compreensão de Marx acerca da violência extra econômica, que se expressa como elemento estrutural para a dominação do capital sobre o trabalho, também demonstram que ela não capta a novidade do capitalismo neoliberal (Dardot e Laval, p. 21).

As interpretações marxistas sobre expansão espontânea do mercado e acumulação do capital não conseguem capturar, segundo os autores, esse capitalismo neoliberal, que é um motor autônomo da história, com as mesmas personagens, com outros figurinos e novos cenários. O Estado neoliberal é visto como um simples instrumento nas mãos da classe dominante, que tem por objetivo compor uma relação e força favorável, se contrapondo à classe trabalhadora.

Sendo a essência do capitalismo sempre a mesma, inclusive no contexto contemporâneo, o neoliberalismo corresponde somente à mercantilização implacável de todas as sociedades. Então, sim, os pesquisadores utilizam parte da interpretação marxista, porém agregam a ela às ideias foucaultianas para obter uma compreensão mais ampla do neoliberalismo (Dardot e Laval, 2016).

Dardot e Laval (2016) analisam, que diferentemente das ideias marxistas, os apontamentos de Foucault ponderam a particularidade do neoliberalismo, que é uma particularidade ligada às instituições. Os autores explicitam que a teoria marxista clássica esquece que a crise de acumulação à qual o neoliberalismo deveria responder está longe de ser uma crise do capitalismo sempre igual em si mesma. Ou seja, tem suas particularidades e estão ligadas às regras institucionais que até então delimitavam um certo tipo de capitalismo. Assim,

a originalidade do neoliberalismo se constitui como um novo conjunto de regras, que não apenas define em uma forma de acumulação diferente, mas propõe uma sociedade diferenciada. Portanto, na concepção marxista, o capitalismo é antes de tudo um “modo de produção” econômico que, como tal, é independente do direito e gera a ordem político-jurídica de que necessita em cada etapa de seu autodesenvolvimento (Dardot e Laval, 2016, p. 24)

Seguindo a linha de argumentação da citação, é importante considerar que a superestrutura neoliberal obstrui a economia e o jurídico internamente, levando ao inconsciente de todo o economicismo. Esse inconsciente, de acordo com os princípios foucaultianos, é a instituição propriamente dita, ou seja, aquela que o neoliberalismo almeja restaurar para chegar a uma posição continuamente dominante.

Para tanto, o novo entendimento que observa a sociedade como uma empresa composta por outras empresas, precisa, obrigatoriamente de um novo preceito subjetivo, que não corresponde mais àquele do sujeito produtivo das sociedades industriais. Agora, esse sujeito é envolvido por uma ordem de desempenho e gozo, que precisa ser flexível, precário, impreciso, competitivo e fluido. Por isso, percebe-se uma mudança histórica nesse indivíduo, agora totalmente voltado para competição mundial.

A abordagem elaborada por Dardot e Laval (2016) sobre o neoliberalismo esclarece que a “racionalidade neoliberal” desenvolvida entre os anos 1980-1990 não é a simples implementação da doutrina elaborada nos anos 1930, numa condição de passagem de “teoria para a prática”. Logo, ela é o resultado de uma “multiplicidade de processos heterogêneos” que resultam no que os autores denominam de “nova racionalidade governamental” (Dardot e Laval, 2016, p. 33-34). Portanto, fica nítida a necessidade de considerar que, ao longo do processo histórico, o neoliberalismo foi se restabelecendo a partir de mutações econômicas e políticas no período mencionado.

Nesse sentido, para aprofundar o debate sobre neoliberalismo, entendemos este como um modo de ser, que captura inúmeras instituições da vida, incluindo o sujeito social contemporâneo. Dessa maneira, importante dizer que o neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, sendo construído historicamente como norma geral de vida, ou seja, definido como conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam uma nova forma de governo dos indivíduos, segundo o princípio universal da concorrência (Dardot e Laval, 2016, p. 17).

Concordamos com os autores, quando afirmam que, para combater o neoliberalismo, é preciso conhecê-lo, fazendo uma análise crítica. Para tanto, suas contribuições confirmam que, para a compreensão do capitalismo, é preciso se atentar à história de suas mutações, das lutas

que o modificam, e das possibilidades que o revigoram. Então, o neoliberalismo também transformou a sociabilidade capitalista ao longo do seu processo histórico e permanece a alterando e modificando (Dardot e Laval, 2016).

De acordo com Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não é, assim, apenas uma ideologia ou um modelo econômico, e sim um sistema normativo, com dimensão mundial, que interfere em todas as esferas da vida e das relações sociais. Portanto, possui uma capacidade de regeneração, composta por diversas formas de poder, que se engendram mutuamente, principalmente na estrutura das oligarquias burocráticas e políticas multinacionais.

Adensando nossa reflexão, observamos que os pesquisadores trazem o entendimento do neoliberalismo como um “modo de ação que um indivíduo exerce sobre si mesmo por meio das técnicas de si, como encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (Dardot e Laval, 2016, p. 18). Essa definição foi baseada no conceito foucaultiano de governamentalidade, assim entendida como um conjunto de dispositivos de controle e de orientação de condutas, que implica na determinação do modelo empresarial como forma governamental, o qual vai muito além da esfera econômica, motivando um novo aspecto de racionalização da existência (Dardot e Laval, 2016).

Dessa forma, o uso do termo neoliberal é defendido neste trabalho, pois compreende fundamentalmente a racionalidade contemporânea do sistema capitalista, que é capaz de estruturar não apenas a ação de quem governa, como também o comportamento de quem é governado (a). O conceito de racionalidade, também importado de Foucault, está relacionado com as expressões utilizadas para dirigir, por meio da administração do Estado, a conduta das pessoas. Portanto, é possível afirmar que uma racionalidade política é, também, uma racionalidade governamental (Dardot e Laval, 2016).

Nessa perspectiva, o Estado não é considerado uma instituição extraviada da ordem exigida pelo mercado, e sim uma entidade completamente conectada ao espaço e às leis das trocas. Ou seja, o Estado é uma empresa que está em concorrência no mercado global. Então, as reformas dos aparelhos do Estado são projetadas como processos que demonstram neutralidade e isenção, levando em consideração alguns critérios específicos. Porém, orientadas pelas linhas gerais propugnadas pela reprodução do capital sob o neoliberalismo.

Portanto, o Estado tem uma natureza conflituosa, atendendo aos interesses de uma pequena parte da sociedade (a burguesia) e não à sociedade como um todo. O Estado burguês busca, basicamente, por seu caráter de classe, não atender às necessidades sociais básicas da população, quase sempre insatisfeita com os efeitos do modo de produção capitalista, mas se sustentar entre a necessidade de exploração e a acumulação de capital, como forma de garantir

as liberdades individuais. Para tanto, estabelece como princípios: mínima participação nos rumos da economia nacional, pouca intervenção dos governos no mercado de trabalho, liberação da entrada de multinacionais na economia local, fortalecimento da política privatista das empresas estatais, e sua própria desburocratização, para que facilite as atividades econômicas com livre circulação de capital internacional.

Sendo assim, o neoliberalismo tal como o compreendemos hoje, se firma no seio da direita neoliberal norte-americana e inglesa, durante os governos de Reagan e Thatcher, sendo adotado pela social-democracia e pela esquerda europeia, na década de 1990 em diante. Importante destacar que, segundo os autores, ambas as correntes políticas, protegem com veemência o projeto neoliberal, sob o viés falseado de “modernização” do Estado. Reiteram também, que os governos denominados como de terceira via” nada mais são do que, de fato, a “via neoliberal” (Dardot e Laval, 2016).

As mudanças que ocorreram ao longo do processo, no cerne do Estado, vêm apontando consequências normativas, como a reorientação do papel do Estado, perda dos serviços públicos, persuadindo, inclusive, a própria ideia de sujeito político. Em última instância, o que está em jogo é a própria dimensão do que é política, uma vez que o conjunto do coletivo e do bem comum é desprezado em benefício do consumo individualista imediato.

Em vista disso, podemos afirmar, a partir das análises expostas, que a racionalidade neoliberal não reconfigura apenas o Estado, e sim toda a sociedade, que passa a ser idealizada como um mercado, onde cada sujeito é concebido como uma empresa e todos permanecem em constante concorrência. Logo, a competição se internaliza na esfera da subjetividade dos indivíduos e a vida passa a ser percebida como um capital a ser continuamente valorizado, no qual o sujeito passa a ser o empreendedor de si mesmo (Dardot e Laval, 2016).

Dardot e Laval (2016) afirmam que as políticas neoliberais reformulam o Estado com variações, de acordo com a configuração histórica particular, mantendo um papel ativo intenso. Um exemplo disso acontece quando os países concorrem mundialmente pelos capitais internacionais, tendo também a participação dos grandes oligopólios nesta competição. Dessa forma, a concorrência entre os países, que buscam atrair investimentos externos, permite que as legislações sejam revistas na mesma proporção em que governos fazem conciliações com os sindicatos e empresas. Ou seja, o Estado passa a ser mais uma instituição, pretendendo elevar ao máximo seus resultados, como uma empresa. Dessa forma, mais uma vez, os sujeitos são afetados diretamente, de maneira que fiquem cansados de si mesmos, assumam uma identidade de compensação e vivenciam a lógica permanente de competição.

O neoliberalismo, como uma racionalidade, se torna um regulador de todas as relações sociais, sendo estabelecido como um conglomerado de dispositivos, práticas e discursos que produzem uma vigente forma de governar, seguindo o princípio da concorrência. Logo, a racionalidade passa a ser a intermediária de todas as relações sociais e, conseqüentemente, acaba por afetar as subjetividades.

Nesse sentido, Dardot e Laval (2016, p. 16) sintetizam o neoliberalismo como uma nova razão do mundo; ao mesmo tempo, em seu potencial transmutativo, como “razão-mundo”. Tal razão prospera em âmbito político e econômico, como os autores explicam no trecho a seguir:

O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais, e para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da “modernidade”. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa (Dardot e Laval, 2016, p. 16).

A interpretação da citação mostra que o neoliberalismo está se espalhando junto com o capitalismo financeiro globalizado. Dessa forma, a nova razão do mundo ocasiona mudanças decisivas no nível social e subjetivo, demonstra excelente capacidade de organizar as relações sociais de acordo com o contexto do mercado e estimula a transmutação dos indivíduos. Os autores comprovam que o neoliberalismo perpassa pelos âmbitos políticos, econômicos e sociais concomitantemente, interferindo nas relações classistas, coletivas e subjetivas.

Em vista disso, entendemos o neoliberalismo como o movimento político do capital com o objetivo de dominar a ordem econômica e política mundial. Desse modo, o custo das reformas neoliberais recairá sobre as classes populares dos países dependentes, sendo elas as mais afetadas pelas políticas neoliberais. Assim, seus direitos como cidadãos e cidadãs serão ceifados, afetando, conseqüentemente, sua qualidade de vida.

A partir da construção de uma rede de intervenções sociais (geradas e realizadas pelo Estado), organizou-se o fortalecimento da lógica de mercado em toda a vida humana, transformando a concepção de que a sociedade é um ambiente livre de conflitos, mas, ao mesmo tempo, é marcado pela instabilidade e pela necessária adaptabilidade dos sujeitos. Dardot e Laval (2016) complementam:

[...] uma nova forma de governo que consiste em guiar os sujeitos fazendo-os assumir plenamente a expectativa de certo comportamento e certa subjetividade no trabalho. Se todo indivíduo deve desenvolver suas qualidades pessoais para reagir rápido, inovar, criar, “gerir a complexidade numa economia globalizada”, como dizem as expressões estereotipadas em voga, é porque todo indivíduo é idealmente um gerente

com o qual se deve contar para resolver os problemas. O domínio de si mesmo e das relações comunicacionais aparece como contrapartida de uma situação global que ninguém consegue mais controlar (Dardot e Laval, 2016, p.342).

Consideramos importante o entendimento da citação em relação à ausência de projetos de futuro coletivos. Ou seja, o comportamento humano não é mais programável e nem descritível, pois o domínio de si mesmo assume um papel de contrapartida ao domínio impossível do mundo. Portanto, o sujeito passa a ter que ser o melhor, talvez o único que pode possibilitar a conexão com tal complexidade, ao mesmo tempo em que é o intérprete da incerteza (Dardot e Laval, 2016).

Uma das questões que surgem para problematização da relação do neoliberalismo com o sujeito social é a que se refere à palavra "mercado". Apesar da palavra ter sua origem no pensamento liberal do século XVIII, o seu conceito se modificou ao longo da história. Para compreender melhor a relação do mercado com o sujeito social, os autores observam que:

O ser referencial desse neoliberalismo não é primeiro e essencialmente o homem da troca que faz cálculos a partir dos dados disponíveis, mas o homem da empresa que escolhe um objetivo e pretende realizá-lo. Von Mises deu a fórmula desse homem: “Em toda economia real e viva, todo ator é sempre empreendedor” (Dardot e Laval, 2016, p. 140).

A citação acima é potente, pois Dardot e Laval (2016) explicam que o sujeito empreendedor não é um capitalista e nem um produtor, o do liberalismo clássico de Adam Smith, porém é um ser brindado com o espírito do comércio, que busca qualquer oportunidade para lucrar, que se define por sua intervenção particular na circulação dos bens, através de informações privilegiadas que conseguiu obter, pela sua própria experiência, e outras pessoas não. Neste movimento, o aspecto influenciador neoliberal atinge todos os indivíduos, já que não conseguem romper, nem construir formas de subjetivação, pois são educados (as) no jogo do mercado. Sendo assim, todas as relações humanas são afetadas por esse jogo, e passa a ser constitutiva dos humanos.

Conforme já apontamos, os autores argumentam que a via da reflexão econômica não pode ser unicamente considerada na análise sobre neoliberalismo. Nesse sentido, a reflexão política apresenta que a lógica normativa neoliberal rege as relações de poder, além da vida econômica e social (Dardot e Laval, 2016).

O mercado não é mais o ambiente onde as mercadorias circulam de forma livre, é sim, um processo gerido que emprega motivações psicológicas e competências particulares. Ou seja, o mercado é um processo com possibilidade de se autogerar ao longo do tempo e que tem a sua

própria dinâmica. Sendo assim, ele arquiteta o seu próprio sujeito, sujeito esse que é econômico e que aprende a se conduzir (Dardot e Laval, 2016).

Para tanto, a concepção de mercado se constitui como um artifício que emprega motivações psicológicas e capacidades particulares, apresentando uma dinâmica auto formativa, onde o sujeito econômico se auto educa e aprende a se administrar (Dardot e Laval, 2016, p. 140). Para explicar melhor essa questão, os autores discorrem que uma forma subjetiva vai se desenhando à medida em que o sujeito produtivo das sociedades industriais vai perdendo a força e precisa alcançar e realizar novos objetivos.

Faz-se necessário salientar que, segundo Dardot e Laval (2016), o mercado se estabelece como princípio do governo dos homens e do governo de si, empregando métodos de poder importantes sobre as condutas e sobre a subjetividade. Para os autores, o novo sujeito precisa necessariamente “naturalizar” as regras do jogo neoliberal, isto é, se adaptar ao novo cenário do Estado-empresarial, na qual educação, saúde, previdência e lazer são consequências do que as pessoas vão consumir e ter a “liberdade de escolha” e alcançar, além de naturalizar a situação do desemprego e a precarização das relações trabalhistas.

Nesse sentido, há processos históricos de normatizações e técnicas que influenciam a construção do sujeito social, já que este não se transforma a partir da espontaneidade da sociedade industrial e mercantil. Para isso, foi necessário implementar novas estratégias, que envolvessem as mentes e os corpos, afetando a educação, a moradia, o descanso e o lazer, para que o sujeito chegasse à sua forma ideal, que estivesse preparada para atuar no grande movimento de produção e consumo. Para Dardot e Laval (2016, p. 324), “em uma palavra, a nova normatividade das sociedades capitalistas impôs-se por uma normatização subjetiva de um tipo particular”.

Assim, uma onda de naturalização do risco e da responsabilização individual invade as relações sociais e torna os sujeitos competitivos e concorrentes de si e entre si. Ao mesmo tempo, a onda neoliberal impõe que esses mesmos sujeitos se superem ininterruptamente, demonstrando flexibilidade para se adaptarem às mudanças do mercado e assumirem todos os riscos impostos por elas. A uberização é um exemplo dessas relações, como já vimos no capítulo anterior. Portanto, não é possível compreender o neoliberalismo sem considerar, de fato, a relação entre as instituições e a ação individual (Dardot e Laval, 2016).

Desta forma, o (novo) neoliberalismo tenta recriar uma realidade social que já existe, de uma forma mais intensa. A crise financeira global não garantiu o fim do neoliberalismo, pelo contrário, fez com que ele se tornasse hoje a racionalidade dominante. Então, não será uma crise que anunciará seu fim, uma vez que essa racionalidade ganhou força a partir de uma

estrutura de dispositivos que interferem nos discursos, nas instituições, nas políticas, no judiciário e na economia, formando uma organização complexa e flexível. Porém, podem aparecer efeitos contraditórios com o que se almejava inicialmente (Dardot e Laval, 2016). Os autores explicam:

A nova rede de estímulos instituída, culmina na reorganização da sociedade, das relações e dos comportamentos, e produz, como efeito, funcionamentos psíquicos de um novo tipo que implicam necessariamente num “devir-outro dos sujeitos” (Dardot e Laval, 2016, p. 322)

Seguindo a citação dos autores, se contrapondo às particularidades do sujeito anterior, que era ligado e satisfeito ao circuito produção/poupança/consumo, governável pelo cálculo, situadas nos sistemas administrativos de classificação, vulnerável em categorias de qualificação, o sujeito neoliberal é produzido pelo produto “desempenho/gozo”, a partir do “domínio de si mesmo”. A ideia neoliberal surge engendrada no fato de que os indivíduos não levam mais a vida de forma linear e limitada, mas, sim, de forma flexível. É utilizada uma técnica de difusão para toda a vida, a partir das experiências que levam as próprias pessoas a evoluir dentro dos seus contextos de vida (Dardot e Laval, 2016).

Portanto, de acordo com o discurso neoliberal, não há mais interesse em salário fixo, com acesso aos direitos trabalhistas, transformando o trabalho em espaço de liberdade. Os sujeitos não são mais considerados empregados, e sim, parte das empresas, uma empresa em si mesmo, onde os objetivos se mesclam, a partir das ideias e estratégias que colocarem em prática.

Segundo Dardot e Laval (2016), a empresa de si mesmo é uma “entidade psicológica e social, e mesmo espiritual” (p.335), que se apresenta como um revide à regra do sistema que alterou radicalmente o contrato de trabalho, levando à extinção da forma-salário. Então, o indivíduo é responsável pelo trabalho. A empresa de si mesmo passa a ser uma relação de contrato de trabalho, substituindo as relações salariais anteriores. Os autores ainda afirmam que a empresa de si mesmo não é apenas uma metáfora, é um processo de valorização do eu.

Um certo pessimismo se expressa quando os autores apontam seus argumentos sobre a construção do sujeito social neoliberal. O diagnóstico dos autores conduz, em seus apontamentos, que não há uma saída viável no horizonte. No entanto, os autores afirmam que “a nova razão do mundo” não se apresenta como fatalista, mas busca “explorar formas inéditas de subjetivação que possibilitem colocar em xeque o poder da razão neoliberal” (Dardot e Laval, 2016, p.290-291). A argumentação predominante é a de que a racionalidade neoliberal

é global e totalizadora, não possibilitando a construção de tipo algum de subjetividade para além dela, por ser tão dominadora.

Porém, ainda que sejam tímidas as proposições de Dardot e Laval (2016) a respeito da construção de uma outra razão de mundo, em contraposição à razão neoliberal, vale considerá-las, pois os autores partem da argumentação que “a subjetivação individual está ligada no mais profundo de si mesma à subjetivação coletiva” (Dardot e Laval, 2016, p. 401). E explicam:

A invenção de novas formas de vida somente pode ser uma invenção coletiva, devido à multiplicação e à intensificação das contra condutas de cooperação. A recusa coletiva de “trabalhar mais”, ainda que seja apenas local, constitui um bom exemplo de atitude que pode abrir o caminho para as contra condutas: ela rompe o que o saudoso André Gorz denominava com muita justiça “cumplicidade estrutural” que une o trabalhador ao capital, na medida em que “ganhar dinheiro”, cada vez mais dinheiro, é o objetivo determinante de ambos. Ela abre uma primeira brecha na “coerção imanente do ‘sempre mais’, ‘sempre mais rápido’” (Dardot e Laval, 2016, p. 401)

A citação aponta uma possibilidade de construção coletiva para uma nova razão de mundo, pois os autores acreditam que cabe a nós permitir a possibilidade desse novo caminho. Dardot e Laval (2016) apresentam que o novo caminho pode partir do governo dos indivíduos, que vão além da maximização do desempenho, concorrência, da produção e controle ilimitados. E denominam “razão do novo mundo” as práticas de “comunicação” do saber, de solidariedade mútua e de cooperação (Dardot e Laval, 2016, p. 401).

Tais apontamentos vão ao encontro do texto mais recente de Dardot e Laval (2019), que foi publicado em *Outras mídias*. Neste trabalho, os intelectuais retomam a compreensão do neoliberalismo como um processo dinâmico, que afeta intensamente a sociedade, desde os seus primórdios (três ou quatro decênios). O movimento neoliberal se instaurou nas relações sociais e trouxe à tona uma conjuntura de precariedade, incertezas, empobrecimento e rivalidade. Ainda sinalizam que as defesas coletivas sociais (inclusive os sindicatos) e coletivos laborais foram se fragilizando ao longo desse processo.

Logo, para Dardot e Laval (2019), com a generalização da concorrência no trabalho assalariado, as leis acabam interferindo na economia, isto é, nas atividades econômicas como um todo e as pessoas se sentem abandonadas. Isso tende a inibir a participação política coletiva, já que ela não apresenta mais sentido diante das opções alternativas. Afirmam, ainda, que a social-democracia, aderida à racionalidade neoliberal dominante, tende a desaparecer em alguns países.

Então, o neoliberalismo em nome da razão do capital, agrediu os próprios fundamentos da vida social, do modo como havia sido formulado e imposto na época moderna, através da crítica social e intelectual. O cerne dessa questão é que o neoliberalismo está em processo acelerado e se aproveita da crise da democracia liberal-social que ele mesmo provocou e permanece forte para agravá-la ainda mais, além de infligir de uma forma mais contundente a lógica do capital sobre a sociedade. Sendo assim, indivíduos e instituições estão imersos numa lógica de guerra desumana e cruel, que se avigora permanentemente, destruindo a capacidade de resistência e inutilizando o coletivo (Dardot e Laval, 2019).

Dando continuidade ao debate sobre neoliberalismo e sujeito social, é necessário considerar as reflexões de Andrade (2019). O autor afirma que o tema do neoliberalismo é polêmico e que interessa a diferentes disciplinas. Ele faz uma análise histórica e confirma que há algum tempo o fim do neoliberalismo vem se desenhando. Porém, com a crise financeira de 1970, ele se fortaleceu, se apresentando como um elemento primordial para burlar a crise. Em suma, o neoliberalismo como modo de governo, só se aprofunda e só controla as sociedades, mediante às próprias crises capitalistas. E, desde 2008, com a nova crise capitalista, ele permaneceu sem questionar a sua própria lógica de existência, inclusive a mesma que propiciou a crise, para ir alcançando maiores patamares, seguindo a mesma lógica, cada vez mais reforçada.

O autor destaca que a lógica neoliberal se originou em 1945, no momento pós-guerra, onde o capitalismo se estabeleceu como hegemonia. É nesse contexto que o neoliberalismo surge como um elemento de cunho teórico e político, com o objetivo de se opor à postura do Estado intervencionista pregado e difundido pelo estado de bem-estar social (Andrade, 2019). Entende-se que a ideia era garantir direitos que favorecessem a liberdade individual, sendo vista como necessária ao sucesso institucional, econômico e político-social.

Andrade (2019) sistematiza as definições de neoliberalismo, oriundas de distintos campos teóricos. São elas: foucaultiana, marxista; bourdieusiana; weberiana; pós-colonialista; hibridismo governamental e neorregulacionista. Porém, optamos por enfatizar as considerações do autor sobre as abordagens marxista e foucaultiana, já que elas são também utilizadas por Dardot e Laval (2016), citados anteriormente. Além das definições, o autor traz algumas dimensões do neoliberalismo, pois acredita na existência não de um fenômeno apenas, mas de múltiplos neoliberalismos, que vão se estruturando geograficamente e historicamente.

Em relação à definição foucaultiana, o autor reitera que o neoliberalismo é parte da história da classe dominante em termos de soberania política. A conceituação pressupõe o domínio da prática da governança, seus diferentes objetos, suas regras gerais, seus objetivos

gerais para governar da sua melhor maneira. Governar no sentido de “guiar os homens, de dirigir as suas condutas, de constranger as suas ações e reações” (Foucault, 2004: 3, *apud* Andrade, 2019, p. 219). Portanto, não é uma instituição governamental apenas, é também uma forma de manipulação do comportamento das pessoas com a ajuda de ferramentas governamentais. Além do comportamento disciplinado, o neoliberalismo também encoraja o autogoverno individual a aderir a certas normas (Andrade, 2019).

Andrade (2019) ainda sinaliza que, segundo Foucault, o neoliberalismo surge historicamente, a partir de duas propostas de governo: o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo americano. No caso da proposta ordoliberal, significa administrar a sociedade por ordem da economia, erguendo os mecanismos de forma institucional e concorrente do mercado, a fim de impedir a centralização econômica. Dessa forma, o Estado age como forma de empresa no centro do tecido social, fazendo com que o próprio indivíduo se torne uma e participe efetivamente das decisões laborais. Acaba por beneficiar as empresas médias, ascender a propriedade, arquitetar as coberturas sociais do risco e normatizar o meio ambiente.

Em relação à proposta neoliberal americana, a estrutura econômica atinge todos os patamares da sociedade, difundindo o capital humano como fundamento norteador comportamental das relações humanas. No sistema neoliberal, o sujeito social torna-se administrável por meio da avaliação econômica interna e da definição de regras ambientais, ao mesmo tempo em que o próprio Estado está sujeito a um tribunal econômico permanente, que julga o comportamento público de acordo com critérios de rentabilidade. Portanto, em ambas as propostas, o neoliberalismo não se constitui como princípio limitador, mas como fundador do próprio Estado (Andrade, 2019).

Andrade (2019) sistematiza a abordagem estrutural marxista, afirmando que o neoliberalismo é definido como um modelo legitimado ideologicamente por uma teoria político-econômica que assegura o livre mercado como garantidor da liberdade individual de empreender. Ainda confere ao Estado o papel mínimo de preservação da necessária ordem institucional, como estratégia política que avigora uma hegemonia de classe e a amplia globalmente, assinalando o novo estágio do capitalismo, que surgiu durante a crise estrutural da década de 1970.

O autor reitera que o neoliberalismo é um processo utópico e que não tem sido muito eficaz em revitalizar a acumulação global de capital. Entretanto, tem sido notavelmente bem-sucedido em restaurar ou, em alguns casos (Rússia e China, por exemplo), criar o poder de uma elite econômica. Quando os princípios neoliberais entram em conflito com a necessidade de

restaurar ou sustentar o poder da elite, esses princípios são abandonados ou tão distorcidos que se tornam irreconhecíveis (Andrade, 2019).

Dessa forma, o Estado desempenha um papel decisivo no neoliberalismo, visando restaurar o poder de classe. Uma vez neoliberalizado, ele contribui para reverter o fluxo redistributivo para as classes altas, contando com as medidas privatistas, de financeirização, administração de crise, de mercantilização e de redistribuição estatal para direcionar verbas do domínio público e popular para os domínios privados e manter os privilégios de classe. Os resultados das políticas neoliberais em termos de crescimento econômico global são vistos pela teoria marxista como secundários, sendo seu verdadeiro foco a expansão dos lucros, o controle da inflação, a redução dos salários e o aumento da desigualdade social. Os privilégios concedidos às grandes corporações, a delegação ao setor privado da formulação de leis, estruturas regulatórias e políticas públicas são alguns exemplos de práticas estatais neoliberais (Andrade, 2019).

Seguindo a mesma direção, uma das dimensões trazida pelo autor se refere ao próprio verbete *neoliberalismo*. Baseando-se em Venugopal, Andrade (2019) afirma que o conceito está relacionado à moral crítica, mantendo uma força capaz de movimentar as ideias das pesquisas e sujeitos políticos. Portanto, a difusão do termo entre os atores políticos o fortalece, pois contribui para que haja uma mediação nas lutas, além de favorecer um debate mais rico entre as diferentes definições teóricas e pesquisas empíricas, de modo a agregá-las na mesma perspectiva crítica.

Concordamos com o autor, na medida em que essa articulação política favorece e articula as lutas e diálogos críticos, mesmo apresentando as contradições do processo entre as teorias, situação inerente ao próprio termo neoliberalismo. Andrade (2019) explicita:

Assim como ocorre com outros conceitos (democracia, populismo, poder etc.), que são dotados de caráter fortemente normativo, de natureza multidimensional e de abertura para modificação ao longo do tempo, o neoliberalismo torna-se alvo de disputas e, portanto, de dispersão conceitual, de inconsistência terminológica e de definições fracas. [...] Essa deriva, no entanto, não é por si só capaz de criar confusão entre os atores políticos. Na medida em que os movimentos sociais têm suas próprias perspectivas de luta, eles não necessariamente ficam perdidos pelas variações conceituais, pois são capazes de perceber quais definições são mais interessantes estrategicamente, ao mesmo tempo em que podem refinar os seus alvos e refletir sobre os pressupostos teóricos de sua crítica (Andrade, 2019, p. 216).

O pensamento trazido na citação aponta para uma das dimensões do neoliberalismo discutida pelo autor. Andrade (2019) sugere que uma economia globalizada definida por um regime monetário acumulativo e de uma reestruturação geográfica da produção consente formas

de arrecadação por ocupação. Além disso, permite uma centralização da tomada de decisão nas mãos de um número restringido de representantes capitalistas transnacionais.

Essa dimensão refere-se ao uso da linguagem e do critério econômico como forma de legitimação técnica do poder estatal. É a linguagem da economia ortodoxa que dá ao livre mercado o caráter de explicação científica da realidade e que o transforma em um projeto político. Desta forma, é contraproducente para o imperialismo econômico rejeitar esta linguagem e seu critério.

Na mesma direção, Andrade (2019) debate sobre a segunda dimensão, considerada como a luta antidisciplinar contra os modos de organização e/ou o aparelho do Estado. Tal luta, se expressa, em particular, contra as formas de gestão resultantes da concorrência e das empresas privadas, podendo ser travada localmente ou globalmente.

Na sequência, a terceira dimensão é teórica e simbólica, a ser realizada por intelectuais e ideólogos, atingindo níveis de propaganda, para desconstruir a hipótese do mercado eficiente e desmanchar o valor da competitividade e da economia na política. Isso põe em questão a legitimidade das autoridades neoliberais e dos técnicos de avaliação e a priorização em nome de valores fundamentais como solidariedade, igualdade, participação democrática e emancipação (Andrade, 2019).

A quarta e última dimensão, trazida pelo autor é a das disposições subjetivas, definidas no nível microsocial e intra-individual, na relação que o indivíduo estabelece consigo mesmo e na relação com os outros, para buscar novos imaginários e práticas de si mesmo, na lógica de capital humano, empreendedorismo e visão de mundo econômico. Esta dimensão será bastante utilizada ao longo deste trabalho, é a que Andrade (2019), amparado pela teoria de Hilgers, assinala sobre o aspecto do neoliberalismo ir além dos interesses econômico, ou seja, a prática neoliberal e sua linguagem associadas afetam a compreensão dos humanos, transformando as relações sociais, as instituições e suas funções para torná-los objetos adequados do fenômeno. Uma vez que o neoliberalismo participa de atividades estruturadas na sociedade, afeta essas interações de experiências. Logo, acaba impactando na maneira como os sujeitos pensam e problematizam suas vidas (Andrade, 2019).

Ao descrever sua análise, Andrade (2019) evidencia que todas as dimensões mencionadas coexistem e estão interligadas. Ou seja, não se pode dizer que uma dimensão é mais importante que as outras. Ademais, é preciso lembrar que o neoliberalismo não existe em estado puro, mas em configurações híbridas com outras formações sociais, possibilitando explorar fissuras e contradições nas estruturas únicas, a fim de abrir espaço para formas inovadoras de organização social e política.

Nesse sentido, o neoliberalismo não só sobrevive como sistema de poder, como também se reforça como produto das relações econômicas, monetaristas ou de austeridade. Aprofunda-se também pela mercantilização das relações sociais e da ditadura dos mercados financeiros. Importante explorar a face política do neoliberalismo e suas pluralidades, e o sentido das mudanças atuais do fenômeno. Em outras palavras, podemos afirmar, então, que existe um novo neoliberalismo, que precisa ser pensado, pois ele tem como imputação ser uma nova racionalidade política, expressa mundialmente, incidindo em atribuir a lógica capitalista no Estado, nos governos, na economia e na sociedade em geral, até conseguir penetrar nas subjetividades e no código das existências (Andrade, 2019).

Andrade (2019) também ressalta que o neoliberalismo é um projeto radical e revolucionário, e que não pode ser confundido com um conservadorismo, que se satisfaz em reportar as estruturas desiguais já estabelecidas. Juntamente com isso, ele já se tornou um sistema mundial, que envolve poder, e se utiliza das relações internacionais de concorrência e dominação e da mediação das grandes organizações controladoras (FMI, Banco Mundial, entre outros), para se perpetuar e permanecer imperando.

O autor reitera que, em tempos passados, o neoliberalismo esteve em consonância com as políticas de liberdades individuais, a abertura, progresso e Estado de direito. Para Andrade (2019), o neoliberalismo não necessita mais de sua ideia liberal ou democrática, como nos seus primórdios, denominado neoliberalismo clássico. No Brasil atual, a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, reiterou tanto o retorno da ditadura, como a aplicabilidade de um planejamento neoliberal de violência e intensidade extremamente parecido com o alcance simbólico que tiveram os Chicago Boys de Pinochet.

Neste contexto, a reorganização do novo neoliberalismo é uma alteração do protótipo da racionalidade neoliberal, na medida em que seguiu escancaradamente o modelo da guerra contra a população. Dessa forma, ocorreu e ainda ocorre uma coadunação com o fechamento de fronteiras, o duto à nação e à soberania do Estado, reforçando a ofensiva declarada contra os direitos humanos. A população, portanto, é acusada de causar desordem e ameaçar a segurança, e o modo de governo. Da forma mais insana, utiliza-se dessa mesma população, intervindo no seu interior, e acaba por invocá-la, reivindicando uma soberania popular comandada pelas elites (Andrade, 2019).

Como se nota, isto significa que a compreensão dessa realidade do pensamento neoliberal necessita favorecer os direitos individuais à propriedade privada, o livre mercado e o regime de direito. Consequentemente, a ideia é garantir direitos que promovam a liberdade

individual, considerada essencial para o sucesso institucional, econômico, político e social (Andrade, 2019).

Esse olhar compartilhado sobre a produção científica de Andrade (2019) possibilita compreender que as transformações do neoliberalismo demonstram que ele se sustenta das reações negativas que ele mesmo provoca no plano político. Ainda se avigora com a mesma hostilidade política que suscita, se apresentando como um paradigma governamental, cujo princípio é a guerra contra as estruturas obsoletas e as forças passadas que perduram à expansão da racionalidade.

Nesse sentido, o conceito de neoliberalismo pode funcionar, para os autores mencionados até aqui, como um dispositivo teórico capaz de contribuir para articular lutas, saberes críticos, projetos políticos e as subjetividades. Porém, é preciso entendê-lo, sem confundi-lo com a confiança otimista da sua superação por meio de tais políticas sociais, que corroboram com o projeto neoliberal em curso.

Percebemos, então, que o neoliberalismo está inserido no capitalismo, que sempre foi o mesmo, porém coloca realidades e desafios novos à classe trabalhadora. São elas: maior nível de sofrimento no trabalho, autonomia contrariada, vulnerabilidade, instabilidade, maior tempo de trabalho, menos tempo de vida, destruição das relações pessoais sólidas, normatização das condutas, avaliações regulares em busca de maior desempenho e produtividade e fragilidade na experiência profissional acumulada. Uma realidade que merece destaque é a modelagem que torna os sujeitos, alvo privilegiado do capitalismo, aptos a suportar as condições impostas por essa neogestão. É uma espécie de modelo em cadeia, que produz indivíduos competitivos, de forma que se adaptem subjetivamente às condições cada vez mais precárias que eles produziram. Esses sujeitos maximizam seu capital humano, tornando-se uma empresa de si mesmo, que necessita se aprimorar cotidianamente. Tal concepção interfere tanto no mercado de trabalho como o da educação e formação desses mesmos sujeitos.

3.2 Precarização e sofrimento

A precarização do trabalho é uma categoria complexa resultante da construção social e histórica dos sujeitos centrada em suas relações sociais. Uma questão relevante na literatura sobre a precariedade diz respeito ao seu enquadramento inicial e temporal, bem como às suas novas formas sob o capital. Também um tema de destaque nos estudos é o caráter específico da precariedade na periferia dependente do capitalismo.

Neste sentido, Antunes e Praun (2020) consideram que a expansão do processo de precarização provoca efeitos nas condições de trabalho e de vida das trabalhadoras e trabalhadores. Algumas dessas implicações dizem respeito aos sofrimentos e ao número crescente de adoecimentos, acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Ao realizar seu trabalho e objetificá-lo, o (a) trabalhador (a) torna-se impotente diante de sua criação, sente-se alienado (a) dela e de sua atividade e, conseqüentemente, distante de si mesmo (a). Quanto mais a pessoa assalariada produz e materializa mercadorias, mais ela se isola do meio em que produz e dos frutos de seu trabalho, que permanecem sob o controle do capital e dos seus proprietários. O trabalho causa cansaço, dor e uma desconexão entre a própria atividade laboral e as relações humanas. Tal relação (des) humana determinada pelo trabalho sob o capital ficou evidenciada no modelo neoliberal.

Nesse sentido, os processos políticos alteram e modulam as variantes do sofrimento, alcançando o controle sobre a sua própria nomeação - tema ao qual voltaremos nos demais itens deste capítulo - e assumem um papel importante na manutenção do poder em uma forma social, que tem a precarização do trabalho como uma das suas marcas mais expressivas. Para tratar dessa questão, remetemos o leitor ao item 2.1 do capítulo 1, onde discutimos o trabalho como ação humana (Antunes e Praun, 2020).

Torna-se possível apreender, a partir de Antunes e Praun (2020) que a força de trabalho na sociedade capitalista é idealizada e realizada como uma mercadoria, assim, composta por uma organização social e econômica próprias. O processo de conformação dos sujeitos na sociedade capitalista, em um contexto de valorização, só ocorre através da contratualização dessa mercadoria. Portanto, na maioria das vezes, a própria atividade de trabalho produz sofrimentos.

Dito isso, não é difícil perceber as conseqüências desse processo, considerando o mundo do trabalho e as suas novas determinações contemporâneas, fundamentalmente a precarização. Observam-se os seus efeitos, muitas vezes desastrosos, para o conjunto da classe trabalhadora, mesmo que consideremos as desigualdades no que tocam as especificidades de gênero e raça.

Notadamente, mesmo que o processo de sofrimento da classe trabalhadora não seja recente, Antunes e Praun (2020) consideram que há um novo mapa de acidentes e doenças laborais que emergem como conseqüências das diferentes formas que o capital assume para garantir sua existência. Essa exposição de trabalhadores e trabalhadoras às mudanças instáveis modifica o ritmo de suas atividades e reduz os vínculos sociais e as condições de trabalho, causando maior insegurança e vulnerabilidade, ocasionando diversos sofrimentos e podendo levar à morte.

Portanto, cabe destacar os apontamentos dos autores sobre as clivagens e transversalidades existentes no conjunto da classe trabalhadora no cenário neoliberal, que acabam por causar diversos sofrimentos, que podem ter maior ou menor intensidade, a depender de alguns fatores. Antunes e Praun (2020) trazem a interpretação das condições de sofrimento presentes na cadeia produtiva, que se manifestam através das práticas flexibilizadas, robotizadas, multifuncionais, polivalentes, além de estarem interligadas a processos de gestão que pressionam psicologicamente os (as) trabalhadores (as) para atingir a produtividade exigida no trabalho. As relações trabalhistas impactam diretamente a vida privada do sujeito social, pois ele precisa criar estratégias de adaptação às demandas exigidas pelas atividades laborais. Há em curso um processo de aumento do empobrecimento e da miséria de setores da classe trabalhadora, que já vivenciam intensas formas de exploração e precarização do trabalho, visto que muitos de seus direitos já são destituídos¹².

Ainda que os dados sejam anteriores ao período pandêmico, é possível retomar as ponderações feitas por Antunes e Praun (2020) sobre os efeitos das formas de exploração para a classe trabalhadora, considerando as suas especificidades de gênero e raça, e ampliar a reflexão com algumas contribuições de Gonzalez (2022). Segundo a autora, as condições de existência material da população negra provocam sofrimentos, acarretando sujeições psicológicas, que têm sido historicamente mascaradas. Isso ocorre, pois, os trabalhadores e trabalhadoras negros (as) sempre estiveram inseridos (as) em atividades laborais menos qualificadas. Ao mesmo tempo em que a inserção da pessoa negra no mercado de trabalho aumentou com as lutas históricas da classe trabalhadora, isso não garantiu melhorias na qualidade de vida para o conjunto da população negra.

Nesse sentido, as condições precárias de trabalho, higiene e saúde permitem que famílias negras se submetam à pressão psicológica através do medo, principalmente quando se trata da repressão policial. Com a intenção de coibir qualquer organização do grupo dominado, a classe dominante se utiliza de estratégias de divisão interna, utilizando um discurso que convença que a ordem e a segurança se fazem necessárias. Dessa forma, o sistema capitalista se beneficia com a sustentação de tais condições, porque permite que a população negra esteja cada vez mais disponível, podendo assim barateá-la nas atividades laborais, visto que, diante

¹² Há de se considerar que a situação se intensifica pelas interseções existentes entre gênero, raça, faixa etária e região. De acordo com dados expostos por Antunes (2022a, p. 24), essa parcela de trabalhadoras e trabalhadores fica bem mais vulnerável ao desemprego, ao desalento, aos menores salários, à subocupação, à subutilização. Na última referência, encontrou-se a seguinte escala nos dados do 1º trimestre de 2021 na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): 33,2% para mulheres negras, 22,3% de homens negros, 20,7% para mulheres brancas e 14,2% de homens brancos.

de todos os sofrimentos que enfrenta, acaba aceitando qualquer preço no mercado de trabalho (Gonzalez, 2022).

Para explicitar as contribuições de Gonzalez (2022), podemos mencionar a matéria de Cavallini (2022), intitulada: “63% das mulheres negras já sofreram preconceito em seleções de emprego, mostra pesquisa”. O texto foi publicado no G1 em 03 de junho de 2022 e apontou dados sobre a pesquisa realizada pelo movimento Potências Negras, que mostrou que 63% das mulheres negras já foram discriminadas em processos seletivos para vagas de emprego. A pesquisa também mostrou que 62% das mulheres afirmaram que foram discriminadas no ambiente de trabalho.

Antunes e Druck (2020) orientam que a nova era da degradação do trabalho traz consideráveis elementos decisivos sobre as condições de sofrimento da classe trabalhadora. Para elucidar a nova morfologia do trabalho, os autores apresentam alguns traços significativos, tais como flexibilização, terceirização, subcontratação, círculo de controle de qualidade total, *just-in-time* (produção deve ser efetivada no menor tempo possível), “gerência participativa”, sindicalismo de empresa, entre outros, que se converteram dominantes na nova morfologia tratada no capítulo anterior. Desse modo, percebe-se que, no que diz respeito às condições de (in) segurança e saúde no trabalho, os pesquisadores explicam que são as trabalhadoras e trabalhadores terceirizados (as) que sofrem o maior número de acidentes, se expondo aos maiores riscos, inclusive de morte. São essas pessoas que vivenciam cotidianamente as consequências dos padrões de gestão, desconsiderando as medidas protetivas coletivas e se tornando extremamente vulneráveis.

Para comprovar a situação referente às péssimas condições trabalhistas, trazemos uma matéria de Marko (2023), publicada em fevereiro no Jornal Brasil de Fato, com a titulação: “Operação resgata pessoas de trabalho análogo à escravidão durante colheita da uva no RS”. A notícia aponta que, segundo o Ministério Público do Trabalho RS, cerca de 215 homens que trabalhavam na colheita de uva e no abate de frangos, em Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha, foram encontrados em más condições de alojamento, em situação análoga à escravidão.

De acordo com relato à polícia, os trabalhadores foram contratados por gatos na Bahia (uma forma antiga de terceirização, explicada no tópico 2.2.3), para prestarem serviços a uma vinícola. Eles trabalhavam em jornadas extensas, das 5h00min às 20h00min, durante seis dias da semana e comiam comida estragada, oferecida pelos representantes da empresa. Além disso, só podiam consumir em um determinado ponto comercial, com preços superfaturados, onde o valor gasto era descontado no salário. Desta forma, eles acabavam o mês devendo, pois o consumo supera o valor da remuneração, sendo impedidos de sair do local e que, se quisessem

sair teriam que pagar a suposta "dívida". Além disso, os patrões ameaçavam os familiares, que vivem no estado nordestino.

De fato, fica nítido, como a precarização torna vulneráveis os trabalhadores e trabalhadoras. A respeito de tal constatação, encontramos informações relevantes em Militão (2023) e Portella (2023). No primeiro texto jornalístico, um fiscal do trabalho disse ao jornal que trabalhadores de duas granjas de arroz, no Rio Grande do Sul, foram resgatados em condições análogas à escravidão. A situação fazia com que as pessoas desmaiassem de fome e sede e acabassem perdendo parte do salário, porque não conseguiam terminar a jornada diária. Inclusive, um adolescente de 14 anos, que sonhava ser jogador de futebol, foi resgatado trabalhando sem equipamentos de proteção, sofrendo um acidente laboral com um facão que atingiu dois dedos do seu pé. Na segunda matéria, publicada em abril de 2023, foi informado que quatro trabalhadores argentinos foram encontrados em condições análogas à escravidão também na serra Gaúcha, na cidade Nova Petrópolis. De acordo com a Polícia Federal e o Ministério do Trabalho e Emprego, as vítimas estavam em alocações insalubres, sem água potável, eletricidade, sem banheiros e sem possibilidades de pedir ajuda externa.

Cefaleia, luto, depressão, dores diversas, ansiedade ou medo de perder pessoas são expressões de saúde quando colocadas no contexto da experiência atual. Isso não significa que a realidade gerada e seu impacto nos sujeitos sejam menos preocupantes e que não requeiram intervenção profissional, dependendo do caso. Porém, atenção e rigor analítico são necessários para não patologizar todas essas reações e experiências, que são extremamente relevantes. A realidade concreta que a classe trabalhadora enfrenta, por exemplo, em relação à pandemia de Covid-19, é tratada como "anormal" por certos setores da burguesia - instituições e dirigentes - e é alvo da patologização e medicalização da vida. Este é um segundo tema do qual trataremos nos próximos itens deste capítulo.

Diante da pressão que profissionais sofrem cotidianamente, vem aumentando a instabilidade da sua saúde mental, aumentando níveis de estresse, ansiedade, irritabilidade, insônia e depressão. Retomando Antunes e Praun (2020), os autores sinalizam para a questão do suicídio, como uma das consequências de maior gravidade, e explicam:

O suicídio é a expressão radicalizada da deterioração das condições de trabalho sob a vigência da gestão flexível. Ele e todo o sofrimento que o cerca encontram espaço para se desenvolver na medida em que a classe trabalhadora se vê diante de uma organização do trabalho voltada para o controle acentuado de sua atividade, sob condições em que as margens para a autonomia e o imprevisto, mesmo que já bastante limitadas na fase anterior do capitalismo, tenham sido gradativamente eliminadas. Uma organização do trabalho que oscila o tempo todo entre o discurso de valorização e o controle físico e mental extremados (Antunes e Praun, 2020, p. 148).

O trecho citado impõe algumas questões para reflexão, sendo uma delas a fragilização do conjunto de forças que é determinante no processo de precarização do trabalho. A ausência do espírito da coletividade e da aptidão de organização coletiva para o fortalecimento da classe trabalhadora contribuem para o sofrimento, assim como para a falta de amparo entre trabalhadoras e trabalhadores, inclusive podendo colocar em risco a própria vida. Antunes e Praun (2020) avaliam que a ofensiva do capital sobre o trabalho, submetendo-o à lógica destrutiva, ocasiona a individualização e o isolamento da classe trabalhadora. A ofensiva torna-se uma movimentação do sistema capitalista para desmorrar qualquer ação da classe historicamente antagônica aos interesses dessa ordem.

Diante do exposto, é possível afirmar, em suma, que os sofrimentos apresentam, como causa evidente, o processo de individualização, que traz o desmonte dos laços solidários entre a classe trabalhadora, facilitando ainda mais o aparecimento de sintomas psíquicos e, inclusive, do suicídio no ambiente laboral (Antunes e Praun, 2020). A necessidade da recuperação desses laços de solidariedade toma um caráter emergencial, visto que são preventivos dos sofrimentos, podendo garantir o fortalecimento do ambiente coletivo em que mulheres e homens trabalham, além de ser um meio de evitar a solidão, promovendo auxílio recíproco e altruísta. É nesta perspectiva que podemos situar também a relevância das lutas e resistências da classe trabalhadora, discutidas no capítulo anterior.

Vale ressaltar que, como Antunes (2020a) afirma, baseando-se na perspectiva marxista, em particular no contexto capitalista-neoliberal, na atualidade, o (a) trabalhador (a) não é dono (a) de seu tempo e/ou de sua vontade. Os recursos de trabalho desejados (instrumentos, local, jornada) ocupam cada vez mais o seu tempo. Em outras palavras, a pessoa que trabalha dispõe apenas de uma flexibilidade, que o autor denomina de servidão no sentido da sujeição, ou seja, o trabalhador e a trabalhadora perdem o controle, não tem mais direitos que garantam uma longevidade no trabalho. Passa a ser, portanto, um candidato vulnerável e exposto ao desemprego, ou, na melhor das hipóteses, terá um subemprego. Essa pessoa subempregada, na maioria das vezes, pode ser atribuída ao discurso capitalista como aquela que produz, mas ao mesmo tempo desconsidera todos os laços sociais possíveis, fazendo das relações com seus pares apenas um meio para atingir um objetivo com modelo empresarial. Nesse sentido, o trabalho produz dor intensa, mantendo-se alienado.

Antunes (2020a) destaca ainda - e é este ponto que nos interessa aqui - que o desenho do novo mapa de adoecimentos e sofrimentos laborais está projetado em escala global, observando as diferenças entre periferias e centros do sistema. Quanto maior for o grau de

precarização a que o (a) trabalhador (a) está exposto (a) e menor for a organização sindical na localidade, maiores serão os índices de incidência de doenças. Ressalta, ainda, que os sofrimentos passam a fazer parte do nexos laborais da classe trabalhadora, até mesmo com novas enfermidades e um novo mapa de doenças profissionais no tempo presente.

Silva (2020) nos convida a indagar sobre o processo de trabalho e a realidade sufocante e opressora que a classe trabalhadora vive. Em outras palavras, na relação entre o humano e natureza, sendo o trabalho uma atividade constituinte do sujeito social, há determinantes históricos da contemporaneidade que permite maior expropriação do (a) trabalhador (a), além de aumentar o contingente de pessoas desempregadas. Todo esse processo de precarização no contexto neoliberal da nova fase do capitalismo vem estendendo os casos de acidentes e mortes no trabalho.

Como exemplo desse cenário, trazemos a matéria de Melo (2019), intitulada: “Transtornos mentais estão cada vez mais presentes no trabalho”, que foi publicada em 8 de março de 2019 no Boletim de Notícias Conjur (Consultor Jurídico). O texto informa que, atualmente, trabalhadoras e trabalhadores vêm apresentando diversos transtornos mentais, causados pelo assédio moral e sexual que sofrem nos ambientes de trabalho. Profissionais como psicólogos (as) e médicos (as) afirmam que jornadas excessivas, exigência de metas, situações traumáticas, assim como as perseguições por chefias são estratégias que empresas usam para obterem mais lucro. Dessa forma, as novas formas de trabalho (desemprego, trabalho precário intermitente, contratação a prazo, por tempo parcial, terceirização, etc.) tiram o prazer pelo trabalho, deixando as pessoas expostas à fadiga, estresse e aos sofrimentos. De forma equivocada, a profissional entrevistada na matéria explica que para se livrar do sofrimento, trabalhadores (as) costumam acelerar o seu trabalho, ocasionando aceleração também fora do ambiente laboral. Outra estratégia é a negação do sofrimento e a tendência a correr riscos desnecessários, causando acidentes. E a última seria o isolamento do (a) profissional. O resultado de todas essas táticas são as patologias de sobrecarga pós-traumáticas, a depressão e até mesmo o suicídio.

Outro texto jornalístico que foi publicado com o título: “Uma em cada quatro empresas teve funcionários afastados por adoecimento mental”, em 24 de agosto de 2022 no Jornal Da Band, também comprova tal situação. O texto afirma que trabalhadores e trabalhadoras vivem, atualmente, situações desgastantes no ambiente de trabalho, causando-lhes ansiedade, estresse, depressão, síndrome do pânico e burnout. Nos últimos doze anos, as doenças laborais têm causado inúmeros afastamentos dessas pessoas (Freitas, 2022).

Buscando compreender como a precarização do trabalho está relacionada com o sofrimento, recorreremos ainda à análise de Alves (2021), que evidencia a importância das alterações subjetivas serem tão fundamentais quanto às mudanças na morfologia do trabalho em sua objetividade social. Todas as transformações contemporâneas se constituem como elementos da decadência humanitária do capitalismo como modo de produção da vida social. Alves (2021) destaca que as dimensões da precarização do trabalho, seja ela salarial ou das condições de existência social do trabalho vivo, interferem nas novas formas da pessoa que trabalha, e se apresentam através dos adoecimentos, possibilitando o que o autor denomina de “vida reduzida”.

Ainda no que se refere à relação entre sofrimentos e precarização, Assunção (2020) destaca que, diante do avanço da precarização, os (as) capitalistas não precisam se preocupar com a falta dos (as) trabalhadoras e trabalhadores, ou quando alguma trabalhadora engravida, muito menos com o custo dos acidentes de trabalho, licenças médicas. Quem emprega não se atenta a essas questões, pois o contingente que espera por uma vaga de trabalho é tão grande, que rapidamente esse (a) trabalhador (a) é facilmente substituído (a). Outrossim, a autora sinaliza que a precarização do trabalho coexiste juntamente com a precarização da vida, visto que a população pobre é a que mais é afetada.

Outra questão a ser levantada por Assunção (2020) diz respeito à proteção da classe trabalhadora, estabelecida como padrão pela sociedade. As relações de trabalho/emprego estão, em alguns casos, conectadas à perda de autonomia, perda de autoestima e à insegurança de planejar o futuro. Trabalhadoras e trabalhadores que se encontram nessas condições precárias de trabalho, tornam-se inseguros(as) também em suas vidas, ocasionando inúmeros sofrimentos.

Nota-se que trabalhadores (as) sofrem com o gerenciamento das metas como elemento disciplinador, produção, assiduidade, parâmetros de qualidade, redução de custos, diminuição do tempo de repouso, promoção e competição entre as pessoas que trabalham e fortalecimento dos acordos coletivos impostos pelos (as) empregadores (as), trabalhadoras e trabalhadores se sentem no limite de suas capacidades física e mental. Para tanto, os dispositivos de controle e coerção são brutalmente utilizados, de forma cada vez mais elaborada, para garantir toda essa produção funcionando. O assédio moral é um desses dispositivos, amplamente utilizado nos ambientes de trabalho. Praun (2019) aponta que o assédio se torna oportunizado na medida em que se dilui a coesão coletiva. A fragmentação permite que não só uma pessoa seja assediada, mas que o grupo de trabalhadores (as) também o seja.

Somado a isso, cabe destacar, com a autora, que os processos de sofrimentos no nexo laboral não são novidade no modo de produção capitalista, o que tem de novo é justamente a correlação entre velhas e novas aparições de sofrimentos (Praun, 2019). O artifício da precarização do trabalho que enfraquece o reconhecimento, da valorização simbólica e do processo de construção das identidades individual e coletiva. Segundo o que foi mencionado anteriormente, o ambiente laboral passou a ser um lugar invasivo para o sujeito que trabalha, seja pelo sofrimento (principalmente psíquico) ao qual estes sujeitos se submetem, porquanto são exigidos para além de suas capacidades, seja pela insegurança dos vínculos contratuais. E esse cenário acontece de forma mais incidente em contextos em que predominam trabalhadores e trabalhadoras mais pobres e com pouca escolaridade, pois estes pontos beneficiam a exacerbação da dominação e dificultam as medidas de vigilância em saúde do (a) trabalhador (a).

Com a chegada da pandemia do coronavírus em 2020, esse quadro se complicou. Além do fato dos (as) pesquisadores (as) assumirem o agravamento do sofrimento e o aumento da venda de medicamentos devido ao contexto de maior precarização do trabalho e sua excepcionalidade, Batista *et al.* (2020), em estudo com 5.550 municípios do país, demonstraram que a pandemia abrangeu a população brasileira, de forma diferenciada devido às desigualdades sociais, raciais, etárias, regionais etc. (Batista *et al.*, 2020, p. 11).

Concluimos que a contribuição de Antunes (2014) nos fundamenta quando diz que o corpo produtivo vai trabalhar até quando suportar, pois ele necessita daquele salário. Por isso, na mesma proporção em que o lucro e a mais-valia das empresas/empregadores (as) aumentam, se aumentarão as doenças e sofrimentos recorrentes ao excesso e exploração do trabalho, muitas vezes ocasionando mutilações e envelhecimento desse mesmo corpo produtivo, acidentes e até mortes no trabalho.

3.3 Sofrimento e sujeito neoliberal

Neste tópico, trataremos da relação entre o sujeito social e o sofrimento, considerando o contexto histórico neoliberal. Importante ressaltar a constituição do subjetivo, expresso neste trabalho como “sujeito neoliberal” (Dardot e Laval, 2016, p. 321), conforme apontado no subcapítulo anterior. Portanto, iniciamos este tópico reiterando e destacando a configuração do sujeito neoliberal, para, em seguida, pautarmos as consequências desta configuração no sofrimento, enfatizando que este sofrimento encontra sua determinação na organização objetiva do trabalho tratada no capítulo 1. Sabe-se que diversas técnicas favorecem a produção de um

novo sujeito unitário, que chamamos aqui de “sujeito neoliberal” ou “neossujeito” (Dardot e Laval, 2016, p.327).

É possível afirmar que o neoliberalismo engendra as formas de subjetividade de que necessita, sua lógica se perfaz, por conseguinte, como uma normativa generalizada, desde o Estado até a essência da subjetividade, a qual se reproduz na relação do capital consigo mesmo e na relação do sujeito consigo mesmo, como um “capital humano que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais” (Dardot e Laval, 2016, p.31-34).

De acordo com Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo, de acordo com o exposto no item anterior, se estabeleceu como norma de vida, dominando as relações econômicas ao redor do mundo, de forma que converte e remodela a sociedade e as subjetividades. A conformação de pessoas e estilos de vida à lógica neoliberal se manifesta como a falta de habilidade para reconhecer a alteridade no sujeito e como uma exteriorização do que não pode ser reconhecido como próprio.

Toda essa moldagem subjetiva que vai penetrando poder disciplinar até nos pensamentos, educando-os de tal modo que a ação dos indivíduos seja conduzida por uma máquina invisível. Essa força vai nos conduzindo às escolhas, que devem ser as mais “proveitosas” para os sujeitos. Ou seja, a liberdade de escolha pressupõe uma limitação, sendo ela transportada pela ideia de escolha que satisfaça os interesses dos (as) trabalhadores (as). Dessa forma, o sujeito se torna produtivo e não apenas a pessoa que trabalha, ou seja, aquele que produz, inclusive, o seu bem-estar, prazer e a própria felicidade. O sujeito neoliberal também deve equilibrar suas dores ao longo das suas relações sociais.

As formas de subjetivação, direcionadas pela lógica neoliberal, assumem um caráter de sujeição. Isto é, a ambiguidade da palavra sujeito está ligada a duas ideias principais: uma de ação, do sujeito que age, que conhece, que fala, que pensa, e ao mesmo tempo, a ideia de estar sujeito à alguma coisa, nesse caso, às normas vigentes. Desse modo, as transformações políticas e sociais vão moldando o novo sujeito neoliberal (Dardot e Laval, 2016).

A forma atual de governar impõe que a subjetividade esteja completamente implicada na atividade que o sistema exige que se cumpra. Ou seja, o sujeito neoliberal é o indivíduo do envolvimento integral de si mesmo, que tem a vontade de realização pessoal como centro do processo, sendo o sucesso o desejo do novo poder. Ele trabalha para sua própria satisfação eficaz, para estimular o seu próprio esforço, desenhando uma situação falseada de que tudo depende dele e que toda sua vontade vem de si mesmo. Logo, caso a satisfação não ocorra de forma plena, surge o sofrimento, o qual discutiremos logo a seguir.

Trata-se, portanto, de governar um ser cuja moral e subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade econômica que se exige que ele cumpra. O “homem empresarial” caracteriza-se, assim, como sujeito unitário, como sujeito do envolvimento total de si mesmo na atividade à qual se propõe (Dardot e Laval, 2016, p.327).

Nota-se que o sujeito vai se tornando individualizado, na medida em que fica plenamente implicado nas atividades econômicas e se vê obrigado a realizá-las. Há, então, um total comprometimento de si mesmo, nas ações, de forma a se buscar ser suficiente capaz de fazê-las.

Salienta-se que essa face neoliberal de expressão dos novos modos de governar pode ser extremamente sedutora para a classe social que vive do trabalho em um contexto de rebaixamento brutal do valor da força de trabalho. A economia passa a ser uma disciplina pessoal, na qual todas as atividades aparentam uma produção, um investimento. Ou seja, tais formas de governo se apresentam como medição de competências e habilidades, tentando convencer às pessoas a adotarem as mesmas normas de conduta. Para tanto, se utilizam de profunda arbitrariedade hierárquica disposta a manejar categorias psicológicas, de forma a garantir essa medição. O que fica mais exposto é o poder que ela exerce, um poder de convencimento, que seduz o sujeito, até que ele se entregue completamente, se motive cada vez mais para satisfazer às normas e se comprometa integralmente (Dardot e Laval, 2016, p. 331).

No que tange ao sofrimento, tomamos o conceito como uma noção fundamental para nossos propósitos neste trabalho. É relevante dar limites de objetividade ao termo, colocando-o no chão social, pois este fenômeno e suas mais variadas formas não possuem literalidade na sua definição. Há uma multiplicidade de concepções, sendo o sofrimento tratado e analisado de maneira diferente nos campos da filosofia, da medicina, da psicologia, dentre outras. A explicação marxista clássica corre o risco, para os autores, de secundarizar a ideia de que a crise de acumulação a que o neoliberalismo supostamente responde, longe de ser uma crise de um capitalismo, sempre igual a si mesmo, tem a particularidade de estar ligada às regras institucionais que até então enquadraram certo modo de produção. Consequentemente, a originalidade do neoliberalismo consiste em criar um conjunto de regras que definem não apenas outro regime de acumulação, mas uma sociedade adoecida (Dardot e Laval, 2016, p. 24).

Os sofrimentos causados por essa subjetivação neoliberal e a desconexão que ela inflige ao cotidiano, ao trabalho e fora dele, são tantos que se notam mutações subjetivas, caminhando na direção do egocentrismo social e ausência de solidariedade, que contribuem para um levante

de movimentos conservadores ou mesmo neofascistas. Isso porque a desconfiança em relação à democracia e a aceitação do autoritarismo como estratégia de implantação ou de manutenção da ordem de mercado sempre estiveram presentes nas distintas correntes neoliberais (Andrade; Côrtes; Almeida, 2021, p.5).

Dessa forma, segundo Andrade; Côrtes; Almeida (2021), a nova fase autoritária do neoliberalismo abandona o espírito da diversidade e revigora a censura que afirma a existência de um único povo, equiparado a valores conservadores de livre mercado em oposição a inimigos internos que ameaçam a ordem social imposta. Sobretudo, no caso do Brasil, o neoliberalismo se mantém, aliado aos princípios da ditadura militar, para criminalizar os movimentos sociais mais combativos.

Em outras palavras, possibilita-se, portanto, que a democracia não apenas ratifique o fascismo, mas, principalmente, que ele aja como um mecanismo de submissão e dominação colonial. Entretanto, não se pode descartar a possibilidade de uma rejeição antineoliberal generalizada em muitos países, onde movimentos de enfrentamento vêm se formando, contribuindo para ampliar as forças contrárias ao neoliberalismo (Dardot e Laval, 2016, p.9).

Um dos exemplos apresentado pelos autores sobre as novas formas de governar por meio de técnicas individuais, é o *coaching*, que possui metodologia particular e um modo de argumentação de aspecto empírico e racional, e tem por objetivo forjar um fortalecimento do eu, incentivando-o a uma melhor adaptação da realidade, utilizando procedimentos de como lidar com situações cotidianas complexas. A técnica utiliza vocabulário próprio, para que pareça um elemento transformador, interferindo integralmente, inclusive, nos saberes psicológicos (Dardot e Laval, 2016, p.350).

Ao mesmo tempo em que essas técnicas se fortalecem continuamente, elas não conseguem escapar da complexidade do sistema capitalista. Contradizendo a lógica neoliberal que impõe o esforço individual e a premissa empreendedora, uma matéria da Redação expôs que “*Influenciadores de finanças enfrentam crise de gestão e demitem depois de crescimento acelerado*” (Agrela, 2023). A notícia informa que influenciadores (as) brasileiros (as) famosos (as) ensinam a enriquecer, mas que no momento estão enfrentando uma crise financeira e precisaram demitir dezenas de funcionários. A matéria, publicada em 30 de janeiro de 2023, aponta que alguns comentários surgiram depois que o fato foi divulgado. Destacamos dois, em particular: “A pessoa fica rica vendendo curso que ensina como ficar rico. Se pararem de comprar os cursos ou de assistirem aos vídeos, ela deixa de ser rica. Esse é o capitalismo brasileiro” e “A verdade é que são vendedores de ilusões”. Os exemplos citados mostram explicitamente o que trazemos em nossas argumentações, as diversas técnicas favorecem a

produção de um novo sujeito unitário, elas estão submetidas aos determinantes sociais do neoliberalismo contemporâneo.

Portanto, a personalidade e o fator humano são considerados apenas como um recurso econômico, tornando-se elementos de performance, que tem como objetivo maior acrescentar a sensação de fracasso pessoal e a desvalorização do indivíduo à incerteza e a brutalidade da competição. O indivíduo, então, se torna um “microcosmo” em perfeita harmonia com o mundo da empresa e o “domínio de si mesmo”, coloca-se como uma espécie de compensação ao domínio impossível do mundo. O indivíduo é o melhor, senão o único ‘integrador’ da complexidade e o ‘melhor ator da incerteza” (Dardot e Laval, 2016, p. 342). Pessoas transformadas em coisas e valorizadas por sua produção tornam-se obsoletas, e a responsabilidade por essa obsolescência continua sendo delas.

Nesse sentido, o neoliberalismo se ocupa sistematicamente de retirar certa produtividade do sofrimento, propondo alternativas para essa “doença da responsabilidade”, imputada aos indivíduos incapazes de se moldarem à norma social da plena felicidade (Dardot e Laval, 2016, p.367), que flutua conforme as demandas do mercado. Assim, o novo governo dos sujeitos assume que a empresa não é uma “comunidade”, e nem um lugar de realização pessoal, mas uma ferramenta e um ambiente competitivo, dissertada como a ideal. É tida como um lugar de todas as renovações e mudanças constantes, além de ser um espaço de adaptação às novas demandas mercantis, sempre em busca da proeminência de "Falha Zero" (Dardot e Laval, 2016, p.330).

O discurso emergente de "autorrealização" e “sucesso na vida” estigmatiza o fracasso e a infelicidade, ou seja, aqueles que não se enquadram nas normas sociais de felicidade. O “fracasso social” acaba sendo posto como uma patologia (Dardot e Laval, 2016, p.367). Essa patologia vem acompanhada da medicalização, como os autores complementam:

O remédio mais apropriado para essa doença da responsabilidade, essa usura provocada pela escolha permanente, é uma dopagem generalizada. O medicamento faz as vezes de instituição que não apoia mais, não reconhece mais, não protege mais os indivíduos isolados. Vícios diversos e dependências às mídias artificiais são alguns desses estados artificiais. O consumo de mercadorias também faria parte dessa medicação social, como suplemento de instituições debilitadas (Dardot e Laval, 2016, p.367).

De acordo com a citação, toda essa estrutura de patologia e medicalização está diretamente relacionada à dimensão de dignidade, autoestima e reconhecimento, imposta pelo discurso neoliberal. De fato, a combinação entre instituição e sujeito torna-se um fenômeno importante, pois amortece o ideal de identidade, fazendo com que as pessoas duvidem de seu

próprio valor. Assim, segundo os autores, essa “dessimbolização” gera uma “nova economia psíquica” (Dardot e Laval, 2016, p.368).

Antes, a psicologização das relações sociais (ergonomistas, sociólogos e psicossociólogos) e a humanização trabalhista eram parceiras. A intenção era que trabalhadores e trabalhadoras sentissem prazer no trabalho, vivendo melhor com ele. A “motivação” surge para dar esse sentido de condução das pessoas no trabalho, além dos (as) estudantes nas escolas, e enfermas nos hospitais. Portanto, a subjetividade era feita de desejos, sentimentos, paixões e crenças e era elemento primordial para o bom funcionamento das empresas. Essa lógica foi relacionada a todas as determinações historicamente construídas, fazendo com que a produtividade industrial caminhasse lado a lado com a democracia (Dardot e Laval, 2016, p.359).

Depois do fortalecimento do neoliberalismo, o sentido das subjetividades sofre alterações profundas. O discurso “psi” se funde com o discurso econômico, trazendo efeitos sobre a cultura rotineira, diretamente ligado à lógica da escolha, como Dardot e Laval (2016) mostram em:

Numa “sociedade aberta”, todo indivíduo tem o direito de viver como bem entende, escolher o que quiser, seguir as modas que preferir. A livre escolha não foi recebida inicialmente como uma ideologia econômica de “direita”, mas como uma norma de conduta de “esquerda”, segundo a qual ninguém pode opor-se à realização de seus desejos. Enunciados econômicos e enunciados “psi” juntaram-se para dar ao novo sujeito a forma do arbítrio supremo entre “produtos” e estilos diferentes no grande mercado dos códigos e valores. Foi ainda essa conjunção que deu origem a essas técnicas de si que visam ao desempenho individual por meio de uma racionalização gerencial do desejo (Dardot e Laval, 2016, p.360).

A citação nos ajuda a refletir como o discurso “psi”, transmutado, foi legitimado como elemento primordial de conduta e motor de transformação por técnicas próprias. O discurso sobre o sujeito neoliberal assumiu formulações psicológicas e econômicas até quase juntá-las. Da mesma forma, é através do ajuste entre percepção psicológica do ser humano, do novo modo econômico de concorrência e do aspecto individual como capital que se ergueu a figura da “empresa de si” (Dardot e Laval, 2016, p.358).

Dessa forma, “a irresponsabilidade de um mundo que se tornou ingovernável em virtude de seu próprio caráter global tem como correlato a infinita responsabilidade do indivíduo por seu próprio destino, por sua capacidade de ser bem-sucedido e feliz” (Dardot e Laval, 2016, p.344). O sujeito neoliberal estando inteiramente consciente de suas escolhas, passa a ser responsável por tudo que lhe acontecer. Para isso, incentivado pela gestão do neoliberalismo, o indivíduo exige sempre mais de si mesmo.

Dessa forma, as questões econômicas se tornam de ordem organizacional, se abreviando a problemas psicológicos relacionados ao autocontrole insuficiente e aos relacionamentos com outras pessoas. Portanto, a coerção econômica torna-se uma intensa culpabilização de si mesmo, como explicam os autores:

O discurso da “realização de si mesmo” e do “sucesso de vida” leva a uma estigmatização dos “fracassados”, dos “perdidos” e “dos infelizes”, isto é, dos incapazes de aquiescer à norma social de felicidade. O “fracasso social” é visto, em última instância, como uma doença (Dardot e Laval, 2016, p.367).

O vocabulário trazido na citação perpassa por todos os setores da vida do indivíduo, fazendo com que todas as subjetividades estejam comprometidas como o modo de gestão neoliberal. Logo, o neossujeito fica exposto a riscos vitais, difíceis de escapar e para controlá-los é preciso tomar decisões privadas e alinhadas à noção da empresa de si mesmo.

Atualmente, segundo os autores, os riscos vitais tomaram grandes proporções de individualização, inclusive, geridas não pelo Estado social, mas por poderosas empresas. Tais empresas adotam cada vez mais serviços individuais de altos riscos, produzindo cada vez menos formas de ajuda solidária e mecanismos de coletividade. Portanto, ao mesmo tempo que se produzem sujeitos de riscos, geram-se sujeitos privados, pois as próprias pessoas passam a ser responsáveis e a ter que custear os gastos com suas doenças ou aposentadoria (Dardot e Laval, 2016).

Ainda segundo Dardot e Laval (2016), o processo de individualização é tão intenso, sobretudo, na relação com a existência humana, onde o corpo se torna um fator de escolha, estilo ou modelo, sendo cada pessoa responsável por ele, e deve ser recomposto à própria vontade. Assim, o novo discurso do gozo e do desempenho coage o sujeito neoliberal a manter esse corpo, capaz de ir além dos seus limites de produção e de prazer. Esse mesmo discurso iguala as pessoas, colocando-as no mesmo patamar e desconsidera qualquer deficiência de nascença ou ambiental.

A naturalização da lógica dos *realities shows* (com a eliminação dos mais fracos e inaptos) e a “uberização” das relações de trabalho, com a “flexibilização” dos “colaboradores”, tratadas no capítulo 1, são exemplos marcantes dessa nova razão-mundo. Contudo, a contradição de governar um “mundo que se tornou ingovernável, em virtude de seu próprio caráter global”, e a infinita responsabilização dos indivíduos por seu próprio destino, sempre atendendo ao imperativo (inalcançável) de ser “bem-sucedido e feliz”, produzem uma sociedade esquizofrênica e doentia (Dardot e Laval, 2016, p.344).

A lógica neoliberal contém em si uma declaração de guerra contra todas as forças que resistem à reforma em todos os estratos sociais. Para isso, a linguagem corrente dos que estão no poder em todos os níveis não é enganosa: toda a população deve se sentir mobilizada pela guerra econômica, e as leis laborais e as reformas da proteção social vão sendo implementadas para encorajar a participação universal nesta guerra (Dardot e Laval, 2019).

Em suma, o neossujeito, submerso ao discurso neoliberal, participa integralmente de uma variabilidade de desempenho, que prova o seu valor e a sua própria existência. Então, esse mecanismo de produção de felicidade e satisfação produz efeitos patológicos de que ninguém consegue se esquivar. Tais sintomas e diagnósticos são consequências reais da distribuição das normas empresariais, que definem as identidades, seus lugares, suas formas de consumo e suas relações. Para tanto, alguns dos efeitos desse tipo de gestão controladora são, como comprova uma vasta literatura revisada pelos autores, o “estresse” e o “assédio” no trabalho, que causam um aumento significativo de suicídio no ambiente laboral, além dos riscos psicossociais dolorosos e perigosos (Dardot e Laval, 2016, p.362).

Assim sendo, quando a forma de vida passa a ser uma empresa e o culto do desempenho todo espaço em todas as relações humanas, gera, na maioria das pessoas, desmedidas formas depressivas. Segundo Dardot e Laval (2016), os diagnósticos de depressão aumentaram significativamente, a partir dos anos 1970. Os autores explicam que a depressão é, com efeito, o outro lado da atuação do desempenho, é uma resposta do sujeito ao mandato de se realizar e ser responsável por si próprio, de se aprimorar cada vez mais na lógica empresarial.

A Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), através da Revista Entreteses, publicou uma matéria intitulada: “Depressão é a maior causa de incapacitação no mundo” (Tornich, 2017). O texto aponta um quadro alarmante sobre casos de depressão no mundo e no Brasil. Dados da OMS foram divulgados no texto, mostrando que mais de 300 milhões de pessoas de todas as faixas etárias sofrem de depressão no mundo. A autora complementa que na América Latina, o Brasil é o país que apresenta maior incidência do transtorno. Segundo a matéria, em todo o mundo a depressão é a principal causa de incapacidade entre as doenças, acompanhada de ansiedade, perda de interesse, falta de concentração, cansaço, distúrbios do sono e do apetite e oscilações entre a culpa e a baixa autoestima. As barreiras ao atendimento médico devem-se principalmente à insuficiência de recursos, falta de profissionais qualificados, estigma social que afeta os pacientes e erros de diagnóstico.

Em síntese, os sentimentos de culpa e de baixa autoestima, apresentados como sintomas no texto citado, confirmam que o sujeito neoliberal sofre, pois não pode estar sujeito às perdas. Ou seja, na nova fase do capitalismo, ninguém perde, todas as pessoas ganham. Isso traz cada

vez mais propensão a diagnósticos clínicos, pois a relação com o tempo passa a ser oscilante e a relação com demais sujeitos se torna pontual, com o mínimo de vínculo afetivo.

As conexões se concretizam de forma rápida, expondo “o neossujeito à depressão e à dependência, mas também possibilitam aquele estado conexionalista do qual ele tira, na falta de um vínculo legítimo com uma instância outra, um apoio frágil e uma eficácia esperada”. Portanto, o diagnóstico clínico da subjetividade neoliberal permite que o “patológico” faça parte da normalidade social (Dardot e Laval, 2016, p.373).

Os sofrimentos aparecem e se mantêm, pois o sujeito social do neoliberalismo contemporâneo precisa assumir dois papéis obrigatoriamente. O primeiro é o de ser mestre em desempenho espantoso, competente e o outro é de ser o objeto de um gozo descartável. O sistema interioriza que os indivíduos vivam tal gozo sem barreiras, utilizando ferramentas como vigilância constante dos espaços sociais, rastreabilidade dos movimentos humanos, formas cada vez mais controladoras e auto controladoras dos próprios sujeitos (Dardot e Laval, 2016, p.361).

Desse modo, de acordo com os autores, o neossujeito que não suportar o elemento da concorrência passa a demonstrar fraqueza e incompetência. Assim, as identidades passam a ser produtos de consumo, e tendem a corroborar com o discurso capitalista, onde tudo vira mercadoria, inclusive as pessoas.

Portanto, a decepção individual, exposta ao desajuste da coisa, ao desejo de querer se enquadrar nos padrões exigidos, passa a ser negociável. E tudo que se negocia tem um preço. E o preço dessa lógica perversa corresponde, muitas vezes, a um estágio patológico. Em síntese, a teoria psicanalítica crítica nos ajuda a compreender o comportamento dos sujeitos neoliberais. De acordo com Dardot e Laval (2016), o neossujeito não pode perder, pois ele é trabalhador (a), ao mesmo tempo, acumulador de capital e seu (a) próprio (a) acionista.

É pertinente, deste modo, dizer que o termo “sofrimento” foi disputado historicamente e que neste trabalho damos ênfase para a abordagem a partir das teorias críticas marxistas e psicanalíticas, denominando ora de sofrimento, ora de sofrimento psíquico. Dissertaremos sobre o crescimento de quadros de sofrimentos das trabalhadoras e dos trabalhadores no contexto neoliberal. Para isso, recorre-se a Safatle *et al.* (2021) em:

Tomamos o conceito de sofrimento como uma noção-chave para nossos propósitos, porque ele localiza-se de modo intermediário entre, por um lado, os sintomas e sua regularidade clínica e, por outro lado, o mal-estar e suas conflituosas existenciais. Nem todo sintoma nos faz sofrer, e nem toda forma de sofrimento é um sintoma. Determinar qual sofrimento é legítimo e qual não é, portanto, é uma questão não apenas clínica, mas também política. Por isso esta pesquisa tenta isolar qual seria a política específica que o neoliberalismo desenvolve com relação ao sofrimento (Safatle; Junior; Dunker, 2021, p.8).

Essa citação explicita que o sofrimento apresenta nuances concretas e políticas, determinadas pelo sistema capitalista, mais precisamente o neoliberalismo (processo de transformações do campo social). Em outras palavras, a forma como uma cultura é determinada pelas condições históricas, pode nomear o sofrimento e incluí-lo em discursos narrativos de distintas maneiras. Ou seja, o modo de gestão neoliberal também administra o sofrimento, impondo aos sujeitos uma natureza disciplinar de seu discurso, utilizada como prerrogativa silenciosa da ação econômica (Safatle *et al.*, 2021).

O sofrimento que se expressa de diversas formas a partir da perda do sentido, de satisfação no trabalho e sentimento de frustração e ansiedade. A preservação da individualidade, em outras palavras, a preservação do eu em defesa contra a angústia são objetivos da lógica neoliberal. Os sintomas que surgem são consequência da divisão do próprio sujeito (entre ser humano e ser coisa). Concomitante, a ausência de emprego, a interrupção das proteções laborais e o trabalho por metas e avaliação tornaram a vida cada vez mais percebida como irracional. Por isso, relatos que unificam mensagens místicas, religiosas e experiências assumem papel primordial para produzir alguma coerência onde só tem práticas segmentadas e fragmentadas. Então, a capacidade de interpretar e ler a lógica empresarial se torna um determinante para a sobrevivência desse trabalhador e dessa trabalhadora. (Safatle *et al.*, 2021)

Por esta razão, os pesquisadores apontam que há semelhanças entre o mecanismo neoliberal e a reformulação das categorias clínicas, principalmente no que tange à hegemonia da depressão. Essa reorganização expressa uma colonização clínica capitalizada pela racionalização econômica atual. Portanto, cabe ressaltar o que os autores confirmam sobre o neoliberalismo ser uma forma de vida que adentra os campos trabalhistas, linguísticos e do desejo (Safatle *et al.*, 2021).

Há uma estrutura moldada nessa nova forma de vida, que pressupõe arrancar o melhor desempenho humano, aproveitando-se do sofrimento no trabalho, de forma a retirar o maior grau de cansaço obtendo um menor risco jurídico. Ou seja, a estratégia é promover um elevado comprometimento das pessoas com o trabalho, sem obter uma responsabilidade empresarial, fazendo com que tal empenho seja visto de forma espontânea nas relações sociais. Os autores apontam:

Podemos falar em “instauração” porque a força do neoliberalismo é performativa. Ela não atua meramente como coerção comportamental, ao modo de uma disciplina que regula ideias, identificações e visões de mundo. Ela muda nossos desejos e, nesse sentido, a performatividade neoliberal tem igualmente efeitos ontológicos na determinação e produção do sofrimento. Ela recodifica identidades, valores e modos de vida por meio dos quais os sujeitos realmente modificam a si próprios, e não apenas o que eles representam de si próprios (Safatle; Junior; Dunker, 2021, p.7).

Seguindo o raciocínio da citação, podemos observar que os sujeitos passam a viver de acordo com uma unidade atribuída, onde produtividade, mercado, desejo e linguagem estão engendrados em um arcabouço maior neoliberal. Dessa forma, quando sofrem, também sofrem segundo uma estrutura determinante, de acordo com a época, podendo ela exprimir ou esconder, narrar ou silenciar, reconhecer ou criticar modalidades específicas desse sofrimento. Afinal, “controlar a gramática do sofrimento é um dos eixos fundamentais do poder” (Safatle *et al.*, 2021, p.9).

Nem todos os sintomas causam sofrimento, inclusive o ato de não sofrer é um sintoma predeterminado. Portanto, o sofrimento é certo e errado, conseqüentemente, não é apenas uma questão clínica, mas também da política. A política específica desenvolvida pelo neoliberalismo em relação ao sofrimento, é possível dizer que cada passo dita como devemos nos expressar e nos esconder. As normas neoliberais narram ou se calam, confessam ou criticam métodos específicos desse sofrimento.

Safatle *et al.* (2021) afirmam que a maneira como interpretamos o sofrimento, considerando suas causas externas e internas, altera a própria experiência de sofrimento. Os autores contribuem afirmando que o corpo é fundamentalmente plástico perante a cultura, e que nem sempre os medicamentos operam da mesma forma que antes, pois os processos e discursos vão modulando o seu comportamento. Essa percepção é fundamental na determinação dos sintomas, podendo alterar ou não a atuação clínica. Há, portanto, um novo sujeito social, inclusive na possibilidade de sua própria compreensão.

Mencionamos que a questão não é só o sofrimento em si e suas múltiplas manifestações, sobretudo a forma como ele é acomodado e controlado pelo capitalismo na atualidade como uma máquina subjetiva. Tal máquina tem a intenção de garantir a acumulação lucrativa e de apagar a inconsistência das relações e as conseqüências que suas metamorfoses vêm causando nas classes sociais, em especial nos trabalhadores e trabalhadoras. (Safatle *et al.*, 2021).

Há, portanto, uma "normalização" da alta incidência de sofrimento mental - basta apontar a existência de uma categoria para os considerados "usuais", a OMS atribuindo-a ao elevado número de diagnósticos no mundo e à população envelhecida. Ao tratar a ordem estabelecida como naturalmente adversa (mesmo sem mencioná-la), estabelece-se um diálogo com a lógica da culpabilização dos sujeitos, disseminada e reforçada no atual estágio do capital, que se desenvolve em meio à crise sistêmica.

Segundo Safatle *et al.* (2021), podemos dizer que, sim, sofreremos mais globalmente – mantendo as devidas especificidades e proporções de cada território, o que nos leva a deduzir

que é preciso refletir sobre as formas singulares e particulares do sofrimento em cada espaço - centro e periferia, a depender da teoria - não bastando, ao marxista, pontificar apenas que a determinação é o capital ou o neoliberalismo. Isso não nos impede de afirmar que, se tomarmos um ponto de vista marxista e contextualizarmos tais informações, o cenário está arraigado e representa um modo de vida em deterioração. E que tal cenário está diretamente relacionado com a crise do capitalismo. O sofrimento psíquico é, inclusive, objeto de atenção da classe burguesa, que tem dado a seguinte resposta a esse cenário: a patologização dos sujeitos, deslocando o caráter dialético do sofrimento, que é sintomático, e denunciando os gargalos do estrangulamento da organização social, rumo ao campo biomédico. Em outras palavras, trata o sofrimento e suas locuções como exclusivamente biológicos, criando critérios diagnósticos para aspectos sociais, medicalizando um conjunto de problemas de natureza estrutural.

Para compreendermos melhor essa questão, vale observar a entrevista publicada pelo Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de São Paulo (USP) em 22 de fevereiro de 2021. O texto foi intitulado: “*Depressão é sofrimento compatível com o neoliberalismo*”. De acordo com Dunker (2021a), existem algumas explicações que apontam para o agravamento do sofrimento na atualidade. Uma delas é o discurso neoliberal de meritocracia, que individualiza o sucesso e o fracasso. A outra é o fortalecimento do “neopentecostalismo”, que permite que igrejas propaguem a ideia de prosperidade, que conflui para a imposição do sucesso.

Uma das expressões do sofrimento, segundo o docente, é a depressão. Ele afirma que: “É a grande doença do século 20, não sei se do século 21. Não é um fenômeno brasileiro. A depressão é a forma de sofrimento compatível com o neoliberalismo. Começa a prosperar nos anos 70, com a implantação prática das ideias da escola de Chicago, e bom, com a ideia de uma autoavaliação permanente, da individualização dos fracassos, da excessiva idealização sobre resultados e sobre si mesmo. A ideia de que a produtividade é fator fundamental na apreciação da vida pelo próprio indivíduo e de que as vidas devem ser apreciadas, entendidas e interpretadas como se o eu fosse uma empresa. Tudo isso concorre para a variedade de depressões que a gente vai ter” (Dunker, 2021a, p.2).

Complementando as questões discutidas por Dunker na entrevista referida, o autor, juntamente com Paulon, Sanches, Lana, Lima e Bazzo, definiram sofrimento nos seguintes termos: “O sofrimento é entendido como tradução psíquica do sentimento social da indignidade, respeito e humilhação do operário ou do trabalhador intelectual” (Dunker *et al.*, 2021, p. 239). Em outras palavras, descreveram que a ação de sofrer está diretamente ligada à administração empresarial e dos recursos humanos. Na medida em que o desenvolvimento

dessa relação é interrompido, o sofrimento se inicia, corroborando com o momento da insatisfação.

Utilizando-se da perspectiva psicanalítica crítica, os autores elucidam a ideia de que

o sofrimento expresso pela repetição, pela perda de sentido e pela perda de satisfação no trabalho, bem como os sentimentos de frustração e ansiedade, não são o objetivo do gerenciamento. A defesa contra a angústia, ou seja, a preservação do eu, sob forma de negação, racionalização, projeção ou sublimação do conflito, é que visada pela gestão liberal do sofrimento. Essa acomodação narcísica do Eu é chamada “ideologia defensiva da profissão”, dela emergem dualismos improdutivos como repetição ou criatividade, prazer ou insatisfação, desejo e contrariedade, homem ou coisa, com o qual o trabalhador interpreta e narrativiza seu próprio sofrimento (Dunker *et al.*, 2021, p. 240).

A intenção da citação é problematizar uma dualidade existente no contexto de sofrimento, que causa uma condensação entre o corpo e a mente, apresentada em forma de sintomas. Logo, os mecanismos de defesa são percebidos pelo trabalhador e trabalhadora, no meio de um turbilhão de sentimentos conflituosos, como angústia, insatisfação e contrariedade. Os autores evidenciam que os sintomas psicossomáticos, como fadiga crônica, anestesia, anedonia e empobrecimento psíquico, surgem a partir dessas situações contraditórias (Dunker *et al.*, 2021).

Os sofrimentos surgem a partir das condições existenciais, externalizadas nas narrativas que promovem mais controle sobre o (a) trabalhador (a), maiores responsabilidades do que é possível desempenhar no período laboral, criação de metas impraticáveis, propostas de políticas competitivas entre as pessoas. Essa situação acaba retirando valor de condições precárias de trabalho, renomeando as categorias, para que se dividam completamente, de forma a camuflar as relações nesses ambientes (Dunker *et al.*, 2021).

Desse modo, as relações trabalhistas, de acordo com os autores, são pautadas em discursos que carregam narrativas religiosas e místicas, experiências individuais isoladas, que necessitam ser interpretadas, obrigatoriamente, por quem quer resistir ao emprego. Essas exposições constituem a “psicologia da gestão neoliberal do sofrimento” (Dunker *et al.*, 2021, p.241) e traz a depressão como narrativa hegemônica, embaraçada com o padrão esperado pela autoridade e pelo auto empreendimento.

À vista disso, aprimorar esses discursos passou a ser algo primordial para desenvolver trabalhadoras e trabalhadores talentosos (as) e potentes. Para isso, é necessário mudar a forma de vida, usar uma linguagem específica, a forma de vestir, de se alimentar, inclusive, a forma de ver o mundo. Na mesma direção que Dardot e Laval (2016), Dunker *et al.* (2021) apontam

que as mentorias e coachings vêm cumprindo esse papel na chamada revolução cognitiva, utilizada por meio das plataformas digitais.

Os autores dão um exemplo concreto do discurso da psicologia da gestão neoliberal do sofrimento: o escritor Augusto Cury. Segundo Dunker *et al.* (2021), o autor escreve para um público genérico, porém foca na parcela da população que se percebe como empreendedora. Em sua narrativa, inventa uma implicação de que é plausível começar e recomeçar do zero, empregando um vocabulário típico e argumentos aparentemente simples.

Assim, o vocabulário neoliberal arquiteta mensagens de produção e consumo neoliberais, de forma que “module as intensidades de emoção, feche as janelas para o que é desprazeroso e abra as que geram satisfação” (Dunker *et al.*, 2021, p.245). Então, maquia um sujeito dono de si, capaz de ser seu próprio dono. As consequências desses discursos são expressas em diversas síndromes, principalmente as do pensamento acelerado e depressivo.

Dunker *et al.* (2021, p. 244) explicam que as narrativas gerenciadas conseguem alterar crenças, manipular as informações, assim como ativar “gatilhos” de memória. De tal modo, as lembranças geram um estado de sofrimento, com muita angústia, fobia, tensão e compulsão. Outras janelas são abertas em seus lugares, como empatia, criatividade e resiliência. Quando isso ocorre, mente e corpo se conectam com as memórias potencializando a antecipação dos fatos futuros e aciona funções como “autoconhecer, mapear mazelas psíquicas, ter consciência crítica e ser autônomo”.

Seguindo o raciocínio sobre o vocabulário da gestão neoliberal relacionado ao sofrimento, Safatle (2021, p.15) afirma que há o emprego de uma gramática das emoções, como uma psicologização peculiar da economia, já que ela dificulta a divergência política, pois se expressa como uma “racionalidade”. O autor destaca que é notório a supressão de alguns termos políticos por termos emocionais, tais como: justiça, espoliação, equidade, por ódio, frustração, medo e raiva. O léxico neoliberal psicológico alcança setores da população de forma tão contundente, que quem o contesta aparenta ser ofensivo e desrespeitoso. Isso ocorre pois, segundo o autor, “falas constituem seus ouvintes” e o discurso tido como ofensivo elabora um sujeito tido como ofendido. Tal fala ofensiva tem por objetivo destruir qualquer ação solidária perante as ações injustas, pois ela impossibilita a reação, individualizando a situação, transformando a atuação política em algo psicológico (Safatle, 2021, p.16).

Isso se dá num contexto econômico, que o autor chama de “economia moral”, como um processo de relação entre autonomia da economia política e a psicologia moral, onde a primeira influencia o campo social, incorporando determinações da segunda. As consequências da economia moral se apresentam na supressão abusiva do setor político enquanto espaço legítimo

deliberativo e decisivo, e fortalecimento da condição patológica, que afeta os modos de sujeição psíquica e sofrimento social (Safatle, 2021, p.14).

Logo, os modos de sujeição psíquica e sofrimento social sofrem inúmeras transformações, uma delas é a diminuição das relações políticas às relações familiares. As situações sociais são comparadas às figuras maternas e paternas, pautadas no amor e reconhecimento da família, como padrão para a garantia da harmonia nas relações. Ou seja, a ideia de eliminar qualquer conflito exige que a ligação seja devota, especificamente quando compara a administração governamental com a gerência familiar de sua residência. Além de apontar uma fantasia naturalizada dos modos de produção e circulação de riquezas, também almeja uma resiliência dócil entre corpo social e corpo materno, fraterno e paterno, gerando uma dependência e naturalização da sujeição desses corpos (Safatle, 2021).

Em outras palavras, os sujeitos vivenciam uma realidade mais psíquica do que social, onde eles não se reconhecem mais como carregadores de conflitos estruturais e sim de executores de performances. Portanto, o Estado neoliberal age diretamente para desestruturar a vida corporativa, contendo a maioria ao interesse de minorias sistematicamente organizadas. O autor complementa que

[...] um Estado capaz de despolitizar a sociedade, tendo força suficiente para intervir politicamente na luta de classes, eliminar as forças de sedição a fim de permitir a liberação da economia de seus pretensos entraves sociais. [...] Esse mesmo modelo poderá operar em chave tanto da democracia liberal quanto do regime autoritário. [...] Na racionalização liberal, com sua noção de agentes econômicos maximizadores de interesses individuais, permanecia a estrutura da vida social e dos modos de subjetivação, justificando toda forma de intervenção violenta contra tendências contrárias (Safatle, 2021, p.22)

Nesse caso, a citação problematiza a relevância dos processos de intervenção social na configuração psicológica que é colocada para internalizar as determinações empresariais em todas as esferas da vida social. Ainda interferem diretamente nas reações que vão de encontro ao perfil imposto, classificando a posição resistente como odiosa e imoral. O contraditório foi tido como patologia e o Estado, portanto, é usado como propagador de tal estrutura da racionalidade econômica, expressão típica da violência (Safatle, 2021).

Outrossim, as relações sociais foram “psicologizadas”, numa espécie de “humanização” da empresa capitalista, gerando modelos reprogramados para afetar as subjetividades, criando uma roupagem entre governo e indivíduo. Com o uso da linguagem individualizada, com vocabulário administrativo e psicológico, as relações foram se transformando em organizações sociais que começaram a formar uma normalidade. Assim sendo, a política de capital humano

e inteligência artificial otimizaram a transferência dos recursos humanos da empresa para os consultórios e salas de terapia (Safatle, 2021, p.24).

Então, o afastamento desses modelos programados leva à gestão do sofrimento, não só no centro, como em suas brechas, reclassificando, inclusive, os seus processos de classificação.

O autor explica:

Tais modelos definem padrões de individuação a partir da racionalidade que eles procuram realizar. No interior de tais padrões encontramos sistemas profundamente normativos de disposição de conduta, de produção de afetos e de determinação das formas de sofrimento. Nesse sentido, podemos dizer que modelos socioeconômicos são modelos de governo e gestão social de subjetividades, por isso, não podem ser compreendidos sem sua capacidade de instauração de comportamentos e modos subjetivos de autorregulação. Eles não podem ser elucidados sem a gestão de uma psicologia que lhes é inerente (Safatle, 2021, p.26).

A citação suscita a ideia de que as pessoas não sofrem da mesma forma dentro e fora do neoliberalismo. Essa variação representa o banimento das extensões dinâmicas da doença, já que o sofrimento psíquico tem uma dimensão de rejeição e resistência ao sistema normativo social. Não à toa, quando o neoliberalismo ascendeu em 1970, houve concomitantemente uma alteração nas formas descritivas do sofrimento, sistematizadas no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-III). Este manual utilizado pela psiquiatria significa um distanciamento da gramática social anterior, apontando uma nova consciência da dimensão conflitual dos processos sociais próprios ao sistema capitalista (Safatle, 2021).

As classificações de sofrimento organizadas no DSM-III não foram descritas de forma aleatória, mas sim de forma interativa, considerando uma relação entre o objeto e as categorias. Tal relação gerou uma conformação da visão farmacológica como intervenção clínica. Ocorreu uma reformulação completa, retirando as neuroses como determinante principal para o surgimento do sofrimento, assim como houve a inserção das patologias narcísicas e exacerbação da esquizofrenia como categoria geral do campo das psicoses. O autor pondera, ainda, que a vida psíquica é um setor da vida social, que possui determinantes normativos, ideológicos e autoritários. Um exemplo desses determinantes é a relação médico-paciente, que apresenta como elemento o poder e interfere na esfera social (Safatle, 2021).

As questões que envolvem a saúde mental/sofrimentos vêm sendo discutidas em diversos setores sociais atualmente. A matéria de Bezerra (2022) intitulada: “*Preocupação com saúde mental quase triplicou em 4 anos*”, foi publicada na página da Assembleia Legislativa do Piauí, mas teve como fonte primária a BBC News. No texto, é possível perceber que os transtornos mentais se tornaram uma das principais preocupações na área de saúde para quase metade da população brasileira. Houve um estudo no Brasil que mostrou que a taxa desses

transtornos aumentou nos últimos quatro anos e que a pandemia de Covid-19 teve influência nessa elevação.

Conforme os pensamentos de Safatle (2021), ocorre um processo contraditório e conflituoso nas relações de socialização, que mostra o caráter problemático das instituições sociais, tais como família, casamento, mundo do trabalho, escola e igreja). Portanto, o conhecimento psicanalítico sobre sofrimento auxilia na compreensão dessas relações e permite inserir um elemento de criticidade desse processo humanitário e suas formas de viver em sociedade.

Logo, há nesse processo, um fenômeno vinculado à hegemonia das depressões, como característica principal dentre todos os transtornos. Os sentimentos de desgosto, exaustão, irritação, acompanhados de alterações somáticas e cognitivas afetam significativamente a capacidade de funcionamento do indivíduo. Existe também uma dissociação entre depressão e neurose, e a depressão toma lugar no sistema neoliberal, porque emerge como um problema central numa época em que o modelo disciplinar de gestão de comportamentos cede espaço às normas que incentivam cada um à iniciativa pessoal, à obrigação de ser si mesmo. Consequentemente, a depressão aparece como uma tragédia inerente à inadequação e inibição do indivíduo (Safatle, 2021).

Dito isso, Safatle (2021, p. 36) afirma que “as formas de sofrer aparecem como impossibilidades de operar uma reconversão geral da via a partir da abstração geral da unidade e da síntese, abstração essa que será agora vista como ‘liberdade’”. Assim, o modelo neoliberal nos faz sofrer de outra forma e busca sempre retirar do sofrimento psíquico o contexto consciente da violência social.

Dando sequência ao pensamento sobre violência social, vale destacar que a sociedade escravista, impondo às pessoas negras como escravizadas, consequentemente projetando-as como supostamente inferiores às brancas, até hoje, juntamente com o modelo neoliberal, atribui a elas outras formas de sofrimento. Ainda que esse trabalho não se debruce na questão racial, não podemos deixar de demarcar a situação emocional de negros e negras, que tiveram suas identidades confundidas com as perspectivas históricas e sociais determinadas ideologicamente (Souza, 1983).

A violência social racista estigmatiza a cor das pessoas negras, interferindo no pensamento desses sujeitos de forma avassaladora. Assim, esse pensamento é cercado, bloqueado, privado de prazer e compelido pela dor de pressão racista. Todos os pensamentos giram em torno das dores, ainda que eles sejam confundidos com o desejo da satisfação, estarão

sempre incompletos. Segundo a autora, o “irracional, o feio, o ruim, o sensitivo, o superpotente e o exótico são as principais figuras do mito negro” (Souza, 1983, p.27).

Souza (1983) afirma que as pessoas negras vivem as consequências do massacre racista que sofreram historicamente, pois foram arrancadas de seus valores e culturas originais, passando a ter as brancas como modelo de identificação. Essa era a única forma de “tornar-se gente” (Souza, 1983, p.18). Logo, as consequências foram extremamente custosas, visto que tiveram sua sujeição, negação e massacre de suas identidades emocionalmente e brutalmente afetados.

Para exemplificar essa questão, apresentamos uma matéria publicada na CNN Brasil em setembro de 2022, que teve como título: “Como o preconceito racial afeta a saúde mental da população negra”. De acordo com Amaral (2022), o índice de suicídio entre pessoas negras, principalmente adolescentes e jovens, no Brasil é 45% maior do que as pessoas brancas. Os dados do Ministério da Saúde apontam que o risco aumentou 12% entre a população negra nos últimos anos e permaneceu estável entre a branca. As informações publicadas afirmam que as pessoas negras apresentaram depressão, diversos transtornos, estresse, medo, dependência química e inúmeras outras doenças mentais. E assinala como causas: o racismo estrutural, a ausência de acesso ao tratamento adequado, principalmente na primeira infância, pela rotulação de serem pessoas fortes, influência religiosa, educação que não valoriza a diversidade, entre outras. Nota-se que as questões ideológicas de padrões impostos pela sociedade capitalista interferem significativamente na amostra exibida pela matéria e comprovada no trecho: “Nesse sentido essa criança e mais tarde o jovem, vive em uma cultura negacionista, extremamente autoritária e violenta na pressão ideológica, que dita o que é certo e o errado”, dito por Júlio Santos, diretor do Instituto Luiz Gama.

Como resultado da apropriação do sofrimento da mente neoliberal, também denominada “Mercantilização do sofrimento ou "medicalização do sofrimento por Rossi e Junior (2018, p.770), a subjetividade é compreendida como um processo ativo suscetível a diagnóstico. Ou seja, o sofrimento parece ser indissociável das formas como ele é expresso e percebido socialmente.

Segundo o texto de Hailer (2022) com o título “O sofrimento foi privatizado, diz autor de livro sobre neoliberalismo e depressão social”, foi publicada uma entrevista que trata sobre os casos diagnosticados e o processo de medicalização do sofrimento consequente. De acordo com a matéria, o pesquisador entrevistado Heribaldo Maia afirma que todas as pessoas seguem lutando por liberdade, e diante do contexto político atual, os números de casos de depressão devem ser muito maiores do que os apontados pelo Ministério da Saúde.

Os autores afirmam que o sofrimento está relacionado com o campo social, com o campo da linguagem, da cultura, da economia e da política. Então, ele determina como as pessoas sofrem. Apesar da tentativa de individualização do sofrimento, é notório que o sofrimento apresenta um funcionamento em que as pessoas falam o que elas sentem e na medida em que falam, estão influenciadas por questões morais, éticas, que acabam por contribuir na definição dos sintomas.

Neste contexto, o modelo socioeconômico molda as formas de governar e administrar a nova gestão social de subjetividades, implantando comportamentos e modos de sofrimento. Rossi e Junior (2018) explicam:

Sendo assim, possibilitou-se compreender como o processo de transformação e instituição do sujeito neoliberal é estabelecido e se condiciona sob parâmetros de desempenho. Este sujeito, cuja identidade se molda de acordo com o espaço social ao qual pertence, sujeita-se aos diagnósticos psiquiátrico-psicológicos produzidos sob tais parâmetros, o que propicia uma ressignificação do seu sofrimento (Rossi e Junior, 2018, p.773).

Nesse âmbito da citação, o processo de transformação anunciado como neoliberalismo, revela que há uma exclusão de indivíduos que não se enquadram no estilo de produção e estilo de vida propostos. Isso se estende à medida em que o discurso avança em direção a apologias de diagnósticos psiquiátricos-psicológicos. Notadamente, quando ocorre uma inadequação aos parâmetros de desempenho, impostos socialmente, acaba ocorrendo uma predisposição ao diagnóstico de manifestações patológicas, observando-se um afastamento em relação ao indivíduo tido como diferente. O reconhecimento identitário sujeito à racionalidade neoliberal determina, então, espaços de exclusão em relação ao diferente, os quais devem ser repensados a partir da compreensão crítica da racionalidade neoliberal, pois ela altera as formas de sofrimento (Rossi e Junior, 2018).

Segundo Rossi e Junior (2018), o discurso capitalista consome os recursos naturais e os humanos, assim como esgota as formas sociais. Desse modo, o sofrimento se funde ao cotidiano da vida e passa a ser naturalizado como pertencente aos sujeitos. De acordo com os autores, tem havido um crescimento exorbitante de categorias diagnósticas indicadas, diversos tipos de patologias com distintas classificações.

Para exemplificar essa questão, recorreremos à matéria publicada em 28 de abril de 2021, na página do Tribunal Superior do Trabalho. O TST traz como título: “Saúde mental no trabalho: a construção do trabalho seguro depende de todos nós”. (Brasil, 2021). Ao mesmo tempo em que o texto jornalístico aponta dados sobre as causas de pagamento de auxílio-

doença, também utiliza o léxico neoliberal para valorizar o desempenho. O escrito cita o período da pandemia de Covid-19 como alarmante em relação aos sofrimentos e afirma que, no Brasil, baseando-se nos dados expostos pela Secretaria da Previdência, os episódios depressivos foram a principal causa de pagamento de auxílio-doença não relacionado a acidentes de trabalho (30,67%), seguidos de outros transtornos ansiosos (17,9%).

Segundo a matéria, as condições de saúde no trabalho afetam o desempenho, causando impacto na significação e no sentido em que o trabalhador e trabalhadora dão à função laboral. Logo, apesar de considerarem as questões laborais que levam o sujeito ao sofrimento (exposição ao assédio moral e sexual, jornadas exaustivas, atividades estressantes, eventos traumáticos, discriminação, perseguição da chefia, metas abusivas, mudanças decorrentes do teletrabalho, da sobrecarga de trabalho no setor de saúde e nos riscos diários a que se expõem homens e mulheres que precisam trabalhar presencialmente, principalmente no período pandêmico), individualizam as soluções e sinalizam a questão do desempenho como importante no processo. Um dos exemplos propostos como solução para o problema é a distribuição de cartilhas informativas, deixando as questões sociais que causam o problema sem espaço para debate.

Nesse sentido, a modificação concomitante do discurso sobre o ser humano implica a modificação do reconhecimento do sujeito pelos outros e em si mesmo e se traduz na mudança da semântica do sofrimento segundo critérios de produtividade. Portanto, pode-se afirmar que o ser humano, quando transformado em objeto no contexto neoliberal, é analisado pela sua produção e desempenho, pode se converter como descartável e ainda ser responsabilizado pela sua descartabilidade (Rossi e Junior, 2018).

É possível observar, de certa forma, a ênfase individual-privativa e o caráter a-histórico da discussão, já que o cenário político e social do Brasil se modificou radicalmente. De acordo com Junior (2021), a economia neoliberal tem tomado espaço cada vez mais hegemônico no Brasil e no mundo. Na mesma medida, o espectro sintomático da classe trabalhadora está diretamente ligado às formas de sofrimentos sistematizadas no campo do narcisismo e ideais, mais do que as neuroses clássicas. A violência vem sendo praticada de distintas maneiras, portanto, não dá para pensar os sofrimentos sem contextualizá-los socialmente. Sendo o neoliberalismo não apenas uma teoria política, mas uma racionalidade mundial, influenciando o Estado, a sociedade e a própria lógica do capital, interfere também nas formas de sociabilidade, consequentemente nas formas de sofrer.

O autor trabalha com a ideia de o trabalho ser a chave primordial, pelo qual as pessoas se incluem no processo social e se tornam pertencentes à sociedade humana. Em seguida, o sujeito é afetado na sua dimensão constitucional edípica, ocorrendo uma cisão social. Assim,

acaba afetando a base civilizatória, o sujeito propriamente falando, quanto à sociedade em que vive (Junior, 2021).

Há, portanto, duas cisões na estrutura capitalista que afetam o social. A primeira visa garantir a sua manutenção, portanto, o capitalismo precisa, necessariamente, dominar o psiquismo da pessoa que trabalha. Quanto maior for a repressão do sistema como forma de dominar as subjetividades, maior será o estado patológico do (a) trabalhador(a).

A segunda cisão diz respeito à ausência de qualidade de vida, que afligia e ainda aflige parte da sociedade brasileira, desde a década de 1980, com o crescente desemprego e péssimas condições de saúde. A materialidade da conjuntura acarreta precariedade nos setores educacionais, de saúde, afetando as políticas públicas. Essa quebra no pacto social reflete no pacto civilizatório e, portanto, qualquer ação contrária ao pacto, seja ela justificada ou não, passa a ser avaliada como violência e na ampliação da delinquência. Por fim, gera uma patologia social diante do rompimento do pacto pré-estabelecido pelo sistema capitalista (Junior, 2021). O autor complementa:

De fato, a ruptura com a esfera política não gera apenas um sofrimento advindo da precariedade das condições reais de vida, tampouco somente um sofrimento proveniente da traição de líderes políticos, mas também um sofrimento ligado simultaneamente à perda objetiva das instituições sociais e à perda do lugar subjetivo do sujeito na estrutura social (Junior, 2021, p.257).

A partir dessa reflexão, podemos observar que o sofrimento é oriundo de um capitalismo perverso e excludente, que resvala a maioria da população para a miséria e para o desespero. Entretanto, Junior (2021) destaca que há indícios distintos nas formas de sofrimento dos anos 1980 e da contemporaneidade.

Desse modo, torna-se evidente que durante o período do nacional-desenvolvimentismo, onde se pretendia fortalecer e enriquecer o Estado, tinha lógica que este tivesse grandes empresas em sua estrutura, principalmente nos setores de energia, comunicação e transporte. Esse pacto social perdurou por quase cinquenta anos e teve como principal esfera organizativa da sociedade o próprio Estado e não inseriu a saúde da classe trabalhadora como questão fundamental. Porém, se preocupava em garantir a sua empregabilidade. Assim, poderia garantir um enriquecimento do país, a partir da produção máxima e do custo baixo da população. A intenção era garantir um Estado de bem-estar social (Junior, 2021).

Diante dos apontamentos de Junior (2021), podemos perceber que durante a construção do capitalismo industrial no país, o controle do crescimento da população ascendeu de forma que a gestão de governo tivesse pouca transigência com as manifestações do povo. Já no

período atual, do contexto neoliberal, o Estado não é mais pensado em si mesmo e assume o papel de regulador e protetor do mercado. Dessa forma, não necessita possuir grandes empresas, porque produziria uma concorrência desonesta com a iniciativa privada. O seu objetivo é reestruturar a legislação e fazer uso da força violenta para proteger o mercado livre.

Nesse sentido, o sofrimento, o crime e o encarceramento se tornam as decorrências da relação lógica entre trabalho e emprego. Lógica essa, que explora a classe trabalhadora, seus sofrimentos, sem pretender mais garantir a empregabilidade, pois o que interessa é manter o índice de desemprego alto, baixos salários, aumentar a oferta de mão de obra, desarticular o movimento sindical e aumentar a mais-valia.

De acordo com Junior (2021, p.260), o estado de desemprego é o melhor exemplo dessa mudança da relação do capitalismo com seus “restos”, visto que está diretamente ligado à precarização, elevação dos casos de criminalidade, podendo as instituições sociais lucrarem com privatizações. Ele passa a ser um convite à iniciativa e ao empreendedorismo de cada pessoa. Ou seja, o responsável pelo desemprego é a própria pessoa desempregada. Coerentemente, toda proteção ao trabalho deve ser ressignificada como proteção à preguiça, à falta de iniciativa, ou como culpabilização do cidadão pelo Estado. Um exemplo é o que ocorre na saúde, com as doenças que são procedentes do desemprego, podendo ser convertidas em lucro no comércio dos seguros saúde e do mercado farmacêutico. Segundo o autor, a interpretação da tristeza e da humilhação em depressão e outros transtornos, se tornou um dos negócios mais lucrativos da atualidade.

Para garantir todas as pretensões do capitalismo contemporâneo, foi preciso atualizar as retóricas para convencer mentes e espíritos, transformando de fato as relações sociais. Então, os sujeitos neoliberais precisam naturalizar as condições precárias de trabalho, considerando a subversão do desemprego como uma possibilidade empreendedora, ou em caso negativo, ícone da incompetência do trabalhador e da trabalhadora. De fato, toda proteção trabalhista, travestida em direitos sociais assume um papel protetor da preguiça e da ausência de iniciativa, garantindo que sujeitos e sociedade estejam em uma relação oposta e excludente (Junior, 2021).

Como já foi dito em tópicos anteriores, o neoliberalismo se concretiza a partir dos anos 1970, apesar de ter tomado corpo ao longo de vinte anos. De modo a combater a “ideologia socialista”, a racionalidade neoliberal reorientou o sujeito e o tipo de liberdade (pensada como uma lei interior sem vínculos com o exterior). O novo sistema atinge igualmente o sujeito, a família, a empresa e o país, através de discursos programados como jogos da verdade. E a educação se torna um elemento fundamental de garantia dos elementos neoliberais, pois transforma a formação humana e acadêmica da vida social imposta, que é a de formar pessoas

sem responsabilidade solidária, possuinte de um contrato social que dá direito individual à propriedade (Junior, 2021, p.263).

Outro ponto que vale ser destacado é em relação às expressões do neoliberalismo nas Reformas da Previdência e Trabalhista. De acordo com Secco e Kovaleski (2021), a Reforma Trabalhista – Lei nº 13.429/2017 – facilita a exploração e a supressão dos direitos nas relações de trabalho, através de novas formas de contratação, flexibilização da jornada de trabalho, redução salarial e proteção social. Já a Reforma Trabalhista de 2017 expande a liberdade dos empregadores (as) para gerar os termos de contratação (definem as regras da relação de trabalho com as empresas de forma a restringir a participação das organizações de trabalhadores (as) e do Estado, trazendo insegurança e perda de direitos trabalhistas conquistados historicamente), o uso da força de trabalho e a remuneração dos trabalhadores e trabalhadoras. Ambas as Reformas trouxeram significativos retrocessos para a proteção social, uma vez que o endurecimento das regras para a concessão de benefícios não leva em consideração as condições de vida da maioria dos brasileiros (as).

Os autores afirmam que, para alcançar ideais contemporâneos de performance, permeados (as) pela obsessão de vencer, ser alguém e, em última análise, serem reconhecidos (as), os (as) trabalhadores (as) passaram a consumir mais as substâncias farmacológicas, principalmente psicotrópicas, como forma de tentar ampliar os próprios limites, visando atender às expectativas do espírito empreendedor do contexto neoliberal e das novas dinâmicas que impulsionam a sociedade contemporânea (Secco e Kovaleski, 2021).

Nesse sentido, Secco e Kovaleski (2021) afirmam que as consequências do processo de medicalização da vida estão intensamente relacionadas à alienação, uma vez que ambos agem para destruir as condições culturais e psicológicas que possibilitam a produção autônoma de valores de uso. Trabalhadores e trabalhadoras tornaram-se alienadas de si mesmas, portanto, alienaram-se de seu devir histórico como classe, como sujeito e como comunidade. Os (as) “empresários de si” precisam ser dóceis, comportados (as) e, portanto, encontram-se afastados das críticas quanto à sua situação de vida, lutando apenas para se enquadrar nos padrões da lógica do neoliberalismo.

Deste modo, os problemas de saúde mental e sofrimento psíquico se expressam com uma demanda crescente nos serviços de saúde e têm se agravado com as precárias condições de vida e trabalho da população. Os autores garantem que, longinquamente, será necessário enfrentar esses problemas, de forma que se desenvolvam estratégias para lidar com eles. Apontam como o primeiro passo a problematização do contexto social, político, econômico e histórico como forma de compreender a realidade histórica atual (Secco e Kovaleski, 2021).

Na finalização deste subcapítulo, avaliamos que as discussões das questões tratadas não se esgotam aqui, requerendo novas abordagens que atentem aos elementos neoliberais relacionados ao sofrimento, impostos na sociedade capitalista. Contribui também para este propósito, refletir no próximo capítulo, sobre a relação da precarização, neoliberalismo e sofrimento, aferindo-os com os estudos críticos sobre a temática.

4 CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DA LITERATURA SOBRE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: UM NOVO SUJEITO SOCIAL NO BRASIL?

Nesse capítulo, apresentamos, no primeiro subcapítulo, nosso percurso metodológico (4.1), e, no segundo subcapítulo (4.2), a análise dos artigos acadêmicos que pautam a relação entre sofrimento, precarização e resistência no trabalho docente. O subcapítulo 4.2, de análise, por sua vez, se estrutura em quatro subitens, a saber “Dimensões da precarização do trabalho”; “Trabalho docente e sofrimento”; “Lutas e resistências docentes”; e “Novo sujeito social docente?”.

4.1 Percurso metodológico e resultados preliminares

A pesquisa teve como objetivo analisar a literatura acadêmica sobre precarização e sofrimento no trabalho docente, considerando o período de 2017 a 2022. Para delimitar o escopo da pesquisa, consideramos as contrarreformas implementadas a partir de 2017, sendo a Reforma Trabalhista a primeira, impulsionando os retrocessos nesse campo. Por esta razão, realizamos a pesquisa considerando este marco temporal. Neste contexto, se destaca o período da pandemia de Covid-19, a partir de 2020, como um possível marco de um agravamento na precarização do trabalho docente.

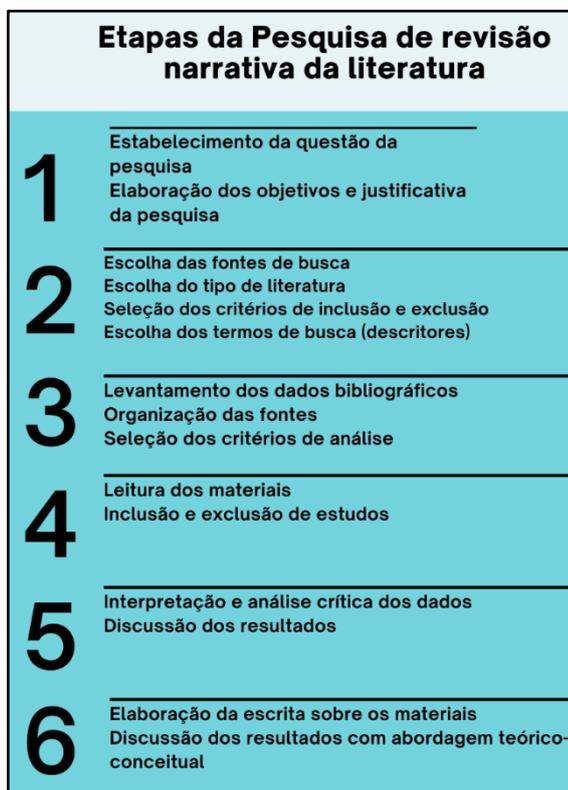
O método dialético foi elencado para dar suporte à pesquisa, pois pretende abordar a realidade, identificando seu caráter histórico, que apresenta dinamismo, provisoriedade e transformação. Alguns princípios básicos do método serão analisados na pesquisa, como a totalidade, especificidade histórica, relação entre objetividade e subjetividade e suas contradições (Minayo, 2013).

Neste sentido, a dimensão histórica dos processos sociais que envolvem a temática será considerada (Gil, 2008), sendo que esta dimensão histórica inclui a própria seleção do período histórico de produção da literatura revisada. O período de 2017 a 2022 foi escolhido, assim, como critério de inclusão, pois a aprovação das contrarreformas no Brasil (Trabalhista e Previdência) marcaram um período conturbado para a classe trabalhadora. Ambas as aprovações, dentro de um contexto neoliberal, vêm contribuindo para o aumento da precarização do trabalho (Silva, 2020).

Foram acessadas, inicialmente, duas fontes de busca: a Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) e a Scientific Electronic Library Online (SciELO). Apesar de a pesquisa pretender trazer elementos para a reflexão sobre a classe trabalhadora em sua totalidade, o sujeito social docente foi escolhido como objeto da pesquisa, porque é um segmento relevante da classe trabalhadora (Minayo, 2013). Por conseguinte, dialeticamente, autora e objeto são frutos do mesmo tempo histórico, sendo assim uma realidade rica de teoria, que será contextualizada com a prática social, mesmo que de forma incompleta e imperfeita (Minayo, 2013). A dialética do método valoriza as mudanças, opondo-se a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma (Gil, 2008, p.14).

Para a elaboração da pesquisa, assim, foram seguidos os passos: escolha do tema; escolha do tipo de literatura a ser utilizada; seleção das fontes de busca; estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão da literatura; seleção dos termos de busca (descritores) e seus cruzamentos, levantamento dos dados bibliográficos; organização das fontes e seleção dos critérios de análise; interpretação e análise crítica dos dados, e, por fim, a escrita da análise, como descritos abaixo:

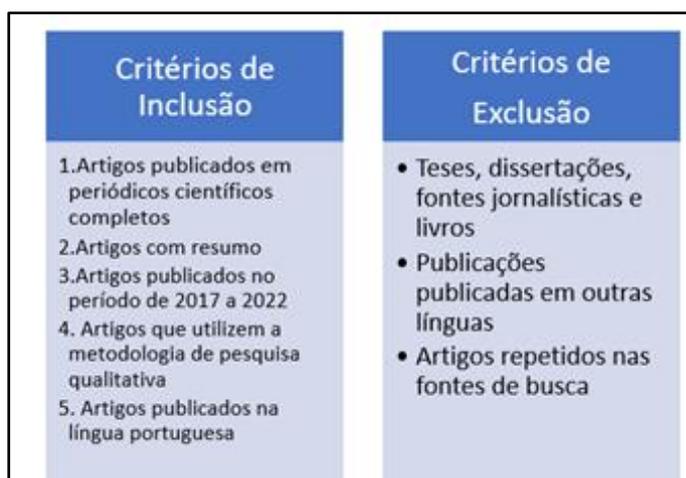
Figura 7- Etapas da pesquisa de revisão narrativa de literatura.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Nessa perspectiva, elencaram-se como critérios de inclusão, artigos publicados em periódicos científicos completos e artigos com resumo. Foram excluídos teses, dissertações, livros, fontes jornalísticas, artigos repetidos nas fontes de buscas e publicações em outras línguas (como mostra a figura 8). A seleção dos artigos se deu de forma que dialogasse com os temas, no mundo de informações sujeitas a viés de seleção, com grande interferência da percepção subjetiva da mesma (Cordeiro *et al.*, 2007).

Figura 8- Critérios de inclusão e exclusão dos materiais.



Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Refletindo sobre o objeto *sujeito social docente*, na primeira fase da busca foram contemplados os pares temáticos: “trabalho docente e precarização do trabalho”, “trabalho docente e sofrimento psíquico”, “trabalho docente e luta/resistência”, como indica a figura a seguir:

Figura 9 - Pares de busca.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Para realizarmos as buscas, elaboramos um quadro de cruzamentos entre grupos de palavras da figura 9. Para isso, dividimos a pesquisa em quatro grupos de palavras, conforme consta no Quadro 1. O Grupo 1 é fixo, ou seja, todos os outros grupos se relacionam com ele nos cruzamentos realizados pelo levantamento.

Quadro 1 - Grupos de cruzamento no levantamento bibliográfico

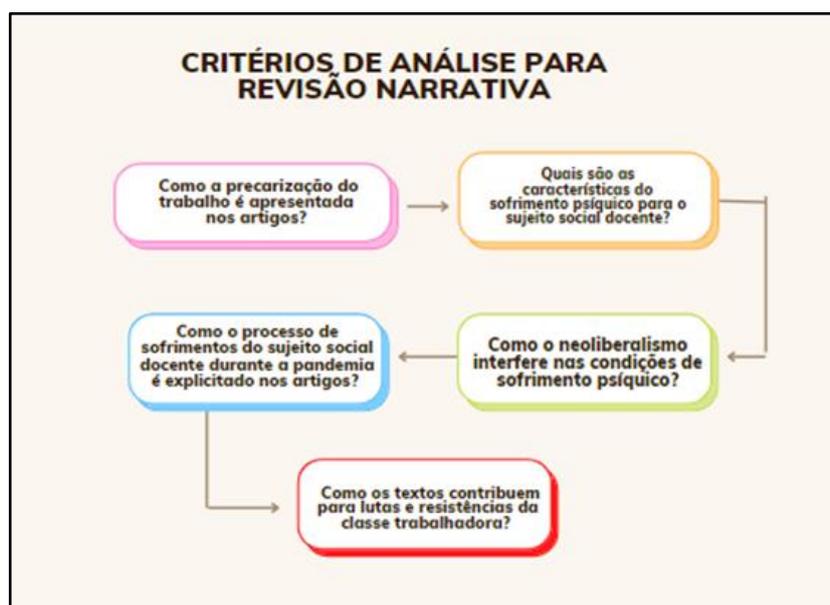
GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 3	GRUPO 4
TRABALHO DOCENTE	SOFRIMENTO PSÍQUICO	PRECARIZAÇÃO	RESISTÊNCIA
TRABALHO PROFESSOR	ADOCIMENTO PSÍQUICO	PRECARIEDADE	LUTA
TRABALHO DOCÊNCIA	DOENÇA PSÍQUICA	FLEXIBILIZAÇÃO	ORGANIZAÇÃO COLETIVA
	MAL-ESTAR	PRECÁRIO	MOVIMENTOS
	SAÚDE MENTAL		SINDICATO
	VIOLÊNCIA		

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Portanto, após o levantamento dos artigos, organizamos o corpus de análise, apresentado adiante no Quadro 2. Ou seja, para conduzirmos essa primeira etapa de análise, numa leitura flutuante (Minayo, 2013), fizemos as filtragens discriminadas, eliminando ainda os artigos duplicados no levantamento.

Após a etapa de elaboração do *corpus*, foram elaboradas as hipóteses (Minayo, 2013). No caso dessa pesquisa, nossas hipóteses se orientam pelas seguintes perguntas: 1-Como a precarização do trabalho é apresentada nos artigos? 2- Quais são as características do sofrimento psíquico para o sujeito social docente? 3- Como o neoliberalismo interfere nas condições de sofrimento psíquico? 4- Como o processo de sofrimentos do sujeito social docente durante a pandemia é explicitado nos artigos? 5- Como os textos contribuem para lutas e resistências da classe trabalhadora?

Figura 10- Perguntas de análise para revisão narrativa.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

O levantamento evidenciou o número significativo de 73 produções científicas, acessadas durante a investigação nas plataformas científicas selecionadas, apresentadas abaixo. No entanto, aplicando os critérios de exclusão, chegamos ao total final de 22 artigos.

Tabela 1 - Artigos em diferentes bases de dados sobre a relação entre trabalho docente e sofrimento/precarização/luta

BASE DE DADOS	TOTAL GERAL DE PRODUÇÕES	TOTAL DE PRODUÇÕES UTILIZADAS
BVS	49	15
SCIELO	24	7
TOTAL	73	22

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Após a exclusão das repetições e dos trabalhos que não tiveram aderência ao objeto, compusemos um quadro com 22 artigos selecionados, demonstrado abaixo:

Quadro 2 - Título, autoria, ano, periódico e resumo dos artigos selecionados

Nº	TÍTULO	ANO	AUTORES(AS)	PERIÓDICO/LINK DE ACESSO	RESUMO	TEMAS/PALAVRAS
1	CONFLITOS DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: O QUE SABEMOS SOBRE ISSO?	2021	Paula Andréa Prata-Ferreira Ione Vasques-Menezes	Psicologia em Estudo Volume 26 https://www.scielo.br/j/pe/a/rq8V9xSpq5S8bhRp4rkdHqC/?lang=pt	A pesquisa avalia o sofrimento psíquico e o adoecimento do professor universitário a partir da percepção de seu trabalho e de sua relação com ele.	NEOLIBERALISMO PRECARIZAÇÃO SUJEITO SOCIAL ENSINO SUPERIOR SOFRIMENTO SAÚDE PSÍQUICA RESISTÊNCIA TRABALHO DOCENTE REDE PÚBLICA REDE PRIVADA
2	EXPLORAÇÃO E SOFRIMENTO MENTAL DE PROFESSORES: UM ESTUDO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO PARANÁ	2018	Guilherme Souza Cavalcanti de Albuquerque Lucas Nathá Almeida Lira Isaias dos Santos Junior Ricardo Luiz Chiochetta Paulo de Oliveira Perna Marcelo José de Souza e Silva	Trabalho, Educação e Saúde https://www.scielo.br/j/tes/a/vFbrMPB8YvfWZY7SVTrckSQ/?lang=pt	O trabalho analisa a reestruturação do mundo do trabalho e o seu impacto sobre as condições de vida e saúde da classe trabalhadora. Destaca que professores têm sofrido, assim como os demais trabalhadores, devido à precarização do trabalho, entre outras consequências da acumulação flexível, levando-os ao sofrimento mental.	CLASSE TRABALHADORA PRECARIZAÇÃO TRABALHO DOCENTE FLEXIBILIZAÇÃO SOFRIMENTOS LUTAS VIOLÊNCIA REDE PÚBLICA NEOLIBERALISMO TEORIA MARXISTA
3	ANSIEDADE, AFETO NEGATIVO E ESTRESSE DE DOCENTES EM ATIVIDADE REMOTA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19	2021	Maria da Conceição Ribeiro Troitinho Ivonilce Brelaz da Silva Maiana Maia Sousa Adriana Damascena da Silva Santos Caio Maximino	Trab. educ. saúde 19 https://www.scielo.br/j/tes/a/W93PH7nPTTMTYpDDC3bZXTR/?lang=pt	As autoras consideram a totalidade da classe trabalhadora para então tratar sobre a precarização do trabalho docente. O artigo aponta uma pesquisa sobre as condições trabalhistas de docentes da Educação Básica durante o período da pandemia de Covid-19.	CLASSE TRABALHADORA TRABALHO DOCENTE PANDEMIA SUJEITO SOCIAL PRECARIZAÇÃO PLATAFORMIZAÇÃO EDUCAÇÃO BÁSICA REDE PÚBLICA REDE PRIVADA NEOLIBERALISMO TEORIA MARXISTA
4	ESTRATÉGIAS DE DEFESA CONTRA O SOFRIMENTO NO TRABALHO DE DOCENTES DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU	2019	Vivian, Chancarlyne Trindade, Letícia de Lima Rezer, Ricardo Vendrusco, Carine Rodrigues Junior, Sinval Adalberto	Cad. psicol. soc. trab ; 22(2): 217-234 https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1114704	O estudo objetivou identificar as estratégias de defesa contra o sofrimento no trabalho desenvolvidas por docentes da pós-graduação stricto sensu. As contribuições dos autores sobre precarização do trabalho mostram que a intensificação do trabalho, o acirramento da competitividade e as exigências pelo aumento da produtividade são características determinadas pelo mundo do trabalho.	TRABALHO DOCENTE PRECARIZAÇÃO SOFRIMENTO ESTRATÉGIAS RESISTÊNCIA PÓS-GRADUAÇÃO
5	O MAL-ESTAR DOCENTE NAS DISCUSSÕES SOBRE ENSINO NUTRIÇÃO: FALAS DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO	2020	Martins, Neusa Helena da Silva Pires Salvador, Daniel Fábio	Trab. educ. saúde ; 18 https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1139783	As expectativas institucionais e sociais relacionadas ao trabalho docente intensificaram-se devido à precarização do trabalho, associada a uma concepção da escola como empresa, na qual são	TRABALHO DOCENTE SOFRIMENTO NEOLIBERALISMO PRECARIZAÇÃO FLEXIBILIZAÇÃO EDUCAÇÃO BÁSICA SUJEITO SOCIAL

	BÁSICA EM FÓRUMS VIRTUAIS		Luz, Mauricio Roberto Motta Pinto da		frequentes os múltiplos vínculos de trabalho com elevada carga horária, com consequências negativas para a saúde docente.	LUTAS RESISTÊNCIAS REDE PÚBLICA
6	PROFISSÃO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO: O DIFÍCIL EQUILÍBRIO DE QUEM VIVE NA CORDA BAMBÁ	2019	Elias, Marisa Aparecida Navarro, Vera Lucia	Cad. psicol. soc. trab ; 22(1): 49-63 https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1055670	Este artigo tem por objetivo discutir o trabalho e a saúde de professores do ensino superior privado. Parte-se da premissa de que a precarização do trabalho é um dos principais fatores que degradam a educação e a saúde desses profissionais. Considerando a complexidade do tema, este artigo se fundamentou no materialismo histórico-dialético e em estudos sobre saúde mental relacionada ao trabalho.	CLASSE TRABALHADORA TRABALHO DOCENTE ENSINO SUPERIOR NEOLIBERALISMO PRECARIZAÇÃO SOFRIMENTO PLATAFORMIZAÇÃO SUJEITO SOCIAL LUTAS RESISTÊNCIAS REDE PRIVADA TEORIA MARXISTA
7	SÍNDROME DE BRUNOUT: UM OLHAR PARA O ESGOTAMENTO PROFISSIONAL DO DOCENTE UNIVERSITÁRIO	2021	Elizabete Cazzolato Ferreira Julia Alejandra Pezuk	Articles - Avaliação (Campinas) 26 (02) https://www.scielo.br/j/aval/a/tyjRLWxv9pLPf6RcBFxqmgDk/?lang=pt	As dimensões do estresse no trabalho repercutem sobre a saúde dos indivíduos podendo causar distúrbios que impactam na qualidade de vida e/ou produtividade. As disfunções emocionais possuem traços comuns que permitem estudar as variáveis que compõem a Síndrome de Burnout. Esse estudo procurou compreender esse tema no universo da docência de ensino superior a partir da produção científica dos últimos cinco anos.	PRECARIZAÇÃO SOFRIMENTO TRABALHO DOCENTE ENSINO SUPERIOR SUJEITO SOCIAL LUTAS RESISTÊNCIAS REDE PRIVADA
8	TRABALHO REMOTO DOCENTE E SAÚDE: REPERCUSSÕES DAS NOVAS EXIGÊNCIAS EM RAZÃO DA PANDEMIA DA COVID-19	2021	Paloma de Sousa Pinho Aline Macedo Carvalho Freitas Mariana de Castro Brandão Cardoso Jéssica Silva da Silva Lívia Ferreira Reis Caio Fellipe Dias Muniz Tânia Maria de Araújo	Trab. educ. saúde 19 https://www.scielo.br/j/tes/a/fwjNP9QqbGQ3GH3L6rjswv/?lang=pt	O trabalho acadêmico mostra elementos da precarização do trabalho docente no ensino privado durante as atividades remotas e reitera que o processo não é novo, mas que se intensificou no período da pandemia. O trabalho, transferido para a casa, se sobrepôs às atividades domésticas e familiares, produzindo consequências à saúde docente que, mesmo pouco conhecidas, são alarmantes.	CLASSE TRABALHADORA TRABALHO DOCENTE SOFRIMENTO PANDEMIA PRECARIZAÇÃO FLEXIBILIZAÇÃO UBERIZAÇÃO EMPREENDEDORISMO PLATAFORMIZAÇÃO SUJEITO SOCIAL LUTAS RESISTÊNCIAS REDE PRIVADA EDUCAÇÃO INFANTIL ENSINO FUNDAMENTAL ENSINO MÉDIO ENSINO SUPERIOR TEORIA MARXISTA
9	VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES DA REDE PÚBLICA E ESGOTAMENTO PROFISSIONAL	2022	Simões, Elaine Cristina Cardoso, Maria Regina Alves	Ciênc. Saúde Colet ; 27(3): 1039-1048, https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1364686	As autoras apontam uma perspectiva história de precarização do trabalho docente, iniciada em 1988, com a redemocratização social e financeira, que foi mantida com as reformas educacionais em curso. A pesquisa mostra os problemas de saúde para os docentes, refletindo sobre o esgotamento profissional e analisa a sua associação aos elementos do contexto ocupacional, inclusive a violência.	TRABALHO DOCENTE SOFRIMENTO VIOLÊNCIA PRECARIZAÇÃO SUJEITO SOCIAL EDUCAÇÃO INFANTIL ENSINO FUNDAMENTAL REDE PÚBLICA LUTAS RESISTÊNCIAS NEOLIBERALISMO
10	CONFIGURAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E O	2020	D'Oliveira, Camila Arantes Ferreira Brecht	Rev. enferm. UERJ ; 28	O estudo assinala a configuração neoliberal do mundo do trabalho e suas consequências para as condições laborais	TRABALHO DOCENTE NEOLIBERALISMO SOFRIMENTO

	PROCESSO SAÚDE-DOENÇA DOS TRABALHADORES DOCENTES DE ENFERMAGEM		Souza, Norma Valeria Dantas de Oliveira Varella, Thereza Christina Mó y Mó Loureiro Almeida, Priscila Francisca	https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1096012	docentes de enfermagem. devido às novas configurações do trabalho docente, que pressiona por alta demanda laboral e, por sua vez, oferece inadequadas condições de trabalho, esta atividade favorece ao adoecimento desses profissionais, que em contrapartida, relegam a segundo plano o cuidado com a própria saúde.	PRECARIZAÇÃO PLATAFORMIZAÇÃO FLEXIBILIZAÇÃO SUJEITO SOCIAL LUTAS RESISTÊNCIAS ENSINO SUPERIOR REDE PÚBLICA
11	DEPRESSÃO E QUALIDADE DE VIDA EM DOCENTES DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DO PAÍS	2020	Machado, Thayla Rauch Almeida, Leticia Maria da Silva Dumith, Samuel C.	Rev. baiana saúde pública ; 44(3): 72-83, 20200813. https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1370949	O artigo aborda a precarização quando considera que a categoria profissional docente do nível superior fica exposta aos problemas psicossociais, sobretudo a depressão, pois sentem o estresse devido à organização acadêmica e escolar.	TRABALHO DOCENTE PRECARIZAÇÃO SOFRIMENTO DEPRESSÃO RESISTÊNCIA ENSINO SUPERIOR REDE PÚBLICA
12	ASSOCIAÇÃO ENTRE A SÍNDROME DE BURNOUT E A VIOLÊNCIA OCUPACIONAL EM PROFESSORES	2022	Ribeiro, Beatriz Maria dos Santos Santiago Martins, Júlia Trevisan Moreira, Aline Aparecida Oliveira Galdino, Maria José Quina Lourenço, Maria do Carmo Fernandez Haddad Dalri, Rita de Cassia de Marchi Barcelos	Acta Paul. Enferm. (Online) ; 35: eAPE01902, 2022. https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1364248	O trabalho visa verificar a associação entre a violência laboral e a síndrome de burnout em professores. O estudo indicou que a exaustão emocional e a despersonalização estiveram direta e significativamente associadas a sofrer violência física e verbal sofrida pelos docentes.	TRABALHO DOCENTE SOFRIMENTO PRECARIZAÇÃO SUJEITO SOCIAL ENSINO FUNDAMENTAL ENSINO MÉDIO REDE PÚBLICA VIOLÊNCIA RESISTÊNCIA
13	VIOLÊNCIA LABORAL: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES QUANTO ÀS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO	2020	Dias, Heloisa Gonçalves Martins, Julia Trevisan Moreira, Aline Aparecida Oliveira Dalri, Rita de Cassia de Marchi Barcelos Okubo, Caroline Vieira Cláudio Ribeiro, Beatriz Maria dos Santos Santiago	Rev. enferm. UFPE on line ; 14: [1-7], 2020. https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1096536	A pesquisa visou conhecer a percepção dos professores dos Ensinos Fundamental e Médio sobre as medidas para se evitar a violência em salas de aula, problematizando o trabalho docente e as redes de apoio ao professor.	TRABALHO DOCENTE PRECARIZAÇÃO VIOLÊNCIA SOFRIMENTO ENSINO FUNDAMENTAL ENSINO MÉDIO REDE PÚBLICA RESISTÊNCIA LUTAS
14	ADOECIMENTO MENTAL E O TRABALHO DO PROFESSOR: UM ESTUDO DE CASO NA REDE PÚBLICA DE ENSINO	2018	Souza, Farney Vinícios Pinto	Cad. psicol. soc. trab ; 21(2): 103-117, jul.-dez. 2018. https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1055659	O artigo tem por objetivo descrever e analisar os aspectos que fazem parte da organização do trabalho de uma escola pública, verificando sua relação com as manifestações de sofrimento ou de adoecimento de docentes que ali atuam.	TRABALHO DOCENTE SOFRIMENTO PRECARIZAÇÃO FLEXIBILIZAÇÃO UBERIZAÇÃO NEOLIBERALISMO SUJEITO SOCIAL LUTAS RESISTÊNCIAS

						ENSINO FUNDAMENTAL REDE PÚBLICA
15	DIMENSÕES DA VIOLÊNCIA DO ALUNO CONTRA O PROFESSOR	2022	Alves, Angela Gilda Cesar, Flaviane Cristina Rocha Barbosa, Maria Alves Oliveira, Lizete Malagoni de Almeida Cavalcante Silva, Edinamar Aparecida Santos da Rodríguez-Martín, Dolors	Ciênc. Saúde Colet ; 27(3): 1027-1038, mar. 2022. https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1364695	O estudo objetivou revisar definições de violência contra o professor para desenvolver consenso integrado e modelo conceitual. A violência é um construto multidimensional que resulta da interação com o estudante nos contextos organizacional e social. As consequências da violência contra o professor incluem danos psicológicos, emocionais, biológicos, profissionais e sociais.	TRABALHO DOCENTE PRECARIZAÇÃO SOFRIMENTO VIOLÊNCIA SUJEITO SOCIAL RESISTÊNCIA ENSINO SUPERIOR REDE PRIVADA REDE PÚBLICA
16	TRABALHO DOCENTE, DESIGUALDADES DE GÊNERO E SAÚDE EM UNIVERSIDADE PÚBLICA	2021	Souza, Katia Reis de Simões-Barbosa, Regina Helena Rodrigues, Andréa Maria dos Santos Felix, Eliana Guimarães Gomes, Luciana Santos, Maria Blandina Marques dos	Ciênc. Saúde Colet ; 26(12): 5925-5934, Dez. 2021. https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1350514	O presente estudo problematizou aspectos do trabalho docente em relação ao gênero, políticas de avaliação e saúde. Percebeu-se o quanto as demandas da esfera produtiva têm extrapolado o tempo da jornada de trabalho para a esfera reprodutiva e a vida privada das professoras, comprometendo a luta e a defesa pela saúde, podendo levar a processos de sofrimento e adoecimento.	CLASSE TRABALHADORA TRABALHO DOCENTE SOFRIMENTO PRECARIZAÇÃO FLEXIBILIZAÇÃO PLATAFORMIZAÇÃO NEOLIBERALISMO SUJEITO SOCIAL RESISTÊNCIA ENSINO SUPERIOR REDE PÚBLICA TEORIA MARXISTA
17	AS TENSÕES DE SER PROFESSOR NO SETOR PRIVADO DE ENSINO	2018	Gerheim, Marcia Souza Castro, Fernando Gastal	Arq. bras. psicol. (Rio de Janeiro) https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-981810	O artigo analisa as tensões docentes, enfatizando a flexibilização como fenômeno que acarreta extensão da jornada de trabalho docente de uma instituição privada de Educação Básica, aumento das tarefas e procedimentos e competitividade violenta tanto individual quanto organizacional. Aborda os sofrimentos a partir da história do trabalho docente.	TRABALHO DOCENTE SOFRIMENTO NEOLIBERALISMO UBERIZAÇÃO FLEXIBILIZAÇÃO PLATAFORMIZAÇÃO EMPREENDEDORISMO SUJEITO SOCIAL ENSINO FUNDAMENTAL ENSINO MÉDIO REDE PRIVADA TEORIA MARXISTA
18	MAL-ESTAR, SOFRIMENTO E ADOECIMENTO DO PROFESSOR: DE NARRATIVAS DO TRABALHO E DA CULTURA DOCENTE À DOCÊNCIA COMO PROFISSÃO	2019	Penteado, Regina Zanella Souza Neto, Samuel de	Saúde Soc ; 28(1): 135-153 https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-991666	O estudo desenvolve os processos de precarização do trabalho docente, considerando as políticas neoliberais, globalização, os organismos internacionais e suas consequências nas reformas educacionais. Os autores explicitam que o alinhamento da escola à empresa forma trabalhadores para terem maior eficiência e produtividade, favorecendo à sociedade competitiva, produzindo diversos sofrimentos aos docentes.	TRABALHO DOCENTE SOFRIMENTO SUJEITO SOCIAL NEOLIBERALISMO PRECARIZAÇÃO FLEXIBILIZAÇÃO
19	SÍNDROME DE BURNOUT EM DOCENTES: REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE AS CAUSAS	2020	Dias, Bruno Vilas Boas Silva, Priscila Soares de Souza da	CuidArte, Enferm ; 14 https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1120510	A pesquisa mostrou como a síndrome de Burnout na profissão docente envolve aspectos individuais e os relacionados ao ambiente de trabalho. Fenômeno complexo e multidimensional, a síndrome é caracterizada por estresse laboral crônico e exaustão emocional	TRABALHO DOCENTE SOFRIMENTO PRECARIZAÇÃO SUJEITO SOCIAL

					prolongada, podendo surgir sofrimentos em longos períodos.	
20	DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO	2022	Sardi, Rafaela Garcia Carvalho, Paulo Roberto de	Psicol. esc. educ.; 26 https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1376071	O artigo assinala as questões precárias do trabalho docente na EAD (Educação à distância). Enfatiza que a questão social de controle incessante aprofunda a exploração do trabalho e contribui para novos modos de sujeição.	TRABALHO DOCENTE SUJEITO SOCIAL NEOLIBERALISMO PRECARIZAÇÃO PLATAFORMIZAÇÃO FLEXIBILIZAÇÃO INFORMALIZAÇÃO EMPREENDEDORISMO EAD PANDEMIA
21	O TRABALHO PRECÁRIO NOS INSTITUTOS FEDERAIS: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO VERTICALIZADO	2021	José Júlio César do Nascimento Araújo Arminda Rachel Botelho Mourão	Educ. Pesqui. 47 https://www.scielo.br/ijep/a/dDKFvgBBXB3ws695LpjSPvS/?lang=pt	O artigo faz uma revisão materialista histórico-dialética da categoria precarização do trabalho nos IFs (Institutos Federais). Os autores destacam o fetiche da nova carreira docente, a sua verticalização, a intensificação do trabalho, o aumento da densidade laboral e as mudanças na carga horária docente. Assim, a porosidade de trabalho, o tempo de reflexão e o tempo de não-trabalho são engolidos pelas atribuições de preparação do trabalho. Por fim, aponta as dimensões da práxis que a categoria precarização deve apresentar no campo da interpretação e luta do/pelo trabalho docente.	TRABALHO DOCENTE SOFRIMENTO NEOLIBERALISMO PRECARIZAÇÃO FLEXIBILIZAÇÃO TERCEIRIZAÇÃO PLATAFORMIZAÇÃO LUTAS RESISTÊNCIAS ENSINO SUPERIOR REDE PÚBLICA TEORIA MARXISTA
22	UBERIZAÇÃO DO TRABALHO: UM FENÔMENO DE TIPO NOVO ENTRE OS DOCENTES DE SÃO PAULO, BRASIL?	2019	Venco, Selma	Cad. Saúde Pública,35. https://www.scielo.br/ijcsp/a/NkTJp5HZgJQVjhY36kT5rpN/?lang=pt	O artigo faz uma análise dos processos de precarização do trabalho docente na Educação Básica da rede estadual paulista, considerando a totalidade. A autora enfatiza o fenômeno da uberização do trabalho e considera que docentes vivenciam uma situação de quase-uberização, pois os processos se assemelham em algumas questões, mas diferem em outras.	TRABALHO DOCENTE SOFRIMENTO NEOLIBERALISMO PRECARIZAÇÃO UBERIZAÇÃO FLEXIBILIZAÇÃO LUTA RESISTÊNCIA DARDOT E LAVAL ENSINO FUNDAMENTAL ENSINO MÉDIO REDE PÚBLICA TEORIA MARXISTA

Fonte: elaborado pela autora (2023).

O *corpus* de 22 artigos se encontra publicado em 15 periódicos acadêmicos diferentes, cinco deles na Revista *Trabalho, Educação e Saúde*, três na Revista *Ciência e Saúde Coletiva* e três nos *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. Constatamos que não houve artigo do ano de 2017 no *corpus* selecionado. A maior incidência de artigos se deu no ano de 2021, seguido do ano de 2020.

A seguir, apresentamos uma exploração inicial do *corpus*, antes de adentrarmos, no subcapítulo 4.2, na análise do material conforme orientada pelas questões de pesquisa. Destacamos dois pontos no *corpus*: a relação entre neoliberalismo e condições do trabalho docente; e a aplicação do materialismo histórico-dialético.

Tabela 2 - Número e percentual de artigos sobre neoliberalismo e trabalho docente no Brasil (2018-2022)

ABORDAGEM EM RELAÇÃO AO NEOLIBERALISMO E AO TRABALHO DOCENTE	NÚMERO DE ARTIGOS (TOTAL = 22)	PERCENTUAL (TOTAL=100%)
Não tratam	16	73%
Tratam	6	27%

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Considerando a análise dos artigos selecionados, observamos que 73% mencionaram as políticas neoliberais, atribuindo, a elas, papel central nas transformações do trabalho docente. Por exemplo, Gerheim e Castro (2018, p.37) conferem que a nova cultura gerencial, emergida da doutrina neoliberal, propicia livre mercado e alta concorrência, inserindo o escopo da gestão de si como capital humano, avanço do setor privado, sobretudo, nas entranhas da educação pública. Ou seja, o sistema privado de ensino vem produzindo uma alteração silenciosa no campo da educação pública brasileira, agindo com total liberdade no campo, atendendo, prioritariamente, aos interesses econômicos dos capitalistas no neoliberalismo. Os autores explicam:

É dentro dessa reconfiguração do mundo do trabalho que a educação, tal como outros setores de extrema relevância social, torna-se *locus* propício à expansão de políticas privadas com imperativos de flexibilidade e apologia ao livre mercado. Em 1980, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (Anped) criou o seu primeiro Grupo de Trabalho sobre trabalho e educação. Desde então, diversos estudos têm sido feitos a respeito do tema. Em publicação organizada por Gentil e Silva (1998), analisa-se a profunda reorganização política, econômica, social e ideológica que as reformas neoliberais trouxeram ao campo da educação (Gerheim e Castro, 2018, p.37).

Seguindo o raciocínio da citação, uma série de (contra) reformas ocorrem na educação na América Latina, promovendo novas designações da profissão docente e acompanhando atividades no mundo do trabalho, como trabalho temporário e formas atípicas de trabalho diante das abordagens neoliberais. Os países buscam atender às demandas flexíveis de acumulação de capital. Essas reformas se estenderam ao âmbito da educação pública, consolidando ainda mais a instabilidade da profissão docente. Conseqüentemente, foi necessário reduzir custos do trabalho docente e aumentar a sua produtividade.

Outro ponto a ser considerado é a sobrecarga de trabalho voltada para o individual, como compreendemos a lógica neoliberal. Ainda que não haja aprofundamento sobre o neoliberalismo pelo artigo, identificamos as características quando as autoras afirmam que o (a) docente precisa dar conta de tudo o tempo todo, e que a sensação é de que sempre se faz menos do que teria que ser feito (Ferreira e Menezes, 2021, p. 8).

A discussão sobre a configuração neoliberal também aparece no trabalho de D'Oliveira *et al.* (2020), quando o artigo aponta que o modelo econômico gera alterações nas políticas, mantendo um Estado mínimo para as necessidades sociais e avaliza esforços exorbitantes para garantia das condições de reprodução capitalista. As autoras sinalizam que as conseqüências para a docência do nível superior surgem na imposição do sentimento de incapacidade profissional e do não reconhecimento pelo trabalho realizado.

Nesta ótica, o (a) docente precisa apresentar, além das habilidades específicas da profissão (boa comunicação, empatia e conhecimento técnico), as multifuncionalidades exigidas no contexto contemporâneo, tais como habilidades tecnológicas, responsabilidade pelo acompanhamento de professores (as) substitutos (as), supervisão de estudantes em campos de prática, ritmo acelerado na produtividade acadêmica, mesmo que em condições trabalhistas desfavoráveis, além de remunerações cada vez menos coerentes com as exigências profissionais (D'Oliveira *et al.*, 2020).

Tabela 3 - Número e percentual de artigos sobre materialismo histórico-dialético Brasil (2018-2022)

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	NÚMERO DE ARTIGOS (TOTAL = 22)	PERCENTUAL (TOTAL=100%)
ABORDAM A TEORIA MARXISTA	8	36%
NÃO ABORDAM A TEORIA MARXISTA	14	64%

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O sistema capitalista de hoje se reproduz apenas devido à natureza destrutiva do trabalho humano, a natureza das formas irreversíveis e da humanidade. Além de destrutivo, o capitalismo também possui um metabolismo antissocial. Essa configuração tem maior impacto nas regiões mais pobres do mundo, na classe trabalhadora negra e nos imigrantes. Apesar de ser extremamente relevante considerar a totalidade do processo, observamos um número ínfimo de artigos que abordam o trabalho docente à luz da totalidade da reprodução social capitalista.

As periferias são afetadas de forma mais brutal pelo capital. As (contra) reformas em andamento têm consequências desastrosas para a classe trabalhadora, como um todo. Embora a educação tenha suas próprias mediações/particularidades e singularidades, entendemos que ela é indissociável das relações sociais capitalistas.

Especificamente sobre a teoria marxista, observa-se que, no texto de Araújo e Mourão (2021, p.4 e 5), uma minoria no quadro levantado, há uma preocupação em debruçar-se em uma análise da totalidade da sociedade capitalista, para compreender as transformações espectrais do mundo do trabalho. Os dados apresentados nos impõem a leitura de uma sociedade marcada e estruturada pelo capitalismo, onde se precariza não somente o uso da força de trabalho como mercadoria, como também a pessoa que trabalha. Os autores reconhecem que o trabalho docente se destaca na intensificação e extensão, tanto pelas inovações técnico-gerenciais, como na forma de legislação do contrato de trabalho.

Os elementos compartilhados por Araújo e Mourão (2021) trazem percepções marxistas sobre a diminuição dos tempos mortos, na medida em que o trabalho docente se torna cada vez mais denso na carga de trabalho. Um dos pontos de destaque dos autores sobre a precarização

do trabalho docente se dá em relação à policompetência, polivalência e flexibilidade, que acaba gerando profissionais insatisfeitos (as) e sobrecarregados (as), devido à intensificação de responsabilidades e prejuízo na capacidade de lecionar.

Como um segundo exemplo, a pesquisa de Albuquerque *et al.* (2018), fundamentada pela teoria marxista, considera que o trabalho docente é uma profissão de risco, por ser uma das mais estressantes na esfera da sociedade capitalista contemporânea. Também demarcam a questão de classe presente no processo educativo, onde os autores explicitam que a grande massa tem acesso à educação superficial.

A carga horária ampliada dos (as) docentes entrevistados (as) pelos autores demonstra a simplificação na formação, tendo seu valor de uso reduzido, pois sua reprodução determina menor tempo de trabalho social. Ou seja, como a educação está flexibilizada, não é fundamental investir na profissão docente, pois ela não necessita mais dominar o conhecimento científico acumulado historicamente pela humanidade. O número de turmas por docente e número de estudantes por turma foram itens identificados na pesquisa como estimulantes da precarização do trabalho docente, assim como a questão da carga horária de trabalho.

Quando a história é rejeitada em conexão com o desenvolvimento do capitalismo, todo o conjunto docente é levado à divisão, à individualidade, à falta de solidariedade e à falta de perspectiva de futuro. Portanto, percebemos a relevância da manutenção da teoria de Marx nos estudos sobre o trabalho docente.

4.2 Análise dos artigos acadêmicos sobre a relação do sofrimento, precarização e resistência no trabalho docente

Este subcapítulo pretende analisar os artigos acadêmicos sobre a relação da precarização, do sofrimento e das lutas e resistências no trabalho docente, para abordarmos a configuração atual do sujeito docente. Reiteramos que nossa análise se orienta pelas seguintes questões: “Como a precarização do trabalho é apresentada nos artigos?”; “Quais as características do sofrimento psíquico para o sujeito social docente nos artigos?”; “Como o processo de sofrimentos do sujeito social docente durante a pandemia é explicitado nos artigos?” e “Como os textos contribuem para lutas e resistências da classe trabalhadora?” A seguir, apresentamos os artigos do *corpus* resultantes dos cruzamentos e das aplicações dos critérios. Esse item se estrutura em quatro subitens, a saber “Dimensões da precarização do trabalho”; “Trabalho docente e sofrimento”; “Lutas e resistências docentes”; e “Novo sujeito social docente?”

4.2.1 Dimensões da precarização do trabalho docente

Para organizar a análise deste tópico, desenvolvemos a tabela abaixo, a fim de indicar a quantidade de textos que se referem às dimensões da precarização do trabalho docente, discutidas no capítulo 1. O material analisado indica que a literatura da área apresenta os enfrentamentos do (a) profissional, em seu cotidiano laboral, como materializações da questão social, em particular, no caso da nossa pesquisa, da relação entre as mutações do trabalho e o sujeito social docente.

Os artigos selecionados indicam a existência de uma literatura significativa sobre este objeto, inclusive abordando especificamente as diversas dimensões dessa precarização, expostas na tabela abaixo. Reiteramos que tal análise busca responder a seguinte pergunta: “Como a precarização do trabalho é apresentada nos artigos?”

Tabela 4 - Número de artigos por dimensão da precarização do trabalho docente no Brasil (2018-2022)

DIMENSÃO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE	NÚMERO DE ARTIGOS (total: ≠ de 22)	PERCENTUAL (TOTAL=22) (total: ≠ de 100%)
FLEXIBILIZAÇÃO	11	50%
TERCEIRIZAÇÃO	2	9%
INFORMALIZAÇÃO	1	5%
PLATAFORMIZAÇÃO	8	36%
UBERIZAÇÃO	4	18%
EMPREENDEDORISMO	2	9%

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Um número significativo de textos trata da flexibilização, o que indica que a profissão docente tem sido afetada por esse fenômeno de forma recorrente e que este conceito tem

condensado a precarização que atravessa o fazer docente. Passaremos, neste ponto, a ilustrar como a flexibilização é tratada nestes artigos, assim como as demais dimensões da precarização docente. Importante ressaltar que há sobreposição dos aspectos em alguns artigos.

Para Gerheim e Castro (2018), um dos artigos de nosso corpus, a flexibilização e verticalização se referem ao aumento de exploração do trabalho docente. Ao mesmo tempo em que essa exploração gera maior precarização, também traz à tona o regime fordista do trabalho e a busca de um outro mais flexível que ameaça a vida desse(a) trabalhador(a). Esses efeitos estão ligados a uma agenda global de educação neoliberal, que pressupõe maior controle docente (com diários eletrônicos e sistemas de gestão empresariais), acúmulo de atividades e aumento da grandeza extensiva e subjetiva da jornada. Os autores discutem, assim, sobre como a gestão empresarial aplicada à educação, os conflitos entre familiares e a organização do trabalho docente contribuem na ação pedagógica do ensino privado, expressões específicas da precarização docente que discutiremos mais adiante. Diante da “flexibilidade, alta performance, gestão de si como capital humano, injunções paradoxais fazem parte, portanto, da nova cultura gerencial que emerge com a doutrina neoliberal nos anos oitenta, orientada pelo livre mercado e pela alta concorrência” (Gerheim e Castro, 2018, p.37).

O pensamento dos autores apresenta concordância com o exposto no capítulo 2, por Abílio (2021a), que interpreta a flexibilização do trabalho como progressiva definição da jornada de trabalho, que visa controlar a produtividade e suprimir cada vez mais os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores. Antunes (2020a) também afirma que a reestruturação produtiva tem sido eficaz para permitir a abolição das condições de trabalho, assim como a extinção da própria classe trabalhadora que atuava sob a lógica do taylorismo / fordismo. Conforme também já discutimos no capítulo anterior, Alves (2021) entende que “trabalho flexível” é aquele em que os trabalhadores e trabalhadoras perdem seus direitos sociais e trabalhistas, impedindo que essas pessoas tenham a possibilidade de obter emprego de qualidade.

A reflexão sobre a terceirização aparece apenas em dois trabalhos. O fenômeno atravessa os estudos de Araújo e Mourão (2021) como uma vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdade sociais, expostas na precarização do trabalho. Utilizando-se da perspectiva materialista histórico-dialética, os autores relacionam o fenômeno da terceirização com a ampliação do desemprego, destruição dos salários e más condições laborais. Assim como demais processos de transformações do trabalho, as terceirizações interferem no mundo e nas relações sociais, portanto afeta também as atividades docentes. Isso acontece quando professoras e professores são contratados (as) para atuarem nos ambientes que, historicamente,

foram ocupados por docentes concursados (as). Há, portanto, uma substituição dos empregos efetivos por empregos mal pagos, inseguros e subempregos, de forma a alterar a configuração das carreiras públicas.

Araújo e Mourão (2021) vão, neste sentido, ao encontro das considerações de Oliveira e Druck (2021), citadas no capítulo 2, que considera a terceirização um fenômeno fundamental, parte importante do modelo toyotista, na nova forma de gerir e organizar o trabalho. A terceirização torna-se, portanto, um método de controle e condicionamento de trabalhadoras e trabalhadores pelo sistema capitalista, a fim de dividir e fragmentar, excluindo-os (as) dos direitos concedidos a outros grupos introduzidos no emprego formal e fazendo-os sentir-se como outra classe, além de promover aumento de trabalho.

Uma terceira dimensão da precarização do trabalho docente é a informalização. Esta perpassa o processo de exploração do trabalho e tem como objetivo principal a acumulação flexível do capital, além de modificar os contratos trabalhistas. O único artigo que trata da temática é o de Sardi e Carvalho (2022, p.4), que discorre sobre a inclusão da figura do tutor ou tutora no processo de ensino e aprendizagem na modalidade Educação à distância (EAD), transformando o (a) docente em mero apoiador (a) da aprendizagem. Ou seja, professoras e professores assumem a função de agentes educacionais, dando auxílio aos (às) estudantes, evidenciando uma nova condição de trabalho. Esse novo formato trabalhista, tira o (a) docente do centro do processo de aprendizagem, permitindo que a tutoria seja apenas uma extensão do trabalho desse (a) profissional. Dessa forma, o trabalho se torna fragmentado, menos autônomo e mais precário, podendo, assim, o trabalhador e a trabalhadora ser substituído (a), seja de forma contratual, seja no uso de sua aula gravada, sem valorização.

As contribuições de Sardi e Carvalho (2022) vão na mesma direção do pensamento de Souza e Trovão (2022), discutido no capítulo 2, onde percebemos que a informalidade tem implicações negativas nas condições de vida, na saúde e segurança dos trabalhadores e trabalhadoras. A informalidade ainda permite jornadas de trabalho ilimitadas, que destroça a saúde mental e física das pessoas em idade de trabalhar.

A despeito do seu caráter relativamente recente, como podemos perceber na tabela acima, tanto a plataformização quanto a uberização parecem ser fenômenos em expansão na realidade do trabalho docente, pois apresentam, se somarmos as ocorrências de ambos, a

presença relevante em 12 artigos. É preciso, ainda, pontuar a intensificação da plataformização do trabalho docente durante o período da pandemia de Covid-19¹³.

Nesta direção, Troitinho *et al.* (2021) sinalizam que o trabalho remoto sobrecarregou professoras e professores, pois, além de terem que lidar de forma obrigatória com as estratégias de ensino remoto emergencial, nem todos (as) tiveram o suporte necessário de formação para o exercício da função com mídias de comunicação. A interação social foi prejudicada durante esse percurso e os (as) profissionais tiveram que se dividir entre o trabalho docente e o doméstico. No artigo, nota-se uma explicitação sobre como o processo de plataformização atravessa o trabalho docente.

As considerações dos autores sobre a sobrecarga de trabalho docente também apontaram que o distanciamento do ambiente escolar exigiu dos (as) professores (as) mais tempo destinado ao preparo das aulas e à correção das atividades. Isto é, o novo cenário educacional obrigou que docentes fossem criativos (as), porém esbarraram na falta de acesso de um número expressivo de estudantes, bem como precariedade da internet e equipamentos tecnológicos. Tais impactos do trabalho pedagógico remoto, mesmo que de forma emergencial, acarretaram mudanças radicais de atendimento docente, precarizando ainda mais suas condições de trabalho.

Lembramos que, no capítulo 1, Alves (2021) aponta, assim como Abílio *et al.* (2021) e Grauman (2020), que a nova essência tecnológica é desproporcional para a classe trabalhadora e pode causar mudanças nas condições salariais. Os autores consideram que a plataformização é uma nova materialidade, decorrente da nova forma de produção do capital. Tal pensamento apresenta consonância com os expostos neste artigo de nosso corpus, de Troitinho *et al.* (2021).

Em relação à uberização docente, o termo “quasi-uberização” é empregado por Venco (2019), pois o trabalho docente da Educação Básica em uma rede pública de ensino difere, em alguns aspectos, das configurações do trabalho uberizado de um modo geral. Por exemplo, docentes não efetivos são contratados (as) de forma temporária ou eventual. Entretanto, se dissemina a mesma noção de liberdade no trabalho, falseando a ideia de autonomia docente, ampliando, conseqüentemente, a carga do trabalho, assim como intensificando-a, de forma a obter maiores rendas para sua sobrevivência. Dada a relativa novidade desta dimensão da precarização, o artigo merece nossa atenção mais aprofundada.

¹³ Uma pesquisa foi realizada sobre o “*Trabalho docente na Uerj em tempos de pandemia*”. O trabalho foi idealizado pela diretoria da ASDUERJ, abarcando professores/as de todos os centros setoriais da universidade, por meio de um questionário on-line auto aplicado, disponibilizado no período de 26 de novembro a 14 de dezembro de 2020. Disponibilizada no link: <https://asduerj.org/na-pandemia-docentes-da-uerj-trabalham-mais-do-que-carga-horaria-contratual-determina-aponta-pesquisa/>

A autora considera que a conjuntura precária do trabalho docente é oriunda do avanço do neoliberalismo e, assim como nossa pesquisa, é o único artigo que se baseia na fundamentação de Dardot e Laval (2016) em diálogo com o viés marxista. As relações sociais coagidas pela competitividade entre pares, leva-os a assumirem condutas individualistas, como empresários (as) de si mesmos (as) (Venco, 2019). Em se tratando dessas relações, o trabalho mostra que diversos (as) docentes percorrem várias escolas em diferentes períodos, com o objetivo de completar sua jornada de trabalho, acabando não participando dos coletivos com seus pares. A autora explica:

Assim, propala-se a imagem de um trabalhador mais qualificado, com a falsa ideia de maior participação no processo de trabalho, uma vez que essa participação é compreendida na organização do trabalho para fins de avaliação de performance, como a contribuição a ser dada pelos trabalhadores para aperfeiçoar a produção. Dessa forma, o conhecimento sobre o processo de trabalho é apropriado pela organização, visando a incorporá-lo à prescrição, e continuamente vislumbrando o aumento da produtividade e a redução da fração do trabalho vivo (Venco, 2019, p.9).

De acordo com a citação, fica nítido que há uma maquiagem no processo de trabalho docente, comandada pela meritocracia neoliberal, de forma que a política de resultados seja algo posta em questão de prioridade. Assim, os direitos trabalhistas docentes ficam em segundo plano, visto que a uberização corrobora com o capitalismo de vigilância, de acordo com o referido por Abílio (2020). O processamento de dados alcança grandes dimensões, possibilitando o mapeamento total do processo produtivo, garantindo alterações na vida cotidiana de trabalhadoras (es) e consumidoras (es).

A pesquisa de Gerheim e Castro (2018, p. 40) trata do empreendedorismo docente como um dispositivo de técnicas que estimulam o desempenho individual. Dessa forma, o conjunto das técnicas têm por objetivo promover a identificação e colaboração com a empresa. No caso, a gestão empresarial empreendedora aplicada à educação compreende uma relação entre a ação pedagógica e a ação empresarial, orientada para a lucratividade e competitividade.

A precarização do trabalho docente aparece em parte do corpus (16 artigos) como um processo contínuo, integral e global das transformações do mundo do trabalho, conforme a tabela a seguir: Nesses artigos, a categoria docente é percebida como indissociável da classe trabalhadora. Em 6 artigos, a questão da precarização apareceu superficialmente, sendo citada apenas, sem considerar a relação com a totalidade do processo de precarização.

Tabela 5 - Número de artigos por tipo de abordagem sobre precarização do trabalho docente no Brasil (2018-2022)

TIPO DE ABORDAGEM SOBRE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE	NÚMERO DE ARTIGOS (TOTAL=22)	PERCENTUAL (TOTAL=100%)
PROCESSO CONTÍNUO	16	70%
SUPERFICIAL	6	30%

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Sobre a parcela de artigos que apresenta a precarização do trabalho docente como um processo contínuo, considerando a totalidade, destacamos o texto de Penteado e Neto (2019) que apontam como as reformas educacionais, assim como a globalização, políticas neoliberais e organismos internacionais vêm produzindo processos de intensificação da precarização do trabalho docente na educação. A respeito de tal fato, os autores chamam a atenção para a necessidade de acrescentar, nas pesquisas, os processos de objetivação dos saberes docentes e da organização do trabalho docente nas relações sociais, pois há um alinhamento da escola à empresa, tanto dos conteúdos, quanto das ações gerenciais. A educação vem sendo tratada como mercadoria, para atender a uma agenda que exige maior eficiência e produtividade do (a) trabalhador (a). Esse aspecto polivalente, flexível e utilitarista enfatiza a pedagogia das competências, agrega controle e regulações que intensificam o trabalho docente e destroem a autonomia dos (as) professores (as).

Na mesma direção, Elias e Navarro (2020) consideram que as transformações do mundo do trabalho são consequências do processo de reestruturação produtiva, que acaba por flexibilizar as relações trabalhistas, permitindo que o (a) trabalhador (a) docente assuma múltiplas funções. A crise atual do capitalismo e sua voracidade na acumulação, traz repercussões em todos os âmbitos da vida em sociedade, evitando o avanço social e ampliando a miséria humana. Nas palavras das autoras:

A atividade docente, especialmente aquela realizada em instituições privadas, verdadeiras empresas educacionais, está submetida às mesmas regras e modos de gestão que existem nas demais empresas capitalistas. Dessa forma, no contexto do capitalismo em crise, se desenha um novo perfil para a educação e o trabalho docente, visando atender às exigências do mercado. O cenário que possibilita atender a essas

demandas se concretiza nas reformas na educação brasileira, em especial naquelas realizadas nas últimas décadas, afetando de forma incontrolável o trabalho dos profissionais que atuam na esfera educacional. Sendo assim, o ensino, de modo geral, e o superior, de forma particular, sofreram e sofrem as mesmas consequências das transformações dos setores produtivos da economia (Elias e Navarro, 2020).

A citação se coaduna com fundamentação desenvolvida no capítulo 2, onde Silva (2020b) demonstra preocupação com a totalidade e evidencia a atual relação entre a precarização do trabalho e o processo de expropriação historicamente vinculado. A atividade docente, especialmente aquela exercida em instituições privadas, está sujeita às mesmas regras e modos de gestão existentes em outras empresas capitalistas. Para tanto, um novo perfil para a educação e trabalho docente está sendo desenhado, visando atender as demandas do mercado. Assim, o cenário que possibilita atender a essas demandas se materializa nas reformas da educação brasileira.

Em contrapartida, seis artigos abordam a questão da precarização do trabalho docente de forma breve. Por exemplo, Martins; Salvador; Luz (2020) tratam a profissão docente como marcadoras de paradoxos. O artigo enfatiza que as condições precárias e de baixa remuneração consistem num processo de desvalorização da profissão, tendo como objetivo ampliar suas atribuições. Os autores não fazem a vinculação da precarização com a totalidade da classe trabalhadora. No mesmo caminho, Machado; Almeida; Dumith (2020) afirmam que a categoria docente está exposta aos riscos e fatores que podem desenvolver estresses diários, devido à organização acadêmica e escolar, de forma que desequilibra as expectativas individuais do profissional em seu cotidiano laboral. Contudo, estes artigos contribuem para a nossa pesquisa, ao demonstrar empiricamente as expressões concretas e específicas da precarização docente, tema sobre o qual nos debruçamos a seguir.

Para organizar os aspectos mais concretos da precarização do trabalho docente, que foram expostos no material selecionado, organizamos o quadro abaixo.

Quadro 3 - Expressões específicas da precarização do trabalho docente no Brasil, segundo a literatura (2018-2022)



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Assim, conforme exposto no quadro acima, a precarização do trabalho docente apresenta expressões concretas específicas, as quais depreendemos da literatura abarcada em nosso corpus. Nosso propósito, a partir deste ponto, é ilustrar tais expressões. Esses elementos compartilhados trazem determinações para os (as) docentes, que para atender às demandas do mercado, se encontram expostos (as) à competitividade e lucratividade com atividades extrapedagógicas, como realização de funções secretariais, observando número de falta de estudantes, contato direto com famílias, individualização das atividades em casos de falta de aluno (a), organização de festas nas turmas, feiras, dentre outras. Isso se transforma em horas extensas de trabalho não-remunerado, além dos recursos tecnológicos serem de responsabilidade dos (as) docentes. A cultura mercantil sobrecarrega professoras e professores, porém, ao mesmo tempo, contraditoriamente, não os (as) incentiva para que realizem capacitações e/ou formações acadêmicas, sem garantir licença para estudos, demonstrando total falta de apoio (Gerheim e Castro, 2018, p. 42). Em relação aos conflitos entre familiares e a organização do trabalho docente, os autores apontam que

Em suma, a fim de se manter no mercado, cada vez mais, a instituição opera e define suas prioridades em função do “cliente rei”, orientando suas ações pedagógicas segundo o imperativo da flexibilidade, que faz do professor um agente de negócios e estabelece suas funções a partir de uma lógica empresarial. Neste quadro, observamos que os professores estabelecem relações precárias e conflituosas com alunos, familiares, instâncias gerenciais (coordenação e direção) e, até mesmo, com seus colegas. Em torno dessas injunções paradoxais, no contexto deste estudo, se determinam uma série de modos de ser e de fazer o trabalho atravessados por sentimentos de profunda depreciação e desvalorização (Gerheim e Castro, 2018, p. 45).

Albuquerque *et al.* (2018) relacionam a precarização do trabalho docente¹⁴ com as novas funções assumidas por esses (as) trabalhadores (as), que estabelecem não transmitir mais o conhecimento historicamente produzido pela humanidade e sistematizado na escola, admitindo uma posição de instrutores (as) e/ou mediadores (as). Dessa forma, seu valor se reduz, já que é necessário menos tempo de trabalho social e mais tempo, principalmente, para garantir sua empregabilidade. Os autores também comprovam que a extensa carga horária semanal e o número elevado de estudantes nas turmas, tanto na Educação Básica, quanto no Ensino Superior, são fatores relevantes na forma precária de trabalho do (a) professor (a).

Os autores sinalizam que o trabalho docente vem sofrendo com a simplificação do processo educativo, já que a transmissão das bases científicas não é mais exigida, afetando, inclusive, a formação docente. Os autores consideram que isso acontece também por falta de regulamentação nas organizações das instituições privadas de ensino. A revisão de literatura e as entrevistas realizadas na pesquisa de Albuquerque (2018) mostraram que a estrutura hoje baseia-se nos interesses dos conglomerados internacionais e nos resultados econômicos, e que a experiência docente está transversalizada por mandatórios administrativos, comerciais e tecnológicos. Além disso, passam por diversos conflitos com a direção escolar, famílias, e muitas vezes, com estudantes.

¹⁴ Albuquerque *et al.* (2018, p.1296) sinalizam que, apesar do trabalho docente do serviço público ser considerado improdutivo, pois não é produtor de mais-valor, está exposto à exploração dos trabalhadores e trabalhadoras que o praticam. Os autores explicam que o Estado paga os serviços públicos com a cobrança e arrecadação dos impostos, que são oriundos da divisão do mais-valor efetuado pelos trabalhos produtivos. Portanto, quanto mais se gasta com os serviços públicos, menor o lucro dos capitalistas. Então, é preciso explorar demasiadamente o trabalhador e a trabalhadora desse setor, para que então se gaste a menor parcela do mais-valor produzido socialmente. Os autores concluíram em sua pesquisa, que o processo de trabalho dos(as) docentes expressam profunda exploração, tanto pela jornada de trabalho (muitas vezes chega a 60 horas), o tempo de deslocamento e do trabalho doméstico, tanto pela intensificação do trabalho, através do número elevado de turmas e/ou número de estudantes por turma.

De fato, quando a precariedade de recursos e de salário se estende para mais escolas, as professoras e os professores sentem-se ainda mais desvalorizados (as) e encontram inúmeras dificuldades para realizar sua função. Dessa forma, a frustração acaba fazendo parte do cotidiano docente. Nesse sentido, de acordo com Souza (2018), visando uma melhor remuneração, docentes atuam em diversas escolas, gerando jornadas duplas, que afetam a vida social, o lazer e o tempo para formação. O autor destaca que as mulheres passam por maiores dificuldades, pois seu tempo disponível fica ainda mais escasso, devido às tarefas domésticas.

Tais aspectos precisam ser considerados, dado o modo romantizado, construído historicamente quanto ao (à) docente ser considerado (a) o (a) profissional que trabalha por amor. Essa questão ainda se perpetua na cultura brasileira, portanto, reafirmar sua formação é algo importante. Dentre os sete artigos que tratam desta questão, Araújo e Mourão (2021) identificam que a precarização do trabalho docente

reduz a qualidade do serviço, pois quanto mais o docente está envolvido com o seu fazer pedagógico (com a produção), de pouco tempo dispõe para pensar o objeto de ensino e torná-lo, com as suas próprias faculdades, mais aprimorado. O trabalho perde a qualidade, pois é realizado sem reflexão, sem planejamento, sem tempo/espço para construí-lo na perspectiva da transformação (Araújo e Mourão, 2021, p.14).

Temos acordo com a perspectiva dos autores, quando afirmam que isso se dá devido à redução do tempo de formação docente. Ou seja, sobra pouco tempo para que o (a) professor (a) se dedique à leitura, pesquisa e extensão, que aprofundariam seu próprio conhecimento. Vale ressaltar, que o empregador, muitas vezes, não garante essa formação em serviço.

Um destaque dado à formação docente no processo de precarização também foi realizado por Simões e Cardoso (2022). Embora o artigo relate que 42% dos entrevistados (as) tenham concluído a pós-graduação, os autores identificaram diversas falhas de articulação escrita, pontuação, acentuação, erros ortográficos e gramaticais em seus registros. Portanto, perceberam que a qualificação fica prejudicada ao longo da carreira.

Vivian *et al.* (2019) discutem a organização do contexto produtivo e suas mudanças e como elas provocam nos (as) profissionais de educação imediatismos resolutivos e aceleração permanente, devido às exigências de produtivismo. Entendemos tratar-se de um processo histórico-dialético que precisa ser analisado à luz da crítica teórico-metodológica para demarcar a formação e atuação do profissional docente.

Venco (2019) contribui quando discorre sobre trabalho não remunerado inerente à demanda docente e como tais atividades são elaboradas além da jornada contratual de trabalho, deteriorando ainda mais as condições laborais e suprimindo os tempos mortos entre as tarefas. A autora também ressalta que outros fatores podem contribuir para essa danificação, como a

idade, condições de saúde e social, origem, nível de formação, vida familiar, lazer, entre outros (Venco, 2019).

Destacam-se, ainda, as ações realizadas para compor aulas síncronas e assíncronas, com o uso das plataformas, sobretudo no período da pandemia de Covid-19. Sem ter formação específica, docentes se viram obrigados (as) à complexidade das ações de gravação e edição de vídeos-aulas, juntamente com o controle das suas chefias, que vinham com muita cobrança e exigência, principalmente nas escolas privadas (Souza *et al.*, 2021).

Os impactos da pandemia na educação brasileira e as soluções propostas pelos setores empresariais para superá-los sugerem tanto o aprofundamento da dualidade educacional¹⁵, quanto a intensificação dos processos de mercantilização da educação, que fundamentam grande parte das políticas públicas atuais.

A ampliação do trabalho remoto domiciliar, as reformas educacionais e as novas formas de contratações temporárias vêm gerando um grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras sem direitos trabalhistas. Um dos trabalhos que se destaca, nesse sentido, é o de Troitinho *et al.* (2021), quando partilham a respeito do processo de implementação do trabalho remoto para a categoria docente, que acabou por sobrecarregar ainda mais esses (as) profissionais, pois precisaram se dividir entre o trabalho docente e o doméstico. Todo esse cenário se deu devido à gravidade da pandemia do novo coronavírus e às exigências do Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE/CP nº 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020). Apesar dos autores reconhecerem a pouca existência de literatura sobre experiências de educação a distância, trazem boas contribuições de outros autores a respeito do assunto:

Além das questões de acesso à internet e outras já apontadas, o ensino remoto emergencial tem revelado fragilidades do ponto de vista pedagógico, ao considerar a falta de formação profissional adequada ao ensino virtual. A situação dos professores não é diferente. O distanciamento do ambiente escolar exige dos professores mais tempo para o preparo das aulas e correção de trabalhos, além de tempo para atendimento individual de alunos por meio eletrônico. Esse novo e inesperado cenário educacional exigiu dos professores e professoras, técnicos educacionais, alunos e alunas, pais, mães ou responsáveis mudanças radicais frente ao uso das tecnologias digitais. Muitos não dominam os recursos tecnológicos ou, quando usam, o fazem com outros fins. No caso específico dos professores, além de tudo, são obrigados a serem criativos na transformação de recursos tecnológicos anteriormente utilizados apenas para se comunicar, como recursos pedagógicos eficazes para o ensino-

¹⁵ Dualidade educacional descrita como falta de acesso às escolas para a maior parte da classe trabalhadora, diretrizes escolares diferenciadas oficiais de oferta para a burguesia e a classe trabalhadora. Na atualidade, democratizaram-se o acesso a todos os níveis de certificação, conservando a diferença qualitativa entre os trajetos da classe trabalhadora e os das classes dominantes (Rummert, Algebaile e Ventura, 2013, p. 72, *apud* Pronko, 2020, p. 123).

aprendizagem, e para além disso, manter o interesse do aluno na aula (Soares 2020, *apud* Troitinho *et al.*, 2021, p.4).

A precarização do trabalho fica nítida na citação e no artigo em geral, como uma questão social que limita as novas formas de exploração produtiva. Essa forma de vender o trabalho piora ainda mais as relações sociais e, conseqüentemente, as relações sociais docentes, tendo em vista que esse princípio decorre das mudanças impostas pelo capital no mundo do trabalho, da redução de postos de trabalho e dos incentivos neoliberais ao empreendedorismo. São mudanças que dizem respeito à organização das formas de produção, como: a automatização que substitui o trabalho humano, a flexibilização das relações industriais, as mudanças nas leis laborais e a economia globalizada.

A exposição reafirma o aumento da carga de trabalho, os conflitos vivenciados com o trabalho doméstico e sobrecarga com atividades de novo tipo. Outro aspecto importante é o conceito de desidentificação, tido como característica fundamental do processo de precarização do trabalho docente atual. Isto é, houve um impacto do trabalho remoto para os (as) docentes que teve como resultado uma mudança na identidade, onde professoras e professores precisaram aprender edições e gerenciamentos de redes sociais, vídeos, que não se aplicavam anteriormente à atividade docente (Troitinho *et al.*, 2021, p.16).

Ao investigar a remodelagem da docência no período pandêmico, Pinho *et al.* (2021) constataram que as professoras foram as mais afetadas pelas novas organizações do trabalho docente. Isso ocorreu devido à responsabilidade pelas atividades familiares e domésticas, ocasionando sobrecarga dupla de trabalho. Mais da metade das pessoas entrevistadas (de um total de 1.444 docentes) relataram alterações no contrato trabalhista, apenas 40,8% demonstraram satisfação com sua capacidade laboral e 76% sinalizaram aumento da insegurança e medo de sofrer demissão.

Pinho *et al.* (2021, p.7) descrevem as características do ambiente para o trabalho remoto vivenciado pelos (as) docentes. As autoras expõem que a maioria dos (as) professores (as) entrevistados (as) não possuíam espaço físico e mobiliário adequados. Também relataram que não tinham internet banda larga adequada, e apontaram inúmeras dificuldades para conciliar atividades cotidianas e atividades laborais. A maioria também descreveu que teve dificuldade no planejamento e execução das atividades remotas, na comunicação com estudantes e no uso das ferramentas de ensino. Reiteraram, o que já foi mencionado anteriormente, que as mulheres concentram a maior responsabilidade pelas atividades domésticas, familiares, ocasionando maior sobrecarga de trabalho.

De fato, professoras e professores, ainda que já tenham retomado o trabalho presencial, depois de alguns meses em isolamento social, permanecem reféns das atividades remotas, seja em contato com responsáveis, estudantes ou equipe de trabalho. O acúmulo das tarefas se tornou rotineiro na medida em que docentes precisam administrar o trabalho cotidiano nas escolas e universidades, o trabalho doméstico e familiar e o trabalho remoto mantido, seja para a formação ou para a interação social.

Em suma, a partir da análise deste tópico, podemos concluir dois pontos. Em primeiro lugar, as formas assumidas pelo trabalho docente na atualidade demonstram estar inseridas nas transformações mais amplas do movimento do capital, na busca por sua perpetuação. Em segundo lugar, por outro lado, considerando que a classe trabalhadora é múltipla e heterogênea, conforme discutido no tópico 2.1, submetendo-se, assim, a diferentes horários de trabalho, formas de remuneração e diferentes relações de trabalho, devemos estar atentos (as) às suas especificidades, pois o processo de precarização se relaciona com as formas de heterogeneidade¹⁶.

Em outras palavras, o trabalho docente é indissociável das relações sociais capitalistas, assim como das mudanças do mundo do trabalho que criam flexibilidade, trabalho temporário e demais padrões de trabalho irregulares; contudo, conforme explorado neste tópico, a partir da literatura levantada, a precarização encontra expressões específicas no trabalho docente, cuja compreensão se torna fundamental para a análise das formas de sofrimento e de luta e resistência.

4.2.2 Trabalho docente e sofrimento

Para iniciarmos esse tópico, nos baseamos na seguinte questão: “Quais são as características do sofrimento psíquico para o sujeito social docente?”. A temática “trabalho docente e sofrimento” apareceu de forma expressiva em 21 artigos. Em 2 artigos (13%) foi apenas citada, sem contribuir com informações relevantes para o nosso objeto de estudo. O item tratará dos efeitos e tipos deste sofrimento e como os artigos fazem um vínculo direto entre este sofrimento e a precarização do trabalho docente. O quadro abaixo ilustra tais efeitos e tipos de sofrimentos.

¹⁶ Heterogeneidade essa que se refere às diferenciações entre a educação pública e privada, aos níveis de escolaridade, ensino, segmentos e modalidades.

Figura 11 - Efeitos e tipos de sofrimento da precarização do trabalho docente no Brasil, segundo a literatura (2018-2022)

INDECISÃO	FADIGA	ALTERAÇÕES DE HUMOR	DISTÚRBIOS DO SONO	INSATISFAÇÃO
SENTIMENTOS DE SOLIDÃO	SENTIMENTOS DE ISOLAMENTO	PREOCUPAÇÃO EXCESSIVA	SENTIMENTOS DE TRISTEZA	ANGÚSTIA
ESGOTAMENTO FÍSICO E EMOCIONAL	LESÕES POR ESFORÇO REPETITIVO	ANSIEDADE	DORES DE CABEÇA	CULPA
INSÔNIA	DEPRESSÃO	TENSÃO	SUBMISSÃO	DESGASTE
SÍNDROME DE BURNOUT	PROBLEMAS COM A VOZ	MEDOS/FOBIAS	OBEDIÊNCIA	FRUSTRAÇÃO
GANHO DE PESO	SÍNDROME DO PÂNICO	NEUROSES	PERDA DE PROPÓSITO PROFISSIONAL	IRRITABILIDADE
HIPERTENSÃO	CARDIOPATIAS	AUTOMEDICAÇÃO	SONOLÊNCIA	ESTRESSE CRÔNICO
RAIVA	NERVOSISMO	TONTURA	TAQUICARDIA	SUDORESE
ALTERAÇÕES DE HUMOR	PERDA DE APETITE	PROBLEMAS DE MEMÓRIA	PERDA DE APETITE	TREMORES

Fonte: elaborada pela autora, 2023.

Nossa discussão dos artigos se inicia com a observação de que o sofrimento no ensino de nível superior é uma temática relevante, sobre a qual destacamos alguns exemplos no nosso levantamento. Ferreira e Menezes (2021) discorrem que os sofrimentos e o adoecimento psíquico são consequências da atividade laboral docente no Ensino Superior, que produz caminhos dolorosos para essa categoria. As autoras salientam que as materializações do sofrimento docente provocam a necessidade de reconhecermos a relação do trabalho docente para compreendermos o (a) professor (a) universitário e como tais trabalhadores (as) atuam com inadequadas condições de trabalho. Para os autores,

A classe 5 (inconformidades, angústias e adoecimento) mostra as dores e respostas do professor ao sofrimento, ao peso das relações competitivas e às frustrações no processo de trabalho. Nesse sentido, o sinuoso processo que fere psiquicamente e faz sofrer é também aquele no qual o professor universitário encontra, na vertente assertiva da docência, força para continuar. A vivência desse conflito mostra-se inevitável, não só pelas atuais exigências da função, mas, principalmente, pela própria estruturação do trabalho docente (Ferreira e Menezes, 2021, p.5).

Na citação acima, verificamos que as autoras discutem sobre o sofrimento de forma a relacioná-lo com as condições trabalhistas. Apesar de não considerarem o materialismo histórico-dialético como fundamentação para a relação entre precarização do trabalho e sofrimento docente, apontam que as mudanças sociais e educacionais influenciam e modificam

a atuação desse (a) profissional. Fazem apontamentos sobre o tempo de trabalho imaterial e sobre como esse tempo influencia na formação e na construção da carreira docente.

Encontramos, assim, na pesquisa exposta no artigo de Ferreira e Menezes (2021), a discussão sobre a carreira docente nas universidades públicas e privadas e manifestações do sofrimento. Em uma das entrevistas expostas na metodologia do artigo, o (a) docente relata que avalia o trabalho acadêmico como neurótico e considera a universidade como um lugar muito competitivo, porém reitera que é um lugar poderoso e complexo (Ferreira e Menezes, 2021, p.6). Os autores explicam que

Essa classe (coisificação do trabalho), além de mostrar obstáculos e contratempos materiais e administrativos que permeiam o realizar da docência no cotidiano, aponta para a rotinização da atividade. Nessa realidade, o professor exerce seu labor na educação e na pesquisa, estrutura prazos e cronogramas demarcando dias, semanas e turnos, quase vivendo no futuro e pouco vivenciando o presente. Além disso, é importante ressaltar que não é incomum o professor acumular as funções docentes com algum tipo de chefia ou coordenação. Ou seja, o exercício da função docente não se dá apenas para a elaboração educativa e pesquisa, mas concorre com temas da burocracia acadêmica que coisificam e consomem o professor universitário (Ferreira e Menezes, 2021, p.7).

A citação reforça o que estamos compartilhando neste trabalho sobre as transmutações vividas pelas trabalhadoras e trabalhadores, em que o capital se utiliza para aumentar os lucros ao incorporar mais riqueza a esse sistema de dominação. As autoras pesquisaram docentes que tinham diferentes tipos de contratos de trabalho: horistas, regime de 40 horas e dedicação exclusiva. Porém, não abordaram a totalidade do processo, ainda que apontassem uma das contradições do trabalho docente.

Na mesma direção de Ferreira e Menezes (2021), Vivian *et al.* (2019) reconhecem que esses aspectos, juntamente com a necessidade de resposta à mobilização emocional, influenciam a saúde e qualidade de vida dos (as) docentes que atuam no ensino superior. Todas as exigências já descritas no item anterior despertam sentimentos de sofrimentos, incertezas e angústias nesses (as) profissionais. De acordo com os autores, a interação do sujeito com a organização do trabalho se dá como maneira primordial de despertar tanto o prazer quanto a insatisfação. Quando há algum desequilíbrio nessa relação, surge o sofrimento psíquico, oriundo de intenso desgaste físico e emocional.

Ainda sobre os sofrimentos no ensino superior, as condições precárias de trabalho subsidiam riscos à saúde do (a) trabalhador (s) docente. Tais riscos são efeitos de um processo de reestruturação produtiva, como apontam Elias e Navarro (2019). Um fenômeno que modifica a organização do trabalho, envolvendo o uso de tecnologias, priorizando o mercado e maximizando os lucros. Com a interferência dessa lógica nas relações trabalhistas, o poder

gerencialista afeta diretamente a psique, estimulando que docentes se identifiquem com os objetivos da organização e, dessa forma, associem trabalho e identidade.

Como a educação foi incorporada ao capital e, hoje, tem a função de sustentar o mercado e nutri-lo de mão de obra especializada, ela passou a ser um campo de atuação do capitalismo parasitário que desqualifica para lucrar. Assim, trabalhadoras (es) da educação sofrem com as consequências da perda de sentido da sua função, despontando em seus corpos e psiquismo os efeitos desse sistema desumano (Elias e Navarro, 2019, p.52). As autoras complementam:

Os resultados desta investigação confirmaram a premissa de que a atividade docente também está sendo afetada pelas mudanças no mundo do trabalho que atingem todas as categorias de trabalhadores. Sobretudo, aquela desenvolvida nas Instituições de Ensino Superior Privadas, onde se observou um quadro em que as condições de trabalho se apresentam cada vez mais precarizadas e intensificadas (Elias e Navarro, 2019, p.55).

É possível perceber que o modo de gerenciamento do trabalho utiliza ameaças e extrema pressão sobre os (as) profissionais da educação superior. Produz-se, portanto, um conjunto de trabalhadoras e trabalhadores contidos (as). Isto significa dizer que, em vários casos, as violências são relativizadas, passando a fazer parte do cotidiano laboral. E o tempo para descanso e lazer são substituídos pela realização de tarefas descontínuas. Da mesma forma acontece na educação básica.

Outra materialização da expressão do sofrimento docente incide na medicalização. Vivian *et al.* (2019), referem que o consumo dos medicamentos psicotrópicos, muitas vezes, rege a vida de professoras e professores, disfarçando as tensões advindas do ambiente laboral. Por fim, a medicalização desqualifica o sofrimento mental, impedindo que profissionais reconheçam que tais substâncias escondem as implicações e incômodos causados pelas experiências no trabalho.

Alguns artigos sobre ensino superior tematizam, portanto, a questão da medicação e da automedicação. O já mencionado artigo de Penteado e Neto (2019, p.145) afirma, na mesma direção, que o s(as) docentes só procuram por ajuda profissional médica quando chegam ao limite de suas forças, fazendo com que o processo de automedicação e medicalização se intensifiquem. Ou seja, a readaptação funcional carece de atenção, para que assim o absenteísmo (afastamento das atividades docentes) e o presenteísmo (trabalho exercido mediante situações de sofrimento/adoecimento, por vezes à base de automedicação) sejam identificados e questionados.

Um sofrimento relevante nos artigos estudados é a síndrome de burnout e suas manifestações. De acordo com Ferreira e Pezuk (2021, p.486), as condições trabalhistas, os

conflitos interpessoais e o mau uso do tempo causam um estado máximo de esgotamento mental e físico. A esse estado se referem à síndrome de Burnout como uma condição tridimensional de fatores relacionados às atividades de trabalho e geradores da crise de sentimentos, frustração em relação ao sentido de produção e desempenho e perda de propósito profissional. Apesar da síndrome ainda não ser reconhecida como doença na publicação do artigo em questão¹⁷, as autoras destacam que há maior vulnerabilidade das professoras ao esgotamento mental, afetando a qualidade de vida dessas mulheres. Há elementos como culpa e desgaste, sobretudo quando integram a docência e a maternidade com filhos menores de 12 anos de idade, devido à sobrecarga de tarefas (domésticas e escolares).

Na mesma direção, as autoras, Simões e Cardoso (2022), compartilham a respeito do esgotamento profissional, relacionando-o com a síndrome de Burnout. Consideram que professoras e professores são vulneráveis a esse agravo relacionado diretamente ao trabalho. Sinalizam que identificaram poucos trabalhos que tratam sobre a saúde mental dos (as) docentes da cidade de São Paulo. A pesquisa foi direcionada para professores (as) indicados à psicoterapia, que procuraram um determinado ambulatório de saúde mental em 2014.

Como já mencionado, a maior parte dos (as) participantes das pesquisas analisadas por Simões e Cardoso (2022) foi de mulheres, tema ao qual retornaremos mais abaixo. A amostra indicou que 26,9% apresentaram esgotamento profissional grave. As autoras identificaram que o esgotamento está ligado às violências sofridas (mais da metade sofreu algum tipo de agressão) em algum momento na escola, às questões interpessoais e aos fatores estruturais e organizacionais do trabalho. Também identificaram que o barulho na sala de aula e no espaço escolar, a percepção de não participação nas atividades organizativas e decisões institucionais também causam intenso incômodo aos professores e professoras (Simões e Cardoso, 2022, p.1042-1043).

Em contrapartida, a pesquisa de Simões e Cardoso (2022) apontou que os (as) docentes participantes, que tinham mais de 25 anos de carreira, apresentaram menos esgotamento profissional. As autoras compararam os dados com professores (as) que tinham menos tempo de carreira e, contraditoriamente, compreenderam que as relações entre o esgotamento profissional e as questões ocupacionais podem mostrar maior ou menor associação. Ao mesmo

¹⁷ A Organização Mundial da Saúde (OMS) incluiu o transtorno, pela primeira vez, na Classificação Internacional de Doenças, que lista enfermidades e estatísticas de saúde que serão prevalentes nos próximos. que serão prevalentes nos próximos anos. A OMS descreve o burnout como “uma síndrome resultante de um stress crônico no trabalho que não foi administrado com êxito”, a partir de 1º de janeiro de 2022.

tempo, há uma preocupação com os dados sobre o esgotamento entre docentes com pouco tempo de carreira, que fizeram com que as autoras refletissem, inclusive, o abandono da profissão. Outro dado relevante é o fato de 33,3% dos (as) docentes estarem atuando, mesmo com tempo para se aposentarem. As autoras observaram que a resiliência desses (as) profissionais contribui para que isso aconteça. Além de demonstrarem resiliência aos obstáculos de suas carreiras, as pessoas seguem burlando os agravos da saúde mental, reconhecido, no texto, como fenômeno da sobrevivência¹⁸.

Ainda sobre burnout, D'Oliveira *et al.* (2020) traz traços dos sofrimentos, como efeitos das novas configurações trabalhistas nas universidades. Devido à extensa demanda com atividades de pesquisa, inúmeras orientações, reuniões e do número reduzido de docentes, as pessoas entrevistadas relataram que negligenciam o cuidado com a saúde, pois não têm quem os (as) substitua na ausência por licença para tratamento. Assim, trabalharam, em algum momento, com algum problema de saúde. Nessa perspectiva, o presenteísmo é citado como o fenômeno comum na docência, que faz com que professoras e professores exerçam suas funções, ainda que com limitações, estando afetados (as) por questões de saúde. Percebe-se que tal feito prejudica a qualidade de ensino e apresenta riscos de agravamento das indisposições apresentadas. O compartilhado pelas autoras descreve que toda essa jornada de trabalho desgasta a energia psicossomática dos (as) docentes e identifica que a síndrome de Burnout pode ser o resultado de toda essa tensão do trabalho (D'Oliveira *et al.*, 2020, p.4).

Complementando a temática do burnout, Ribeiro *et al.* (2022), verificaram a associação entre violência laboral e a síndrome de Burnout em 200 professoras e professores do Ensino Fundamental e Médio de um município paranaense. As autoras mostram que, quanto maior a ocorrência de violência verbal ou física, maior será a exaustão emocional e de despersonalização sofrida pelos (as) docentes, podendo, assim, desenvolver a síndrome de burnout. Elas avançam e descrevem que tal aspecto atrapalha o desenvolvimento das atividades profissionais, ocasionando sentimento de frustração. No estudo, foi identificado que 71,5% dos (as) docentes participantes sofreram violência verbal, corroborando com outros dados da literatura nacional, investigados pelas autoras. As consequências para a saúde física e mental foram percebidas, assim como as dificuldades que encontram na atividade de lecionar, sentindo-se em constante ameaça. Nesse sentido, o bem-estar psicológico fica comprometido (Ribeiro *et al.*, 2022).

¹⁸ De acordo com Simões e Cardoso (2022, p. 1044), o “o termo sobrevivente designa um tipo especial de trabalhador, significa que para cada sobrevivente muitos outros trabalhadores deixaram suas funções”.

De acordo com a pesquisa de Ribeiro *et al.* (2022), diante do que já foi exposto sobre a intensificação do trabalho para as professoras, ficou evidente que os dados apontaram que mulheres sofrem maior exaustão emocional e apresentam menor sentimento de realização profissional, do que os homens. Ou seja, os trabalhos apontaram maiores indicativos para síndrome de Burnout neste grupo.

Um último exemplo de burnout encontramos em Dias e Silva (2020). O trabalho de Dias e Silva (2020) investigou na literatura e percebeu que o surgimento das novas tecnologias, a desorganização das salas de aula e a necessidade que o (a) professor (a) tem de estar em constante formação, facilita o aparecimento de transtornos mentais e psíquicos. O estresse laboral tem sido um problema global que afeta e afasta diversos (as) trabalhadores (as) de suas funções, e isso não é diferente para a categoria docente do Brasil. Diferentemente dos demais trabalhos, Dias e Silva (2020) trazem dados de que a síndrome de Burnout esteve mais próxima do sexo masculino. Suas pesquisas apontaram que os professores estão mais suscetíveis aos riscos químicos e físicos, enquanto as professoras ficam mais vulneráveis aos riscos psicossociais. Porém, ambos sentem dificuldades para identificar a síndrome, confundindo-a, muitas vezes, com depressão e costumam demorar para iniciarem o tratamento. Os autores destacam que, devido às pressões de masculinidade, os homens demoram um pouco mais para conseguirem o diagnóstico.

Por conseguinte, verifica-se a importância de sinalizar a depressão, ao lado do burnout, como uma segunda manifestação do sofrimento psíquico docente, como a causa mais frequente de incapacitação profissional. Ela é apontada como uma epidemia que afetará, em breve, o conjunto das pessoas mundialmente. Machado; Almeida; Dumith (2020, p.74) citam dados do Brasil, que apontam que 28% da população, em média, será acometida com algum tipo de depressão em algum período da vida, mesmo que os sintomas apareçam de forma velada. O artigo é apresentado como resultado da coleta de informações realizada em uma universidade federal. Há um acréscimo dos autores em relação às condições precárias que docentes brasileiros (as) vivenciam, causando-lhes adoecimentos físicos e psíquicos. Esse texto merece a nossa atenção, pois nele se expressa a maior incidência de depressão em docentes fumantes e em mulheres. Em relação ao grupo feminino, ficou demonstrado que a condição atinge o dobro de professoras, em relação aos professores, afetando a qualidade de vida. Os autores citaram outras pesquisas que apontaram a mesma relação, pois as mulheres costumam avaliar negativamente suas questões de saúde. O resultado do trabalho mostrou que de cada 16 docentes, uma recebeu diagnóstico clínico de depressão. Tal conclusão clínica é considerada

um fator de risco para o uso abusivo de drogas. A amostra contou com 270 docentes, porém, os autores avaliaram que houve baixa adesão na pesquisa, e complementam:

É provável que, se a taxa de resposta fosse maior, as associações encontradas fossem mais fortes, pois se supõe que o perfil da saúde dos professores que não quiseram participar do estudo seja desfavorável. Isto é, os docentes que não preencheram o questionário provavelmente apresentariam maior prevalência de depressão, assim como menores escores de qualidade de vida. Outra possível limitação consiste no modo como a depressão foi pesquisada. Foi realizada apenas uma pergunta (“Algum médico já disse que o (a) Sr. (a) tem depressão?”) o que pode ter subestimado alguns casos, como aqueles em que orientação médica não foi procurada (Machado; Almeida; Dumith, 2020, p.80)

Nesta perspectiva, encontramos na citação acima a reflexão que os autores suscitam em relação à não-participação dos(as) docentes em relação ao aumento da incidência de depressão na carreira em questão. Temos acordo, quando sinalizam, ainda, que o estudo foi inovador, observando a temática de forma direta com professoras e professores. O alerta que fazem a respeito do tema, diz respeito à diminuição da produtividade no trabalho, que as pessoas afetadas podem vivenciar em seu ambiente laboral (Machado; Almeida; Dumith, 2020).

Sobre sofrimento e coronavírus (pandemia), segundo Ferrari (2023), recentemente a Organização Mundial da Saúde (OMS), declarou o fim da emergência de saúde pública (PHEIC, na sigla em inglês) da pandemia do coronavírus no planeta. Entretanto, nosso trabalho visa analisar como as questões sobre trabalho docente e sofrimento foram abordadas nesse período. Para tanto, utilizamos a orientação da reflexão: “Como o processo de sofrimentos do sujeito social docente durante a pandemia é explicitado nos artigos?”

Encontramos um número ínfimo de artigos que tratam sobre a pandemia de Covid-19 (2020), pois os demais trabalhos abordam pesquisas realizadas anteriormente a esse período e/ou não trataram de tal temática. Dos 22 textos selecionados, identificamos apenas 3 artigos (14%) que tratam do período pandêmico. Troitinho *et al.* (2021) foca no período pandêmico e traz elementos fundamentais sobre o agravamento dos impactos da saúde mental de professoras e professores da Educação Básica no Brasil. Pinho *et al.* (2021) aponta elementos do trabalho docente e saúde, trazendo dados relevantes sobre todos os níveis da educação da rede particular da Bahia no período da pandemia. Por fim, Sardi e Carvalho (2022) cita sutilmente o período pandêmico, somente como momento de intensificação das problemáticas já existentes na carreira docente, assinalando como que, no período, as atividades remotas docentes exacerbaram o trabalho de professoras e professores, o transformando em rotina, porém, não trata de sofrimentos.

Os estudos de Troitinho *et al.* (2021) mostram que durante as atividades remotas, os (as) docentes apresentaram inúmeros sofrimentos. A discussão sobre a pesquisa trouxe contribuições consideráveis:

A experiência do trabalho remoto produziu elevação em todas as variáveis independentes, incluindo sentimentos de ansiedade (caracterizado, no IDATE, por fadiga, preocupação excessiva, indecisão e sentimentos de tristeza), afeto negativo (caracterizado por sentimentos de angústia, insatisfação e medo) e estresse percebido (sentimentos e cognições de um indivíduo sobre quanto estresse está sofrendo). Esses efeitos também são corroborados pela análise qualitativa, em que a categoria de segunda ordem *Dimensão afetiva* é uma das mais referidas (Troitinho *et al.*, 2021, p.15).

Portanto, torna-se possível afirmar que se soma ao processo de precarização do trabalho docente habitualmente, e intensificado durante a pandemia, a instauração de novos sofrimentos, como sentimentos de solidão e isolamento, gerados pela ausência de convivência com os colegas de profissão. O mal-estar docente na Educação Básica se apresenta no cenário de mudança da prática pedagógica, devido às transformações sociais e econômicas contemporâneas (Troitinho *et al.*, 2021).

Os dados apresentados tornam-se pertinentes à medida em que demonstram a existência de uma categoria, denominada *Dimensão afetiva* pelos autores. Perceberam que tal categoria foi a mais saturada entre os (as) participantes. Observaram que a experiência com o trabalho remoto impactou professores e professoras da Educação Básica de todo o Brasil. Com toda a sobrecarga anterior e as novas demandas do trabalho docente (por exemplo: produção de conteúdo virtual, edições de vídeos), acarretaram níveis elevados de sofrimento (Troitinho *et al.*, 2021, p.14).

Um dado relevante da pesquisa é que mostrou como esses efeitos psíquicos foram percebidos pela categoria docente. O estudo também confirmou que as professoras apresentaram maiores sinais de sofrimento do que os professores. Em outras palavras, as atribuições domésticas e familiares associadas ao trabalho docente remoto impetraram maior atenção dessas trabalhadoras, potencializando o estresse das tarefas. Elas ainda tinham que impor a presença do teletrabalho de forma a operacionalizar sua residência. Para amenizar os impactos causados pelo trabalho remoto, os autores sugerem que sua organização contenha treinamentos e uma reconfiguração que minimize os efeitos da telepresença. E afirmam que, caso isso não ocorra, o trabalho remoto sempre será uma acentuada causa do sofrimento psicológico para as professoras e professores.

Na mesma direção, o artigo compartilhado por Pinho *et al.* (2021), elucida que a remodelagem do trabalho para docentes da rede particular da Bahia, em todos os níveis de

ensino, durante o período da pandemia de Covid-19, produziu consequências negativas significativas à saúde física e mental dos (as) docentes. Mais uma vez, o trabalho demonstrou que as mulheres apresentaram maiores índices de sofrimentos, se comparados ao período anterior à pandemia. A contaminação pelo coronavírus foi outro agravante para as condições de saúde da categoria. Os dados apontaram que o diagnóstico de covid-19 teve maior incidência nos professores.

Em vista disso, os autores apontam que a saúde mental, inclusive com alterações no sono, foi mais agravada para docentes da Educação Infantil e Fundamental, prevalecendo os maiores níveis em trabalhadoras (es) que tinham alta sobrecarga doméstica, medo do desemprego e quem não estava apto (a) para usar as ferramentas digitais. Para esse último fator, destaca-se o conceito de “tecnoestresse”, que foi proposto na década de 1980 para explicar uma enfermidade de adaptação decorrente da baixa habilidade para lidar, de maneira agradável, com as novas tecnologias (Pinho *et al.*, 2021, p.11).

A investigação das pesquisas mostrou professoras e professores exaustos (as) e adoecidos (as), ao mesmo tempo que sustentam um discurso de identificação com suas funções, permitindo que sejam agentes do próprio sofrimento. A princípio, não se sentiam adoecidos (as), porém, ao serem questionados (as), durante a pesquisa, sobre adoecimentos, os (as) profissionais relataram apresentar diversos sintomas. Após os relatos, ficaram surpreendidos (as) e notaram que, contraditoriamente, negavam os adoecimentos (Elias e Navarro, 2019, p. 57). Portanto, nota-se que, inúmeras vezes, os (as) profissionais não reconhecem o sofrimento laboral.

Retomamos Antunes e Praun (2020), sobre a reflexão das condições de sofrimento presentes na cadeia produtiva. Isso é demonstrado através das práticas flexíveis, robotizadas, polivalentes e multifuncionais, além de estar associado a processos de gestão que exercem pressão psicológica sobre os assalariados para obter a produtividade necessária no trabalho. As relações de trabalho afetam diretamente a vida pessoal dos sujeitos sociais, porque precisam criar uma estratégia para se adaptar às necessidades das atividades laborais.

Desse modo, corroborando com o que foi exposto até aqui, acreditamos que a individualização da questão dos sofrimentos psíquicos docentes não é explicação socialmente suficiente. Portanto, de acordo com as contribuições de Dardot e Laval (2016), a estrutura de patologia e medicalização está diretamente ligada à dimensão da dignidade da autoestima e do reconhecimento, exigida pelo discurso neoliberal. Decerto, a ligação entre instituição e sujeito torna-se um fenômeno importante, pois formula o ideal de identidade, fazendo com que as pessoas duvidem de seu próprio valor.

Dessa forma, é importante considerar o cenário laboral vivenciado pela categoria e suas dimensões transformadoras. Para isso, no próximo tópico, trataremos das lutas e resistências, e como elas podem contribuir com o debate sobre todas as questões que afligem o sujeito social docente.

4.2.3 Lutas e resistências docentes

Além das materializações da questão social apresentadas, as produções acadêmicas analisadas tratam das lutas e resistências docentes. Neste tópico, buscamos responder ao questionamento: “Como os textos contribuem para lutas e resistências da classe trabalhadora?”

Notamos que todos os artigos selecionados, abordam, de alguma forma, as lutas e resistências da classe trabalhadora, ainda que uma minoria aponte para uma organização coletiva. Nesse sentido, a maior parte dos artigos analisados compartilha formas de lutas e resistências individuais ou relacionadas, apenas, às investigações acadêmicas. Inicialmente, revisaremos artigos que tratam das lutas e resistências coletivas. Posteriormente, o enfoque será nos artigos que abordam as lutas mais individualizadas e acadêmicas.

Tabela 6 - Tipos de resistência ao sofrimento docente,
a partir da literatura (2018-2022)

TIPO DE ORGANIZAÇÃO	NÚMERO DE ARTIGOS (TOTAL=22)	PERCENTUAL (TOTAL=100%)
ORGANIZAÇÃO COLETIVA	4	18%
RESISTÊNCIA INDIVIDUAL E ACADÊMICA	18	81%

Fonte: elaborada pela autora (2023).

Pretende-se, neste momento, discutir 4 artigos que apontam a organização coletiva como luta. Albuquerque *et al.* (2018) realizaram a pesquisa em parceria com o sindicato, demonstrando interesse no importante instrumento em defesa da classe trabalhadora. Os autores sinalizam sobre parte da jornada do trabalho docente ser realizada com atividades de preparo

das aulas, correção de avaliações, entre outras. Essa possibilidade vem sendo conquistada paulatinamente pela categoria, porém com muito desgaste, em razão dos conflitos com os gestores estaduais que implementam a lógica produtivista nas relações entre os (as) servidores (as), visando maior produtividade. Apontam para o caminho de ação na estrutura social, já que é ela que determina os processos particulares da vida dessa categoria. E complementam:

O enfrentamento consistente dos problemas advindos do trabalho docente requer a identificação dos processos protetores e destrutivos da saúde desses profissionais, para o combate do que é deletério e o fomento do que é protetor. Tais ações, de prevenção e promoção da saúde, exigem, ao mesmo tempo, que se tenha como horizonte a intervenção na estrutura social, que é aquela que determina, em última instância, a ocorrência dos processos particulares da vida desse grupo de trabalhadores, que determinam, por sua vez, os processos individuais de saúde e doença expressos nos corpos dos professores (Albuquerque *et al.*, 2018, p.1297).

De acordo com a citação, a literatura vem refletindo sobre como surgem as novas formas de exploração do sistema capitalista, e como os trabalhadores e trabalhadoras desenvolvem a capacidade de criar formas de resistência contra a sua própria condição, destacando a saúde que voltou a ser o centro dos debates em suas organizações, exigindo que elas apontem caminhos às adversidades impostas ao trabalho docente no contexto atual.

As contribuições de Albuquerque *et al.* (2018) destacam que a importância das conquistas históricas da categoria docente, têm sido garantidas, com intenso enfrentamento combativo com os gestores da educação. Todas as lutas, inclusive a que garante a possibilidade de realizar atividades de planejamento docente durante a jornada laboral, têm sido alcançadas, continuamente, com muitos desgastes. Todos os problemas oriundos do trabalho docente demandam resistência constante, de modo a garantir proteção à saúde dos (as) profissionais da educação. Concomitante, se faz necessária a intervenção na estrutura social, já que é ela que origina a ocorrência de tais problemas, influenciando os processos individuais de saúde e doença expressos nos corpos docentes. Agir somente em prol do comportamento das pessoas é tratar, exclusivamente, a consequência e não a causa central da situação, que advém das determinações do sistema capitalista (Albuquerque *et al.*, 2018, p.1297).

Potencializar a dimensão coletiva e superar a base individualista de ação é tarefa necessária. De acordo com Penteado e Neto (2019), é preciso trabalhar de forma colaborativa, constituindo relações de confiança entre os pares, objetivando valorizar a construção de uma verdadeira formação profissional. Os autores explicam que, dessa forma, a resistência às novas formas de trabalho docente se faz possível através da articulação entre as pessoas, recursos e

coletivos de trabalho. Essa mobilização coletiva, portanto, ergue uma grandeza social e simbólica de colaboração, incluindo, sobretudo, a reflexão sobre o processo saúde-doença-cuidado. Os pesquisadores destacam a importância da participação docente nos processos de elaboração e implementação das políticas públicas de educação e saúde. É preciso progredir nas abordagens interdisciplinares, levando em consideração os aspectos que interferem na formação docente, nas condições e organização do trabalho e que moldam o projeto de profissionalização do ensino (Penteado e Neto, 2019, p.150).

A discussão sobre formação docente também é rica, visto que pode ser considerada como estratégia que fortalece o desenvolvimento profissional e o projeto de profissionalização docente. Penteado e Neto (2019) apontam que a formação de professoras e professores deve ser vista como uma concepção permanente, como forma de resistência, desde a inicial até a formação continuada e em serviço. Devem, também, segundo os autores, contemplar as particularidades de cada etapa histórica da carreira docente, avaliando o contexto histórico, cultural, organizacional e institucional.

Nesse sentido, a educação voltada para a cidadania é mostrada como forma de luta e resistência no texto de Alves *et al.* (2022). O que fica explícito no artigo é que a crítica se direciona para o resgate da política pública que dialogue com um espaço escolar mais solidário. Uma escola que desenvolva atividades para o exercício dos direitos humanos e cultura, que seja crítica, humanizadora e emancipadora. As autoras apresentam propostas de reflexão sobre as políticas públicas que responsabilizam a gestão pública e social. Como estratégia de luta e resistência, refletem sobre a necessidade de mudança global na sociedade. Defendem que as pessoas sejam respeitadas igualmente, sem distinção de origem, orientação sexual ou gênero.

A maioria dos artigos trouxe apontamentos sobre as formas de resistência individualizadas ou acadêmicas. Souza *et al.* (2020) faz um destaque para as docentes que assumem tripla responsabilidade, ou seja, ser mãe, professora e dona de casa. Apoiados em Antunes (2020a), a autora e demais autores afirmam que trabalho produtivo feminino combinado com trabalho reprodutivo doméstico, acentua a forma de exploração do contingente feminino. A pandemia ampliou esta sobrecarga, exigindo novos modos de resistências em grupos virtuais, como estratégia de defesa coletiva. Diante das situações oriundas dos novos formatos de trabalho docente impostas pelo capitalismo no período pandêmico, destacamos, no trabalho dos (as) autores (as), dois pontos de resistência: um nas ações cotidianas individuais e outro nas ações coletivas (Souza *et al.*, 2020). Destaca-se que as resistências são individualizadas, tais como, uma melhor organização do tempo no final de semana para realizar as atividades profissionais, fazer algo prazeroso e atividades físicas.

Desta forma, ao refletir sobre as ações de resistência da categoria docente, se faz necessário compreender como elas acontecem, se opondo às formas de exploração do trabalho docente. Algumas novas formas de resistência e contestação foram evidenciadas recentemente, por parte das organizações. Exemplo disso foi a greve virtual ocorrida em Macaé em junho de 2020, que precisou ser construída através do uso da interação digital (Souza *et al.*, 2020).

A discussão sobre as estratégias coletivas e individuais foi encontrada nos estudos de Vivian *et al.* (2019), apresentando riqueza no quesito mecanismos de defesa, utilizadas pelos (as) professores (as) na pós-graduação stricto-sensu, para lidar com os sofrimentos oriundos das transformações do trabalho docente. Cabe ressaltar que reiteramos o critério coletivo, porém, foi o menos assinalado pelos autores, que explicam:

As estratégias coletivas apareceram timidamente por meio da boa relação com os colegas de trabalho e com os discentes. Além disso, identificou-se a ausência de estratégias institucionais que sirvam de apoio para a compreensão da totalidade do universo docente, que atuem como redutora de sofrimento psíquico e promovam melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, propaguem o prazer laboral (Vivian *et al.*, 2019, p.231).

Em suma, no texto analisado, as propostas de resistências que se sobressaíram foram as individuais. Docentes apontaram esforços comportamentais e cognitivos, necessidade de terem momentos solitários, uso da psicoterapia, medicamentos, álcool e outras drogas, resgate da religiosidade e espiritualidade, maior contato com familiares, atividades de lazer (leituras, viagens, passeios, entre outros) e manutenção das atividades físicas.

Todos esses mecanismos foram caracterizados como potenciais para equilibrar e/ou diminuir as exigências dos processos laborais, trazendo esperança, mais interação, avaliação das reações emocionais, redução da carga psíquica, mais respostas emocionais, mais saúde física. Destacam-se o uso do álcool e de medicamentos, como estratégias de defesa individuais adotadas por um número expressivo de docentes (Vivian *et al.*, 2019).

Como possibilidades de resistência coletiva, o texto mostra que o apoio social, de grupos com colegas de trabalho e a boa relação com estudantes, podem auxiliar no compartilhamento das angústias e sofrimentos no trabalho. Os autores destacam que as estratégias coletivas, ainda que tímidas, possuem potencialidade de mediar e cooperar mais nos sofrimentos docentes do que as medidas individuais, mesmo que sejam singulares. Porém, sinaliza que docentes encontram dificuldades em reagir coletivamente quando sofrem demasiadamente nas relações trabalhistas.

Na mesma direção, encontramos no artigo de Ferreira e Pezuk (2021), ênfase para os contextos subjetivos de resistência. Esta exposição possibilitou apreender alguns exemplos das

dimensões preventivas, como medidas políticas direcionadas às estratégias educativas de promoção da cultura e bem-estar dos (as) docentes. O texto sinaliza que deve haver maior investigação e diagnóstico do sofrimento docente, para então buscar propostas de intervenção e controle. Estratégias de mentoria colaborativa foram apontadas como alternativa para melhoria do perfil docente, aumentando, assim, sua produtividade acadêmica.

A pesquisa de Souza (2018) constatou que a maioria dos (as) professores (as) considera que o ambiente escolar pode ser mais tranquilo quando há uma cooperação entre os pares. Entretanto, o autor relata que docentes percebem que há um distanciamento em relação à direção das unidades, causando circunstâncias desconfortáveis, que afetam diretamente o trabalho. O autor identificou que as estratégias relatadas têm por objetivo minimizar os sofrimentos diante das tensões laborais. Portanto, não há previsão de qualquer transformação do trabalho, consideradas apenas como esforços de adaptação a uma situação já imposta e que não se modificará, de acordo com as pessoas entrevistadas. A aceitação dos (as) profissionais à situação vivenciada no trabalho, também foi problematizada pelo autor:

Apesar dessas diferenças, ao serem questionados sobre a possibilidade de exercerem o trabalho na escola em estudo sem adoecer, praticamente todos os docentes consideraram tal hipótese impossível. Alguns defenderam a necessidade de desenvolver alguma estratégia para não adoecerem e aliviarem as tensões vivenciadas no trabalho, enquanto outros simplesmente consideram o adoecimento inevitável. Portanto, o docente percebe a possibilidade de adoecimento no seu contexto de trabalho atual, sendo que a maioria não acredita ser possível se sobrepor a esse risco com facilidade (Souza, 2018, p. 114).

Esta citação oferece aporte para a compreensão da análise sobre as formas de resistência serem apenas adaptativas. O autor identificou importantes manifestações de alienação e individualização, que revelam por si, a necessidade de negar a realidade como meio de continuidade.

Conclui-se que as trabalhadoras e os trabalhadores, sobretudo da educação, assumem formas diversas de lutar e resistir. Algumas delas foram indicadas pela literatura. De uma forma mais concreta, podemos destacar: lutar pelas políticas de saúde, greves, greves virtuais, lazer, uso de medicação, investigação e pesquisas sobre a temática, ouvir estudantes, se juntar com seus pares, buscar administrar o seu tempo, criar outras maneiras de fazer o que está prescrito, dentre outras. Esses foram alguns exemplos das brechas docentes, de luta e resistência, expostas nos artigos selecionados.

4.2.4. Novo sujeito social docente?

No que tange à nova constituição do sujeito social docente na produção acadêmica analisada, observamos que as atuais configurações do trabalho podem indicar um novo perfil docente. Para organizar nossa análise desta literatura, sistematizamos quatro questões interligadas: desidentificação/despersonalização docente, controle da subjetividade docente, vulnerabilidade e violências sofridas pelas (os) docentes e, por fim, transformações na função social docente. Importante ressaltar que há sobreposição destas mutações em alguns artigos, conforme se demonstra na tabela a seguir.

Tabela 7: Mutações do sujeito social docente contemporâneo na literatura da área no Brasil (2018/2022).

PROCESSOS SÓCIO-SUBJETIVOS	NÚMERO DE ARTIGOS (TOTAL ≠ 22)	PERCENTUAL (TOTAL ≠ 100%)
DESIDENTIFICAÇÃO/DESPERSONALIZAÇÃO DOCENTE	8	36%
CONTROLE DA SUBJETIVIDADE DOCENTE	6	27%
VULNERABILIDADE DOCENTE E VIOLÊNCIAS SOFRIDAS PELAS (OS) DOCENTES	6	27%
TRANSFORMAÇÕES NA FUNÇÃO SOCIAL DOCENTE	8	36%

Fonte: elaborada pela autora (2023).

Em relação à primeira questão, utilizando uma abordagem marxista, Troitinho *et al.* (2021) mostram a desidentificação docente como uma característica da precarização do trabalho no contexto atual. De fato, a solidão e o isolamento são elementos presentes na profissão docente e causam grande impacto no cotidiano laboral. Tal processo evidentemente se vincula às alterações das funções sociais docentes, que discutiremos ao fim deste tópico, como

ocorreram desde o período da pandemia, sugerindo uma mudança na atividade pedagógica dessas (es) profissionais. A aquisição de habilidades de edição de vídeo, organização e manutenção de redes sociais, participação de atividades remotas e utilização de diversas plataformas e/ou aplicativos são exemplos dessas alterações. Dessa forma, a desidentificação - nosso objeto neste ponto - surge quando novas atividades são introduzidas no cotidiano docente.

Na mesma direção, Elias e Navarro (2019) partem do princípio de que há uma especificidade na relação entre trabalho docente e identidade, visto que a profissão possui uma representação simbólica. Assim, o sistema capitalista se aproveita dessa condição para intensificar as atividades profissionais, que se desenham nas relações com diversos sujeitos sociais, dentre eles, estudantes, colegas, coordenações e direções. Verifica-se, portanto, uma fragilidade em relação à construção dessa identidade, já que depende do reconhecimento dos demais atores sociais. Sendo assim, pode haver uma desidentificação, na medida em que esse trabalho docente fica desqualificado.

Outros elementos que demonstram a questão da despersonalização docente foram trazidos por D'Oliveira *et al.* (2020), quando citam a competitividade e intensa produtividade, exigidas em condições de trabalho, geralmente adversas. Desse modo, pode haver alterações no comportamento com os pares e, inclusive, em relação ao objeto laboral. Logo, há uma insensibilidade emocional do (a) profissional, que modifica sua relação com as pessoas, além de perder e/ou alterar características da sua própria identidade.

Diante da desidentificação docente, que coloca o professorado como um mero “executor” pedagógico, o controle sobre esse (a) profissional se intensifica, o que nos remete ao segundo aspecto, relacionado à intensificação e introjeção do controle. Sardi e Carvalho (2022) asseguram que, diante da característica da sociedade do controle, tal profissional acaba incorporando intrinsecamente a autodisciplina. Os autores complementam:

Os participantes mostram com seus relatos que na EAD as aulas são impessoais e os docentes não podem expressar suas particularidades. O padrão para a gravação limita a expressão do sujeito docente e deve ser seguido para a execução do trabalho. O docente, nesse cenário, relaciona-se com o estúdio e essa relação produz uma série de efeitos sobre sua atividade laboral (Sardi e Carvalho, 2022, p.7).

Sardi e Carvalho (2022) afirmam que professoras e professores estão expostos a novos componentes subjetivos, sobretudo no cenário da educação à distância. Há cada vez menos relação com as pessoas, já que aulas podem ser gravadas e transmitidas a qualquer tempo. Em outras palavras, a sensação é de algo fechado, encaixotado, que impacta diretamente a

construção da identidade docente, e, conseqüentemente, no fazer pedagógico. O controle da subjetividade se dá na medida em que a relação com as pessoas é alterada, visto que não há retorno do processo de aprendizagem. A postura discente passa a ser resiliente, disciplinada e internalizada, na medida em que outros podem assistir às aulas gravadas, possibilitando um controle permanente.

Portanto, quanto ao segundo aspecto do sujeito docente, os textos trazem considerações a respeito das formas de controle, utilizadas como mecanismos do capital, para alienar a categoria docente. Os recursos que serviriam para facilitar as tarefas cotidianas dos (as) docentes, como ferramentas digitais e de internet, são de fato aplicados como forma de submissão, tanto pela unidade escolar quanto pelos (as) estudantes, para garantir que o professor e a professora permaneçam na aula e trabalhem conectados (as) a maior parte do tempo - daí advém, nos textos, sua relação com algumas tecnologias de EAD. Tal controle não se torna exclusivamente um mecanismo de dominação, mas também extrapola os diferentes setores do mundo do trabalho, já que se configura como um projeto neoliberal de intensificação e flexibilização do trabalho (Elias e Navarro, 2019, p.57).

O controle da subjetividade também foi identificado no artigo de Pinho *et al.* (2020, p. 11), na medida em que docentes percebem um ataque à autonomia pedagógica, quando utilizam os recursos tecnológicos. Ou seja, além de distanciar professoras e professores, estudantes e famílias, ferindo a interação social, ainda estimula o cansaço mental e o gerenciamento dessas relações. Mais uma vez, como discutido no tópico 2.2.5, tal controle se vincula à disseminação de plataformas tecnológicas, visto que a “hiperflexibilização” do trabalho (difundida pelo campo das tecnologias avançadas) contribui para a intensificação da precarização do trabalho.

Por fim, um dos traços da cultura do controle do trabalho docente se dá na coerção social, que se manifesta no imperativo da “qualidade” do ensino. Segundo Alves *et al.* (2022, p.1034) “a coerção social está relacionada a situações como pressionar para obter melhores notas”. Diante da intensa demanda de controle do trabalho docente, professoras e professores buscam formas de burlá-la, com a intenção de se desvencilhar da lógica empresarial que lhes é atribuída. Gerheim e Castro (2018, p.46) comparam tal demanda com operários de fábrica de parafusos, submetidos às exigências dos clientes e mercado, sobretudo, na rede privada.

Interessante apontar que, em outro texto, o de Penteado e Neto (2019, p.137), o controle é ideologicamente justificado como exigência do mercado, desde a formação docente até a prática pedagógica, pretendendo produzir trabalhadoras e trabalhadores mais eficientes e produtivos (as), somado à cobrança de resultados, comparações e medições de “qualidade”.

Percebemos, então, uma face dual do (a) professor (a): aquela atrelada ao projeto neoliberal, imposta pela flexibilização e competitividade; e uma outra, alinhada à experiência, que dá um sentido social à atividade docente e está voltada para formar agentes transformadores da sociedade. Emergem, ao mesmo tempo, as potências e as vulnerabilidades deste e desta profissional, que passamos a discutir neste ponto.

Considerando agora, assim, o terceiro tipo de dimensão da constituição do sujeito docente, a saber, a vulnerabilidade docente, identificamos, nos textos, que ela foi sinalizada em relação à exposição à violência laboral. As pesquisas mostram que as professoras e os professores são vítimas de violência verbal ou física e assédio sexual no exercício de suas funções. As autoras explicam:

É importante destacar o tipo de contrato de trabalho como fator de precarização econômica, e também fator gerador de instabilidade e insegurança ocasionadas pelo temor de demissão ou de perda de horas-aula a cada período letivo. Pode-se ressaltar que esse tipo de medo é utilizado pela direção das IES privadas para fazer aceitar a intensificação e degradação, tanto das condições, quanto das relações no exercício profissional. O docente se torna vulnerável às ameaças de demissão e/ou perdas de carga horária e se submete às condições precárias (Elias e Navarro, 2019, p.58).

A vulnerabilidade do sujeito social docente pode se expressar de diversas formas. A citação demonstra o processo de exposição que professoras e professores vivenciam. Além das questões pertinentes aos contratos de trabalho, que envolvem risco de demissão e/ou perda de carga horária e/ou salário, percebemos a evidência relacionada às violências de diversos tipos no ambiente laboral. Deste modo, ressaltamos que esses sujeitos ficam mais vulneráveis, com medo, se sentem ameaçados (as) e assediados (as), revelando o quanto o projeto neoliberal fragiliza as condições de trabalho e redimensiona o sujeito.

Estas violências são listadas por Alves *et al.* (2022, p.1028). Segundo os autores, a violência é “fruto da sociedade. Surge do tecido socioeconômico e político e se estrutura no indivíduo e nas instituições, que não são naturais”. Trata-se, portanto, de um fenômeno identificado em diversos espaços sociais, sendo uma construção sutil da classe dominante, para autenticar alguns valores e comportamentos; o trabalho docente não é exceção neste cenário, mas apresenta especificidades. Em suas análises, os autores sistematizam algumas categorias de violência: a do trabalho, aquela por meio de tecnologias da informação e comunicação, a relacionada à identidade de gênero e à orientação sexual, a de natureza física, a interrupção na sala de aula, os gestos ou falas obscenas, o assédio sexual e a agressão sem contato. Apontam que as violências foram identificadas em todos os níveis escolares, da educação básica ao ensino superior, em áreas urbanas, suburbanas e rurais, prevalecendo a física, seguida da verbal:

A violência contra professoras foi identificada na maioria dos artigos analisados. Mostra-se aqui uma ação de não reconhecimento da “figura de autoridade” na professora, e também na “mulher” professora, como se poderia dizer, não há o peso da imagem da autoridade “masculina”. [...] Os resultados mostraram que mais da metade das entrevistadas indicou que mais de 50% dos alunos as tratavam de forma diferente pelo fato de serem mulheres e que 80% delas já haviam enfrentado incidentes de falta de urbanidade e cortesia dos alunos (Alves *et al.*, 2022, p.1033).

Diante da afirmativa dos autores, torna-se possível elaborar a extensão da violência para o corpo docente. Em outras palavras, também expostos (as) às violências, estudantes reproduzem comportamentos agressivos, que acabam por desrespeitar as regras de convívio social nas escolas. Assim, professores (as), considerando que a violência contra “professoras” foi identificada na maioria dos artigos pesquisados, já que vivenciam uma ação de não reconhecimento da imagem de autoridade, provocada pela estrutura social patriarcal.

Na mesma direção, Dias *et al.* (2020) ressaltam que a violência escolar é complexa, pois compreende questões culturais, familiares, econômicas e afetivas. Destacam ainda que a valorização docente é fundamental para que professores e professoras desenvolvam suas atividades com maior satisfação, garantindo, assim, um ensino de melhor qualidade. Há uma relação da violência com o número de estudantes por turma. Os autores constataram que as turmas com grande número de alunas e alunos favorecem os atos de violência.

Torna-se fundamental destacar que, de todos os trabalhos que citam a violência como a expressão da precarização do trabalho, o que consideramos uma análise mais profunda da realidade é o de Albuquerque *et al.* (2018). Os apontamentos dos autores a respeito de tal questão atravessam a relação com a negação dos direitos de cidadania que a população atendida pelos (as) docentes atravessa. Explicam:

O trabalho nas escolas estaduais coloca os professores em contato direto com uma população cujos direitos de cidadania são frequentemente negados. Muitos dos alunos são filhos de famílias pobres, com grande dificuldade de acesso à moradia adequada, transporte, segurança, lazer, serviços de saúde, saneamento, arte, entre outros produtos da civilização. Ou seja, trata-se de uma população violentada pela sociedade desigual da qual participa periféricamente, exposta a diversos tipos de violência (Albuquerque *et al.*, 2018, p.1293).

Em outras palavras, os autores analisam a situação da categoria docente considerando a realidade da classe trabalhadora como um todo. Fazem uma relação entre os direitos negados e as violências historicamente sofridas pelos sujeitos que os (as) docentes lidam cotidianamente. Logo, esses (as) profissionais são afetados (as) diretamente, pois atendem à parte da população, que também é prejudicada pela sociedade desigual e da qual participa periféricamente, estando exposta a diversas formas de violência.

Por fim, como último aspecto da constituição do sujeito docente, destacamos, conforme indicado, as transformações na função social docente. De acordo com a análise feita por Martins, Salvador e Luz (2020), foi identificada uma nova função social docente em relação às atividades implícitas da profissão. As circunstâncias laborais afetam tanto as professoras e professores, fazendo com que enfrentem dificuldades para cuidar da própria saúde, porém assumem a responsabilidade de orientar os estudantes em relação à saúde deles (as). Portanto, fica subentendido que suas funções extrapolam o ensino das disciplinas, passando a ser instrutoras (es) e exigindo mais de si mesma (os).

Alves *et al.* (2022) discute que o sujeito social incorpora as regras impostas na ação docente e opera de forma impensada, pois já as incorporou. Em outras palavras, muitas vezes, as atividades docentes são feitas automaticamente, sem precisar de reflexão antes da ação. Portanto, a coerção social se torna tão persuasiva, que pressiona o (a) docente para obter sempre melhores resultados, além de os (as) isolar socialmente.

Para manter-se no mercado, cada instituição opera e define as suas prioridades cada vez mais de acordo com o "cliente-rei" e orienta o seu trabalho pedagógico pelo imperativo da flexibilidade, tornando os (as) docentes meros agentes e as suas funções um trabalho apenas lógico. Nesse contexto, observamos que professoras e professores criam relações arriscadas e conflituosas com estudantes, familiares, representantes administrativos (coordenadores e diretores) e até mesmo com colegas de trabalho. Em torno destas demandas, determinam-se uma série de jeitos de ser e de fazer trabalho, cruzados por sentimentos de profundo desprezo e desvalorização (Gerheim e Castro, 2018, p. 45). Tais relações impõem funções que ultrapassam o educativo, ou seja, redimensionam o papel social docente.

Segundo Simões e Cardoso (2022), as mudanças ocorridas no modelo educacional estão relacionadas aos processos sociais e econômicos. Os autores constataram que docentes da cidade de São Paulo vivenciam um momento de transição que passa por uma expansão de postos de trabalho; entretanto, sofrem com perdas salariais, causando prejuízo à qualificação da carreira. As autoras confirmam que os novos ambientes ocupacionais estão diretamente ligados ao esgotamento docente, demonstrando um prejuízo na qualificação e incertezas cotidianas.

Assim, para atender às demandas do mercado, cada vez mais acirradas na sociedade capitalista, um novo perfil docente vai se desenhando, como sugerem os textos analisados. A discussão de Elias e Navarro (2019, p.52) é rica no quesito novo sujeito social docente, pela abordagem do desenho do sujeito no contexto do trabalho docente no capitalismo. Cabe destacar que a mercantilização e a perda de sentido e de autonomia vêm atendendo a demandas gerenciais do sistema, e afetam o fazer profissional docente, ocasionando muitos sofrimentos.

Um outro destaque dado no texto analisado pode ser feito em relação ao comprometimento, utilizado para manipular professoras e professores, ratificando a produção do argumento de que se deve trabalhar por amor. Dessa forma, induz que o sujeito social docente demonstre uma adesão aos princípios do projeto empresarial e que, de certa forma, não se veja como um trabalhador ou trabalhadora.

Retomamos o texto de Pinho *et al.* (2021, p.10) para concordar que há uma remodelagem das formas de exercer o ofício docente. Os novos tempos de trabalho trouxeram mudanças significativas para a saúde das (dos) professoras (es). Outro aspecto controverso considerado pelos autores reside na manutenção do uso das ferramentas digitais, após as exigências do período da pandemia. Mesmo compreendendo a necessidade das interações sociais na educação básica, percebe-se que as consequências do processo são perduráveis. Logo, a literatura que se refere especificamente ao momento pandêmico nos serve para mapear tendências da mutação deste trabalho e deste sujeito e, portanto, passamos a tratar dela a partir deste ponto.

O texto de Sardi e Carvalho (2022) nos chama a atenção porque foi dedicado a compreender o processo de trabalho na transição da educação presencial para o ensino remoto emergencial. Diante dos novos modelos de gestão na sociedade, há, em curso, um processo de modos de sujeição resultantes de práticas de poder. O artigo é apresentado como resultado das entrevistas propostas, tendo como norteadores os conceitos de subjetividade e trabalho. Um dos destaques do texto é a nova função de tutoria, a que docentes ficaram submetidos (as). Isto é, os (as) profissionais encontram limites para se expressar, para interagir, perdem o controle do trabalho e precisam alterar o estilo e gosto pessoais. Fica evidente na análise feita nas novas condições de trabalho, que a professora e o professor não ocupam mais a centralidade do processo de aprendizagem. Há, inclusive, dificuldades de se reconhecer como docentes. Temos, assim, processos de desidentificação, vulnerabilização, controle e mutação de função social suscitados pela pandemia.

O texto de Penteado e Neto (2019) merece a nossa atenção, pois, nele, se expressa as formas de subjetividade docente, a partir da teoria marxista. A produção de sentido do sujeito social docente se faz a partir da observação de um corpo sofrido, adoecido. Ou seja, a forma como professoras e professores lidam com seus corpos é pautada num dualismo, que atravessa a questão da concepção vocacional da profissão e da feminização. Para tanto, o artigo contribui quando sinaliza que é preciso ter atenção aos processos relacionados aos corpos, pois a partir deles pode-se avaliar as derivações da cultura docente e delinear a identidade profissional dos sujeitos (Penteado e Neto, 2019, p.150).

A sensação dos professores (as) é de trabalho constante, nos dias de trabalho ou fora dele, e até mesmo quando estão de férias. Ainda que as atividades letivas, presenciais e/ou remotas, sejam encerradas, o (a) docente permanece vinculado às futuras atividades dos próximos períodos letivos, à recepção de turmas, aos planejamentos, aos grupos de aplicativos que não deixam de demandar à interação com os pares e aos sofrimentos que sentirão.

Em suma, em tempos de uma guerra ideológica instaurada, sobretudo depois do período pandêmico, a docência se encontra em disputa continuamente. Assim como houve aumento da carga horária, dos custos relacionados a meios e recursos (aparelhos, materiais pedagógicos, pacotes de internet e outros recursos) e do trabalho gerencial e de controle, também se elevou a demanda por educação presencial e, concomitantemente, à distância, nos feriados e finais de semana. O incremento de produtividade, tanto na educação básica quanto no ensino superior, leva o (a) trabalhador (a) a diminuir suas horas de descanso, sono e lazer, trazendo o adoecimento.

Mesmo assim, uma parcela da categoria vem conseguindo respirar e se estabelecer contra a situação dominante. A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, o sujeito social docente vai dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade e humanizando-a (Freire, 1967, p.50). De forma coletiva, acha brechas para se organizar.

As questões são coletivas. Assim, podemos destacar que as constantes transformações ocorridas nas esferas educacionais, para atender as demandas governamentais ou patronais acarretam cobranças aos (às) profissionais da educação que envolvem inúmeros fatores. E como resistir a todos esses ataques à categoria?

A radicalização, que implica no enraizamento que o homem faz na opção que fez, é positiva, porque preponderantemente crítica. Porque crítica e amorosa, humilde e comunicativa. O homem radical na sua opção, não nega o direito ao outro de optar. Não pretende impor a sua opção. Dialoga sobre ela (Freire, 1967, p.56).

Como o sujeito social docente está inserido no conjunto da classe trabalhadora, também notamos que seu modo de ser vem sendo capturado, além de inúmeras instituições da sua vida. De acordo com a citação, a radicalização é apontada como uma forma de resistir às determinações impostas socialmente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação apresentou como seu objetivo analisar o sujeito social docente, a partir da literatura sobre precarização, sofrimento e resistências contemporâneas no trabalho de professores e professoras. Destacamos que, para compreender como se constitui o sujeito social no cenário de intensa precarização do trabalho, tomamos o conceito de neoliberalismo, como elemento crucial de estruturação econômica, política e comportamental.

No primeiro capítulo, o tratamento foi direcionado para as mutações do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil, contextualizando-as com a reflexão sobre as principais dimensões da precariedade laboral. Foram também apontadas as expressões de lutas e resistências diante de tais mutações, inclusive no período da pandemia de COVID-19.

Buscamos apresentar, de forma panorâmica, inicialmente, alguns pressupostos e elementos gerais para a compreensão da formação e da dinâmica das lutas da classe trabalhadora brasileira à luz do materialismo histórico-dialético, constatando que ela é ampla, heterogênea, diversa, plural, complexa e fragmentada.

Expusemos que a reestruturação produtiva do capital reorganiza novos comportamentos de organização e tecnologia, seguindo as exigências das formas flexíveis de acumulação capitalista, precarizando a vida da classe trabalhadora. O processo de flexibilização é um artefato da estrutura do capital para garantir tal acumulação e a falsa ideia de oferta de vagas laborais. Notamos que a precarização encobre diversos vínculos de trabalho, inclusive com expressões negadas no campo jurídico do trabalho, criando uma cortina de invisibilidade dessa fração da classe trabalhadora, que sofre desmedidamente com essa forma de exploração. A informalidade traz implicações negativas para as condições de vida e para a saúde e segurança das trabalhadoras (es), permitindo jornadas de trabalho ilimitadas e causando prejuízos à saúde psicológica e física. Identificamos que o processo de plataformização mascara as relações trabalhistas de exploração, assegurando o convencimento da classe trabalhadora e que a uberização pode ser compreendida com um novo conjunto de transformações da gestão do trabalho, assim como o empreendedorismo. A intenção é de produzir uma nova forma de gestão, voltada para a lógica da empresa privada, exigindo constante inovação, autorrealização e espírito empreendedor. Todos esses elementos corroboram para a construção de novas relações trabalhistas, transformando as condições objetivas e as subjetividades dos sujeitos que trabalham. Ficou nítido, ainda nesse capítulo, que todos esses processos foram exacerbados no período da Pandemia de Covid-19.

Pontuamos ainda que a precarização do trabalho e toda expressão de transformação do trabalho, utilizada pelo capital para a sua manutenção, busca esvaziar as formas de lutas e resistências, mas a intensidade das mesmas vai depender da trajetória e organização histórica da própria classe trabalhadora. A crise pandêmica do capital confirmou que pessoas que trabalham de forma precarizada, flexível, terceirizada, informal, plataformizada, uberizada e empreendedora estão desprovidas de direitos e vulneráveis, intensificando o sofrimento laboral. Dessa forma, todo esse cenário não emerge na pandemia, apenas fica mais explícito e aprofundado nela.

No segundo capítulo, discorremos sobre os sofrimentos da classe trabalhadora e o sujeito social. Nesse sentido, conceituamos e relacionamos o neoliberalismo, a precarização, o sofrimento e o sujeito social/neoliberal. O conceito de sofrimento se apresentou, assim, como uma questão política. Ou seja, concebemos o neoliberalismo como uma forma de vida, que produz e gera o sofrimento psíquico, mas também que administra e categoriza este mesmo sofrimento.

Em outras palavras, tendo em vista os fatos sinalizados a respeito das novas formas de vida, o estudo mostrou que o neoliberalismo condiciona o sujeito social, produzindo conflitos e desenhando e afetando as pessoas. Dessa forma, ficam postas novas realidades e desafios à classe trabalhadora. Uma que merece destaque é a modelagem que torna os sujeitos aptos a suportar as condições impostas por essa neogestão. É uma espécie de modelo em cadeia, que produz indivíduos competitivos, de forma que se adaptem subjetivamente às condições cada vez mais precárias para as quais os mesmos contribuíram. Esses sujeitos maximizam seu capital humano, tornando-se uma empresa de si mesmo, que necessita se aprimorar cotidianamente. Mostramos que tal concepção interfere tanto no mercado de trabalho como na educação e formação desses sujeitos.

Fundamentamos, ainda neste capítulo, que o corpo produtivo trabalhará até quando suportar, pois ele necessita daquele salário. Por isso, na mesma proporção em que o lucro e a mais-valia das empresas/empregadores (as) aumentam, se estenderão as doenças e sofrimentos relacionados ao excesso e exploração do trabalho, muitas vezes ocasionando mutilações e envelhecimento desse mesmo corpo produtivo, acidentes e até mortes no trabalho.

No último capítulo, analisamos os artigos científicos selecionados para análise teórico-conceitual. Nele, está contido o itinerário metodológico percorrido no desenvolvimento desta produção acadêmica, demonstrando os dados obtidos pela pesquisa bibliográfica a que se propôs. Deste modo, este capítulo examinou a literatura produzida no campo do trabalho

docente, precarização, sofrimentos e lutas, desenhando uma perspectiva crítica de análise sobre a nova constituição do sujeito social docente.

Como resultante do levantamento, selecionamos os 22 artigos que circunscreveram esse estudo, separando-os em 4 eixos estruturantes, a saber: *Dimensões da precarização do trabalho docente; Trabalho docente e sofrimento; Lutas e resistências docentes e Novo sujeito social docente?*

Com a análise dos artigos, foi possível identificar que o trabalho docente é indissociável das relações sociais capitalistas, assim como das mudanças do mundo do trabalho que criam flexibilidade, trabalho temporário e demais padrões de trabalho irregulares; contudo, a precarização encontra expressões específicas no trabalho docente, cuja compreensão se torna fundamental para a análise das formas de sofrimento e de lutas e resistências. Observamos que, na presente pesquisa, não demos ênfase à heterogeneidade de níveis, segmentos e modalidades da educação.

Um número significativo de textos tratou dessas expressões, havendo sobreposição em alguns deles. Em 11 artigos constatamos a reflexão sobre a flexibilização, em 8, a plataformização foi tratada de forma expressiva e identificamos que 4 artigos abordaram a uberização do trabalho docente. A terceirização foi discutida em apenas 2 artigos, da mesma forma em que o empreendedorismo. Em apenas 1 artigo, a informalização do trabalho docente foi discutida.

Compreendemos que as formas assumidas pelo trabalho docente na atualidade estão entremeadas nas transformações mais amplas do capital, que insiste em sua manutenção. Contudo, considerando que a heterogeneidade da classe trabalhadora, exposta à diversidade de carga horária laboral, distintas formas de remuneração e diferentes relações de trabalho, estivemos atentas (os) às suas especificidades, pois o processo de precarização se relaciona com suas formas de expressão. Em suma, o trabalho docente é intrínseco nas relações sociais capitalistas, assim como nas mutações do mundo do trabalho que criam flexibilidade, trabalho temporário e demais padrões de trabalho irregulares.

No que se refere à nova constituição do sujeito social docente, constatamos que as novas configurações do trabalho podem indicar um novo perfil docente. Percebemos que os processos sócio-subjetivos apareceram interligados em um número expressivo de artigos. Especificamente, em 8 artigos pudemos observar as transformações na função social docente, assim como a desidentificação/despersonalização docente. As questões sobre controle da subjetividade docente, assim como a vulnerabilidade e violências sofridas pelas (os) docentes, apareceram em 6 artigos, respectivamente. Não houve repetição de autoria nos artigos

analisados, confirmando que a temática suscitou a atenção de diversos autores e autoras pelo Brasil.

Acreditamos que a individualização da questão dos sofrimentos psíquicos docentes é eficaz para o capital e impotente para a classe trabalhadora. E que a estrutura de patologia e medicalização está diretamente ligada à dimensão da busca pelo reconhecimento individual e competitividade, exigidas pelo discurso neoliberal. Dessa forma, a ligação entre trabalho precarizado e sujeito torna-se um fenômeno importante, pois formula o ideal de identidade, o que faz com que as pessoas duvidem de seu valor.

Logo, nossa dissertação demonstrou a relevância de destacar que o cenário laboral vivenciado pela categoria docente e suas dimensões transformadoras afetam o sujeito social docente. Assim, nossa análise da literatura sugere que há uma constituição de um novo sujeito social docente, combinada com as transformações e exigências do mundo do trabalho. Mesmo assim, uma parcela da categoria vem buscando resistir à precarização e se estabelecer contra a situação dominante. A partir das relações do ser humano com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, o sujeito social docente vai dinamizando o seu mundo. De forma coletiva, acha estratégias para se organizar.

Incorporamos, nessa pesquisa, que as questões são coletivas, e assim destacamos que as constantes transformações ocorridas nas esferas educacionais, para atender às demandas de reprodução e ampliação do capital, acarretam cobranças aos (às) profissionais da educação envolvendo inúmeros fatores. Como resistir a todos esses ataques à categoria? Não há outro caminho que não seja a luta da classe trabalhadora. Diante da sugestão da constituição de um novo sujeito social docente, será preciso encontrar novas formas de resistência, organização coletiva e enfrentamento aos acometimentos sofridos. Esse sujeito sofre com ameaças antigas e novas, como as de cunho digital, se expondo à inexistência.

Portanto, os resultados da pesquisa denotam, a princípio, que a categoria docente sofre com altos níveis de exploração, de forma a evidenciar que o reconhecimento profissional e da identidade ficam comprometidos. Entretanto, para continuar lutando por um trabalho educacional humanizado e emancipador, é necessário, sobretudo, nos manter existindo e erguidos (as). Por fim, para seguir em frente, nos ancoramos no aforismo de Marx e Engels (2009, p.65): a própria concorrência entre os trabalhadores destrói a cada momento essa organização dos proletários numa classe, porém, no bojo destes mesmos processos históricos, as formas de organização de classe podem sempre renascer, constituindo também novas formas de ser docente.

6 REFERÊNCIAS

ABILIO, Ludmila C. Uberização: a era do trabalhador *just-in-time*? Revista **Questões do trabalho**. jan.-abr. 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/170465>. Acesso: em 05 mai. 2022.

ABÍLIO, Ludmila C. Uberização: a informalização e o trabalhador *just-in-time*. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021a, e00314146. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00314. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/PmBnrqk937D6LkhQj8fWtyC/>. Acesso em: 02 de mai. 2022.

ABÍLIO, Ludmila C. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas: Indivíduo y Sociedad**, Chile, v. 18, n. 3, p.1-11, nov. 2019. Disponível em: <https://ury1.com/B1zQp>. Acesso em: 2 mai. 2022.

ABILIO, Ludmila. Ludmila e a uberização antes do Uber. Outras palavras: jornalismo de profundidade e pós-capitalismo. Redação **Outras palavras**, 2021b. São Paulo. Disponível em: <https://urx1.com/QdPJX>. Acesso: em 3 fev. 2023.

ABÍLIO, Ludmila, *et al.* Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 23, n. 57, mai.-ago. 2021, p. 26-56.

AGRELA, Lucas. Influenciadores de finanças enfrentam crise de gestão e demitem depois de crescimento acelerado. 27 de jan. de 2023. **Portal Terra**. Economia. Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/influenciadores-de-financas-enfrentam-crise-de-gestao-e-demitem-depois-de-crescimento-acelerado,b8a09ffc61e21aa33a0dbb3d56c3416csj81oswl.html>. Acesso em: 6 abr. 2023.

ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de; *et al.* Exploração e sofrimento mental de professores: um estudo na rede estadual de ensino do Paraná. **Revista Trabalho Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16 n. 3, p. 1.287-1.300, set./dez. 2018. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00145>. Disponível em: <https://urx1.com/Iif9b>. Acesso em: 26 de mai. 2022.

ALVES, Ângela Gilda; *et al.* Dimensões da violência do aluno contra o professor. **Ciência saúde coletiva** 27 (03) • Mar 2022 • <https://doi.org/10.1590/1413-81232022273.07002021>. Disponível em: <https://urx1.com/b96Pd>. Acesso em: 20 de mai. 2022.

ALVES. Giovanni. A nova precariedade salarial: A ofensiva do capital no limiar da Quarta Revolução Industrial. In: ALVES, Giovanni (org.). **Trabalho e Valor: O novo e precário mundo do trabalho no século XXI**. Marília, SP: Editorial Práxis, 2021.

AMARAL. Talita. Como o preconceito racial afeta a saúde mental da população negra. **CNN Brasil**, São Paulo, 14 de setembro de 2022. Seção CNN no Plural. Disponível em: <https://ury1.com/y7zPO>. Acesso em: 2 abr. 2023.

AMORIM, Daniela. Brasil tem recorde de 39,3 milhões de trabalhadores informais no trimestre, aponta IBGE. GZH Economia In **Estadão** Conteúdo, 30/09/2022. Disponível em: <https://corta.link/xDIqJ>. Acesso em: 12 jan. 2023.

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 34, Número 1, jan./abr. 2019.

ANDRADE, Daniel Pereira; CÔRTEZ, Mariana; ALMEIDA, Silvio. Neoliberalismo autoritário no Brasil. **Caderno CRH** [online]. 2021, v. 34 [Acessado 1 jul. 2023], e021020. Disponível em: <https://urx1.com/cJ84I>. Epub 10 Dez. 2021. ISSN 1983-8239. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.44695>. Acesso em: 3 jun. 2023.

ANDRADE, Henrique; RESENDE, Isabelle. Agravada pela pandemia, fome avança no Brasil e atinge 33 milhões de pessoas, diz estudo. **CNN Brasil**, São Paulo e Rio de Janeiro, 08/06/2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/lpDQZ>. Acesso em: 14 jan. 2023.

ANTUNES, André. Quando o trabalho vira sofrimento. **Revista Poli: Saúde, educação, trabalho**. Rio de Janeiro. Ano XII, nº 69 (p. 14-17), mar./abr. 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2020a.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado: resenha**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020b. Disponível em: SciELO - Brasil - **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00237120> Acesso em: 14 de jan. 2023.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. *In:* Antunes, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020c.

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2022a.

ANTUNES, Ricardo. 1 vídeo 2:54:59. Conferência de abertura do ENEJA 2022: Educação, trabalho e capitalismo: impactos, lutas e resistências na EJA. **Publicado pelo canal Portal fórum EJA**. Setembro de 2022b. Disponível em: https://www.youtube.com/live/HvTA4e_a3yo?si=yS4IbiXBGCs6gAWx. Acesso em: 09 dez 2022.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Trabalho, Emprego e Renda**. ago. 2014. Disponível em <https://ury1.com/fQCKn>. Acesso em: 11 dez. 2022.

ANTUNES, Ricardo. A uberização e as novas experimentações do trabalho no capitalismo virótico. *In:* ALVES, Giovanni (org.). **Trabalho e Valor: O novo e precário mundo do trabalho no século XXI**. Marília, SP: Editorial Práxis, 2021.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.030>. Disponível em: <https://www.scienceopen.com/document?vid=2d942ed0-3ecf-4594-b975-0a81ffb9153a>. Acesso em: 11 dez. 2022.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *In:* **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A precarização do trabalho como regra. *In: O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARAÚJO, José Júlio César do Nascimento. MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. O trabalho precário nos Institutos Federais: uma análise dos processos de intensificação do trabalho verticalizado. **Educação e Pesquisa**. 47, 2021. Disponível em: <https://urx1.com/dBCzP>. Acesso em: 05 jul. 2022.

ARROYO, M. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA**. Itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

ASSUNÇÃO, Diana. **A precarização tem rosto de mulher**. Ananindeua, PA: Itacaúnas, 2020.

BARREIRA, Gabriel. Idosa que passou 72 anos em condição análoga à escravidão passa a receber pensão de um salário-mínimo por mês. **Jornal G1**, 26/01/2023. Fique por dentro. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://corta.link/qLMAP>. Acesso em 4 jan. 2023.

BATISTA, A., *et al.* Análise socioeconômica da taxa de letalidade da Covid-19 no Brasil. **Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS)**, nota técnica n. 11. p. 1-12, 2020.

BEZERRA, Antônio Luiz Moreira. Preocupação com saúde mental quase triplicou em 4 anos. **Assembleia Legislativa do Estado do Piauí**. 12 de out. de 2022. Seção: Notícias TV. Disponível em: <https://11nq.com/1Et5A>. Acesso em: 8 abr. 2023.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. P. 111-263.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. Legislação, Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: <https://11nk.dev/eTt2T>. Acesso em: 16 jun. 2022.

BRASIL. **Lei complementar nº 150, de 1º de junho de 2015**. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis no 8.212, de 24 de julho de 1991, no 8.213, de 24 de julho de 1991, e no 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3o da Lei no 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei no 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei no 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. Disponível em: <https://11nk.dev/8Ka9B> Acesso em: 02 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017**. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Legislação, Brasília, DF, março 2017. Disponível em: <https://11nk.dev/zcXc7>. Acesso em: 02 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de

1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: <https://11nk.dev/0i2vB>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. **Medida provisória nº 927, de 22 de março de 2020**. Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências. Disponível em: <https://acesse.one/RGE9>. Acesso em: 25 dez. 2022.

BRASIL. **Tribunal Superior do Trabalho**. Saúde mental no trabalho: a construção do trabalho seguro depende de todos nós. Notícias. Rio Grande do Sul, 28 de abril de 2021. Seção: Notícias. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/-/sa%C3%BAde-mental-no-trabalho-a-constru%C3%A7%C3%A3o-do-trabalho-seguro%C2%A0depende-de-todos-n%C3%B3s>. Acesso em 12 abr. 2023.

BVS. **Biblioteca Virtual em Saúde**. BIREME (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde), 1998. Disponível em: <https://bvsa.org/>. Acesso em: jun. 2022.

CASTRO, Matheus Fernandes de. Uberização do trabalho, espaço e saúde do trabalhador. *In*: ALVES, Giovanni (org.). **Trabalho e Valor: O novo e precário mundo do trabalho no século XXI**. Marília, SP: Editorial Práxis, 2021.

CAVALLINI, Marta. 63% das mulheres negras já sofreram preconceito em seleções de emprego, mostra pesquisa. **Jornal G1**, 03/06/2022. Disponível em: <https://corta.link/jXZDG>. Acesso em: 18 mar. 2023.

CARVALHO, Hélio. Funcionário de terceirizada que morreu em elevador da Honda em Sumaré, SP, foi prensado contra coluna, diz SSP; polícia investiga. **Portal G1**, Campinas e região. 04 de jan. de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2023/01/04/funcionario-de-terceirizada-morre-em-elevador-da-honda-em-sumare.ghtml>. Acesso em: 12 jan. 2023.

CORDEIRO, *et. al.* Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista Comunicação Científica**. Vol. 34 - No 6, nov. / dez. 2007. Disponível em: <https://11nq.com/UMyTO>. Acesso em: nov. 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A “nova” fase do neoliberalismo. **Outras mídias**. 29/07/2019. Disponível em: <https://11nq.com/k036U>. Acesso em: jan. 2023.

DIAS, Bruno Vilas Boas; SILVA, Priscila Soares de Souza da. Síndrome de burnout em docentes: revisão integrativa sobre as causas. **CuidArte, Enferm** ; 14(1): 95-100, 2020. ID: biblio-1120510. Disponível em: <https://11nq.com/HV0as>. Acesso em: 18 mai. 2022.

DIAS, Heloisa Gonçalves; *et al.* Violência laboral: percepções de professores quanto às medidas de enfrentamento. **Rev. enferm. UFPE on line** ; 14: [1-7], 2020. ilus., tab. - D: biblio-1096536. Disponível em: <https://11nq.com/GxosF>. Acesso em: 17 mai. 2022.

DRUCK, Graça. A metamorfose das classes sociais no capitalismo contemporâneo. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. 1º semestre de 2018. Nº 41, v.16, p. 68-92. Disponível em: <https://urx1.com/1GMuj>. Acesso em: 16 nov. de 2022.

DRUCK, Graça. O Estado neoliberal no Brasil: a ideologia do empreendedorismo e o fim dos servidores públicos. <https://doi.org/10.4322/2316-1329.2021021> **Contemporânea** v. 11, n. 3 p. 821-844 Set.–dez. 2021 Disponível em: <https://urx1.com/ii9FY> Acesso em: 26 mai. 2022.

DRUCK, Graça. Trabalho, Precarização e Resistência: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24. N. spe n. 01, p. 37-57, 2011. Disponível em: <https://11nq.com/uP23X>. Acesso em: 17 mai. 2022.

D'OLIVEIRA, Camila Arantes Ferreira Brecht; *et al.* Configurações do mundo do trabalho e o processo saúde-doença dos trabalhadores docentes de enfermagem. **Revista Enfermagem UERJ** ; 28: e33123, jan.-dez. 2020- DOI: <https://doi.org/10.12957/reuerj.2020.33123>. Disponível em: <https://ury1.com/z4j6h>. Acesso em: 16 mai. 2022.

DUNKER, Christian; *et al.* Para uma arqueologia da psicologia neoliberal brasileira. *In*: SAFATLE, Vladimir, JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian. (Orgs). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Autêntica: ISBN: 9786588239810, Edição 2021.

DUNKER, Christian. A mutação do sofrimento no trabalho. *In*: SAFATLE, Vladimir, JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian. (Orgs). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Autêntica: ISBN: 9786588239810, Edição 2021.

DUNKER, Christian. “Depressão é sofrimento compatível com o neoliberalismo”. IP/USP. Por Edison Veiga, do **portal Deutsche Welle (DW)**. 22 de fev. de 2021a. Disponível em: <https://ury1.com/PYUKD>. Acesso em: 9 abr. 2023.

ELIAS, Marisa Aparecida; NAVARRO, Vera Lucia. Profissão docente no ensino superior privado: o difícil equilíbrio de quem vive na corda bamba. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2019, vol. 22, n. 1, p. 49-63 – DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v22i1p49-63 Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1516-37172019000100004&lng=n. Acesso em: mai. de 2023.

FERRARI, Leon. OMS decreta fim da emergência de saúde da pandemia de covid-19 após três anos. **Portal Terra**, 05 de maio de 2023, Seção Você. Disponível em: <https://acesse.one/OnVt3>. Acesso em: 05 mai. 2023.

FERREIRA, P. A. Prata; Vasques-Menezes, I. (2021). Conflitos do professor universitário: o que sabemos sobre isso? **Psicologia Em Estudo**, 26. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v26i0.46380>. Disponível em: <https://11nq.com/Ki1rV>. Acesso em 06 jun. 2022.

FERREIRA, Paula Andrade Prata; MENEZES, Ione Vasques. Conflitos do professor universitário: o que sabemos sobre isso? **Revista Psicologia em Estudo**, vol. 26, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v26i0.46380>. Disponível em: <https://ury1.com/IKq8R>. Acesso em 05 jul. 2022.

FERREIRA, Elizabete Cazzolato; PEZUK, Julia Alejandra. Síndrome de Burn-out: um olhar para o esgotamento profissional do docente universitário. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, n. 02, p. 483-482, jul. 2021- DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772021000200008>. Disponível em: <https://corta.link/DgbUp>. Acesso em: 18 mai. 2022.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Revista do NIEP**. UFF, 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/220> 2017. Acesso em mai. 2022.

FREITAS, Anderson. **Greve da educação 2014**. 2014. Arquivo pessoal da autora. Fotografia.

FREITAS, Olívia. Uma em cada quatro empresas teve funcionários afastados por adoecimento mental. **Jornal da Band**, 24/08/2022. Disponível em: <https://acesse.one/v9JLp>. Acesso em: 19 mar. 2023.

FREIRE, Paulo. Esclarecimento e Cap.: A Sociedade Brasileira em Transição. *In*: FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1967, p.39-63.

GERHEIM, Marcia Souza; CASTRO, Fernando Gastal. As tensões de ser professor no setor privado de ensino. **Arq. bras. psicol.** (Rio J. 2003) ; 70(3): 35-50, set./dez. 2018. ID: biblio-981810. Disponível em: <https://11nq.com/Oz0EM> Acesso em: 10 mai. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social (1988). *In*: **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**. Organização: Flávia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.233-235.

GONZALEZ, Lélia. GONZALEZ, Lélia e HASENBALG Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 2022.

GRAMSCI, A. **Odeio os indiferentes**: escritos de 1917. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. **Revista Eptic**, vol. 22, nº 1, jan.-abr. 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/Windows%2010%20Pro/Downloads/Plataformiza%C3%A7%C3%A3o+do+trabalho+_+entre+a+d+atifica%C3%A7%C3%A3o,+a+financeiriza%C3%A7%C3%A3o+e+a+racionalidade+neoliberal%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Windows%2010%20Pro/Downloads/Plataformiza%C3%A7%C3%A3o+do+trabalho+_+entre+a+d+atifica%C3%A7%C3%A3o,+a+financeiriza%C3%A7%C3%A3o+e+a+racionalidade+neoliberal%20(1).pdf). Acesso em: 05 jun. 2022.

GUIMARÃES, Cátia. O vírus do preconceito. **EPSJV/Fiocruz** | 17 de novembro de 2020. Disponível em: <https://urx1.com/EEOXp>. Acesso em 07 mai. 2022.

HAILER, Marcelo. O sofrimento foi privatizado, diz autor de livro sobre neoliberalismo. **Instituto Humanas Unisinos/RBA**, 10 de mai. de 2022. Disponível em: <https://urx1.com/QQYwq>. Acesso em: 10 de abr. 2023.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020.

JUNIOR, Nelson da Silva. O Brasil da barbárie à desumanização neoliberal: do “Pacto edípico, pacto social”, de Hélio Pellegrino, ao “E daí?”, de Jair Bolsonaro. *In*: SAFATLE, Vladimir, JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian. (Orgs). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Autêntica: ISBN: 9786588239810, Edição 2021.

MACHADO, Thayla Rauch; ALMEIDA, Letícia Maria da Silva; DUMITH, Samuel C. Depressão e qualidade de vida em docentes de uma universidade federal do sul do país. **Rev. baiana saúde pública** ; 44(3): 72-83, 20200813. DOI: 10.22278/2318-2660. 2020.v44.n3.a2804. Disponível em: <https://11nk.dev/GtOUQ>. Acesso em: 12 jun. 2022.

MARKO, Katia. Operação resgata pessoas de trabalho análogo à escravidão durante colheita da uva no RS. **Brasil de Fato**, Porto Alegre (RS), 24 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://11nq.com/JUyd7>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MARTINS, Neusa H.S.P.; SALVADOR, Daniel F.; LUZ, Mauricio R.M.P. O mal-estar docente nas discussões sobre ensino nutrição: falas de professoras da educação básica em fóruns virtuais. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, 2020, e00286118. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00286. Disponível em: <https://ury1.com/i79hz>. Acesso em: 07 abr. 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **Manifesto do Partido Comunista**. 2. Ed. São Paulo: Editora Escala, 2009.

MATTOS, Badaró Marcelo. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. São Paulo, Boitempo, 2019.

MELO, Raimundo Simão de. Transtornos mentais estão cada vez mais presentes no trabalho. **Revista Consultor Jurídico**, 8 de março de 2019. Disponível em: <https://11nq.com/ijnga>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MILITÃO, Eduardo. Trabalhadores desmaiavam de fome e tinham desconto no salário, diz auditor [...] **UOL**, Brasília, 12 de março de 2023, Seção Notícias. Disponível em: <https://11nk.dev/p38Fb>. Acesso em: 23 abr. 2023.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2013.

OLIVEIRA, Caroline. O de cima subiu: 1% mais rico surfa na crise da covid e já acumula metade da riqueza do Brasil. **Brasil de Fato**, 24 de dezembro de 2021. Economia, São Paulo. Disponível em: <https://ury1.com/LbVAi>. Acesso em: 13 jan. 2023.

OLIVEIRA, I. F. de, & Druck, G. (2021). O debate conceitual sobre terceirização: uma abordagem interdisciplinar. **Caderno CRH**, 34, e021029. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.45309>. Disponível em: <https://11nq.com/2d7Qg>. Acesso em: 10 jan. 2023

PENTEADO, Regina Zanella; NETO, Samuel de Souza. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. **Saúde e sociedade**. 28, Jan-Mar 2019. DOI 10.1590/S0104-12902019180304. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Y9Wfn6NphgsptvZBMpZcsSJ/>. Acesso em: 29 abr. 2022.

PICCININI, Claudia Lino; MAGALHÃES, Lígia Karam Corrêa de Magalhães; MOREIRA, Valéria de Moraes Vicente. A reprodução da força de trabalho e a crise de acumulação: pensando sob a perspectiva docente. *In: Trabalho docente sob fogo cruzado: volume II*, Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021. p. 365-387.

PINHO, Paloma S. *et al.* Trabalho remoto docente e saúde: repercussões das novas exigências em razão da pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021, e00325157. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00325

PORTELLA, Leonardo. Argentinos são resgatados de trabalho análogo à escravidão em Nova Petrópolis; adolescente de 14 anos está entre trabalhadores. **Portal G1**. 02 de abr. de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/04/02/argentinos-sao-resgatados-de-trabalho-analogo-a-escravidao-em-nova-petropolis.ghtml>. Acesso em: 23 abr. 2023.

PRAUN, Luci. A Espiral da Destruição: legado neoliberal, pandemia e precarização do trabalho. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, 2020, e00297129. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00297.

PRAUN, Luci. Trabalho, adoecimento e descartabilidade humana. *In: ANTUNES, Ricardo (Org.) Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

PRONKO, Marcela. Educação pública em tempos de pandemia. *In: Crise e pandemia: quando a exceção é regra geral*. Orgs. SILVA, Letícia Batista, DANTAS, André Vianna. EPSJV, Rio de Janeiro, 2020.

PIMENTA, Leonardo. Terceirizados do DETRAN/RJ protestam pelo atraso de salários no Centro do Rio. **Portal Grande Tijuca**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://grandetijuca.com.br/noticia/5119/terceirizados-do-detran-rj-protestam-pelo-atraso-de-salarios-no-centro-do-rio.html>. Acesso em 13 jan. 2023.

RIBEIRO BM; Martins JT *et al.* Associação entre a síndrome de burnout e a violência ocupacional em professores. **Acta Paul Enferm**. 2022;35:eAPE01902. <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO01902>. Disponível em: <https://ury1.com/gGKIq>. Acesso em 26 abril 2022.

RODRIGUES, Flavia M. Cerqueira. **Um cartaz!** In: Sales, Fernanda Pires (org.). Sobrevivências: olhares em prosa e verso. Rio de Janeiro: Editora Conexão 7, 2020.

ROSSI, Helena Costa; Júnior, Cláudio Kazuo Akimoto. Neoliberalismo e sujeito: construção da identidade, ressignificação do sofrimento e exclusão da diferença. **Revista Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo**: v. 113, p. 761 – 774. jan./dez. 2018. Disponível em: <https://11nq.com/tgCcq>. Acesso em 13 set 2022.

SACONI, Alexandre. Que crise? Brasil tem fila para comprar avião, e rico precisa compartilhar. **Portal Uol**, 22/05/2022. Reportagem, São Paulo. Disponível em: <https://encurtador.com.br/mzC39> Acesso em: 14 jan. 2023.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. SAFATLE, Vladimir, JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian. (Orgs). Autêntica: ISBN: 9786588239810, Edição 2021.

SAFATLE, Vladimir, JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian. (Orgs). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Autêntica: ISBN: 9786588239810. São Paulo, 2021.

SARDI, Rafaela Garcia; CARVALHO, Paulo Roberto de. Docência na educação à distância: processos de subjetivação. Docência na educação à distância: processos de subjetivação. **Psicologia Escolar e Educacional**. 2022, v. 26. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392022230431>. Disponível em: <https://urx1.com/pbkeB>. Acesso em 06 jun.2022.

SCIELO. **Guia de citação de dados de pesquisa** [online]. SciELO, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/> Acesso em: 2022.

SECCO, Ana Caroline; KOVALESKI, Douglas Francisco. From being entrepreneur of the self to the medicalization of performance: reflections upon labour market flexibilization. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 27(5):1911-1918, 2022. Disponível em: <https://11nq.com/xBsJZ> Acesso em 13 dez. 2022.

SEPE/RJ. Boletim do SEPE/RJ resgata greve da educação/2013. **Sepe/RJ**. Disponível em: <https://seperj.org.br/boletim-do-sepe-resgata-a-greve-de-2013-com-conteudos-para-o-dia-d-na-rede-municipal/>. Acesso em: 16 de nov. 2023.

SILVA, Amanda Moreira da. Da uberização à youtuberização: a precarização do trabalho docente em tempos de pandemia. RTPS – **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, Vol. 5, nº 09, p. 587-610, jul.-dez./2020a. Disponível em: <https://urx1.com/P2yRu>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SILVA, Amanda Moreira da. **Formas e tendências de precarização do trabalho docente: o precariado professoral e o professorado estável-formal nas redes públicas brasileiras**. Curitiba: CRV, 2020b.

SILVA, L. B. Trabalho: Notas sobre fundamentos ontológicos e históricos. In: RTPS – **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, Vol. II, nº 02, p. 187-201, jan.-jun./2017. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/43977>. Acesso em: 20 mai. de 2022.

SIMÕES, Elaine Cristina; CARDOSO, Maria Regina Alves. Violência contra professores da rede pública e esgotamento profissional. **Ciênc. Saúde Colet.** (Impr.) ; 27(3): 1039-1048, mar. 2022. ID: biblio-1364686. Disponível em: <https://ury1.com/35gl0>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SOUZA, Farney Vinícius Pinto. Adoecimento mental e o trabalho do professor: um estudo de caso na rede pública de ensino. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho** ; v. 21(2): 103-117, jul.-dez. 2018. ID: biblio-1055659. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172018000200001. Acesso em: 21 mai. 2022.

SOUZA, Kátia R. *et al.* Trabalho docente, desigualdades de gênero e saúde em universidade pública. **Ciência e Saúde Coletiva** (Impr.) ; 26(12): 5925-5934, dez. 2021. DOI: 10.1590/1413-812320212612.13852021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26n12/5925-5934/en/>. Acesso em: 10 mai. 2022.

SOUZA, Kátia R. *et al.* Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021, e00309141. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00309. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/RrndqvwL8b6YSrx6rT5PyFw/>. Acesso em: 12 mai. 2022.

SOUZA, Kátia R. *et al.* Trabalho remoto, saúde docente e resistências coletivas em contexto pandêmico: a experiência de docentes da rede particular de educação. *In: Trabalho docente sob fogo cruzado*: volume II, Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021. P. 135-155.

SOUZA, Danyelle M.; TROVÃO, Cassiano J. B. M. A dinâmica da informalidade no Brasil e na Argentina (2012–2019) e a vulnerabilidade da classe trabalhadora. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 20, 2022, e00181175. DOI: 10.1590/1981-7746-ojs00181. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/Rv8gfm76WczyxmGWcxcYKfx/>. Acesso em 15 jan. 2023.

TORNICH, Gabriela. Depressão é a maior causa de incapacitação no mundo. Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), **Entreteses**, jul. de 2017. Ed. 8. Disponível em: <https://congresso.unifesp.br/edicao-atual-entreteses/item/2876-depressao-e-a-maior-causa-de-incapitacao-no-mundo?highlight=WyJnYWJyaWVsYSIsInRvcn5pY2giLCJnYWJyaWVsYSB0b3JuaWN0II0> =Acesso em: 6 abr. 2023.

TROITINHO, Maria C. R. *et al.* Ansiedade, afeto negativo e estresse de docentes em atividade remota durante a pandemia da COVID-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, 2021, e00331162. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00331. Disponível em: <https://l1nq.com/Vt6vS>. Acesso em: 20 mai. 2022.

VENCO, Selma. Uberização do trabalho: um fenômeno de tipo novo entre os docentes de São Paulo, Brasil? **Cadernos de Saúde Pública** 2019; 35 Sup. DOI: 10.1590/0102-311X00207317. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/7169> Acesso em: 02 ago. 2022.

VIEIRA, Danilo. Camelôs se acorrentam na porta da Câmara contra truculência da fiscalização. **Portal G1**. 27 de abr. de 2023. Geral, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/04/27/camelos-se-acorrentam-na-porta-da-camara-contra-truculencia-na-fiscalizacao.ghtml>. Acesso em: 13 jun. 2023.

VIVIAN, Chancarlyne *et al.* Estratégias de defesa contra o sofrimento no trabalho de docentes da pós-graduação stricto sensu. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2019, vol. 22, n. 2, p. 217-234 – DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v22i2p217-234. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/163522>. Acesso em: 25 mai. 2022.